

The background of the cover is a photograph of a modern building's interior. It features several tall, blue, fluted columns and a white, curved staircase. Large, bold white numbers '2011' are superimposed over the image. A large, stylized blue graphic element, resembling a large 'M' or a series of overlapping arches, is positioned in the upper left corner.

2011

Relatório de Atividades e de Gestão



Matosinhos
Câmara Municipal

Mensagem do Presidente	3
Execução do Plano de Atividades	5
Acolhimento ao Múncipe e Comunicação	6
Auditoria e Qualidade	23
Tecnologias de Informação	24
Estudos e Planeamento Estratégico	26
Jurídico e Apoio aos Órgãos Autárquicos	29
Recursos Humanos	33
Cultura	40
Educação e Formação	49
Juventude, Voluntariado e Desporto	57
Promoção Social e Saúde	68
Administração do Território	92
Ambiente	107
Segurança e Proteção Civil	137
Promoção da Economia Local e Turismo	144
Receita, Património e Compras	159
Projetos e Obras	164
Relatório de Gestão	171
Anexos	216



Mensagem do Presidente

2011

Mensagem do Presidente

Contra ventos e marés e numa situação de particular crise económica em Portugal, em 2011, a Câmara Municipal de Matosinhos não só cumpriu o exigente e ambicioso plano que traçou, como conseguiu aliar uma notável taxa de execução a uma extraordinária poupança corrente.

Foi um ano difícil para todos, e só com o rigor, o entusiasmo e a determinação que colocámos ao serviço de Matosinhos e dos matosinhenses construímos mais escolas, lançámos a edificação de lares para a terceira idade, lares de deficientes, concluímos uma série de equipamentos desportivos indispensáveis para os mais jovens e prosseguimos com o ousado plano de requalificação da orla costeira que a todos nos ensoberbece. Foi difícil, mas valeu a pena.

Em 2011, Matosinhos foi um concelho dinâmico que fervilhou de iniciativas. Inaugurámos o CAM em colaboração com a fundação Gerardo Rueda, trazendo para Matosinhos uma das maiores coleções privadas de arte à escala global. A qualidade da nossa programação cultural trouxe milhares de espetadores aos nossos concertos e ao Constantino Nery. Mas foi, também em 2011, que inauguramos o CIM – Centro de Inovação de Matosinhos, nas instalações do antigo Matadouro, porque agora, entre um conjunto de empresas de vanguarda, a SIC e o Expresso, também, acontecem em Matosinhos.

Desde a recolha dos lixos à requalificação urbana com a qualidade a 100%, contribuímos para a melhoria da qualidade de vida dos matosinhenses. O Mar à Mesa, o espaço quadra, os Hospitalários e as festas do Senhor de Matosinhos revelaram a contínua aposta no dinamismo económico e na preservação da memória coletiva que tanto nos orgulha.

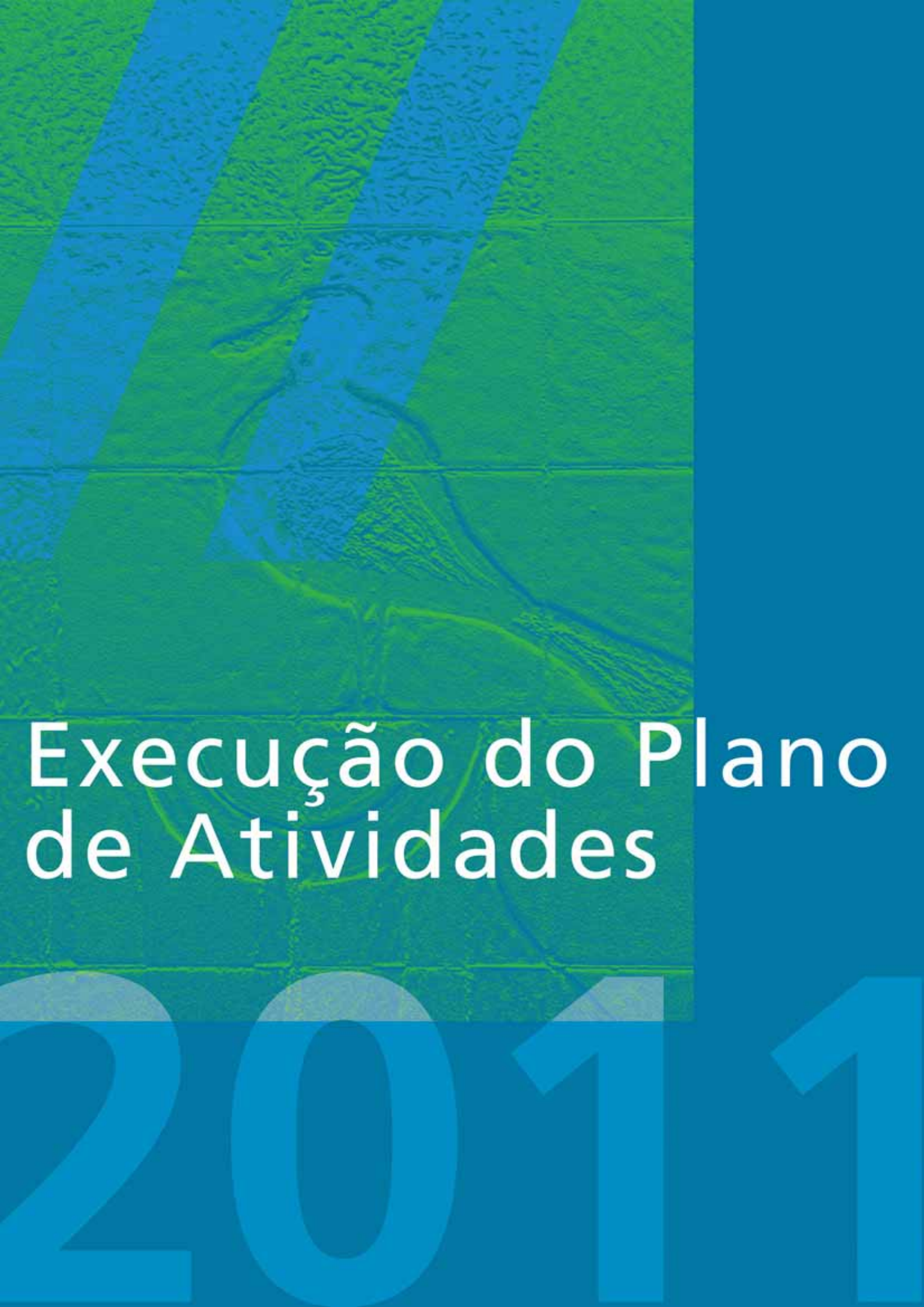
Em 2011, estivemos perto das franjas mais carenciadas da população, reforçando a solidariedade e os apoios. O Matosinhos Amigo, o programa de apoio ao arrendamento fizeram de Matosinhos um concelho mais próximo e solidário. O programa de refeições escolares permitiu que milhares de crianças tivessem refeições quentes nas escolas. Não descurámos os laços e os apoios às instituições do Concelho que prestam um importante serviço à comunidade, contribuindo, também aqui, para subtrair os efeitos da crise.

Tal como no ano transato, estou seguro que com a determinação, o rigor e a criatividade que nos animam, enfrentaremos ventos e marés e continuaremos a construir um concelho moderno, empreendedor, justo e solidário, na senda do progresso.

O Presidente da Câmara


Dr. Guilherme Pinto





Execução do Plano de Atividades

2011

Execução do Plano de Atividades

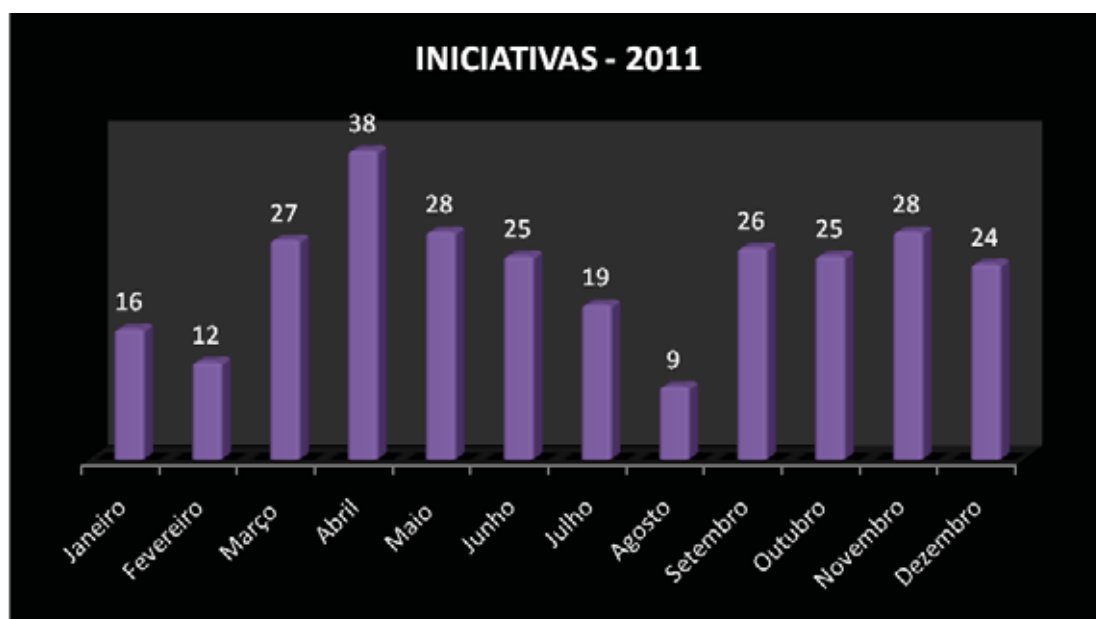
Acolhimento ao Múncipe e Comunicação

O GAMC (Gabinete de Acolhimento ao Múncipe e Comunicação) é um gabinete direcionado para o cidadão, para o atendimento, para as relações públicas, para a comunicação. Por isso, na atividade diária, assumimos uma forte aposta na proximidade, no profissionalismo e na qualidade do atendimento, na celeridade das respostas a cada solicitação, na preparação das iniciativas municipais, no apoio protocolar, na gestão dos espaços, na comunicação e na imagem.

Nos Serviços de Acolhimento ao Múncipe e Comunicação executa-se diariamente uma gestão de ocupação de espaços minuciosa, com particular atenção para o respetivo apoio protocolar, cumprido por profissionais especializados em Protocolo e Relações Públicas.

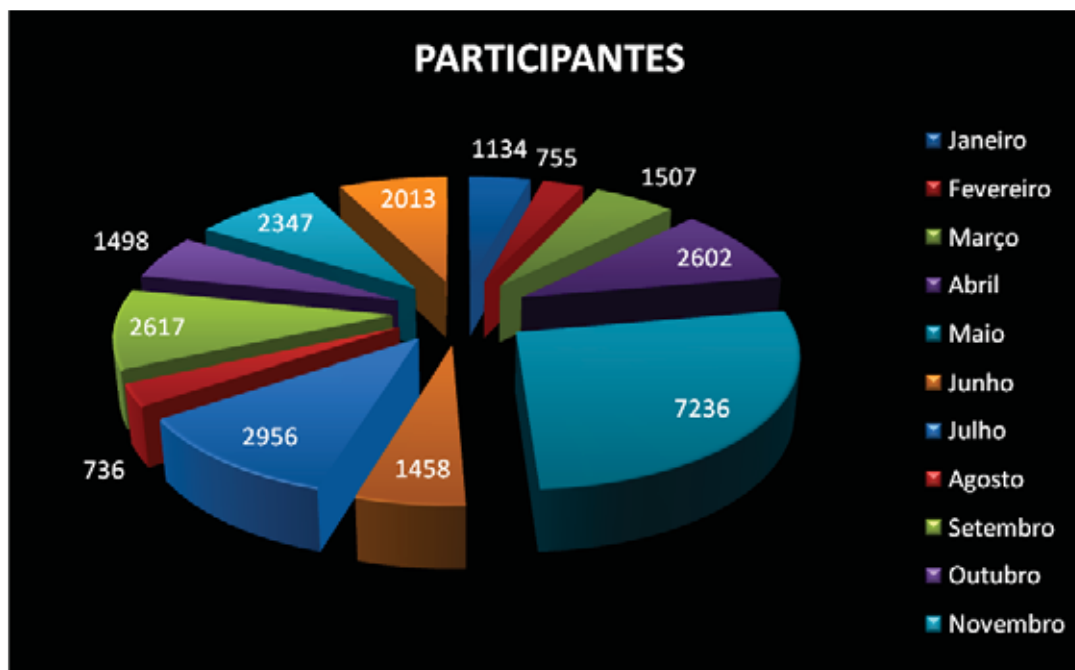
Organização de Eventos

No que diz respeito à organização de eventos, os números de 2011 são significativos, como podemos conferir nos gráficos e quadros seguintes: abril, maio e novembro foram os meses com maior número de iniciativas organizadas e/ou apoiadas pelos Serviços de Atendimento ao Múncipe e Comunicação. Em contrapartida, fevereiro e agosto registaram o menor número.



Durante o ano de 2011, os Serviços de Acolhimento ao Múncipe e Comunicação contabilizaram **277 iniciativas** por si apoiadas e/ou geridas, num número total de **26.859 participantes**. Se repararmos no gráfico seguinte, verifica-se que maio, julho e setembro foram os meses em que se registou um maior número de presenças em eventos da Câmara Municipal.

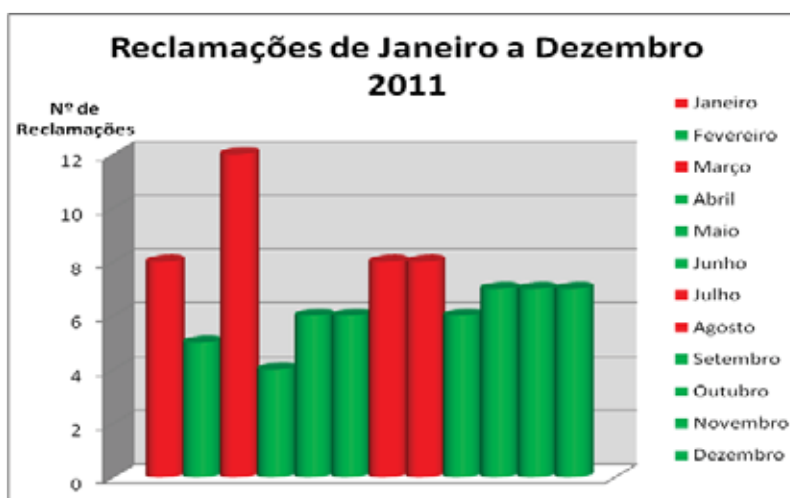
Execução do Plano de Atividades



Livro de Reclamações

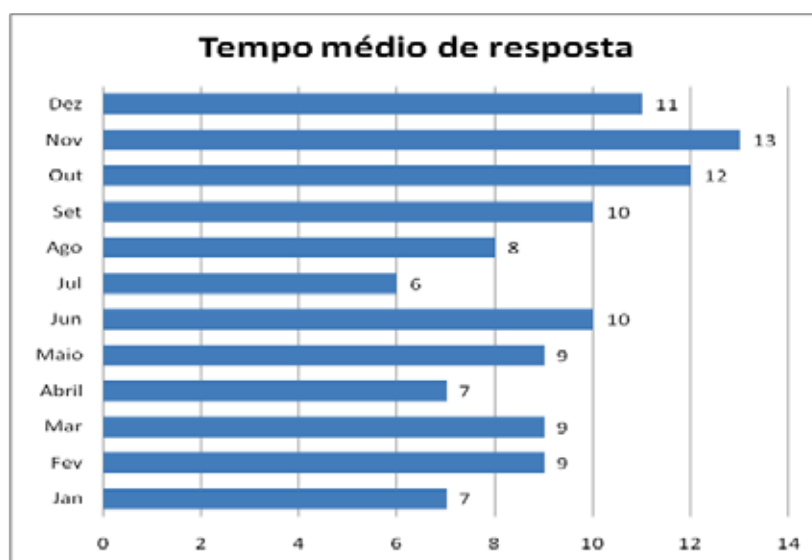
A análise das reclamações efetuadas no livro de reclamações da Loja do Município permite-nos verificar que de 01 de janeiro a 31 de dezembro 2011 foram registadas **84** reclamações, o que dá uma média de **7** reclamações por mês. No período homólogo de 2010 verificou-se o registo de **108** reclamações com uma média mensal de **9** reclamações.

Uma observação mais atenta do gráfico abaixo apresentado, permite-nos verificar que os meses que registaram um maior número de ocorrências foram março (12 reclamações), seguindo-se janeiro, julho e agosto (8 reclamações) sendo que os restantes meses registaram 7 ou menos reclamações. Os dados mencionados permitem-nos, assim, inferir que o número de ocorrências registadas no livro de reclamações da Loja do Município têm vindo a diminuir, sendo possível subentender a existência de uma maior eficácia dos serviços da Loja do Município, bem como uma maior satisfação por parte dos munícipes.

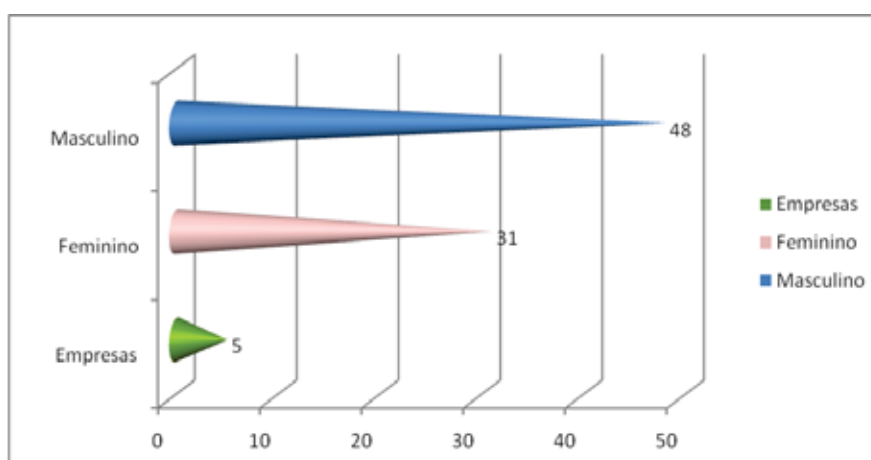


Quando partimos para a análise do tempo médio em que é dada uma resposta ao munícipe nos vários meses do ano de 2011, é possível concluir que este tempo varia entre os 13 dias no mês de novembro e os 6 dias conseguidos unicamente no mês de julho.

Execução do Plano de Atividades



Quando temos como base da nossa análise o género associado às reclamações do livro de reclamações da Loja do Município, os resultados abaixo apresentados mostram que os homens reclamam mais (48 ocorrências), mas as mulheres não ficam muito longe (31 ocorrências). Destacam-se, ainda, as reclamações desenvolvidas por parte de entidades – 5 ocorrências registadas no livro.



Em baixo, o gráfico permite obter uma noção geral dos principais assuntos que foram, durante 2011, alvo de reclamação por parte dos cidadãos/municípios.

Uma observação mais detalhada deste mostra-nos que os temas mais abordados foram os **Pedidos/Processos sem resposta** com 35% das reclamações sendo, efetivamente, este o ponto em que os munícipes parecem ter mais necessidade em reclamar.

Seguem-se, muito de perto, as reclamações relacionadas com a **utilização de assinatura digital** e a **falta de fiscalização de Obras** – 12%. Em relação ao primeiro assunto, a reclamação do munícipe/cidadão surge pelo facto de, com a entrada em vigor da lei 60/2007 de 04/ 09, art. 8º, todo e qualquer procedimento ligado a operações urbanísticas ter de ser feito em formato digital e obrigar o sujeito a possuir assinatura digital válida. Existem, assim,

Execução do Plano de Atividades

muitas queixas pela impossibilidade de serem feitos pedidos em formato papel e/ou tendo como documento de identificação o bilhete de identidade.

Outros dos assuntos que podemos destacar são os **pedidos de fiscalização de obras ilegais** também com 12%.



Nas questões levantadas pelos reclamantes aparecem, com 6%, aquelas que dizem respeito ao **valor das taxas cobradas pelo município**, seguindo-se as reclamações relativas aos **pedidos de audiências**, com 5%. Existem várias categorias com 2%, são elas: limpeza de parque infantil; reboque de viaturas; pedido de prorrogação de licença de construção; barulho causado por estabelecimento comercial; semáforo avariado; receção de SMS com número de pedido antigo. Na categoria **outros** (estas reclamações reportam a assuntos deixados pelos cidadãos sobre os mais diferenciados temas, de que são exemplo, o alerta de obras a decorrer na via pública, assuntos relacionados com a falta de ponto de luz, com cemitérios, pagamento com moeda de 10,00€ entre outros) – que representam, também, 17% das reclamações efetuadas durante o ano de 2011.

Vejamos sobre que Departamentos incidem as reclamações



Execução do Plano de Atividades

Quando passamos à análise dos departamentos sobre os quais incidem as reclamações efetuadas no livro de reclamações, verificamos que os serviços mais reclamados são os do Urbanismo (DGU) como se pode constatar facilmente, de forma destacada com 40% das reclamações.

Depois temos os Serviços da Divisão de Fiscalização Urbanística, com 14% das reclamações, seguidas da Loja do Município também com 14%. Todos os outros serviços mencionados no gráfico têm uma percentagem inferior a esta, num total de 13 serviços que foram alvo de algum tipo de reclamação no livro.

Estruturas de Divulgação de Eventos - Lonas

As estruturas informativas (lonas) são uma forma de comunicação externa essencial na divulgação das várias iniciativas organizadas ou apoiadas pela Autarquia e obedecem a um estudo ou planeamento estratégico de posicionamento cuidadoso.

Durante o ano 2011, nos 19 espaços disponíveis, foram divulgadas **33 iniciativas da autarquia**. Foram também divulgadas algumas iniciativas que contaram com o apoio da Câmara, num total de **72 lonas**.

Estruturas de divulgação de eventos – mupies

Durante o ano de 2011, que contou com 50 semanas de programação, com ocupação de 100% de todas as estruturas disponíveis, publicitaram-se 118 eventos culturais, dos quais 38 foram de iniciativa municipal, sendo os restantes 80 eventos efetuados em parceria com a autarquia. Destes 118 eventos publicitados, 79 foram divulgados em estruturas de maior formato (**1.76*1.20***) e os restantes 39 em formato menor (**1.20*0.80**).

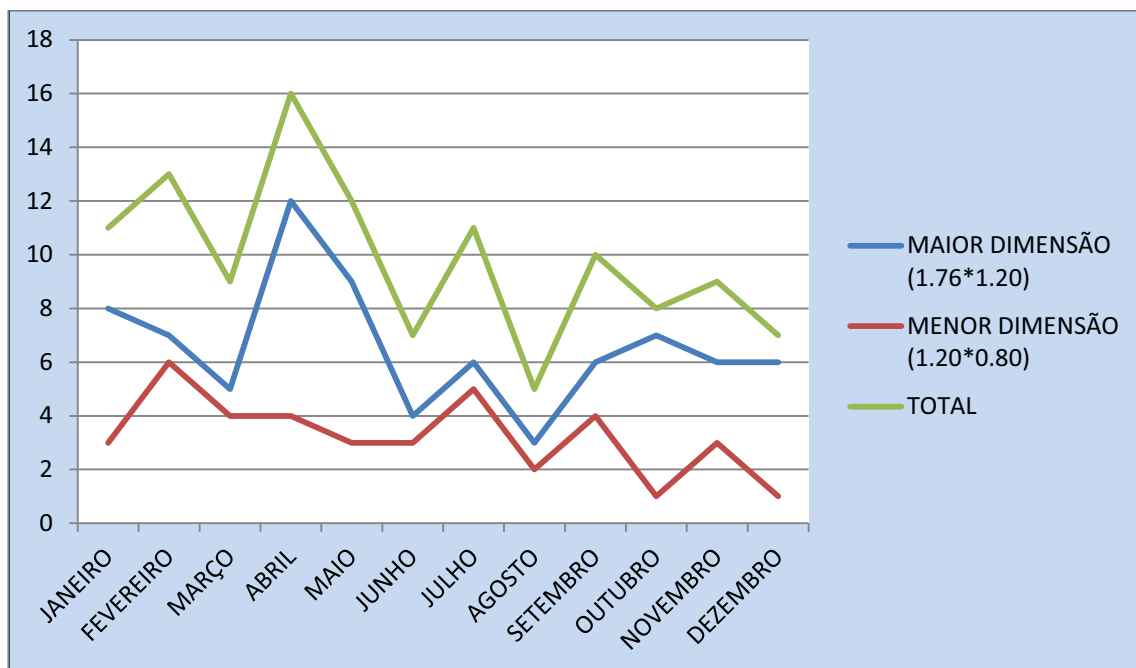
ANO 2011	TOTALIDADE DE EVENTOS	EM ESTRUTURAS (1.76*1.20)	EM ESTRUTURAS (1.20*0.80)	DE INICIATIVA MUNICIPAL	EM PARCERIA
	118	79	39	38	80

Ao total dos eventos correspondeu a colocação de 819 cartazes de maior dimensão e 287 de menor dimensão, o que perfaz um total de 1106 cartazes afixados durante o ano de 2011.

ANO 2011	TOTAL DE CARTAZES AFIXADOS	MAIOR DIMENSÃO (1.76*1.20)	MENOR DIMENSÃO (1.20*0.80)
	1106	819	287

A média de iniciativas publicitadas ao longo do ano foi de 9,8 iniciativas por mês, tendo o mês de abril sido o mês onde ocorreram mais, com 16 iniciativas, e agosto o de menor publicitação só com 5 iniciativas.

Execução do Plano de Atividades



A média de cartazes colocados por ano correspondeu a 92 cartazes alterados mensalmente, sendo que 622 cartazes mantiveram-se mais do que uma semana em exposição.

Base de dados

Uma base de dados bem desenvolvida é, sem dúvida, um dos maiores ativos de qualquer instituição, uma ferramenta fundamental e imprescindível. Esta informação é objeto de atualização periódica, na medida em que se encontra em constante mutação. No ano de 2011 verificou-se e executou-se:

- um aumento do número da Base de Dados e consequente limpeza de informações já desatualizadas;
- especialização da mesma Base, tendo por objetivo a criação de públicos - alvo para as diferentes iniciativas da Autarquia.

Por altura da elaboração deste relatório, o número total da Base de Dados dos Serviços de Atendimento ao Município e Comunicação da Câmara Municipal de Matosinhos é de **14.798**. Contudo, a atualização dos ficheiros nunca está completa; pelo contrário, é acompanhada escrupulosamente e com uma periodicidade de carácter diário.

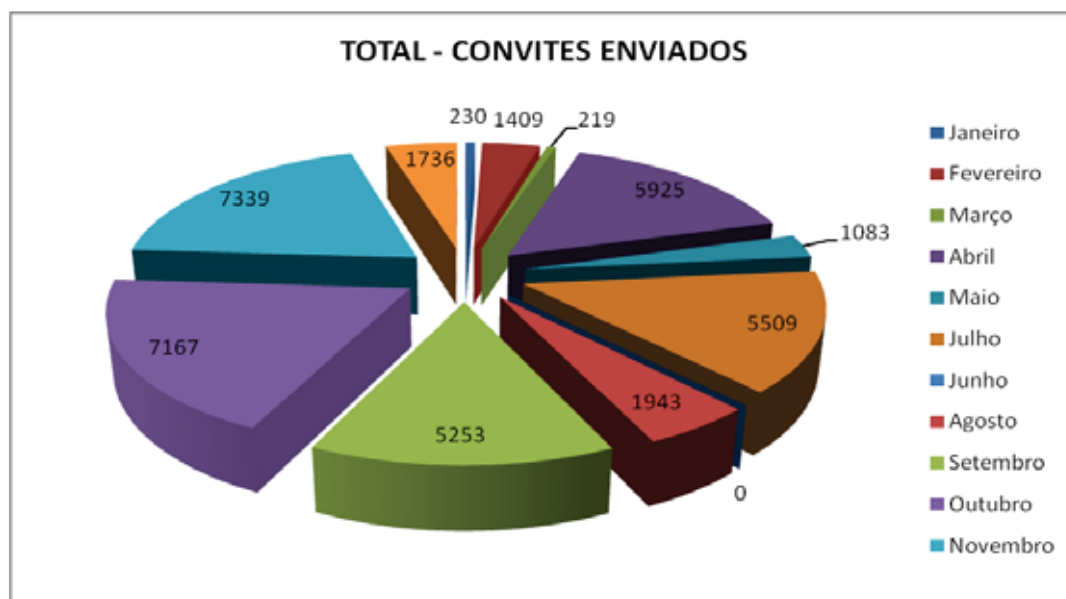
Mailing

Durante o ano de 2011, houve sempre a preocupação de enviar cada mailing com pelo menos uma semana de antecedência. A preocupação dos Serviços de Acolhimento ao Município e Comunicação é ganhar a luta contra o tempo que muitas vezes, ainda que involuntariamente, é imposta pelos outros serviços que solicitam o nosso apoio num timing apertado. A conjugação de todos os esforços tem permitido dar uma resposta bastante positiva e eficaz às solicitações da instituição em termos de mailing.

A seleção dos públicos-alvo é feita, geralmente, pelos Serviços de Acolhimento ao Município e Comunicação. Há sempre a preocupação em coadunar quem se convida e o evento em causa, para que a resposta dos convidados, em termos de presenças, possa ser elevada.

Ao longo do ano de 2011, as principais preocupações, ao nível de mailing, foram o cumprimento de prazos e adequação de públicos ao evento em questão.

Execução do Plano de Atividades



No ano de 2011 foram enviados 37813 convites.

Posto de Atendimento aos Cidadãos (PAC)

No contexto das ações e projetos conducentes a uma maior aproximação do Estado ao cidadão, surgiu a Loja do Cidadão. Para complementar esse serviço, e no sentido de dar uma maior apoio à população de Matosinhos, a Câmara Municipal criou dois postos de Atendimento aos Cidadãos, um Leça da Palmeira, outro em S. Mamede tendo como principal objetivo, a partir de um ponto único de contacto, personalizado, fornecer serviços vários da Administração Pública: fornecer informação ao cidadão, receber diferentes pedidos relativos aos produtos neles disponibilizados e encaminhar os pedidos para as respetivas entidades tramitadoras.

A atividade funcional dos Postos de Atendimento ao Cidadão, em S. Mamede de Infesta e em Leça da Palmeira, foi reforçada pela introdução de novas valências no âmbito da ADSE, nomeadamente através da emissão do Cartão Europeu de saúde da Segurança Social e da receção e encaminhamento para os serviços centrais de recibos, serviço este que tem registado um interesse e uma afluência significativos, nomeadamente junto das populações idosas que habitam juntos a estes equipamentos.

Para além destes novos serviços registou-se a manutenção de todos os serviços protocolados, destacando-se o serviço do Instituto da Mobilidade e dos Transportes Terrestres (IMTT) como um dos serviços de excelência para os utentes e que foi reforçado com as recentes alterações no que diz respeito à renovação das cartas de condução em função da idade. A Loja Municipal do Cidadão tem igualmente reforçado a sua presença como equipamento descentralizado, no que respeita à prestação de alguns serviços municipais.

Durante o ano de 2011, o PAC de Leça da Palmeira fez **10221 atendimentos**, sendo o maior número relativo à ADSE 4520 seguindo-se o IMTT com 2684 e a EDP com 479.

O PAC de S. Mamede de Infesta registou **9075 atendimentos**, sendo o maior número relativo à ADSE 2259, seguindo-se o IMTT com 1268 e a EDP com 706.



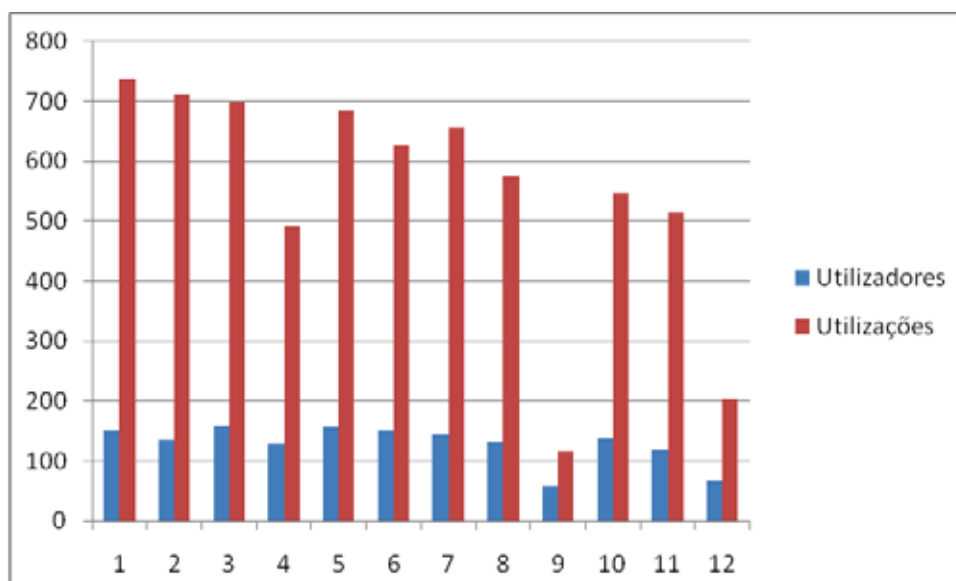
Execução do Plano de Atividades

Espaços internet

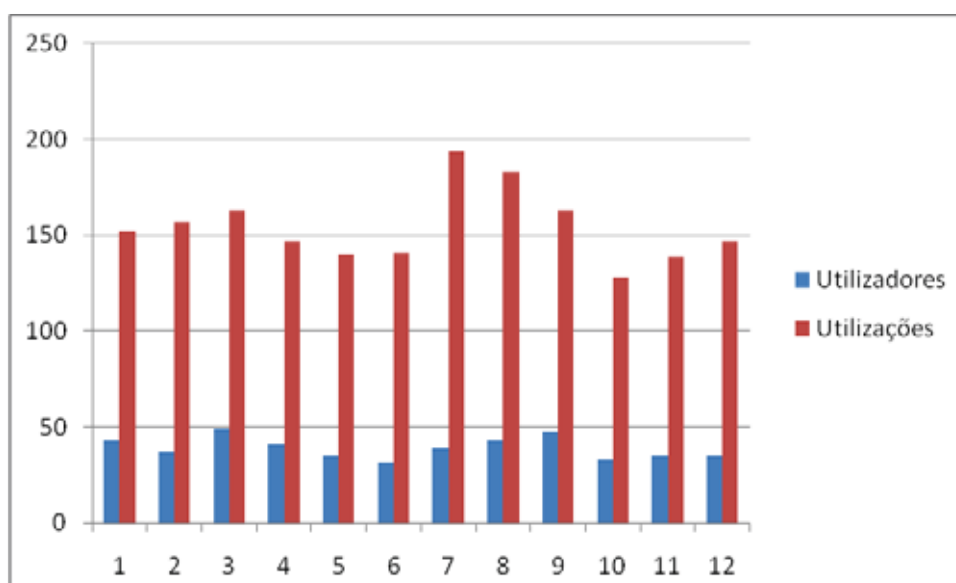
Acesso gratuito à internet, presença permanente de monitores, diferentes atividades lúdicas e formação são algumas das vertentes a destacar nos três Espaços Internet que a autarquia disponibilizou durante o ano de 2011 aos cidadãos: no Centro Comercial Antiga Câmara, em Matosinhos, na Casa da Juventude de Santa Cruz do Bispo, e na Nova Centralidade em S. Mamede de Infesta.

Durante o ano de 2011, registaram-se 3762 **utentes** e 14735 utilizações no conjunto dos três espaços, com destaque para Matosinhos (6317), seguindo-se S. Mamede de Infesta (6564) e, por fim, Santa Cruz do Bispo (1854).

Espaço Internet de S. Mamede de Infesta

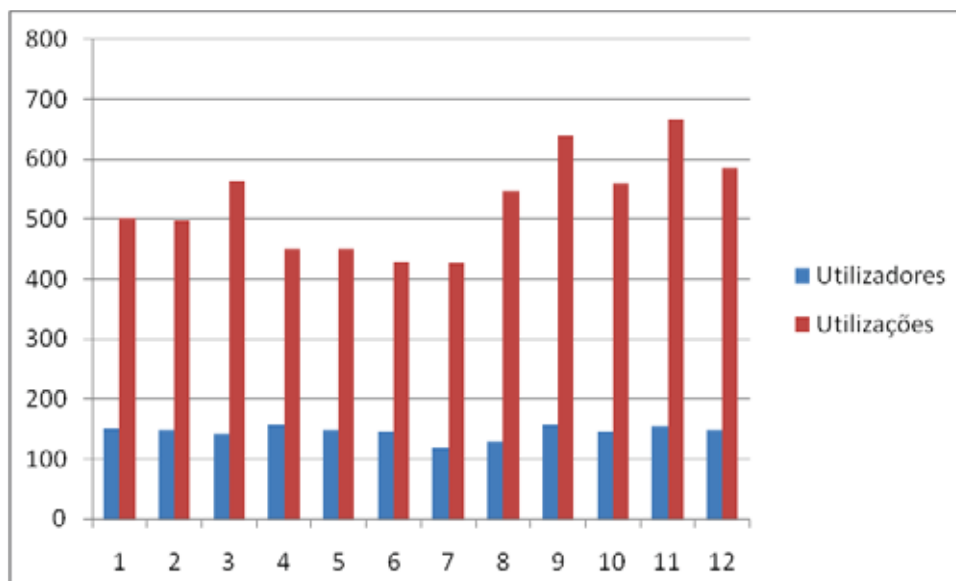


Espaço Internet de Sta. Cruz do Bispo



Execução do Plano de Atividades

Espaço Internet de Matosinhos



Agitar Matosinhos

“Agitar Matosinhos” é um conjunto de encontros de reflexão e diálogo com os jovens sobre diversas áreas estruturantes do nosso município promovidos pela autarquia em articulação com várias entidades. No sentido de conhecer a perspetiva dos jovens sobre o trabalho desenvolvido pelo executivo camarário, estimulando a participação cívica, através de sugestões de mudança foram, assim, desenvolvidos 10 encontros do “Agitar Matosinhos” que envolveram 10 escolas/faculdades entre os meses de março e maio de 2011. Para além do acompanhamento dos vários encontros coube aos Serviços de Acolhimento ao Múncipe e Comunicação a análise dos questionários aplicados aos presentes nos encontros do “Agitar Matosinhos”.

Na totalidade deste estudo, foram envolvidas **6 escolas secundárias**: Abel Salazar, Augusto Gomes, Senhora da Hora; João Gonçalves Zarco e Boa Nova Leça da Palmeira e **4 Institutos do Ensino Superior**, IPAM- Matosinhos, ISCAP-S. M. Infesta, ESAD-Senhora da Hora e ISSSP – Senhora da Hora, tendo sido aplicados inquéritos a **710 alunos**.

Relatório Anual das Reuniões de Câmara

As reuniões públicas da Câmara Municipal de Matosinhos são um importante meio de comunicação do município e dos seus munícipes e cidadãos, realizadas mensalmente com representação do executivo onde se expõem uma série de matérias desenvolvidas pela Autarquia e onde é dada a possibilidade aos cidadãos de colocarem questões acerca de matérias relacionadas com o concelho. É no fundo um espaço de diálogo aberto à sociedade civil onde as intervenções são, normalmente, enriquecedoras.

Assim, durante o ano de 2011, os Serviços de Acolhimento ao Munícipe e Comunicação procederam à análise de todas as reuniões públicas de Câmara no sentido de perceber algumas das áreas que revelam uma maior preocupação por parte dos munícipes e demais cidadãos, aquelas que devem ser melhoradas, a possibilidade de esclarecimentos aos munícipes e o direito de exporem os mais variados assuntos.

Com este trabalho, pretendeu-se mostrar de forma clara e objetiva, quais as maiores preocupações reveladas pelos cidadãos, as sugestões e críticas expostas e constatar as diferentes opiniões sobre as várias freguesias, e quais as suas necessidades intrínsecas.

De todas as freguesias, aquela sobre a qual incidiram mais questões foi a de Matosinhos, provavelmente pela sua centralidade, seguindo-se Guifões e Senhora da Hora.

No que concerne aos assuntos abordados, destacam-se as intervenções relacionadas com habitação, trânsito, fiscalização e taxas e licenças. Seguem-se os pedidos de habitação, as ordens de despejo, as rendas elevadas, a falta de transportes públicos, e depois alguns assuntos relacionados com a autarquia, de que são exemplo, o trânsito interrompido demasiado tempo, desencadeado por obras, falta de sinalização (colocação de passeadeiras, rampas e sinalização vertical) e pedidos de licenças diversas, assim como aumento das taxas de publicidade e ocupação da via pública.

Serviços de Comunicação e Imagem

Uma aposta incessante na criatividade e na inovação. Uma imensa curiosidade em descobrir as novas potencialidades que a internet coloca diariamente ao nosso dispor. Uma inquietude que nos leva a questionar permanentemente o nosso trabalho. Os Serviços de Comunicação e Imagem têm, de facto, algumas características muito particulares que estão presentes no nosso dia a dia e que se refletem no trabalho desenvolvido ao longo do ano de 2011. Consideramos a comunicação interna e externa, e a conciliação das duas, como uma das bases essenciais do seu trabalho, uma vez que a concretização de uma imagem ajustada e assente em critérios credíveis interna e externamente decorrerá da nossa capacidade de desenvolver, com êxito, estas duas vertentes.

Revista Municipal



A Revista Municipal é um dos meios de comunicação mais importantes da autarquia, permitindo, com periodicidade trimestral, dar a conhecer à população a atividade autárquica, bem como os principais eventos realizados ao longo do ano.

Durante o ano de 2011, os Serviços de Comunicação e Imagem produziram três edições da revista em formato online, bem como, duas edições especiais online, uma sobre as Festas do Senhor de Matosinhos e outra sobre os Hospitalários no Caminho de Santiago. No total, cinco publicações municipais que endereçamos a cerca de 13 mil inscritos na nossa base de dados.

Execução do Plano de Atividades

O trabalho desta unidade orgânica passa pela recolha de todo o material necessário à elaboração dos conteúdos da revista, acompanhamento de terreno das atividades da Câmara, recolha e seleção de material fotográfico, desenvolvimento de textos e design de toda a revista municipal.

A Revista é divulgada em versão dazbook pela página da internet, sob a forma de newsletter e através das redes sociais. Este foi mais um passo dado no sentido da eliminação do papel rumo a um concelho mais sustentável e ecológico.

Jornal Viver Matosinhos

Durante alguns anos, a autarquia esteve sempre em contacto com todos os cidadãos através da nossa Revista Municipal que fazíamos questão de levar a casa das pessoas para que pudessem conhecer de perto a nossa atividade. Desde finais de 2010, porque quisemos reduzir custos, optamos pelo formato digital da Revista com a respetiva divulgação através da página da internet, das newsletters e das redes sociais onde fazemos questão de ter uma presença marcante.

Contudo, foi do entendimento do executivo municipal que se perdeu o contacto com grande parte dos nossos concidadãos que, por diversas razões, não têm ou não podem ter acesso diário a um computador.

Assim, no final de 2011, resolvemos ir de novo ao encontro de todos os matosinhenses. E fizemo-lo através de uma publicação em formato de jornal, com custos reduzidos, que simbolizou, acima de tudo o regresso a uma comunicação de proximidade, mas também um forte apelo à mobilização dos matosinhenses.

Aos Serviços de Comunicação e Imagem competiu a produção de conteúdos, a revisão destes, a recolha fotográfica e todo o design do jornal. A esta publicação atribuímos o nome de jornal “Viver Matosinhos”.



Entre Nós

Com o objetivo de desenvolver e promover a comunicação interna da autarquia os Serviços de Comunicação e Imagem implementaram um mecanismo de comunicação, com periodicidade quinzenal, a que se deu o nome de “Entre Nós”. O “Entre Nós” é enviado para as caixas de correio de email de todos os funcionários da autarquia e afixado em 5 painéis localizados em locais estratégicos, de grande passagem e de fácil acesso. Cabe ao gabinete de comunicação, a preparação e o arranjo gráfico da newsletter e a colocação dos placards nos vários painéis, para além da elaboração de todos os conteúdos. Ao nível dos conteúdos há o cuidado de se tratarem temas importantes e pertinentes para os funcionários, de que

Execução do Plano de Atividades

são exemplo, matérias ligadas aos recursos humanos sobre férias, faltas, feriados, sobre a avaliação de desempenho na função pública, sobre serviços disponibilizados aos funcionários (GAS, consultas de nutrição...), entre outros.

Durante o ano de 2011 foram enviados **20 números do “Entre Nós”**.

Página da internet



A página da Internet mantém-se como uma das nossas grandes prioridades. A nossa atividade é diária e permanente: a atualização das notícias, a inserção de eventos, a disponibilização das agendas e das atas das Reuniões de Câmara, bem como dos editais das Assembleias Municipais; a colocação online dos concursos, de anúncios e editais, de regulamentos em discussão pública, a divulgação das notas de imprensa, a colocação de filmes e eventos na MTS TV, etc.

De referir, por exemplo, que em 2011 foram criadas **38 newsletters** destinadas a todos os cidadãos que se inscreveram para rececionar a nossa informação, numa **mailing list** que ronda os **12.768 cidadãos**.

Ao longo de 2011 foram inseridas **323 notícias** e **425 eventos**.

Durante todo o ano de 2011, e depois do lançamento mundial do social plug in do facebook, integramos na nossa página da internet a possibilidade de comentar (Like/Gosto) as notícias e

eventos. Esta implementação possibilita a partilha imediata dos nossos conteúdos em milhares de perfis desta rede social. Assim sendo, e uma vez que o tráfego mundial da internet está cada vez mais focado na utilização das redes sociais, os nossos conteúdos, em vez de serem unicamente partilhados na página da internet da Câmara, passam a estar disponíveis a todos os utilizadores das redes sociais, nomeadamente aos utilizadores do Facebook, Twitter e LinkedIn. Obtivemos, desta forma, um alargamento exponencial no número de seguidores da atividade da autarquia.

Em junho de 2011 foi lançado um novo site com inúmeras potencialidades ao nível da cidadania participativa. Este lançamento traduziu-se numa série de novidades no site da autarquia.

Desde logo, é possível salientar que a Câmara Municipal de Matosinhos se transformou na primeira autarquia do País a disponibilizar em simultâneo novas soluções para os deficientes visuais e auditivos: vocalização automática de conteúdos e linguagem gestual. Todos os textos genéricos do site foram traduzidos para língua gestual portuguesa em suporte de vídeo.

Execução do Plano de Atividades

O novo site foi desenvolvido com um design estudado para ser: mais simples de navegar; com menos ruído visual; gama cromática menos confusa, que dá relevância ao conteúdo e não à moldura; mais apelativo por se centrar no conteúdo gráfico (foto e vídeo); os textos foram analisados de forma a cumprir critérios de legibilidade (poucas palavras em cada bloco de informação); o código HTML foi construído de forma a ser possível a sua correta utilização por browsers para invisuais; foram incorporadas funcionalidades para facilitar a audição dos conteúdos.

Se anteriormente, a página da internet da Câmara Municipal de Matosinhos já se destacava pela sua forte aposta na e-democracia, houve neste novo site a preocupação de concentrar num único espaço – Cidadania Ativa - todas as formas de comunicação (Voz do Município, em Discussão pública, Espaço de partilha, Bolsa de emprego online, Contacte o Presidente), incluindo a possibilidade de telefonar gratuitamente para os Paços do Concelho.

De salientar, ainda, que em 2011 os Serviços de Comunicação e Imagem criaram o perfil no facebook do Mar à Mesa, do Centro de Arte Moderna Gerardo Rueda Matosinhos, do projeto “Ler Mais” da Divisão de Educação, entre outros. A georreferenciação da restauração e alojamento é efetuada sempre que surgem novos dados.

Matosinhos na Web 2.0

Reconhecendo a importância crescente destas redes no contacto com as pessoas, a autarquia de Matosinhos lançou-se na Web 2.0 criando perfis no YOU TUBE, TWITTER, MOGULUS, FACEBOOK, LINKED IN, entre outros.

O termo Web 2.0 é utilizado para descrever a segunda geração da World Wide Web, uma tendência que reforça o conceito de troca de informações e colaboração dos internautas com sites e serviços virtuais. A ideia é que o ambiente online se torne mais dinâmico e que os usuários colaborem para a organização de conteúdo.

Este é um trabalho diário e incessante que nos permite, a um baixo custo, excelentes resultados comunicacionais. Ao longo de 2011, os Serviços de Comunicação e Imagem dedicaram particular atenção aos nossos perfis nas diferentes redes sociais, com destaque para o facebook.



Twitter: http://twitter.com/CM_MATOSINHOS -
1382 tweets / 497 Seguidores

Facebook: <http://www.facebook.com/cmMatosinhos>

Depois de se iniciar no facebook com uma página de amigos, e após esta ter atingido o limite máximo (5 mil amigos) os SCI criaram uma página de fãs de 2ª Geração que conta com 8158 pessoas. De acordo com dados de março de 2011 a página de fãs da Câmara Municipal de Matosinhos ocupa a 30ª posição da classificação Governo e Sociedade, sendo a primeira autarquia do país nesta lista, à frente, por exemplo, de Lisboa, Cascais e Maia.

O facebook regista, ainda, 2.249.042 Visualizações e 9403 opiniões dos seguidores.

Execução do Plano de Atividades

Ao longo de 2011, foram introduzidas algumas inovações ao nível do facebook: separador Centro de Arte Moderna, Contactos de Emergência, Cidadania Ativa, Matosinhos City Guide, Google+, Pinterest, PAC, Hospitalários, Top Fans.

Youtube: <http://www.youtube.com/GCICMMatosinhos> (dados de abril de 2012)

35 Subscritores 10951 visualizações

LinkedIn: <http://www.linkedin.com/in/cmmatosinhos>

173 conexões

WebTv: http://www.cm-matosinhos.pt/PageGen.aspx?WMCM_Paginald=38438

M@tosinhos City Guide



Tudo o que se passa em Matosinhos à distância de um clique. O “M@tosinhos City Guide” é uma nova aplicação no telemóvel que permite que qualquer pessoa em qualquer parte do mundo aceda em tempo real e de forma gratuita a toda a informação relevante sobre o Concelho de Matosinhos.

Informações úteis, mapas, percursos, imagens, entre outros dados, em português, inglês e espanhol. Esta aplicação estará em breve também disponível em francês, alemão e italiano.

Para usufruir desta aplicação para smartphones basta fazer o simples download, por exemplo, através do site www.omaramesa.com. O “M@tosinhos City Guide” apresenta o TOP 10, com os principais monumentos e obras do Concelho a visitar, os grandes eventos, a gastronomia, a arquitetura, e informação sobre como chegar a Matosinhos, onde ficar, onde comer, percursos e contactos úteis.

Aos Serviços de Comunicação e Imagem coube o desenvolvimento de toda a ferramenta: conteúdos, seleção de imagens, colocação dos textos, estruturação das áreas.

Voz do Município e Contacte o Presidente

“Voz do Município” e “Contacte o Presidente” são dois serviços disponibilizados através da página de Internet, desde março de 2006, e que constituem uma das formas de comunicação com a autarquia mais usadas pelos nossos munícipes.

A todos os comentários formulados pelos munícipes é fornecido de imediato uma resposta automática (com cópia do conteúdo da mensagem enviada), atribuindo-lhe um código, com a indicação de que recebemos o email e que este vai ser analisado, mas a resposta final é preparada pelos Serviços de Comunicação e Imagem, em articulação com os vários serviços da autarquia.

No ano de 2011, recebemos 667 emails através da Voz do Município, uma média de 56 por mês. No serviço Contacte o Presidente foram registados 583 emails, uma média de 49 mensais.

Semestralmente é elaborado um relatório com a análise estatística dos dados recolhidos.

Execução do Plano de Atividades

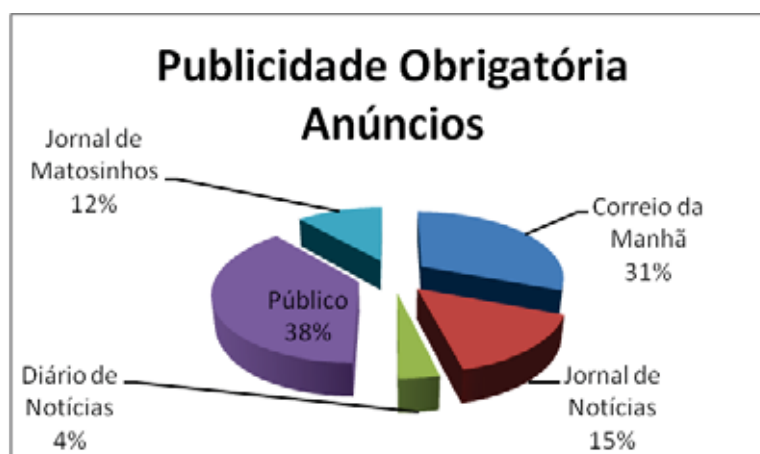
Publicidade

Em 2011, a gestão da publicidade da autarquia foi feita de forma contextualizada e meticulosa, procedendo-se a uma adequada gestão de recursos.

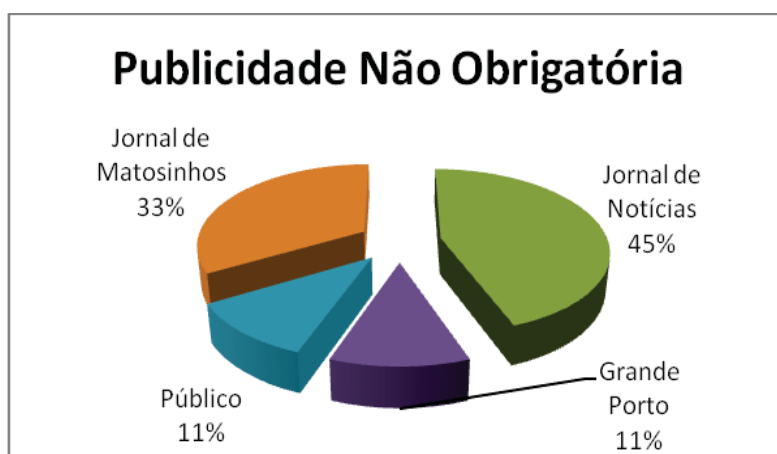
Compete ainda a estes serviços a elaboração de planos de meios e planos de comunicação, entre os quais destacamos o Plano de Meios das Festas do Senhor de Matosinhos, em colaboração com a Ancima, Plano de Comunicação do LEV, em conjunto com a Biblioteca Municipal, ou dos Hospitalários, em conjunto com a unidade orgânica responsável pelo evento.

No âmbito da publicidade, há que fazer duas distinções: a publicidade obrigatória, resultante de uma imposição legal e que condiciona a colocação da mesma em órgãos de comunicação de âmbito local, nalguns casos, de âmbito nacional, noutros, e outras ainda em ambas as situações.

Em 2011, foi assim a distribuição da publicidade obrigatória:



Quanto à não obrigatória, a gestão é feita mediante o evento a comunicar e o respetivo target. Eis a distribuição de 2011 no que diz respeito à distribuição pelos jornais:



Em 2011, colocamos no Porto Canal cerca de **59 spots publicitários** no âmbito do protocolo que a autarquia estabeleceu com este canal.

A Rádio Clube de Matosinhos divulgou cerca de **10 campanhas informativas de âmbito municipal**, divulgadas praticamente todas diariamente durante algumas semanas.

Execução do Plano de Atividades

Agendas de Eventos

Desde março de 2011 que os Serviços de Comunicação e Imagem promovem a divulgação, de uma forma compilada, de todas as iniciativas da autarquia sob a forma de “Agenda de eventos”. Este documento tem um formato online e é distribuído no início de cada mês por todos aqueles que estão inscritos na nossa base de dados, bem como veiculado pelos vários órgãos de comunicação social, pela página de internet e pelo facebook. O design da agenda é muito agradável e atrativo, sem dúvida, um convite ao cidadão para se deslocar a Matosinhos e usufruir das várias iniciativas preparadas pela autarquia.

Durante o ano de 2011 foram elaboradas pelos Serviços de Comunicação e Imagem 9 agendas de eventos.



Agitar Matosinhos

“Agitar Matosinhos” é um conjunto de encontros de reflexão e diálogo com os jovens sobre diversas áreas estruturantes do nosso município promovidos pela autarquia em articulação com várias entidades. No sentido de conhecer a perspetiva dos jovens sobre o trabalho desenvolvido pelo executivo camarário, estimulando a participação cívica, através de sugestões de mudança foram, assim, desenvolvidos 10 encontros do “Agitar Matosinhos” que envolveram 10 escolas/faculdades entre os meses de março e maio de 2011. Aos Serviços de Comunicação e Imagem coube o acompanhamento destas iniciativas, bem como o desenvolvimento da imagem associada a este evento, a divulgação do mesmo e a elaboração dos questionários que foram aplicados aos vários participantes.

Cartas e placas de obras

A uniformização da imagem do município ao nível das obras municipais teve, também, a sua continuidade, perdurando a nossa aposta no contacto com os munícipes através do envio de cartas com informações sobre as nossas obras (**116 ao longo de 2011**), bem como, com a colocação de **placas de obras (9)** nos locais de implementação das mesmas com informação variada e pertinente.

Conceção, design e comunicação

Durante o ano de 2011 foram solicitados aos Serviços de Comunicação e Imagem uma série de trabalhos que envolveram a criação e o design de vários produtos comunicacionais.

Foram, assim, desenvolvidas várias imagens com o objetivo de aplicação em cartazes, convites, anúncios de jornal, folhetos, campanhas de divulgação, newsletters, entre outros.

Alguns exemplos:

- Imagem Parque escolar - campanha de jornal, revista, flyers, convites inauguração escolas;
- Lançamento do Matosinhos City Guide - anúncios de jornal, revista;
- Rua Irene Vilar e Rua Manuel Dias da Fonseca – convites, brochuras;
- Lançamento do livro de Fernando Pinto de Oliveira “Um homem maior do que o seu tempo” – convites;
- Comemoração dos 6 anos de mandato – convites;
- Comemoração do Dia Internacional da Pessoa com deficiência – cartazes;
- Inauguração dos Conjuntos Habitacionais: Estádio do Mar III, Estádio do Mar II e Associação de Apoio à Juventude Deficiente – convites;

Execução do Plano de Atividades

- Campanha de Natal – anúncios de jornal, anúncios de imprensa e postais;
- Imagem ateliês de Natal;
- Inauguração do Centro de Arte Moderna de Matosinhos Gerardo Rueda – anúncio de jornal;
- Restyling da imagem dos PAC's (Postos de Atendimento ao Cidadão)
- Contactos úteis e de emergência do concelho de Matosinhos – folheto;
- Assinatura de protocolos com a Obra do Padre Grilo – convite;

Produção audiovisual

Ao longo de 2011, os Serviços de Comunicação e Imagem criaram **102 filmes** para veiculação nos plasmas da Loja do Município, na MTS TV (Web tv da autarquia), no Youtube, nos painéis outdoor colocados no início do IP4, em Matosinhos, e no cruzamento da Circunvalação, junto ao Norteshopping, na Senhora da Hora.

Destaque, ainda, para a produção de duas versões do filme “Construir o futuro” (novembro 2011 e dezembro de 2011) da total responsabilidade dos Serviços de Comunicação e Imagem.

Produção fotográfica

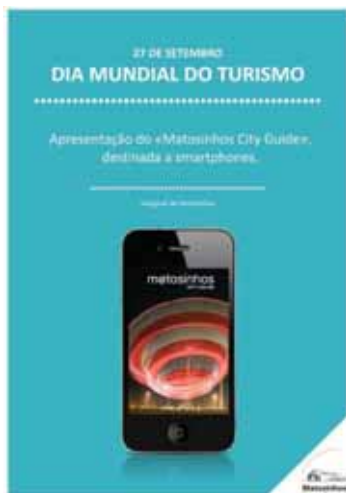
Compete aos Serviços de Comunicação e Imagem garantir a cobertura fotográfica de toda a atividade municipal bem como o acompanhamento quer do Presidente da Câmara, quer do restante Executivo, em diferentes iniciativas.

Em 2011 foram fotografados 375 eventos. As milhares de fotografias daí resultantes são tratadas, armazenadas e catalogadas digitalmente para depois serem utilizadas na página da internet, nas redes sociais, na revista municipal, etc.

É importante salientar que estes serviços garantem a cedência de fotos para os órgãos de comunicação social sempre que necessário, um trabalho que reforça a presença da Câmara Municipal e funciona como uma mais-valia ao nível da assessoria de imprensa.

Os Serviços de Comunicação e Imagem fazem igualmente cedência de fotos para outros fins, que não económicos, mediante solicitação justificada, ratificada superiormente e com referência aos respetivos créditos.

Contacto com os órgãos de comunicação social



Compete aos Serviços de Comunicação e Imagem desenvolver, em conjunto com os assessores de imprensa da autarquia, todo o trabalho de assessoria de imprensa. Em 2011, foram elaborados **130** notas de imprensa, dossiers de imprensa e comunicados.

Fazemos o envio quinzenal da agenda de eventos da autarquia para um alargado conjunto de órgãos de comunicação social.

A este nível destaque ainda para o facto de se ter retomado, desde setembro de 2010, a elaboração de um relatório mensal com a análise da presença do município de Matosinhos nos mass media, incluindo jornais online e blogs.

Compete, ainda, a este gabinete a gestão da **presença da autarquia na Iporto** com inserção trimestral de toda a informação na plataforma eletrónica deste meio de comunicação da Área Metropolitana do Porto.

Auditoria e Qualidade

O Gabinete de Auditoria e Qualidade, ao longo de 2011, desenvolveu as suas atividades nas áreas de consultadoria, auditoria e Sistema de Gestão de Qualidade.

No que respeita ao Sistema de Gestão de Qualidade, o gabinete investiu em ações de sensibilização no sentido de dotar todos os serviços de uma visão de vanguarda, facilitadora da adoção do sistema como um novo e eficaz instrumento de gestão, alargando o conceito de indicadores de qualidade aos indicadores de gestão.

Foram desenvolvidas auditorias internas de acompanhamento a todos os processos dos serviços certificados, bem como assessorias aos mesmos, procurando sempre introduzir mais-valias através da agilização e otimização dos processos.

Paralelamente desenvolveu-se a conceção e implementação do Sistema de Gestão de Qualidade da Divisão de Promoção Cultural e Museus, e do Cine Teatro Constantino Nery.

No mês de Novembro, em face da auditoria externa efetuada pela empresa SGS, a autarquia recebeu o Certificado de Conformidade, quer para os serviços já anteriormente certificados quer para os Serviços que se apresentaram de novo ao processo de certificação.

No tocante à vertente Auditoria, foram efetuadas diversas auditorias nas áreas da contratação Pública, Postos de cobrança, Subsídios, Empreitadas, Fiscalização e Monitorização de Contratos de Prestação de Serviços e ainda aos serviços operacionais da autarquia, tais como Fiscalização Municipal, Processamento de vencimentos, processo de Liquidação e Cobrança de Taxas e Licenças, Vistorias dos Elevadores do Concelho, das quais



resultou um vasto leque de recomendações e/ou sugestões para a correção de fragilidades constatadas e melhorias de desempenho.

Para garantir a implementação das medidas corretivas, o gabinete desenvolveu ainda auditorias de acompanhamento que permitiram paralelamente avaliar a eficácia das

medidas recomendadas em anteriores auditorias.

As fragilidades constatadas nas auditorias constituíram um instrumento para a Revisão ao Plano de Prevenção de Corrupção, atendendo a que permitiram conhecer o ambiente de controlo existente e assim identificar os riscos inerentes aos processos, a sua probabilidade de ocorrência, proposta de medidas corretivas e identificação dos responsáveis pela implementação das mesmas.

O gabinete desenvolveu em parceria com o Departamento Financeiro a Revisão à Norma de Controlo Interno, com o objetivo não só de a adaptar à atual organização dos serviços municipais, mas também de a apresentar com uma nova estrutura que facilite a sua consulta por todas as unidades orgânicas da autarquia. Em parceria com a Divisão de Promoção social e Saúde, o gabinete elaborou estudos que culminaram na apresentação do custo padrão das diversas valências das instituições de solidariedade social do Município.

Gabinete de Tecnologias de Informação

Execução Financeira

Foi provavelmente o ano com pior execução em virtude do projeto de novo ERP ter sido protelado e não compensado pelo feito em alternativa. Note-se também a elevada taxa de sucesso na recuperação de participações, especialmente em relação ao projeto Metropolis que foi aprovado em 2011 e se prolongará por 2012. Verifica-se ainda que o Gabinete de Tecnologias de Informação conduziu processos que seria mais efetivo estarem numa área administrativa.



Atividades

Apesar de financiada e colocada em andamento, não avançou a renovação do parque informático por causas externas ao Gabinete, este facto já teve e terá seguramente um impacto negativo no desenvolvimento durante o ano de 2012.

O ano começou com a implementação de um sistema para as bibliotecas escolares. Foi também lançada a emissão de guias de publicidade com referência multibanco, e dentro do mesmo espírito, os atendimentos na Loja e via internet passaram a estar dotados com a emissão de referências Multibanco.

Do levantamento de necessidades feito, foi implementada uma plataforma de Helpdesk que permitirá aferir o grau de satisfação dos utilizadores internos e contabilizar de forma mais rigorosa os pedidos de intervenção. Trata-se de colmatar a falta de ferramentas e instrumentos de análise da qualidade e quantidades dos serviços prestados.

Foi também criado um mecanismo de disponibilização de indicadores em tempo real (financeiros, férias e faltas).

Foi montado um sistema Lync integrado com o Exchange e que permite a receção e envio de voz pela rede de dados.

Estes três sistemas aguardam luz verde da administração para serem disponibilizados aos utilizadores.

Para obviar à necessidade de criação de política de disseminação de conhecimento dentro da organização, de forma a evitar ter quadros altamente qualificados a ajudar utilizadores e muitas vezes a fazer o trabalho deles, foi lançada a produção de um conjunto de manuais e automatização de tarefas.

Foi lançado o novo sistema de proxy, tendo sido testado com sucesso 2 métodos diferentes de filtragem de malware que são seguramente mais eficazes e menos intrusivos do que aquele que temos hoje e que em 2012 terão de ser objeto de decisão.

Refez-se a instalação dos serviços nos Armazéns Gerais e na Casa de Juventude de Matosinhos.

Note-se o retrocesso técnico generalizado a nível mundial da utilização de aplicações específicas a uma plataforma, ou seja, depois de anos a fio em que as aplicações foram transpostas para a WEB e eram independentes da plataforma, voltámos ao paradigma de aplicações para IOS/MacOs/Windows/QNX/Android, explodindo o número de plataformas.

Pelo quarto ano consecutivo sofremos o impacto negativo do desenvolvimento de infraestruturas estar pendurado em áreas afetas à conservação. Recorde-se que para além destas atividades compete ao Gabinete de Tecnologias de Informação a coordenação do

Execução do Plano de Atividades

sistema informático municipal e a implementação das ações necessárias à sua concretização, dispondo, para tal, das competências, em geral, definidas para a respetiva unidade orgânica. Assim a manutenção diária do sistema em funcionamento é garantia do funcionamento da Loja do Município e restantes serviços da capacidade de resposta que a mesma dá.

Deste modo a atividade do GTI desenvolveu-se nos seguintes principais:

- Disponibilização do Datacenter da CMM
- Disponibilização de Sistemas de Atendimento
- Disponibilização de rede de dados
- Disponibilização de rede de voz
- Disponibilização da Gestão Documental
- Atualização de software nas máquinas distribuídas pelos utilizadores – MS-Office, Adobe Flash player, Java Xnview, Norton antivírus, etc.
- Remoção de software obsoleto.
- Resolução de problemas de Hardware e Software tanto em servidores, como em computadores e impressoras
- Elaboração de cópias de segurança para preservação dos dados, sua integridade
- Criação de grupos e pastas com acessos diferenciados
- Assistência remota e presencial para resolução de problemas de utilização de software dos utilizadores, e/ou problemas de hardware
- Recuperação de dados destruídos inadvertidamente
- Zelar pela manutenção e segurança da rede e dos dados, nomeadamente aos acessos das mesmas
- Antivírus – atualização de versões de software e de assinaturas de vírus
- Monitorização preventiva dos servidores para verificação de potenciais problemas tanto de hardware como de software, de forma a evitar impactos na utilização dos mesmos
- Formatação e instalação de software tanto em computadores como servidores
- Diagnóstico de problemas verificados em computadores e impressoras
- Elaboração de especificações técnicas para aquisição de material informático, de rede, de comunicações, etc.
- Elaboração de condições para contratos de manutenção para todo o equipamento tanto servidores, e computadores.
- Elaboração de condições para contratos de manutenção para todo o equipamento de rede, nomeadamente switch's, routers, etc.
- Elaboração de condições para contratos de manutenção para todo o equipamento impressoras.

Reconhecimento

Fomos nomeados para os CIO Awards, um evento que premeia a estratégia do Information Officer, e participámos em algumas conferências como orador, quer ao nível do Eixo Atlântico, quer a convite de empresas, e finalmente através da apresentação do projeto e sua discussão num evento realizado em Hangzhou (China) dedicado à discussão dos elementos que fazem uma cidade inteligente e em visitas que nos foram efetuadas por diversas autarquias como por exemplo Lisboa, Gaia, Sesimbra ou Santarém.



Execução do Plano de Atividades

Estudos e Planeamento Estratégico

No Gabinete de Estudos e Planeamento Estratégico foram desenvolvidas as seguintes atividades durante o ano de 2011:

- Acompanhamento de:
 - Fase final e encerramento do Projeto Cruise Traffic and Urban Regeneration of City Port Heritage – UrbactII (CTUR) através de:
 - Desenvolvimento do Plano de Ação Local;
 - Organização e arquivo do processo do Projeto;
 - Projeto Eurocities, através da análise e encaminhamento dos assuntos de interesse para os diferentes serviços municipais;
 - Projeto AEMA, através da análise de documentos e envio de informação municipal para disponibilizar no site desta associação;
 - Processo de reformulação das redes de transportes públicos rodoviários a operar no Concelho.
- Coordenação de:
 - Participação da Câmara Municipal na Associação Transfronteiriça do Eixo Atlântico, organização e participação em algumas das suas Comissões Temáticas;
 - Processo de realização de Sondagens de opinião sobre a Reforma Administrativa.
- Apresentação de:
 - Uma primeira proposta técnica com a definição de uma nova organização territorial do concelho com vista à redução do número de freguesias;
 - Uma proposta técnica com a definição de áreas homogéneas (território e social) a rondar os 4000 habitantes para o Concelho.
- Elaboração do Relatório da Caracterização Agrícola e Florestal do Concelho e do Relatório da Caracterização Demográfica e Económica do Concelho.
- Início da elaboração do Estudo de Mobilidade para o Concelho.
- Conclusão e entrega ao DPU para emissão de parecer do Mapa de Ruído do Concelho.
- Iniciou-se o processo de análise dos resultados preliminares dos Censos 2011.
- Foram definidos os requisitos para o desenvolvimento da Solução Mobilidade de apoio à fiscalização e ao Departamento Qualidade 100%.
- Colaboração na implementação do processo de integração de diferentes plataformas com vista à Loja do Município Online, no que respeita à componente SIG.
- Deu-se continuidade à atualização mensal do Sistema de Informação Local Municipal.
- Foi prestado apoio a diferentes serviços municipais, nomeadamente:
 - À Promoção da Economia Local – Preparação de documentos de apresentação de áreas para futuros investimentos no território municipal, dados das empresas e de equipamentos de Matosinhos;
 - À MatosinhosHabit – disponibilização de dados sobre a caracterização dos edifícios; apoio à elaboração do inquérito às áreas de reabilitação urbana;
 - À Educação - análise das estimativas de população;
 - O fornecimento de diversos dados estatísticos.



Informação Geográfica

- Deu-se continuidade a:
 - Validação da georreferenciação dos pedidos entrados na Loja do Município;

Execução do Plano de Atividades

- Desenvolvimento das aplicações de apoio à gestão das áreas verdes do Concelho;
- Desenvolvimento das aplicações de apoio à componente de recolha de resíduos;
- Carregamento de dados referentes aos terrenos municipais;
- Desenvolvimento de um modelo de dados de apoio à Ação Social;
- Desenvolvimento do modelo de dados para a informação referente à sinistralidade do Concelho;
- Preenchimento dos metadados de informação geográfica municipal no portal do Instituto Geográfico Português e na base de dados municipal;
- Customização da plataforma MunisigWEB com vista à disponibilização da informação na Internet/Intranet e ao apoio a outros serviços municipais;
- Criação de bases de dados gráficas e alfanuméricas de diversos tipos de equipamentos públicos e privados;



- Processo de digitalização e recolha de informação de processos do urbanismo anteriores a Novembro de 2008 para carregamento da base de dados;
- Carregamento de dados referentes a eixos de via, instituições sociais, cartografia e alvarás de loteamento;
- Colocação de marcas coordenadas com o objetivo da criação de uma rede topográfica de apoio a diferentes entidades;
- Processo de testes de diferentes algoritmos de conversão de sistema de coordenadas do D73HG para PT-TM06.
- Disponibilização e atualização dos Instrumentos de Gestão Territorial na Intranet e na Internet.
- Concretização da entrada em produção da aplicação de fornecimento de plantas de localização na Loja do Município Online.
- Foi iniciada a análise dos dados e criação de geodatabase da rede de águas pluviais.
- Criação e edição da base de dados dos Transportes Públicos do STCP e criação de um site de apoio à divulgação desta informação.

Execução do Plano de Atividades

- Definição de requisitos e customização para a implementação Sistema Municipal de Moradas.
- Apoio à Proteção Civil com a criação de cenários de acidentes com o software ALOHA.
- Georreferenciação dos utentes do cartão Matosinhos sénior.
- Levantamento e georreferenciação dos edifícios devolutos e degradados.
- Definição de requisitos para a criação de uma base de dados de infraestruturas de comunicações eletrónicas.
- Elaboração de cartogramas de apoio a outros serviços municipais, nomeadamente de apoio aos processos de expropriação de áreas;
- Acompanhamento dos processos da via de Ligação da A28 ao centro urbano de Lavra, da via Do Funtão ao Corgo e da Via Atlântica
- Executaram-se diversos levantamentos cadastrais e topográficos, com importância para a atualização sistemática da carta digital;

Taxa de Execução do GEPE no ano de 2011

Obj/Prog	Cod/Ano/Tipo/Num				Descrição	Clas.Econ.	Exec. Finan. %
2.4.2.4.	01.01	2007	A	63	Sistema de Informação Geográfica	110320/020214	99,92
2.4.2.4.	01.01	2007	A	63	Sistema de Informação Geográfica	110320/020220	100,00
2.4.2.4.	01.01	2007	A	63	Sistema de Informação Geográfica	110320/020219	99,99
2.4.2.4.	01.02	2007	I	54	Sistema de Informação Geográfica	110320/070115	99,98
2.4.2.4.	01.02	2007	I	54	Sistema de Informação Geográfica	110320/070108	47,71
4.3.0.3.	09	2008	A	12	Participação em Sociedades, Associações e outras Instituições	110320/0602030509	61,68
4.3.0.3.	09	2008	A	12	Participação em Sociedades, Associações e outras Instituições	110320/02022509	11,10
4.3.0.3.	01	2007	A	1	Estudos de Âmbito Municipal	110320/020214	72,73

Jurídico e Apoio aos Órgão Autárquicos

O Gabinete Jurídico e de Apoio aos Órgãos Autárquicos é uma unidade orgânica da estrutura dos Serviços Câmara Municipal de Matosinhos e é composta pelo Departamento dos Serviços Jurídicos, integrado pela Divisão do Contencioso Tributário e Contraordenações e pelo Departamento de Apoio aos Órgãos Autárquicos.



1. Os Serviços Jurídicos do Gabinete desenvolvem a sua atividade, essencialmente, nas áreas de assessoria e patrocínio judiciário. Na primeira prestam apoio técnico a todos os Serviços Municipais, enquanto na segunda representam a autarquia nos processos judiciais por si e contra si instaurados.

A Divisão de Contencioso Tributário e Contraordenações está vocacionada, entre outras situações, para a cobrança de taxas devidas ao Município e instauração e tramitação das contraordenações cometidas pelos diversos agentes nos vários ramos de atividade.

Os Serviços Jurídicos, no seu todo, têm obtido grande sucesso no desempenho da sua função.

1.a) Atividade dos Serviços Jurídicos

	<u>2010</u>		<u>2011</u>
Processos Judiciais em tramitação -	151	-	118
Processos Judiciais transitados em julgado -	29	-	34
Pareceres Jurídicos emitidos –	259	-	225

1.b) Divisão de Contencioso Tributário e Contraordenações.

1.bb) SERVIÇOS DE CONTENCIOSO TRIBUTÁRIO

Execução do Plano de Atividades

No que respeita aos processos de ocupação da via pública com condutas de produtos petrolíferos, relativamente ao ano 2011, a situação é a seguinte:

EMPRESA	Nº. PROCESSO	VALOR	SITUAÇÃO DO PROCESSO
BP Portuguesa	22/2004	371.205,34 €	Impugnado
	56/2005	379.741,44 €	Impugnado
	37/2006	388.490,50 €	Impugnado
	34/2007	400.531,96 €	Impugnado
	20/2008	410.544,48 €	Impugnado/Oposição
	70/2010	421.215,97 €	Impugnado
	Subtotal	2.371.729,69 €	
Repsol Portuguesa S.A.	08/2000	285.222,36 €	Impugnado
	15/2000	389.158,10 €	Impugnado
	12/2001	400.511,40 €	Impugnado
	24/2002	418.146,39 €	Impugnado
	31/2003	432.777,79 €	Impugnado
	25/2004	447.053,89 €	Impugnado
	53/2005	457.333,70 €	Impugnado
	40/2006	467.878,19 €	Impugnado
	39/2007	482.377,21 €	Impugnado
	24/2008	494.430,76 €	Impugnado/Oposição
	74/2010	507.289,79 €	Impugnado
	Subtotal	4.782.179,58 €	
Petróleos Portugal Petrogal S.A	11/2000	266.379,03 €	Impugnado/Oposição
	14/2000	363.483,11 €	Impugnado/Oposição
	76/2000	306.261,91 €	Impugnado/Oposição
	11/2001	374.093,41 €	Impugnado/Oposição
	23/2002	719.692,02 €	Reclamação do ato 10/08/2011
	30/2003	744.879,24 €	Impugnado/Oposição
	24/2004	769.453,25 €	Impugnado/Oposição
	55/2005	787.134,62 €	Impugnado
	39/2006	805.269,48 €	Impugnado
	121/2007	830.209,92 €	Impugnado
	22/2008	850.944,69 €	Impugnado
	73/2010	873.078,32 €	Impugnado
	98/2010	396.083,00 €	Reclamação Graciosa e Impugnado
	233/2011	415.720,00 €	Reclamação Graciosa e Impugnado
	Subtotal	8.502.682,00 €	
Portgás - Soc. Prod. E Dist.Gás S.A.	99/2004	1.724,54 €	Impugnado
	100/2004	1.116,26 €	Impugnado
	105/2004	2.428,92 €	Impugnado/Oposição
	160/2004	298,41 €	Impugnado
	57/2005	37.939,40 €	Impug/Opos. (C.P. Porto)
	06/2006	252,47 €	Impugnado
	22/2006	732,11 €	Impugnado
	308/2006	447.095,00 €	Envio C.P. Porto (Citação)
	08/2007	742,68 €	Impugnado
	18/2007	75,82 €	Impugnado
	26/2007	1.540,33 €	Impugnado
	36/2007	298.645,16 €	Impugnado
	122/2007	7.776,11 €	Impugnado/Oposição
	155/2007	1.913,85 €	Impugnado/Oposição
	14/2008	1.008,75 €	Impugnado/Oposição
Acordo com a Câmara pagaram todas estas quantias exequendas.	23/2008	311.151,94 €	C.P. 4/2008
	113/2008	463,10 €	Impugnado/Oposição
	137/2008	923,62 €	Impugnado/Oposição
	21/2009	13.854,13 €	Impugnado/Oposição
	Subtotal	1.129.682,60 €	
	Valor Total	16.786.273,87 €	

Execução do Plano de Atividades

Quanto aos processos relativos à cobrança de dívidas de outra natureza, o movimento no ano 2011, foi o seguinte:

TIPO DE RECEITA	CERTIDÕES	QUANTIA EM DÍVIDA
PUBLICIDADE	127	28.911,25 €
OCUPAÇÃO VIA PÚBLICA	209	31.013,92 €
METROLOGIA	85	3.042,73 €
OSSÁRIOS	250	2.498,31 €
RECOLHA DE LIXOS	7	2.656,78 €
FISCALIZAÇÃO	2	1.157,82 €
D.G.U. (a)	7	252.168,24 €
ARMAZÉNS	7	10.942,15 €
TOTAL	694	332.391,20 €

(a) Este tipo de receita tem 1 certidão de dívida no valor de 228.256,00 € da empresa “Sobral e Melo SA”, esta apresentou impugnação judicial do ato de indeferimento expresso da reclamação graciosa que deduziu contra a liquidação.

(b) Os valores apurados referem-se aos processos instaurados até ao dia 31/12/2011.

1.bbb) Secção de Contraordenações

	<u>2010</u>	<u>2011</u>
Processos Registados CO	1644 -	1738
Processos Arquivados CO	1689 -	1410
Processos em Tramitação CO	2070 -	1996
Processos em Tribunal CO	665 -	402
Ofícios	2819 -	3307

RECEITAS	<u>2010</u>	<u>2011</u>
Coimas e custas	€106.379,52	€126.884,93

1.b) Atividade dos Serviços de Apoio aos Órgãos Autárquicos

Os Serviços de Apoio aos Órgãos Autárquicos, para efeitos legais, são equiparados a Departamento Municipal, e de acordo com o seu conteúdo funcional, são transversais a toda a autarquia.

Em 2011, este Departamento Municipal teve a seu cargo dois atos eleitorais, designadamente as Eleições Presidenciais 2011, realizadas a 23 de Janeiro, e as eleições legislativas 2011, realizadas a 5 de Junho, traduzindo-se num aumento exponencial de trabalho. De salientar que todos os trâmites decorrentes de atos eleitorais são, unicamente, da exclusiva responsabilidade destes serviços.

A cargo desta unidade orgânica estão também, de forma parcial, juntamente com o Gabinete de Atendimento ao Município, todas as tarefas próprias do sistema de gestão documental, considerando que estes serviços centralizam a desmaterialização dos documentos em papel para o formato eletrónico, registo dos mesmos e o seu encaminhamento para todas as unidades orgânicas/serviços municipais, de acordo com a Estrutura e Organização dos Serviços do Município de Matosinhos. De forma a facilitar a tramitação subsequente dos procedimentos administrativos, e de acordo com as tarefas

Execução do Plano de Atividades

impostas pela aplicação de gestão documental, todo o volume de trabalho nos SAOA aumentou consideravelmente, bem como o grau de responsabilidade exigido por parte de todas as colaboradoras que desempenham funções no Departamento, sempre com o maior zelo e com o objetivo de prestar um serviço de excelência.

É da competência dos SAOA assegurar a tramitação do expediente geral, designadamente a receção, tratamento, distribuição e arquivo de toda a correspondência recebida, via CTT, Email ou Fax, da correspondência expedida e de outros documentos de tramitação interna. Em 2011 foram criados 34.594 registos de entrada, dos quais 5.743 são emails e 1.092 são faxes. Foram criados ainda 34.330 registos de saída e 1.560 registos de Recursos Humanos.

É ainda da competência destes serviços garantir o apoio administrativo e de secretariado aos Órgãos Municipais, bem como preparar as agendas e o expediente das reuniões do Executivo e da Assembleia Municipal, bem como a tramitação dos respetivos documentos. Assim, em 2011 foram realizadas 31 reuniões da Câmara Municipal, com tramitação de 836 documentos e 7 sessões da Assembleia Municipal com tramitação de 80 documentos.

Também a coordenação de todas as ações de relacionamento com as Juntas de Freguesia, Associação Nacional de Municípios Portugueses e Área Metropolitana do Porto, são funções atribuídas a esta unidade orgânica. Em consequência, no decorrer de 2011, verificou-se a elaboração e tramitação de 84 documentos relativos às Juntas de Freguesia, de 244 documentos relacionados com a Associação Nacional de Municípios Portugueses e 64 documentos relacionados com a Área Metropolitana do Porto.

Dentro das competências desta unidade orgânica, destacam-se também outras funções desenvolvidas no decorrer de 2011, e cujos resultados foram os seguintes:

- Emissão de documentos a certificar assuntos constantes das atas dos Órgãos Municipais: 110
- Arquivo e tratamento de Protocolos: 262
- Registo de Avisos: 135
- Registo de Despachos: 25
- Registo de Editais: 251
- Registo de Ordens de Serviço: 18
- Diários da República – Consulta diária e seleção da legislação essencial
- Elaboração de Informações: 66
- Elaboração de ofícios diversos: 547



Execução do Plano de Atividades

Recursos Humanos

O ano de 2011 caracterizou-se pela implementação da nova macroestrutura.

No que toca ao processo de avaliação de desempenho, o ano de 2011 foi o arranque do novo sistema, que se caracteriza pela avaliação das diferentes unidades orgânicas com base em objetivos de eficácia, eficiência e de qualidade. O processo decorreu com toda a normalidade e podemos afirmar que os resultados foram bastante satisfatórios, designadamente na avaliação dos próprios serviços e, consequentemente, da própria organização.

Continuamos a viver um contexto socioeconómico difícil e que traduz reflexos menos positivos no capital humano da autarquia. O ano de 2011 ficou marcado pelas restrições salariais, a estagnação das carreiras e todo um conjunto de medidas menos abonatórias para os funcionários públicos.

O Departamento de Recursos Humanos foi alvo de uma auditoria global por parte da Inspeção Geral de Finanças, em que foram analisadas todas as áreas do serviço mas com particular incidência nas remunerações, abonos, pagamentos em geral (opção gestionária), trabalho extraordinário e todas tramitações procedimentais que implicassem despesa. Apesar de causar, inevitavelmente, um aumento de tarefas por parte do departamento, consideramos que a inspeção correu bem.

O Departamento de Recursos Humanos continuou a procurar otimizar os recursos para que o nosso cliente final, o trabalhador, se sinta integrado e apoiado no seio da organização. É essencial compreender a reação dos colaboradores em contextos de mudança, como o que temos vivido nos últimos tempos. Só assim, poder-se-á encontrar uma resposta que pode ser decisiva e pode contribuir para marcar a diferença entre a evolução positiva/crescimento de uma instituição.



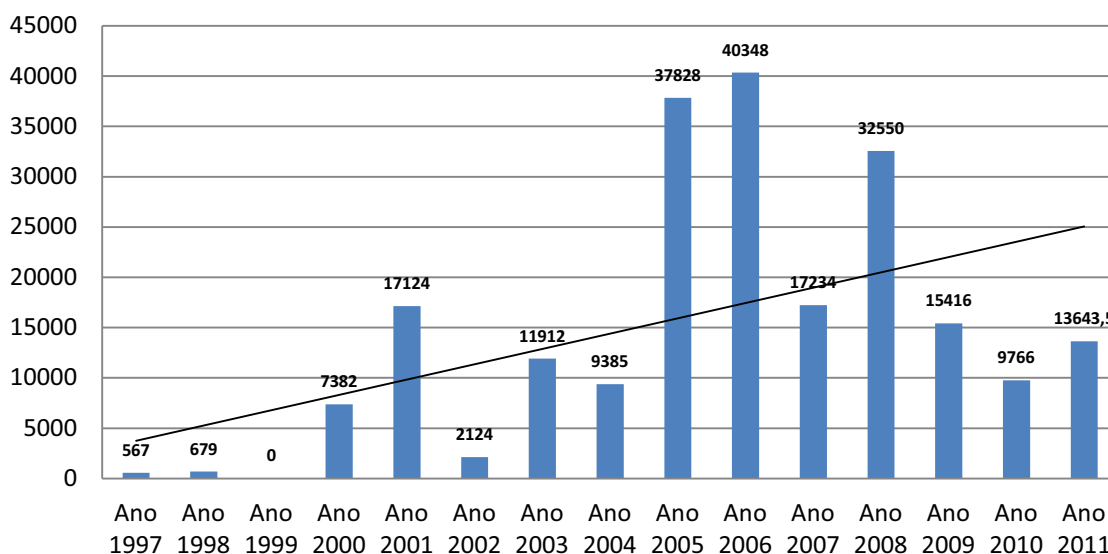
Formação Profissional

Em 2011, executaram-se 64% dos cursos previstos no Plano de Formação de 2011 e realizaram-se 3 cursos de formação interna que não estavam previstos no Plano de Formação inicial. Realizaram-se 28 inscrições em cursos de formação externa, previstos nos Planos Individuais de Formação e 64 inscrições em cursos não previstos. Realizaram-se ainda 240 horas ao abrigo da autoformação. 13,4% dos colaboradores atingiram as 15 horas de formação, valor este definido pela Administração. Em média, cada colaborador frequentou 7,2 horas de formação em 2011. Cada hora de formação custou 0,90€ à autarquia.



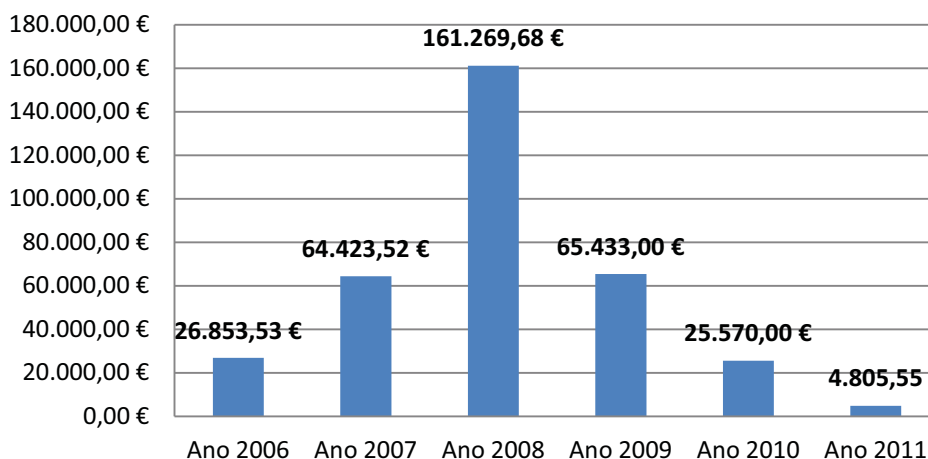
Execução do Plano de Atividades

Evolução do volume de formação



O volume de formação aumentou ligeiramente em relação a 2010. Apesar das restrições orçamentais e da diminuição da formação financiada, a autarquia procurou promover ações de formação internas não certificadas, ou seja, através de recursos internos.

Evolução do investimento em formação profissional



Pela visualização do gráfico podemos verificar que os custos com a Formação Profissional aumentaram significativamente até 2008 e, a partir de 2009, registaram uma redução significativa. O ano 2011 regista o menor valor dos últimos 6 anos.

Execução do Plano de Atividades

Análise da evolução do Indicador de Eficiência

Ano	Volume de formação (horas)	Custo total com a formação	Indicador de eficiência
2005	37 828	13 686,55 €	2,8
2006	40 348	26 853,53 €	1,50
2007	17 234	64 423,52 €	0,27
2008	32 550	161 269,68 €	0,20
2009	15 416	65 433,00 €	0,24
2010	9 767	25 570,00 €	0,38
2011	13 643,5	4 805,55 €	2,84

O Indicador de Eficiência (Volume de formação/ Custo total com a formação) diminuiu até 2008, o que representa uma perda da eficiência, no entanto, em 2009 e 2010 aumentou ligeiramente. O ano 2011 regista o melhor valor de sempre, ou seja, apesar do volume de formação ter diminuído, os custos com a formação também diminuíram consideravelmente.

Na auditoria externa da Qualidade não foram detetadas não-conformidades neste serviço, no entanto, a Avaliação da Eficácia da Formação aponta para alguns aspetos que podem ser melhorados, nomeadamente, através da realização de cursos “à medida”. Nos últimos tempos, tem-se tentado promover reuniões entre os formadores e os serviços que solicitam as formações, a fim de definirem o conteúdo programático ideal. Nas ações de formação externas, é mais difícil fazer esse tipo de intervenção.

Medicina do Trabalho

Em 2011 registou-se uma grande alteração ao serviço de Medicina do Trabalho, uma vez que foi lançado concurso público para prestação destes serviços e ganhou a empresa S24GROUP. Importa referir que a antiga empresa, Medicisforma, trabalhava com a autarquia desde 2005.

Alguns ajustamentos tiveram que ser feitos, designadamente, a mudança de médicos do

trabalho, de enfermeira e da própria forma de organização do serviço. Este momento foi aproveitado para implementar muitas melhorias ao nível da desburocratização do serviço.

Realizaram-se as cerca de 1200 consultas periódicas. Todavia, continua a registar-se um elevado número de faltas às consultas. Para fazer face a este problema, em 2011, solicitou-se aos superiores hierárquicos a justificação das faltas uma vez que cada uma representa cerca de 10€ de custo para a autarquia.



Execução do Plano de Atividades

No início do ano, realizaram-se rastreios auditivos e visuais aos colaboradores da CMM.

O controlo da tensão arterial é feito semanalmente pela enfermeira da empresa que, para além do serviço administrativo relacionado com o Gabinete Médico, também realizou Sessões Práticas de Socorrismo para os colaboradores da CMM, assim como sessões informativas sobre colesterol, hipertensão arterial, diabetes, prevenção do cancro da próstata/ mama, cuidados com queimaduras/ feridas, hábitos de vida saudáveis e ergonomia.

Foi ainda disponibilizado o serviço de nutricionismo, consultas antitabágicas e consultas de tratamento de obesidade e prescrição de exercício físico.

O serviço de Medicina do Trabalho foi organizado segundo as normas da ISO 9001:2008, e na auditoria interna realizada pelo GAQ não foram detetadas não-conformidades.

Higiene e Segurança no Trabalho

O ano 2011 fica marcado pela transferência de um Técnico Superior de Higiene e Segurança no Trabalho para o edifício administrativo dos Armazéns Gerais. O objetivo desta mudança foi o de criar maior proximidade com a classe operária.

Ao longo do ano foram efetuadas diversas reuniões com a Divisão de Compras e Aprovisionamento, com a Comissão de Higiene e Segurança no Trabalho e com empresas fornecedoras de Equipamentos de Proteção Individual a fim de analisar os equipamentos existentes no mercado e definir as características técnicas dos EPI's para a aquisição futura de equipamentos. Deste trabalho resultou a aquisição de calçado de proteção individual (botas e sapatos) para os colaboradores e de luvas, óculos de proteção, manguitos, auriculares e joelheiras. Prevê-se a aquisição dos restantes equipamentos (fardamento) em 2012.

À semelhança dos anos anteriores, os TSHST realizaram formação em contexto real de trabalho.

A proposta de Regulamento Interno de Prevenção do Consumo de Bebidas Alcoólicas foi aprovada pela Comissão de Higiene e Segurança no Trabalho e pela Autoridade para as Condições de Trabalho, no entanto, a sua implementação aguarda ainda a aprovação da Comissão de Trabalhadores e do Centro Nacional de Proteção de Dados.

O serviço de HST contou ainda com a colaboração de um estagiário na elaboração de procedimentos de trabalho relacionados com as tarefas do pessoal operário.

Assinalou-se o Dia Nacional de Prevenção e Segurança no Trabalho, dia 28 de Abril, com uma mensagem para todos os colaboradores solicitando a estes o envio de sugestões de melhoria das condições de trabalho, tendo sido posteriormente enviada resposta às questões/ sugestões indicadas.

Deu-se ainda continuidade à análise dos acidentes de trabalho segundo a metodologia RIAAT.

Acidentes de Trabalho e Doenças Profissionais

A prestação de serviços de Seguro de Acidentes de Trabalho com a nova seguradora, GENERALI, decorreu dentro da normalidade e, para além da diminuição significativa do custo do prémio (corte de 47%) em relação à seguradora anterior, registou-se ainda uma melhoria ao nível da produtividade uma vez que o número de dias de baixa diminuiu consideravelmente.

Realizou-se ainda um ajuste direto com a mesma companhia para o seguro de acidentes pessoal dos autarcas.

Execução do Plano de Atividades

Registou-se uma diminuição de cerca de 20% dos acidentes de trabalho face ao ano anterior (109 acidentes em 2010 e 87 acidentes em 2011). Esta redução resulta de inúmeros fatores, entre os quais, as diversas medidas que têm vindo a ser implementadas ao nível da higiene e segurança no trabalho, designadamente a formação/ sensibilização, aquisição de equipamentos de proteção individual, obras nas instalações, entre outras.

Deu-se início à organização do serviço de Acidentes de Trabalho segundo as normas da ISO 9001:2008.

Ao nível das Doenças Profissionais, no ano 2011 foram participadas 2 suspeitas de doenças profissionais e vieram confirmadas 14 (10 adquiridas na CMM, das quais 6 resultaram em 0% de incapacidade, e 4 adquiridas noutras entidades) pelo CNPCRP.

Gabinete de Apoio Social

Realizaram-se 512 consultas, referentes ao acompanhamento de 43 utentes. A Assistente Social atendeu e encaminhou 17 colaboradores.

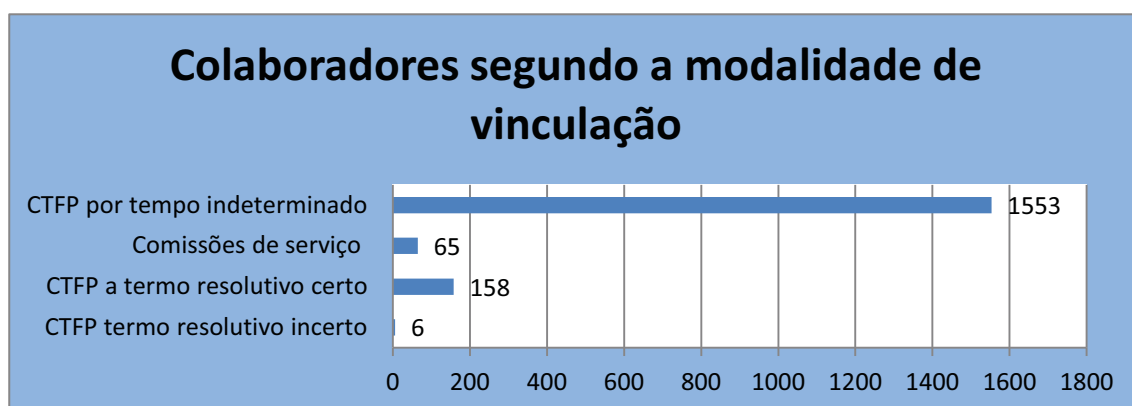
Também no GAS se deu início à organização do serviço segundo as normas da ISO 9001:2008.

À semelhança dos anos anteriores, aplicou-se o Inquérito de Avaliação da Satisfação dos Colaboradores, que registou uma diminuição no número de participantes. Na análise da linha de tendência da percentagem de satisfação, que tem como objetivo avaliar a sua evolução, verifica-se que houve um aumento da satisfação em quase todas as variáveis em estudo.

No âmbito da participação do projeto da Rede Social, procurou-se implementar a linguagem inclusiva nos documentos e impressos do DRH, pediu-se um parecer jurídico acerca do banco de horas para apoio a menores e criou-se o Projeto Nova Etapa que tem como objetivo promover o envelhecimento ativo dos colaboradores aposentados.

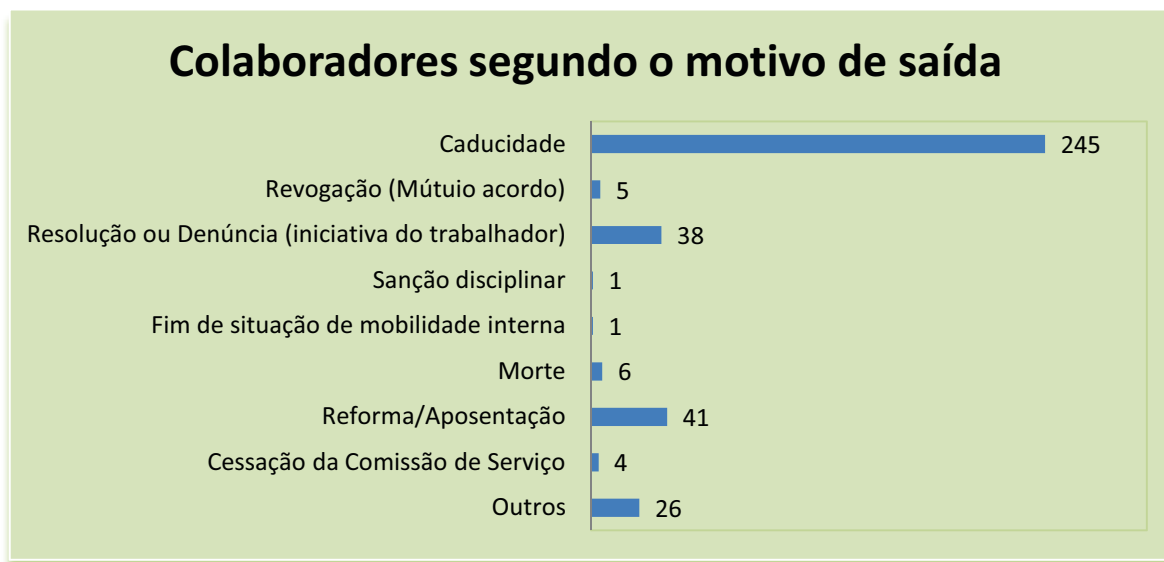
MAPA DE PESSOAL

De acordo com a macroestrutura, o Mapa de pessoal foi adaptado às necessidades da organização, detendo a autarquia 1553 colaboradores em regime de contrato de trabalho por tempo indeterminado, 164 trabalhadores em regime de contrato de trabalho a termo resolutivo, e 65 comissões de serviço (51 relativas a pessoal dirigente e 14 relativos a membros do GAP/GAV).

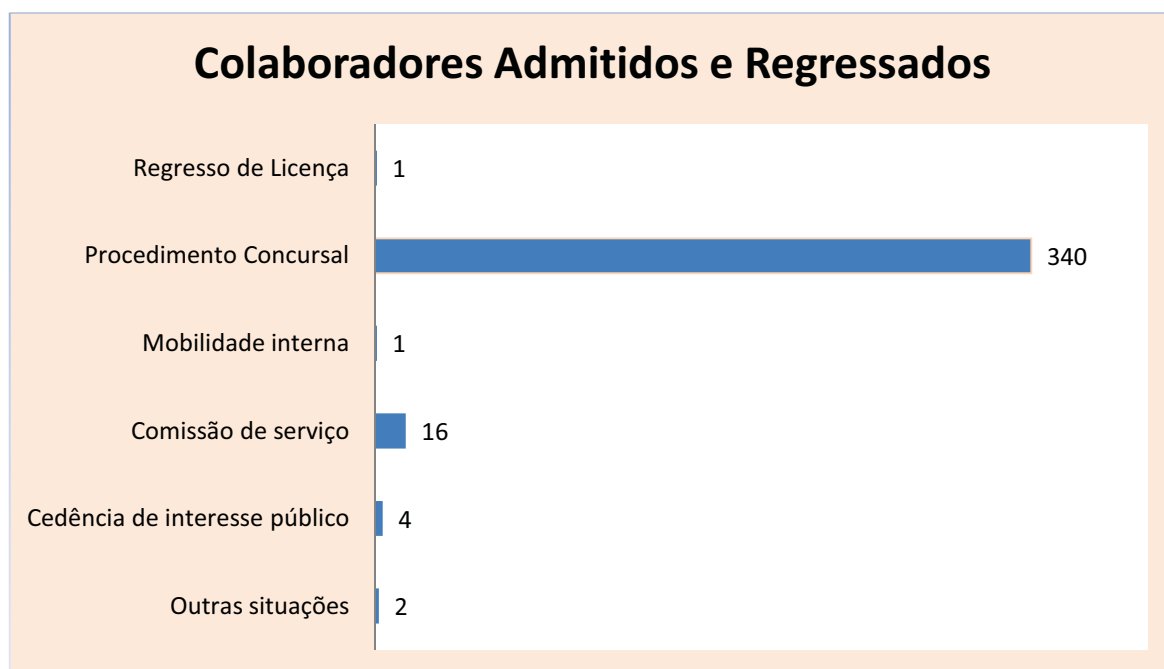


Execução do Plano de Atividades

Em relação às saídas, o número mais elevado a registar prendeu-se com a caducidade de contratos e resolução, denúncia ou exoneração por parte dos trabalhadores. Ocorreram 245 caducidades de contratos a termo resolutivos, 41 aposentações e outras situações com menor expressão como se pode verificar no seguinte gráfico:

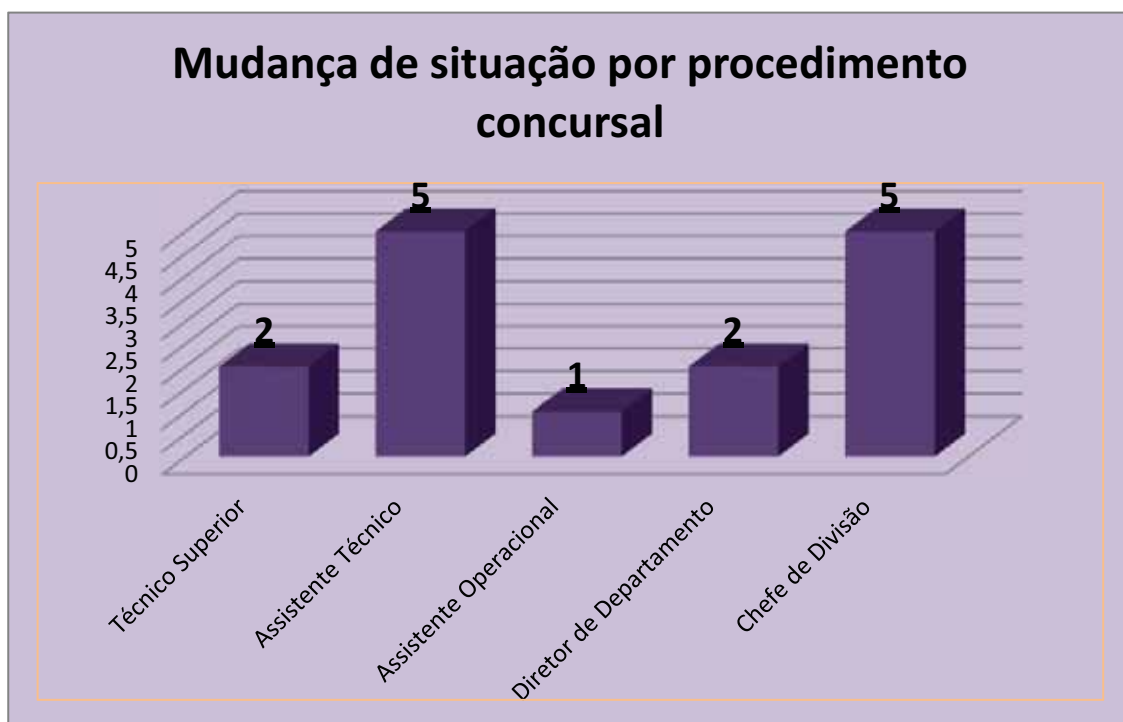


Foram admitidos por procedimento concursal 340 trabalhadores, conforme o gráfico abaixo designado:



Execução do Plano de Atividades

Na mudança da situação, destacam-se 15 mudanças ocorridas na sequência de procedimento concursal, 7 das quais em cargos de direção.



Por último, no que concerne às prestações de serviços, verificou-se que, num universo total de 20 prestações que vigoraram durante o ano de 2011, as mesmas apresentam-se com a seguinte distribuição percentual:



Execução do Plano de Atividades

Cultura

No pressuposto de que a Cultura deve ser entendida cada vez mais como um sector prioritário na definição de estratégias de desenvolvimento de qualquer região, a Autarquia de Matosinhos prosseguiu (embora com algumas limitações) com as principais linhas de atuação que vem desenvolvendo nos últimos anos, mantendo uma programação e oferta cultural coerentes, qualificadas e continuadas, assente numa cuidada gestão e maior potencialização dos equipamentos culturais que possui, nomeadamente o Cine Teatro Constantino Nery, a Biblioteca Municipal Florbela Espanca, o Museu da Quinta de Santiago, a Galeria Municipal e outros espaços expositivos, a que se veio juntar, já no final de 2011, o Centro de Arte Moderna de Matosinhos Gerardo Rueda.

A música clássica, as artes plásticas, a promoção do livro e da leitura, a salvaguarda e dinamização da memória histórica do concelho e a articulação com outros agentes culturais do concelho estiveram, entre outras, no cerne das principais preocupações desta área da atividade do Município.

Divulgação do Património e da Memória Histórica



2011 fica marcado pelo **centenário de Fernando Pinto de Oliveira** (Leça da Palmeira, 1911-1975), personalidade marcante na história da região, tendo presidido aos destinos da Câmara Municipal de Matosinhos entre 1958 e 1970.

No âmbito das comemorações promovidas pela Autarquia dever-se-á salientar a edição de uma fotobiografia, da autoria de A. Magalhães Pinto, e a realização de uma exposição evocativa, no Museu da Quinta de Santiago: “Fernando Pinto de Oliveira...Um Homem além do seu tempo”, patente entre

15 de Setembro de 2011 a 5 de Fevereiro de 2012, com cerca de 2 mil visitantes.

Também no Museu da Quinta de Santiago dever-se-á referir a realização, entre 3 de março e 29 de maio, da exposição “Urbevoluções” que, assente de forma exclusiva na coleção de arte municipal, permitia uma visita diacrónica e evolutiva das zonas ribeirinhas de Matosinhos e Leça da Palmeira, e às profundas transformações urbanísticas e sociais de que tais áreas foram palco dos finais do século XIX à segunda metade do século XX.

O **Gabinete Municipal de Arqueologia e História** prosseguiu os seus trabalhos de inventariação da Carta Arqueológica de Matosinhos, tendo paralelamente realizado um conjunto de iniciativas de divulgação dos temas da história e património do concelho, através do ciclo de conferências “À Conversa com a História” e do programa “A Arqueologia vai à Escola”. Ao longo de 2011, o público abrangido por estes programas atingiu 3082 pessoas.

Ainda no âmbito do património histórico, referência também para a realização, em 10 de Setembro, de um **Encontro Internacional sobre os Caminhos de Santiago**, integrada na

Execução do Plano de Atividades

iniciativa “Os Hospitalários no Caminho de Santiago/Feira medieval de Leça do Balio e incluindo uma mesa-redonda envolvendo representantes de todos os albergues portugueses do Caminho Português para Santiago, a norte do Douro, e também representantes de diversos albergues galegos.



A valorização dos espaços museológicos existentes no concelho prosseguiu através da ação da **Rede de Museus de Matosinhos-MuMa**. Por seu intermédio, e com o apoio dos serviços educativos da Divisão da Promoção Cultural e Museus foram assegurados cerca de uma centena de visitas e ateliês lúdico-

pedagógicos nos diversos museus por nós apoiados.

Em 2011 o número de participantes aumentou 37,6%, atingindo um total de 2547, ou seja, um novo máximo anual desde a criação deste serviço em 2007.

A partir de Junho os participantes nas atividades da MuMa e responsáveis de grupo passaram a preencher inquéritos de satisfação. Até final de 2011 foram preenchidos 453 inquéritos, sendo o índice global de satisfação de 92%.

Prosseguindo a sua **política editorial**, a Autarquia procedeu não só à edição da fotobiografia de Fernando Pinto de Oliveira, já atrás referida, mas também ao apoio da publicação de alguns títulos, nomeadamente “A História de Inês de castro” (ilustrada pelo pintor matosinhense José Emídio) e “Senda de Lágrimas” (do jovem poeta leceiro Miguel Rocha dos Santos).

O **Museu da Quinta de Santiago** prosseguiu em 2011 a sua missão de salvaguarda e valorização da memória histórica do concelho alicerçada de um modo privilegiado na arte. Além das duas exposições já atrás referidas, dever-se-á salientar também a continuação do programa “Q2 – museu aberto até à meia-noite” que, como o próprio nome indica, permitiu a abertura deste espaço museológico municipal em horário noturno



(algumas quintas feiras por mês) acompanhada de atividades especiais, nomeadamente visitas teatralizadas, literárias e “às escuras”. Incluído igualmente neste programa, prosseguiu o Projeto “Salve a Língua de Camões”, em 2011 na sua 7ª edição, que permitiu a leitura dramatizada de textos de autores este ano exclusivamente brasileiros.

Participaram nestas aberturas noturnas do museu 511 pessoas.

Além das visitas às exposições, ao longo do ano o Museu promoveu também um conjunto muito alargado de iniciativas (ateliês, ocupações de tempos livres para crianças em férias, festas nos jardins, cursos para seniores em colaboração com a Associação Universidade Sénior de Matosinhos, visitas comentadas à cascata leceira)

Ao longo do ano 15 220 pessoas usufruíram das exposições e atividades promovidas no Museu da Quinta de Santiago.

Execução do Plano de Atividades

Serviços Educativos

Os Serviços Educativos da Divisão de Promoção Cultural e Museus prosseguiram, na senda do que já vinham realizando em anos anteriores, uma atividade que, embora centrada no Museu da Quinta de Santiago, se alargou também a outros espaços culturais da Autarquia (Galeria Municipal, Biblioteca Municipal...) e aos espaços museológicos da MuMa-Rede de Museus de Matosinhos

Ao longo de 2011 os Serviços Educativos foram utilizados por 6129 pessoas (cuja avaliação, através de inquérito, atingiu um grau de 97% de satisfação).

ANIMAÇÃO

Em 2011 a Autarquia prosseguiu com um conjunto muito significativo de ações de animação cultural de inegável impacto na Área Metropolitana e mesmo fora desta.

Recriação Histórica “Os Hospitalários no Caminho de Santiago



Tendo decorrido entre 8 e 11 de Setembro e envolvendo mais de 350 mil visitantes, esta recriação decorreu como vem sendo habitual desde 2006 na envolvente do belíssimo Mosteiro de Leça do Balio, Monumento Nacional, e pautou-se pela recriação do ambiente da época medieval. Tendo como principais objetivos a promoção dos Caminhos de Santiago no Concelho de Matosinhos e divulgação do Mosteiro de Leça do Balio, a edição de 2011 incluiu 6 concertos de música medieval ou de inspiração medieval, e contou com mais de 200 artesãos, 8 grandes encenações/recriações históricas, 245 ações de animação, 16 tabernas, envolvendo 184 animadores.

Dancem Todos

Iniciado em 2006, o projeto “Dancem Todos” surgiu com o intuito de apoiar e divulgar o trabalho que é realizado pelas escolas de dança do concelho, promovendo e valorizando a dança como meio de expressão artística. Em 2011, este projeto dividiu-se em dois momentos distintos, um no Verão, ao ar livre (de 12 a 17 de Julho, com cerca de 3.000 espetadores e envolvendo 10 escolas de dança do concelho), e outro no Inverno, em recinto fechado (de 8 a 11 de dezembro, em sessões esgotadas no Cine Teatro Constantino Nery, envolvendo oito escolas e 1.268 espetadores).



Beach Party

Realizou-se em 22 de julho, na praia do Aterro, mais uma edição da “Nova Era Beach Party”, uma das maiores festas de música de dança que se realiza em Portugal. 50 mil participantes assistiram às atuações ao vivo de dj's de renome nacional e internacional como David Guetta, Sebastian Ingrosso, Alesso, Crazy White Boy e Sexy Sound System. A programação incluiu também passagem de modelos e espetáculos visuais.

Execução do Plano de Atividades

Noites no Museu

De julho a setembro decorreram nos belos jardins do Museu da Quinta de Santiago, uma série de iniciativas temáticas, subordinada ao tema “Noites no Museu”. Do ambiente da década de 60, numa festa “Flower Power”, aos acordes do jazz através da Orquestra de Jazz Matosinhos, passando pelas danças Folk” e pelos “Anos 80” 1.218 visitantes usufruíram destas iniciativas.

ARTES PLÁSTICAS

As artes plásticas continuaram a merecer um destaque muito especial na programação cultural da Autarquia. Ao longo do ano em análise 6064 pessoas visitaram as seguintes exposições: 'Mensagens', Galeria Nave dos Paços do Concelho, de 25 de Maio a 18 de Junho 2011; 'Os Outros de Nós', no Museu da Quinta de Santiago, de 23 de Julho a 04 de Setembro 2011; '100 Marés. Pintura e Desenho de Augusto Gomes', na Galeria Municipal, de 25 setembro 2010 a 20 fevereiro 2011; 'Identidade(s)', na Galeria Municipal 5 março a 10 abril; 'Diálogos com a Coleção Gerardo Rueda', 28 de Maio a 03 de Julho; IV Simpósio de Pintura / Escultura', na Galeria Municipal, de 6 a 12 de Julho; 'Blind date' de Ana Cardoso, na Galeria Municipal, de 6 de agosto a 11 de Setembro; “Reflexões sobre fantasmas” de Henrique Silva, na Galeria Municipal, de 30 de setembro a 20 de Novembro; e “Carlos Carreiro na coleção de Carlos Carreiro”, na Galeria Municipal, de 26 de Novembro 2011 a 29 de janeiro de 2012.



CAM – Centro de Arte Moderna Gerardo Rueda – Matosinhos

Inaugurado, com a presença de diversas individualidades portuguesas e espanholas, a 14 de dezembro de 2011 e ocupando o espaço da antiga Galeria Nave, no piso subterrâneo do edifício dos Paços do Concelho, o novo CAM - Matosinhos resulta de um protocolo de colaboração entre a Autarquia e a espanhola Fundação Gerardo Rueda, proprietária de uma das maiores coleções de arte contemporânea da Europa. O CAM Matosinhos tem por objetivos a criação de uma programação regular no campo das artes plásticas, onde se apresenta uma exposição permanente desta magnífica coleção, e paralelamente, em espaço próprio, várias exposições temporárias.

A par das salas de exposição, o CAM disponibiliza um serviço de acolhimento ao visitante, dispondo de bilheteira, de um espaço de livraria e loja onde poderão ser adquiridos materiais diversos, desde catálogos e livros de arte, a produtos de merchandising do CAM e obra gráfica de vários artistas.

Execução do Plano de Atividades

Durante as duas semanas que esteve aberto ao público em 2011, o CAM acolheu 959 pessoas.



ASSOCIATIVISMO

Ao longo de 2011, e reconhecendo o papel incontornável do tecido associativo do concelho, na dinamização cultural e recreativa do território, a Autarquia estabeleceu um conjunto muito significativo de contratos-programa com múltiplas instituições concelhias. Concretamente foram atribuídos subsídios monetários num valor total de 415.750€ a 18 Comissões de Festas, a 14 projetos/associações de folclore, 4 de teatro, 7 de música e 6 relativos a outras atividades. De salientar que os apoios em espécie (cedência de autocarro, montagem de palcos, licenças e outros) foram estimados em 36.919€.

MÚSICA CLÁSSICA



A Música Clássica prosseguiu em 2011 como uma das áreas mais representativas da programação cultural da Autarquia. Neste contexto deveremos salientar o alicerçar do projeto “Quarteto de Cordas de Matosinhos”, fundado por iniciativa da Câmara Municipal de Matosinhos em 2007 que, ao longo do ano promoveu um ciclo de concertos mensais ao longo do qual foram tocadas obras de Federico de Freitas, Fernando C. Graça, Fernando Lopes Graça,

Álvaro Salazar, Eurico Carrapatoso – obras encomendadas pela edilidade, Joseph Haydn, Franz Schubert, António Dvorak.

O Quarteto de Cordas de Matosinhos teve cerca de 300 pessoas a assistir aos seus concertos.

Teve igualmente início um ciclo de piano com António Rosado, Ciclo Integral de Sonatas para Piano de Beethoven, com estreia em Outubro e a concluir em junho de 2012.

Referência, também, para um recital de piano com Joana Resende e Fausto Neves (maio), um recital de piano com Jed Barahal (abril), um concerto de música barroca (em julho) e para o concerto da Orquestra Metropolitana do Porto (em setembro) com a participação do pianista António Rosado.

Execução do Plano de Atividades

BIBLIOTECAS

O número de utilizadores das Bibliotecas de Matosinhos, em 2011, foi de 131846. A Biblioteca Municipal Florbela Espanca contribuiu com cerca de 96439 utilizadores, a biblioteca itinerante com 14237 e a Biblioteca Anexa de S. Mamede Infesta com 21170. Estes números são o corolário da intensa atividade e do admirável esforço de todos os seus colaboradores e da consistente política desenvolvida por este executivo na promoção do livro e da leitura, das artes e da cultura em geral.

As bibliotecas consolidaram também a sua incursão *online*. Em termos anuais, o Facebook registou um total de 526803 visitantes, o catálogo *online* foi utilizado 264951, os vídeos da Biblioteca no Youtube foram visualizados num total 918 vezes. O número total de utilizadores das Bibliotecas e catálogo *online*, e dos visitantes das Redes Sociais, em 2011, contabilizou-se em 924541 acessos.



No ano em que o edifício da Biblioteca Municipal Florbela Espanca comemorou 7 anos, 977 novas inscrições de leitores exigiram uma contínua aposta na melhoria da coleção bibliográfica e na dinamização e promoção deste equipamento, através de visitas de estudo, horas do conto, oficinas, lançamentos de livros, exposições, espetáculos de teatro, recitais e concertos, ao longo de todo o ano, com intervenientes de elevada qualidade. Ao longo de todo o ano foi feito um avultado investimento na renovação dos documentos ao dispor do público, na Biblioteca Municipal Florbela Espanca, Biblioteca de S. Mamede Infesta e Biblioteca Itinerante, adquirindo-se obras que cobrem todas as áreas do conhecimento e indo ao encontro dos diversos tipos de leitor, tendo-se registado 32661 documentos emprestados, num universo de 16671 leitores inscritos.

Foi, igualmente, o ano do 6º Encontro Internacional: LEV – Literatura em Viagem. Autores como Filipa Leal, Gonçalo M. Tavares, José Luís Peixoto, Valter Hugo Mãe, José Mário Silva, Afonso Cruz, Ricardo Adolfo e José Rentes de Carvalho, proporcionaram ao público, excelentes momentos de conversa e uma sempre enriquecedora partilha de experiências. Ao longo de 4 dias, um vasto leque de iniciativas teve espaço e tempo, designadamente mesas-redondas, lançamentos de livros, exposições e concertos de música clássica.



Execução do Plano de Atividades

Novamente associada ao LEV, foi promovida uma feira do livro que contou com uma programação paralela que incluiu vários ateliês e encontros com escritores. Ao todo, o LEV e Feira do Livro contaram com a presença de cerca 4637 e 16372 pessoas respetivamente.



Foi promovida entre os meses de Julho e Setembro, no átrio da biblioteca municipal, a “Montra de Reservados da BMFE”. Constituída por 6 montras diferentes, teve por objetivo colocar em destaque as obras e os autores de vários períodos literários, correntes, géneros e temáticas diversas, através de montras bibliográficas dos fundos reservados da BMFE. Esta mostra bibliográfica teve como objetivo principal divulgar o valioso património literário da Câmara de Matosinhos e da sua Biblioteca Municipal. Objetivo amplamente alcançado, visto ter sido visitada por cerca de 300 pessoas.

O projeto “À descoberta da Ciência” iniciado em Setembro, realiza-se todas as últimas terças-feiras de cada mês durante 12 meses, contou com a presença de cerca de 100 jovens, e tem como objetivo fundamental promover nos mais novos o desejo de aprendizagem pela ciência, desenvolvendo assim o seu natural talento para a exploração e para a descoberta.

Outra importante iniciativa foi a 7ª edição da *Festa da Poesia*, que contou com a presença de aproximadamente 1250 pessoas na BMFE e um índice de satisfação de 91%. Este ano, Matosinhos e a sua biblioteca orgulharam-se de receber entre os seus, Manuel António Pina, uma figura ímpar no panorama cultural e literário português, a quem foi atribuída pela Autarquia a Medalha de Mérito Dourada.

É igualmente de destacar o concurso de poesia no Facebook onde participaram 14 concorrentes, com 43 poemas e que contou com 1585 votantes.

As visitas guiadas à BMFE e BASMI registaram ao longo do ano 1655 pessoas.

A exibição semanal de um filme em diferentes categorias, adulto, infantil ou cinema português, têm sempre por base um romance, foi o mote para, uma vez por semana, o projeto “Cinemateca”, promover o Livro, a Leitura e a Cultura em geral, através do Cinema. Esta atividade contou ao longo do ano com a presença de 2122 pessoas.

A Biblioteca Itinerante conta com um acervo bibliográfico cerca de 5000 e 2655 leitores inscritos. A BIM matem igualmente uma atividade considerável no que respeita ao número de empréstimos, 10433, bem como de novos leitores, 228, prosseguiu o seu papel fundamental de ir ao encontro daqueles que têm maior dificuldade de acesso à cultura com novas paragens, designadamente escolas periféricas, estabelecimentos prisionais, juntas de freguesia e unidades hospitalares.

A Biblioteca de S. Mamede Infesta, com 1439 leitores inscritos, registou 125 novos leitores, tendo continuado com uma dinâmica mais próxima dos vários públicos, trabalhando com

Execução do Plano de Atividades

lares de terceira idade e escolas, alargando a sua atividade não só às oficinas da Páscoa, das Férias Grandes e do Natal, mas participando também em importantes eventos como o *Literatura em Viagens*. No dia 2 de Dezembro assinalou a sua primeira década de existência ao serviço da população, momento para celebrar o sucesso deste equipamento cultural. Para assinalar a data, foi preparado um programa especial: Inauguração de dois novos espaços/serviços denominados “O Cantinho do Conto” e a “Cinemateca Júnior”; Dramatização da história intitulada “O Cuquedo” de Clara Cunha, seguida do encontro com a autora; Espetáculo de teatro “Dom Roberto”; Sessão de Cinema “FANTASIA” da Walt Disney; Mostra Bibliográfica de Novidades, entre outras surpresas.

Este foi mais um ano de renovação do Certificado em reconhecimento do seu Sistema de Gestão da Qualidade, de acordo com a norma, internacionalmente reconhecida, ISO 9001, introduzindo assim, melhorias significativas na qualidade dos serviços prestados.

CINETEATRO CONSTANTINO NERY



O Cineteatro Constantino Nery - Teatro Municipal tem como missão a promoção do desenvolvimento das populações através da afirmação das artes cénicas e performativas e da música, constituindo-se como pólo cultural dinamizador da cidade, da Área Metropolitana do Porto e Região Norte.

Com uma programação de qualidade e diversificada, designadamente em áreas como teatro, espetáculos de rua, espetáculos musicais, música clássica, Jazz e bailado, entre outros, pretende-se abranger e fidelizar diversos tipos de público sem descurar as camadas infantis e juvenis.

Articulando desde a sua abertura, em Novembro de 2008, criações próprias com coproduções e acolhimentos, em 2011, a mesma linha de atuação manteve-se, tendo-se realizado 58 espetáculos. Destes salientam-se as produções próprias *Missa do Galo*, *Sicrano de Bergerac* e a reposição de *Amor Solúvel*, a coprodução com o FITEI do Fitei 2011 e com o

Execução do Plano de Atividades

Balletteatro do espetáculo de dança contemporânea Pan Órama. No que concerne aos acolhimentos, salientam-se a ópera La Traviata, Comédia Mosqueta e Brincadeiras Líricas, apresentadas em parceria no âmbito do QREN, concertos como “Abril” de Cristina Branco, Gospeling dos Shout, e peças como Gil Nô, Vai dar banho ao cão, Casamento em jogo e É como diz o outro.



Numa vertente de cooperação, de troca de experiências e de aposta na língua portuguesa destacam-se ainda as digressões a teatros nacionais como O Teatro Circo de Braga, Teatro Municipal de Almada e o Teatrão, de Coimbra e o esforço de internacionalização que vem a ser feito desde 2009 com a participação no Circuito de Teatro Português no Brasil, em S. Paulo onde em 2011 foi apresentada a produção própria Sicrano de Bergerac.

Taxa de Ocupação, Receita de Bilheteira e Índice de Satisfação

A taxa de ocupação do Cineteatro Constantino Nery, em 2011, cifrou-se nos 61,12% e a receita de bilheteira foi de 65.760,00€.



Tendo em conta que a receita de bilheteira da peça “Janis e a Tartaruga” em Almada foi de 2.115,00€, a da ida da peça “Amor Solúvel” a Coimbra de 1.200,00€ e a receita da candidatura do grupo Ato

5 ao QREN (referente aos espetáculos: Savalliana, Comédia Mosqueta, Jorge Moyano, Quarteto de Moscovo, La Traviata e António Maria Cartaxo) foi de 42.672,80€, aferimos que o volume de receita neste ano foi de 111.747,80€.



O Índice de Satisfação por parte do público foi de 92,25%. Este rácio foi apurado por dois métodos diferentes: de Janeiro a Setembro de 2011 o método utilizado deu-nos um índice de satisfação de 98.5%, depois da implementação do Sistema de Gestão de Qualidade o método passou a ser outro aferindo-se assim o rácio de 86% de Outubro a Dezembro de 2011.

A partir de Outubro aferiu-se também o Índice de satisfação infanto-juvenil com a implementação de um sistema intitulado “estendal” em que a taxa de satisfação foi de 95%.

Educação e Formação

Com o objetivo último de garantir à comunidade educativa matosinhense respostas adequadas e eficazes, num trabalho de contínua avaliação e adaptação aos desafios que se colocam nos territórios educativos, a Educação manteve um forte investimento na renovação e manutenção do parque escolar, na ação social escolar e na gestão de recursos humanos não docentes. Concomitantemente, a DEF continuou a apostar na implementação de projetos pedagógicos que complementassem o papel e a ação das escolas, ampliando a sua intervenção através de estratégias de prevenção e promoção.

As atividades da DEF, em 2011, foram assim desenvolvidas, considerando as seguintes vertentes:

- 1. Projetos**
- 2. Mobilização da Comunidade Educativa**
- 3. Ação Social Escolar**
- 4. Planeamento e Gestão das Instalações e Equipamentos Educativos**
- 5. Gestão dos Recursos Humanos Não Docentes**

1. Projetos

Foram vários os projetos desenvolvidos na área da Educação, em Matosinhos, durante o ano de 2011, com vista a contribuir, especialmente, para a complementaridade entre a atividade curricular e cívica:

- Escola a Tempo Inteiro;
- “A Ler Vamos...”;
- Matosinhos aposta nos 12 anos de escolaridade (EPIS);
- Projeto de Integração Escolar e Social;
- Regime de Fruta Escolar.

Deu-se continuidade à organização/implementação do projeto **Escola a Tempo Inteiro**, nomeadamente através da colaboração e dinamização de atividades de caráter educativo, curricular e extracurricular.

É de salientar a continuidade do projeto - **Iniciação à Prática do Golfe no 1.º Ciclo do Ensino Básico**. O sucesso alcançado no ano letivo anterior reforçou a parceria estabelecida entre a autarquia, a Federação Portuguesa de Golfe, o clube CITY GOLF e os Agrupamentos de Escolas, resultando num alargamento da oferta de golfe outdoor para 22 turmas.

Paralelamente, os professores da Atividade Física e Desportiva desenvolveram esta modalidade em regime indoor, contando para isso, com o equipamento fornecido pela Federação Portuguesa de Golfe, abrangendo, desta forma, a totalidade dos alunos.

A democratização do acesso à prática do golfe aos alunos do 1.º ciclo do ensino básico do Concelho de Matosinhos é a dimensão central deste projeto, que tem contribuído para o cumprimento de um dos objetivos fundamentais da Escola a Tempo Inteiro, que se traduz no desenvolvimento de parcerias locais potenciando outras experiências de caráter cultural e desportivo, enriquecendo o currículo dos alunos do Concelho.

Execução do Plano de Atividades

Em 2011, o projeto “A Ler Vamos...” continuou a abranger todos os Agrupamentos de Escolas e IPSS’s do Concelho.

Número total de pessoas abrangidas em 2011	Número de pessoas abrangida, por sexo	Tipologia da população
1548 no ano letivo 2010/11	53% sexo feminino 47% sexo masculino	Crianças da educação pré-escolar e 1.º ciclo
2818 no ano letivo 2011/12	50,8% sexo masculino 49,2% sexo feminino	

Objetivos Definidos para 2011	Resultados Alcançados em 2011
<ol style="list-style-type: none">1. Avaliação de 100% das crianças com autorização dos EE no início e final do ano letivo2. Alargamento do projeto a crianças de 4 anos3. Intervenção com as crianças sinalizadas através da implementação de 10 sessões para as crianças de 4 anos e de 12 sessões para as crianças de 5 anos4. Realização de reuniões trimestrais com as educadoras5. Realização de reuniões com os EE (início e final do ano letivo)6. Articulação semanal com os docentes do 1.º ciclo7. Realização de um encontro de subordinado ao tema do projeto8. Realização de ações de formação para docentes do 1.º ciclo sobre a aprendizagem da leitura e da escrita	<ol style="list-style-type: none">1. Avaliação de 100% das crianças no timing previsto2. Alargamento do projeto3. Realização das sessões previstas4. Realização das reuniões previstas5. Realização das reuniões previstas6. Articulação efetuada semanalmente em contexto de sala de aula7. Encontro realizado no dia 29 de junho de 20118. Realização de duas ações distintas em cada Agrupamento de Escolas do Concelho no início do ano letivo 2011/2012

Execução do Plano de Atividades

A aposta no desenvolvimento de competências fundamentais para o trabalho a desenvolver no projeto “A Ler Vamos...” traduziu-se na implementação de várias ações de formação:

Áreas de Formação	Modalidade de Formação	Objetivos da formação	Número de ações / grupos realizados	Número de horas de formação ministradas por grupo / ação	Número e tipo de pessoas abrangidas pelas ações	Competências adquiridas
Literacia emergente e dificuldades de aprendizagem da leitura e da escrita	Encontro	Partilha de experiências e atualização de estratégias eficazes, evidenciadas pela investigação científica	1	6h	139 psicólogos, educadores, docentes, terapeutas da fala e pais.	Avaliação e intervenção na educação pré-escolar e no 1.º ciclo relativas à aprendizagem da leitura e da escrita
Descodificação e fluência leitora	Ação de formação nos Agrupamentos de Escolas no início do ano letivo	Analisar os processos cognitivos envolvidos na descodificação e fluência leitora	1 ação em cada Agrupamento de Escolas do Concelho	3h	Docentes do 1.º e 2.º anos de todos os Agrupamentos de Escolas do Concelho	Estratégias eficazes de promover a descodificação e a fluência leitora
Compreensão leitora	Ação de formação nos Agrupamentos de Escolas no início do ano letivo	Explorar os diferentes tipos de compreensão e conhecer um manual para possível utilização	1 ação em cada Agrupamento de Escolas do Concelho	3h	Docentes do 3.º e 4.º anos de todos os Agrupamentos de Escolas do Concelho	Estratégias eficazes de promover a compreensão leitora

Através da planificação, implementação e avaliação de cada ação é possível verificar que o público envolvido, desde as crianças, Encarregados de Educação e Docentes têm participado ativamente no projeto e apresentado melhorias significativas no seu desempenho.

A Câmara Municipal de Matosinhos continuou a apoiar, em 2011, o **Projeto EPIS - Empresários pela Inclusão Social**, visando diminuir, de forma significativa, as taxas de insucesso dos alunos do 3.º Ciclo do Ensino Básico. Neste ano, face aos objetivos definidos foram alcançados os seguintes resultados:

Objetivos Definidos para 2011	Resultados Alcançados em 2011
Manutenção da melhoria da taxa de sucesso escolar dos alunos acompanhados – +17%	Melhoria da taxa de sucesso escolar dos alunos acompanhados – +21%

Execução do Plano de Atividades

Caracterização da população-alvo envolvida		
Número total de pessoas abrangidas	Número de pessoas, por sexo	Tipologia da população
1452 alunos	793 Feminino 659 Masculino	Alunos a frequentar o 3.º Ciclo em 7 EB23 do Concelho de Matosinhos
460 Encarregados de Educação		Pais e Encarregados de Educação dos alunos mencionados anteriormente

Manteve-se a implementação do **Projeto de Integração Escolar e Social (PIES)**, no Agrupamento de Escolas de Leça do Balio, com o objetivo de prevenir o abandono escolar precoce. Foram intervencionados 100 alunos deste Agrupamento de Escolas. Relativamente aos resultados obtidos em 2011, constatou-se o seguinte:

Junto dos alunos: melhoria significativa da assiduidade, do empenho nos compromissos escolares; melhoria significativa do comportamento e da atitude de valorização da escola.

Junto dos encarregados de educação: melhoria significativa na sua relação com a escola; maior participação nas reuniões de pais.

Junto das Instituições da Comunidade: reconhecimento da importância do trabalho de proximidade realizado pela equipa do PIES, especialmente aquelas que trabalham com crianças e jovens em risco.

O envolvimento dos Diretores de Turma e Professores Titulares de Turma nos compromissos assumidos com o aluno e a sua família produziu o efeito de **reforço de autoridade** do professor face ao aluno, assumindo um papel regulador nas situações de não cumprimento do contrato no contexto escolar.

No ano de 2011, a DEF manteve a sua aposta na Educação Alimentar, dando continuidade à implementação do **Regime de Fruta Escolar**, um projeto incentivado pela União Europeia, que consiste, por um lado, na distribuição gratuita de hortofrutícolas a todos os alunos do 1.º ciclo do ensino básico que frequentam estabelecimentos de ensino público e, por outro, na realização de atividades, em meio escolar, que visam o desenvolvimento de competências no âmbito da alimentação saudável e o conhecimento da origem dos produtos agrícolas.



A Câmara Municipal de Matosinhos, consciente da importância desta medida para a saúde de todas as crianças, manteve o alargamento desta distribuição a todos os jardins de infância da rede pública do Concelho, procurando, desta forma, aumentar o número de crianças beneficiadas e incentivar o consumo de fruta e hortícolas, em idades ainda mais precoces. Ainda no âmbito deste projeto, a DEF foi responsável pela dinamização de atividades lúdicas, junto de todas as crianças envolvidas no Regime de Fruta Escolar, associando à distribuição dos hortofrutícolas, a oferta de uma caderneta de cromos alusivos

Execução do Plano de Atividades

à temática dos hortofrutícolas, em 2010/2011 e de uma caderneta com atividades e passatempos sobre alimentação saudável, em 2011/2012, procurando, assim, aumentar o interesse das crianças por este projeto.

Número total de crianças abrangidas em 2011	Número de crianças abrangidas, por pré-escolar e 1.º ciclo	Atividade lúdica dinamizada
7586 no ano letivo 2010/11	1659 (22%) do pré-escolar 5927 (78%) do 1.º ciclo	Caderneta de cromos alusivos aos hortofrutícolas
7675 no ano letivo 2011/12	1893 (26%) do pré-escolar 5782 (74%) do 1.º ciclo	Caderneta de atividades e passatempos sobre alimentação saudável

2. Mobilização da Comunidade Educativa

Tendo como objetivo contribuir para a mobilização, envolvimento e interação de toda a comunidade educativa, foram diversas as ações apoiadas e desenvolvidas, conforme se especifica:

- **"Torneios Inter-Escolas"** - organizados pelas Escolas Secundárias do Concelho, foram apoiados pela Autarquia através da atribuição de uma verba no valor de 2000,00€ a cada Escola Secundária, perfazendo um investimento total de 12 000,00 €;
- A Câmara Municipal de Matosinhos apoiou a participação da ES/3 do Padrão da Légua no **Fórum Internacional Jovens - Croácia Parlamento Europeu Jovem**, através da atribuição de uma verba no valor de 2500,00 €;
- Deu-se continuidade ao apoio atribuído ao **Núcleo das Associações de Pais** de Matosinhos, no sentido de promover a criação de Associações de Pais no Concelho, fomentando-se, desta forma, o envolvimento das famílias na vida das escolas, um fator determinante para o ajustamento académico e sucesso escolar dos alunos;
- Com o intuito de contribuir para a igualdade no acesso a oportunidades de elevado potencial educativo, a Câmara Municipal apoiou os alunos carenciados, com aproveitamento escolar, no financiamento da inscrição no **Projeto Universidade Júnior**;
- Por forma a manter operacional todo o parque informático existente nos jardins de infância e escolas do 1.º ciclo do ensino básico, permitindo uma resposta rápida e eficaz às avarias e maus funcionamentos que diariamente são detetados, a Autarquia manteve o **Contrato de Manutenção dos Equipamentos Informáticos** com a Escola Secundária João Gonçalves Zarco;
- A **Escola de Segunda Oportunidade** de Matosinhos contou com apoio da Autarquia através da atribuição de subsídios para a realização de eventos e para o normal desenvolvimento de atividades na escola;
- A **Escola Profissional Alternância** tem vindo a promover um Curso de Educação e Formação (CEF) Tipo 1: Auxiliar de Informática, desde 2008/2009, para jovens que estão fora do sistema educativo e são indicados pela Comissão de Proteção de Menores em Risco de Matosinhos. Para a manutenção da oferta deste curso, no ano letivo 2010/2011, a Câmara Municipal de Matosinhos, reconhecendo as taxas de



Execução do Plano de Atividades

sucesso deste tipo de formação e o seu importante contributo para a minimização dos riscos de abandono escolar, contribuiu com a atribuição de um subsídio à Escola Profissional Alternância no valor global de 70 000,00€, de forma a compartilhar os custos decorrentes do desenvolvimento do mesmo.

3. Ação Social Escolar

Os apoios socioeducativos são, para a Câmara Municipal de Matosinhos, instrumentos fundamentais, facilitadores da promoção do acesso à educação e ao ensino, sendo também imprescindíveis à justiça social e à correção de assimetrias socioeducativas.

Desta forma, a Ação Social Escolar organizou-se considerando os seguintes critérios de atuação:

3.1. Auxílios Económicos

Em 2011, beneficiaram de auxílios económicos 2467 alunos do 1.º ciclo do ensino básico, inseridos em agregados familiares cuja situação económica determina a necessidade de participações financeiras. Este apoio visou garantir a igualdade de oportunidades de acesso e sucesso escolar a todos os alunos do Concelho e destinou-se à aquisição de livros e material escolar, a que correspondeu um investimento de 86 265,00 €.

3.2. Transportes Escolares

A Câmara Municipal assegurou o transporte escolar a um universo de 395 alunos, fundamentalmente do 2.º e 3.º ciclos do ensino básico e do ensino secundário, residentes a mais de 4km do estabelecimento de ensino, ou em qualquer situação extraordinária. Aos alunos do ensino básico, a Câmara Municipal comparticipou 100% do valor dos custos das deslocações. Aos alunos do ensino secundário, foram assegurados pela autarquia 50% dos custos das deslocações.

Foi também assegurado, na totalidade, o transporte a crianças com Necessidades Educativas Especiais, inseridos nos vários níveis de ensino.

Fez-se um investimento total na ordem dos 219 000,00 €.

É importante referir, também, a oportunidade que as escolas tiveram em utilizar o autocarro municipal, que se encontrou, diariamente, ao serviço da Educação, permitindo a concretização de muitos projetos desenvolvidos pelos Agrupamentos de Escolas e Escolas Secundárias.

3.3. Refeições Escolares



Durante o ano de 2011, manteve-se a distribuição, média, de 5500 refeições diárias, nos jardins de infância e escolas do 1.º ciclo do Concelho. Todas as ementas escolares garantiram o fornecimento de refeições nutricionalmente adequadas ao estágio de crescimento e desenvolvimento das crianças desta faixa etária. Deu-se continuidade à disponibilização de ementas específicas, ajustadas a situações culturais ou

patológicas pontuais.

Num ano marcado pela profunda crise económico-financeira, com consequências sociais extremamente graves, a Autarquia adotou medidas de apoio social que procuraram minimizar o impacto negativo da atual conjuntura. Assim, durante as interrupções letivas de

Execução do Plano de Atividades

2011 (Páscoa, férias de verão e Natal), a Câmara Municipal de Matosinhos disponibilizou o fornecimento de refeições gratuitas a todas as crianças e alunos do Concelho, pertencentes a agregados familiares carenciados. Esta medida de carácter social permitiu que, em média, cerca de 225 alunos carenciados usufruíssem, diariamente, de um almoço saudável, completo e equilibrado, de forma completamente gratuita.

A Câmara Municipal assumiu, durante este ano, um investimento total na ordem de 1 200 000,00 € com as refeições escolares.

3.4. Bolsa de Mérito

Como forma de se associar ao reconhecimento do sucesso educativo, a Câmara Municipal atribuiu um subsídio ao **Rotary Clube de Matosinhos**, no valor total de 750,00€, destinado à bolsa de mérito para um aluno do Concelho.

4. Planeamento e Gestão das Instalações e Equipamentos Educativos

O acompanhamento do reordenamento da rede escolar ao nível do 1.º ciclo do ensino básico e dos jardins de infância, bem como a renovação dos espaços já existentes, com instalações cobertas para a prática da educação física e do desporto, de espaços para a instalação dos refeitórios, bibliotecas, centros de recursos, equipamentos informáticos e de novas tecnologias de informação e comunicação, foi e continuará a ser uma tarefa prioritária, para que, o processo de ensino e aprendizagem seja, cada vez mais, um desafio à implementação e desenvolvimento de boas práticas.

É de salientar a inauguração de 6 equipamentos educativos:

- EB da Praia de Angeiras - JI, em Lavra;
- EB de Leça da Palmeira, em Leça da Palmeira;
- EB do Padrão da Légua, em Leça do Balio;
- EB de Matosinhos, em Matosinhos;
- EB n.º 2 de Perafita - JI, em Perafita;
- EB das Ribeiras, em Perafita.



Foi, ainda, criada a Unidade de Ensino Estruturado, na EB de Leça da Palmeira e a Unidade de Ensino Especializado, na EB de Matosinhos.

Execução do Plano de Atividades

4.1. Mobiliário Escolar e Equipamentos de Apoio Educativo Diverso

No sentido de dotar os estabelecimentos de educação e ensino de condições adequadas e melhoradas para o desenvolvimento das atividades educativas, a Câmara atribuiu a todos os Agrupamentos de Escolas um total de 122 500,00 €.



4.2. Gestão Corrente dos jardins de infância e das escolas do 1.º ciclo do ensino básico

Foram realizadas transferências de verbas para os Agrupamentos de Escolas, com o objetivo de assegurar as despesas de eletricidade, água, telefone, gás, material de desgaste, alarmes e contratos de manutenção. O investimento atribuído foi de 585 235,00€.

4.3. Transferência de Competências do Ministério da Educação

No âmbito da transferência de competências do Ministério da Educação, a Câmara Municipal de Matosinhos continuou a gerir todo o pessoal não docente a exercer funções em jardins de infância, escolas do 1.º ciclo do ensino básico e EB2,3's, da rede pública do Concelho. A Autarquia exerceu as competências de recrutamento, afetação, colocação, remuneração, homologação da avaliação de desempenho e poder disciplinar sobre os assistentes operacionais/técnicos e técnicos superiores, afetos às diversas escolas do Concelho, em articulação com os Agrupamentos de Escolas.

Relativamente à gestão do parque escolar, a Autarquia investiu 220.000,00€ no apetrechamento e manutenção dos estabelecimentos do 2.º e 3.º ciclos do ensino básico.

5. Gestão dos Recursos Humanos Não Docentes

No âmbito das competências atribuídas ao poder local, em matéria de Educação, a Câmara Municipal de Matosinhos continuou a assumir a gestão dos recursos humanos não docentes a exercer funções nos JI's e EB's, contando com 555 trabalhadores, necessários ao pleno funcionamento destes estabelecimentos.

Para assegurar o apoio ao serviço das refeições, melhorar o funcionamento dos refeitórios escolares e reforçar o acompanhamento dos alunos com necessidades educativas especiais a Autarquia assumiu a despesa correspondente a 95 tarefas, num investimento total de 179 000,00 €.

Execução do Plano de Atividades

Promoção Cívica: Juventude, Voluntariado e Desporto

No âmbito Juvenil a divisão faz-se representar na comunidade através das três Casas da Juventude (Matosinhos, Santa Cruz do Bispo e S. Mamede de Infesta), no desenvolvimento de atividades direcionadas para a promoção de uma participação juvenil ativa e interventiva e na oferta de serviços que permitam colmatar as necessidades específicas dos jovens, os PIJ – Projetos de Intervenção Juvenil.



Os espaços das Casas da Juventude são procurados pela população juvenil para usufruírem dos serviços disponibilizados, como locais de lazer e de entretenimento e para o desenvolvimento de atividades. De referir que, em 2011, a Casa da Juventude de Matosinhos esteve encerrada, grande parte do ano, para obras de requalificação, o que se refletiu em termos de afluência.

As atividades desenvolvidas ao longo de 2011 tinham como desígnio a promoção da integração e participação dos jovens, assente em valores de cidadania, desenvolvimento e bem-estar, o que se veio a concretizar, quer pelo número de participantes, quer porque a sua realização foi baseada nos contributos apresentados pelos jovens que participam no órgão de consulta juvenil – o Conselho Consultivo da Juventude. Importa, ainda, salientar que a criação de uma rede de parcerias e o trabalho de colaboração com outras instituições foram fundamentais na implementação de um grande número de atividades e otimização de recursos.

Seguindo a sua preocupação relativa às questões que envolvem os jovens, as Casas da Juventude consolidaram os Projetos de Intervenção Juvenil (PIJ), fornecendo os recursos necessários ao desenvolvimento psicológico e apoio na resolução de problemáticas com que os jovens se confrontaram, proporcionando assim, um decurso mais estável, numa fase algo complexa, no desenvolvimento juvenil.

O trabalho da divisão afirma-se também na promoção do Voluntariado, sustentado no projeto “VEM: Voluntariado Em Matosinhos”. O projeto tem como principal missão a operacionalização e organização adequada dos recursos disponíveis – instituições e voluntários – de modo a responder de forma integrada à abrangência e diversidade das práticas existentes. O VEM constitui uma resposta face às exigências do importante papel que o Voluntariado exerce nas instituições que prestam serviço à comunidade, fomentando a mobilização e sensibilização face às práticas de uma cidadania ativa. Em 2011, face à importância do projeto na comunidade, reforçou-se a equipa técnica e foi lançado o projeto InterVEM – Voluntariado Empresarial.

O movimento associativo concelhio, na sua vertente desportiva, constitui parte integrante desta divisão, desde Janeiro de 2011. Consubstanciando-se no apoio prestado aos clubes desportivos e que se relaciona com o pagamento dos exames médicos e das inscrições dos



Execução do Plano de Atividades

atletas pertencentes aos escalões de formação junto do Centro de Medicina Desportiva e das Associações e Federações de Modalidades Desportivas, respetivamente.

Paralelamente, e tendo como sustentáculo as Normas de Apoio ao Associativismo Desportivo, coube ao pelouro do Desporto a decisão de atribuição das comparticipações financeiras proporcionadas às Coletividades Desportivas do concelho, salientando-se o apoio referente aos atletas com prática desportiva federada.



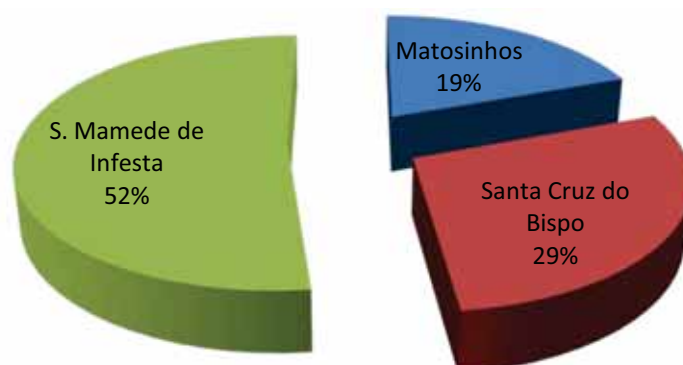
A apresentação dos resultados obtidos em 2011 foi estruturada com base nos indicadores fixados para a Divisão de Promoção Cívica: Juventude, Voluntariado e Desporto, no âmbito do Sistema de Gestão da Qualidade implementado.

1. Número de entradas nas Casas da Juventude

Casa	Número de Entradas
Matosinhos	5.671
Santa Cruz do Bispo	8.406
S. Mamede de Infesta	15.136
TOTAL	29.213

Execução do Plano de Atividades

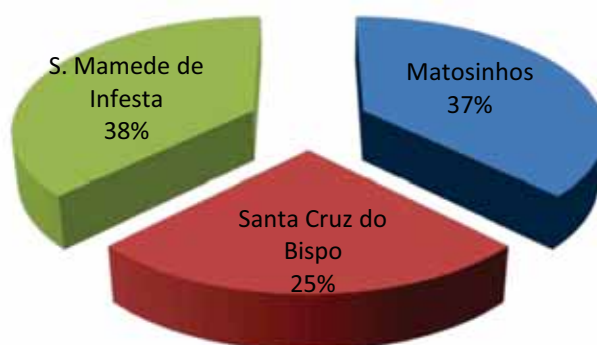
Entradas nas Casas da Juventude 2011



2. Número de eventos realizados pelas Casas da Juventude em 2011

Casa	Número de Eventos
Matosinhos	36
Santa Cruz do Bispo	24
S. Mamede de Infesta	36
TOTAL	96

Eventos realizados pelas Casas da Juventude 2011

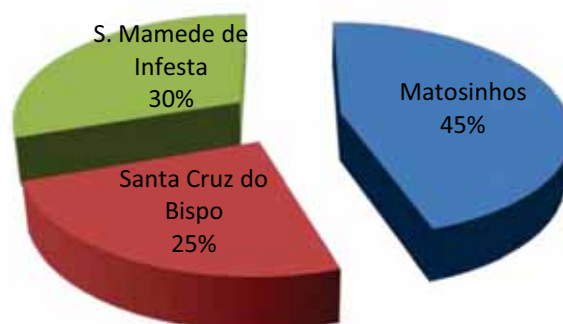


Execução do Plano de Atividades

3. Número de participantes nos eventos realizados pelas Casas da Juventude em 2011

Casa	Participantes nos Eventos
Matosinhos	6.331
Santa Cruz do Bispo	3.466
S. Mamede de Infesta	4.284
TOTAL	14.081

Participantes nos Eventos realizados pelas Casas da Juventude - 2011



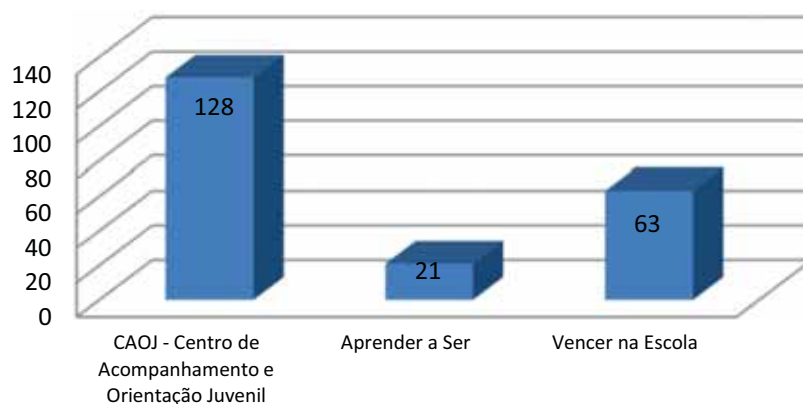
4. Número de Participantes e Atendimentos/Sessões dos PIJ - Projetos de Intervenção Juvenil em 2011

Projeto	Número de Participantes	Número de Atendimentos / Sessões
CAOJ - Centro de Acompanhamento e Orientação Juvenil	128	927
CAJ - Centro de Atendimento a Jovens	o serviço é anónimo	209
Aprender a Ser	21	20
Vencer na Escola	63	134
TOTAL	212	1.290

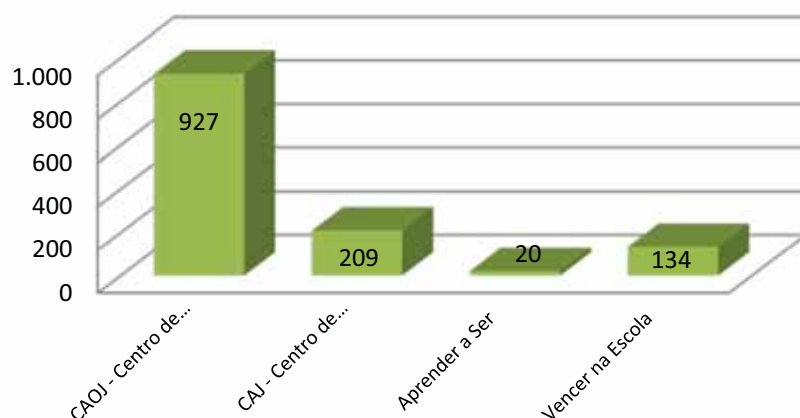


Execução do Plano de Atividades

Número de participantes nos Projectos de Intervenção Juvenil - 2011



Número de atendimentos / sessões nos Projectos de Intervenção Juvenil 2011

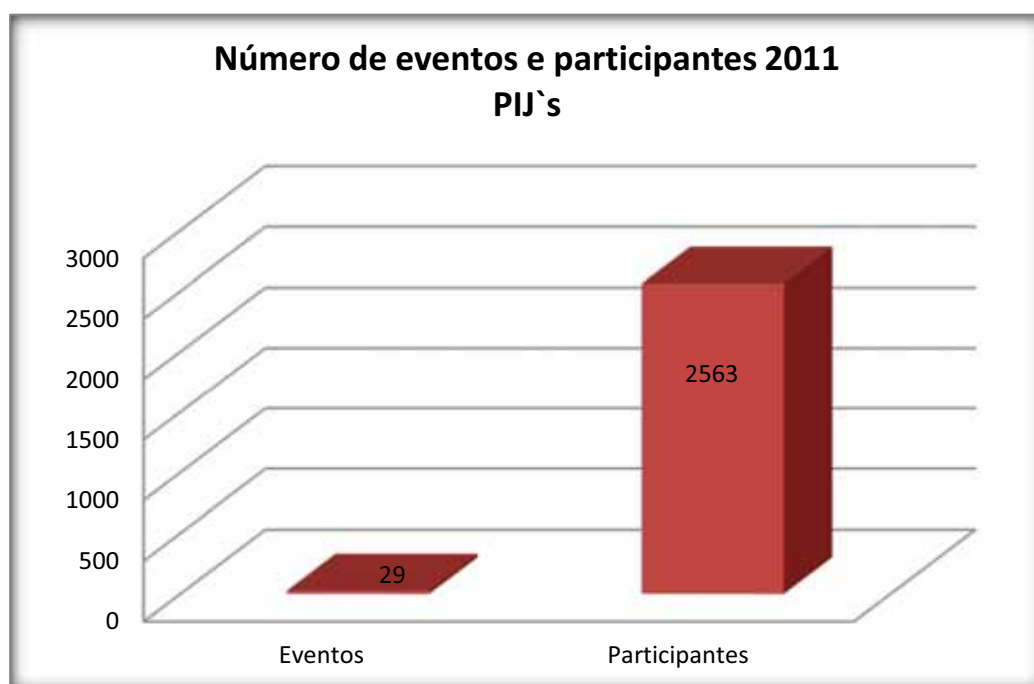




Execução do Plano de Atividades

Dados relativos a eventos PIJ's:

Número de Eventos realizados no âmbito dos PIJ's	29
Número de Participantes dos Eventos realizados no âmbito dos PIJ's	2563





Execução do Plano de Atividades

5. Resultados do VEM – Voluntariado em Matosinhos no ano de 2011

Dados relativos aos voluntários:

Número de Inscritos na Bolsa Local de Voluntários	1210
Total de Voluntários Activos na Bolsa	160
Total de Voluntários a exercer Voluntariado de Continuidade	121
Total de Voluntários a exercer Voluntariado Pontual	22
Total de Voluntários a exercer Voluntariado de Proximidade	36



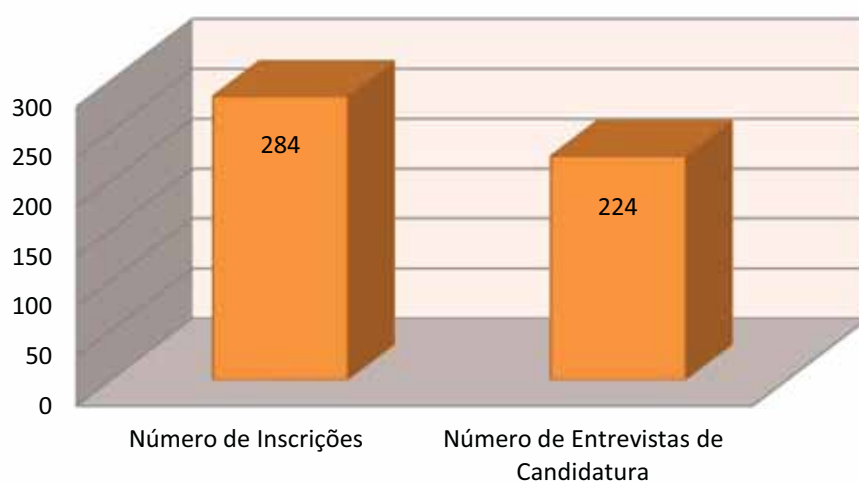
Refira-se que alguns voluntários acumulam mais do que uma vertente de voluntariado.



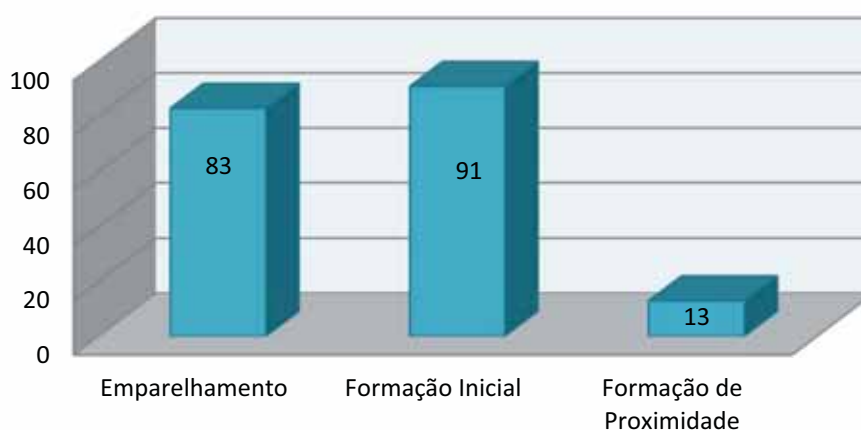
Execução do Plano de Atividades

Número de Inscrições	284
Número de Entrevistas de Candidatura	224
Número de Voluntários a aguardar Emparelhamento	83
Número de Voluntários a aguardar Formação Inicial	91
Número de Voluntários a aguardar Formação de Proximidade	13

Número de inscrições e entrevistas realizadas em 2011



Número de Voluntários que se encontram a aguardar - 2011

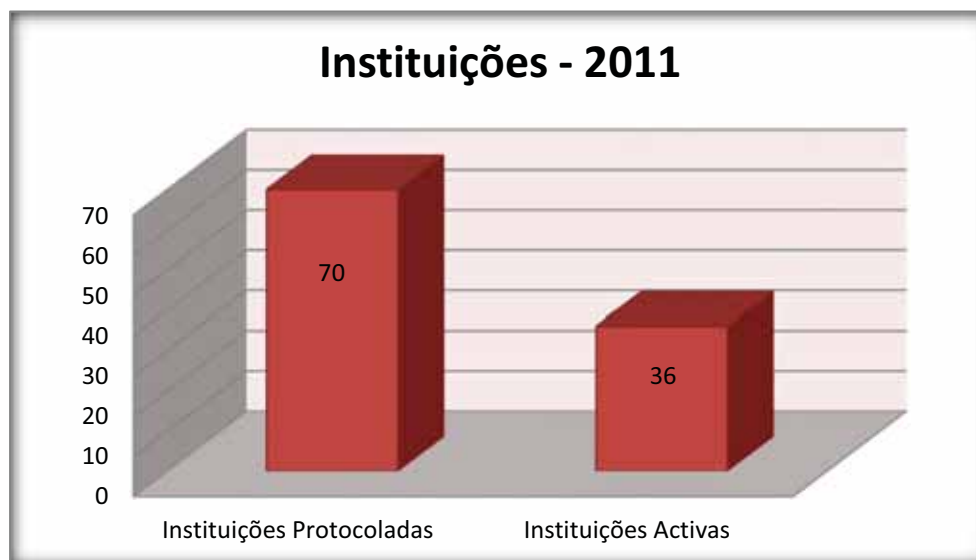




Execução do Plano de Atividades

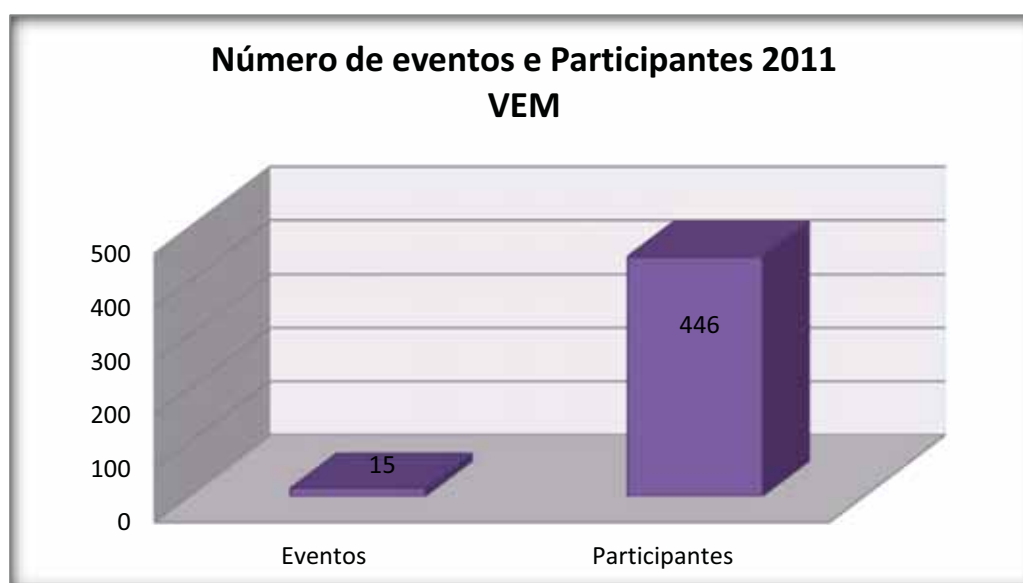
Dados relativos às Instituições:

Número de Instituições Protocoladas	70
Número de Instituições Activas (com voluntários)	36



Dados relativos a eventos VEM:

Número de Eventos realizados no âmbito do VEM	15
Número de Participantes dos Eventos realizados no âmbito do VEM	446





Execução do Plano de Atividades

6. Resultados do Associativismo Desportivo

Candidaturas Anuais – Normas de Apoio ao Associativismo Desportivo:

Comparticipações Financeiras	Valor	Número de Clubes Desportivos Apoiados
Atletas Federados	516.000,00 €	71
Eventos Desportivos	63.500,00 €	13
Investimentos Desportivos	175.525,00 €	7

Distribuição das Comparticipações Financeiras - 2011



Clubes Desportivos Apoiados



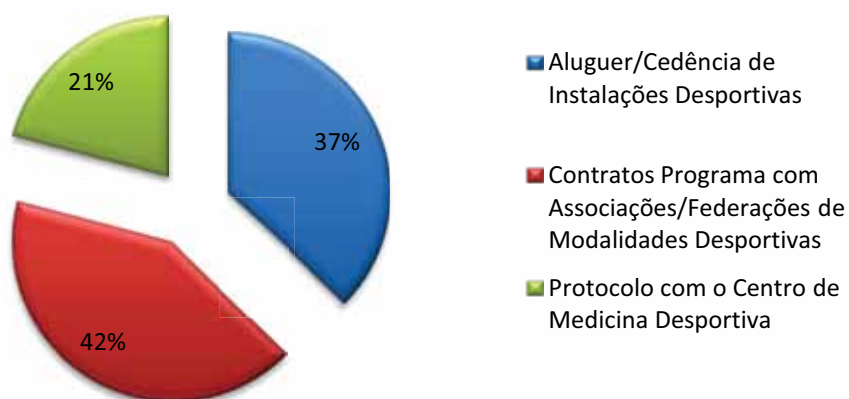


Execução do Plano de Atividades

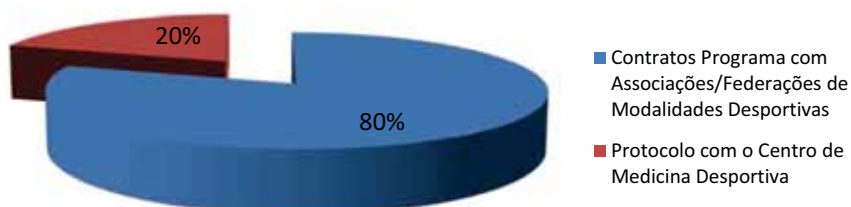
Outros apoios:

Outros Apoios	Valor	Número de Clubes Desportivos /Atletas Apoiados
Aluguer/Cedência de Instalações Desportivas	89.389,50 €	16 clubes
Contratos Programa com Associações/Federações de Modalidades Desportivas	100.000,00 €	4000 atletas
Protocolo com o Centro de Medicina Desportiva	50.000,00 €	990 atletas

Outros Apoios - 2011



Número de Atletas apoiados - 2011



Execução do Plano de Atividades

Promoção Social e Saúde

O Relatório que aqui se apresenta diz respeito ao trabalho desenvolvido pela DPSS no ano de 2011, destacando as principais ações desenvolvidas pela Divisão tendo em consideração as dimensões de intervenção – Educação, Formação e Emprego; Condições de Vida e Cidadania (Habitação, Acessibilidades, Envelhecimento Ativo); Inovação, Qualificação de Equipamentos e Respostas Sociais; Riscos e Perigos; Igualdade de Género e Participação, Trabalho em Rede de Produção de Conhecimento - definidas no *Plano de Desenvolvimento Social* (elaborado com base nos resultados do *Diagnóstico Social do Concelho*) e enquadradas pelas *Grandes Opções do Plano*.

REDE SOCIAL

- Em 2011 a Rede Social realizou **1 Plenário do Conselho Local de Ação Social (CLAS)**.
 - ✓ O Plenário contou com a presença de **66 pessoas de instituições** parceiras, permitiu apresentar e aprovar os principais instrumentos de trabalho, designadamente: Relatório de Avaliação do Plano de Ação 2010; Plano de Ação 2011 e a alteração do Regulamento Interno do CLAS.
- Realização de **6 reuniões do Núcleo Executivo** destacando os seguintes resultados:
 - ✓ Apresentação e análise dos instrumentos de trabalho designadamente: Relatório de Avaliação do Plano de Ação 2010; Plano de Ação 2011 e a alteração do Regulamento Interno do CLAS;
 - ✓ Apresentação do estudo da Infância;
 - ✓ Apresentação da Plataforma dos 7 CNO'S;
 - ✓ Análise dos pedidos de adesão de entidades à Rede Social, nomeadamente 16 pedidos dos quais 11 foram aprovados para aderir à Rede tendo 4 deles estatuto de estagiário (nova figura criada pelo novo Regulamento da Rede Social).
 - ✓ Acompanhamento sistemático às dez Comissões Sociais de Freguesia através da realização de **73 reuniões** destinadas à operacionalização das ações inscritas nos Planos de Ação.
- Realização de **4 Sessões de trabalho com o CESIS, Núcleo Executivo e dinamizadoras das 10 CSF'S**, de forma a promover espaços de reflexão sobre o trabalho a desenvolver;
- Emissão de X pareceres no âmbito das “Boas Práticas” e dos equipamentos e serviços sociais.



ATENDIMENTO INTEGRADO (AI)

Objetivos gerais:

- Alargar e consolidar o modelo de Atendimento Integrado no Concelho de Matosinhos através do trabalho de acompanhamento e de coordenação do mesmo.

Resultados diretos:

- O Atendimento Integrado é referido no Plano Nacional de Ação para a Inclusão como **boa prática nacional** e está identificado como meta nacional;

Execução do Plano de Atividades

- O grupo de Coordenação do AI integra uma técnica da Câmara Municipal de Matosinhos responsável pela supervisão e acompanhamento de **cinco Polos de A.I.** (Guifões/Junta de Freguesia; Santa Cruz do Bispo/Junta de Freguesia; Lavra/Junta de Freguesia; Custóias/Junta de Freguesia; Matosinhos/Câmara Municipal de Matosinhos);
- O elemento do grupo de coordenação do A.I., da Câmara Municipal de Matosinhos, integra também o **NLI - Núcleo Local de Inserção de Matosinhos**, enquanto representante da CMM.
- O Polo de Atendimento de Matosinhos (área "Matosinhos Sul") integra uma técnica da Câmara Municipal de Matosinhos, a qual, enquanto gestora de processo faz o atendimento e acompanhamento das famílias desse território;
- Dados do atendimento e acompanhamento das famílias:

Ano 2011	Polo AI Matosinhos/ CMM	Polos AI Matosinhos (Guifões, Santa Cruz do Bispo, Lavra e Custóias)
Nº Atendimentos realizados (com e sem marcação)	518	-----
Visitas Domiciliárias realizadas	12	-----
Programas de Inserção contratualizados	220	236
Nº pessoas abrangidas nos Programas de Inserção contratualizados	346	744
Orientação de pessoas para o CNO	120	-----

- Em 2011, para os Polos do AI da responsabilidade da CMM, manteve-se o procedimento da realização de relatórios trimestrais para a CPCJ relativos a processos com medida aplicada pela CPCJ, os quais são alvo de análise prévia por parte da responsável pela supervisão;
- Contratualização a 100% dos processos com medida aplicada pela CPCJ, nos Polos do AI da responsabilidade da CMM, **abrangendo 22 famílias** em 2011.

IGUALDADE DE OPORTUNIDADES

▪ Plano Municipal de Matosinhos para a Igualdade de Género (2010-2013)

A Autarquia tem-se empenhado em implementar e desenvolver boas práticas na área da Igualdade de Género, tendo no ano de 2011:

➤ realizada candidatura ao PO Potencial Humano, tipologia 7.2, com o Plano Municipal de Matosinhos para a Igualdade de Género - Desenvolvimento, tendo sido aprovadas as ações seguintes:

- Atualização do Diagnóstico Social de Matosinhos numa perspetiva de género;

Execução do Plano de Atividades

- Criação do Local Focal point em matéria de Igualdade de Género na Câmara Municipal de Matosinhos;
 - Realização de ações de formação sobre Igualdade de Género para diferentes públicos, nomeadamente jovens, elementos representantes dos dez Agrupamentos Escolares de Matosinhos, empregadores/as locais e elementos das entidades parceiras da Rede Social, participantes nas Comissões Sociais de Freguesia.
 - Definição de critérios de identificação de boas práticas em matéria de igualdade de género com vista à criação de um prémio local.
- foi iniciado o trabalho preparatório para o desenvolvimento das ações candidatas ao POPH, para além da realização de ações não financiadas pelo POPH, mas que integram o Plano, como:
- realização, pela Divisão de Recursos Humanos, do estudo de viabilidade para a aplicação na autarquia de Banco de Horas, no sentido de promover e valorizar o exercício conjunto da parentalidade;
 - promoção do uso de linguagem não discriminatória na reformulação de documentos de trabalho por entidades da Rede Social;
 - Criação, no contexto da Rede Social, de um grupo de trabalho sobre violência doméstica, no sentido de promover o trabalho interinstitucional em matéria de violência doméstica e dotar os diferentes serviços e equipamentos sociais do Concelho de uma intervenção qualificada junto das vítimas.



PROGRAMA OPERACIONAL **POTENCIAL HUMANO**

Execução do Plano de Atividades

EQUIPAMENTOS E RESPOSTAS SOCIAIS

O investimento municipal em equipamentos

Os edifícios

Área	Plano		Freguesia	Entidade Promotora	Objetivo	Utentes		Valor da obra adjudicada	Participação Municipal	Programa								
Terceira Idade	Plano Gerontológico de Matosinhos	Linha Estratégica 3 - Qualificação e Diversificação de Equipamentos e Serviços	São Mamede de Infesta	Centro de Apoio à Terceira Idade de São Mamede de Infesta	Construção de sala de atividades	60	Centro de Dia	€ 173.384,00	€ 70.126,00	POPH								
						60	SAD											
						60	Lar											
			Senhora da Hora	Centro Social Paroquial da Senhora da Hora	Construção de edifício	30	SAD	€ 2.395.713,01	€ 711.949,56									
						60	Lar											
			Perafita	Centro Social Paroquial Padre Ângelo Ferreira Pinto	Construção de edifício	60	Lar	€ 2.188.691,85	€ 771.473,20									
			Matosinhos	Lar de Sant'Ana	Requalificação do Edifício	24	SAD	€ 1.548.905,92	€ 545.169,30									
						46	Lar											
			Leça da Palmeira	Associação de Amigos Aposentados de Leça da Palmeira	Requalificação do Edifício	45	Centro de Convívio	€ 75.000,00	€ 75.000,00									
			Leça do Balio	Centro Social de Leça do Balio	Remodelação e alargamento do Lar	39	Lar	€ 855.356,42	€ 113.000,00									
Infância	Plano da Infância de Matosinhos	Linha Estratégica 2 - Qualificação e Alargamento dos Equipamentos de Apoio Infância	Custóias	Centro Social e Cultural de Custóias	Construção de Centro de Dia e requalificação do SAD	100	Centro de Dia	€ 1.243,431	€ 777.111,00	PARES								
					Construção de Creche	25	SAD											
						33	Crianças											
			Leça da Palmeira	MAIS (valores com IVA)	Construção de Creche	33	Crianças	€ 1.266.812,81*	€ 887.672,80*	QREN								
				Fundação Auchan		33	Crianças	€ 494.235,18	€ 215.215,61									
			São Mamede de Infesta	AMAS (valores com IVA)		66	Crianças	€ 1.022.500,01	€ 0,00	QREN								
33	Crianças	€ 204.429,99		€ 61.329,00														
Deficiência	Plano Municipal para a Inclusão Social das pessoas com Deficiências ou Incapacidades	Linha Estratégica 4 – Alargar a rede de equipamentos e serviços / Melhorar a qualidade dos serviços prestados	Lavra	ALADI	Ampliação das instalações atuais	24	Lar	€ 1.396.313,00	€ 314.904,00	POPH								
						24	CAO											
			Santa Cruz do Bispo	AAJUDE	Construção de edifício com Lar, CAO e SAD	24	Lar	€ 1.720.449,58	€ 339.526,17									
30	CAO																	
Saúde	Plano de Desenvolvimento Social		Lavra	Associação Portuguesa de Familiares e Amigos dos Doentes de Alzheimer	Adaptação de espaço para Centro de Dia	15	Utentes	€ 229.480,00	€ 3.970,00									
											São Mamede de Infesta	Realidade Social - Cooperativa de Solidariedade, CRI	Construção de duas Unidades de Cuidados Continuados (C.E.B.E.S.)	42	Utentes	€ 4.075.000,00	€ 2.075.000,00	Modelar

*Estes valores foram também aplicados para a construção do Jardim de Infância

Execução do Plano de Atividades

As viaturas

Área	Plano		Freguesia	Entidade Promotora	Objetivo	Utentes	Valor da viatura	Participação Municipal
Terceira Idade	Plano Gerontológico de Matosinhos	Linha Estratégica 3 - Qualificação e Diversificação de Equipamentos e Serviços	Perafita	Associação de Apoio Social de Perafita	Aquisição de viaturas para o transporte de utentes	30 Centro de Dia		€ 29.000,00
				Centro Social e Paroquial Padre Ângelo Ferreira Pinto		60 Centro de Dia	€ 39.525,42	€ 29.000,00
			Lavra	Centro Social Padre Ramos		50 Centro de Dia	€ 40.000,00	€ 29.000,00
			Matosinhos	Associação Baptista Ágape		50 Centro de Dia	€ 24.000,00	€ 24.000,00

AÇÃO SOCIAL

Apoio à Infância: A Implementação do Plano da Infância de Matosinhos (ações desenvolvidas)



No âmbito do Plano de Desenvolvimento Social para a Infância do Concelho de Matosinhos, deu-se continuidade ao trabalho realizado, tendo como principal objetivo estratégico o de garantir as condições para uma efetiva garantia dos Direitos da Criança. O Plano foi definido em 5 linhas estratégicas que definem toda a sua intervenção:

- **Linha estratégica 1 - Promoção do Conhecimento – Monitorização das Necessidades**
 - ✓ Realização de duas reuniões anuais com o Grupo Temático da Infância, das quais resultaram as seguintes propostas, após análise do Estudo da Infância:
 - Diferentes formas de Divulgação do Estudo da Infância;
 - Diferentes perspetivas e ações a desenvolver no âmbito da infância no Concelho de Matosinhos.

Execução do Plano de Atividades

- **Linha estratégica 2 - Qualificação e Alargamento dos Equipamentos de Apoio à Infância**
 - ✓ Aumentar a capacidade de acolhimento em creche em, pelo menos, mais 320 lugares, através das candidaturas **que em 2011 continuaram a ser apoiadas** (incluído no quadro dos equipamentos e respostas sociais).
 - ✓ Elaboração de proposta de um Plano de Formação Geral para as diferentes dimensões da Ação Social a nível dirigente, técnico e auxiliar com vista a uma atualização contínua dos conhecimentos – realização de reunião e contactos com 33 instituições para identificação de necessidades e construção do programa de formação contínua.
 - ✓ Articulação e promoção de atividades com as Instituições que dinamizam atividades de carácter intergeracional. Jogos Interrelacionais - participação de 69 crianças de instituições do concelho de Matosinhos, no âmbito da Quinzena Sénior 2011.
- **Linha estratégica 5 - Reduzir o risco, Minimizar o perigo**
 - ✓ Analise das situações Identificadas, relativas às necessidades de melhoria da habitação de 33 crianças a frequentar o 1º ciclo, relativo a 22 famílias beneficiárias de RSI, para acompanhamento das referidas situações.

Apoio à Deficiência: A Implementação do Plano Municipal de Matosinhos para a Inclusão Social das pessoas com Deficiências ou Incapacidades 2009 - 2013 (ações desenvolvidas)

- **Linha Estratégica 1 – Informação e Sociedade**
 - ✓ Elaboração de protocolo com a Associação de Surdos de Apoio a Surdos de Matosinhos com o objetivo de promover a cidadania e inclusão das pessoas surdas. Este protocolo permite disponibilizar página eletrónica bilingue da CMM com informação acessível a todas as pessoas surdas e promover a acessibilidade aos serviços públicos. No âmbito deste protocolo foram traduzidos em língua gestual portuguesa 16 eventos públicos.
 - ✓ Realização em abril, como o apoio da Autarquia, na sala de Sessões Públicas, de um *Parlamento de Surdos*.
 - ✓ Organização e dinamização do espetáculo da abertura oficial das comemorações do Dia Internacional das Pessoas com Deficiência, 18 de Novembro, no âmbito do programa da Área Metropolitana do Porto. Participaram neste espetáculo seis municípios, sete instituições e assistiram cerca de 150 pessoas.
 - ✓ Organização e dinamização de programa municipal de comemoração do Dia Internacional das Pessoas com Deficiência no qual foram desenvolvidas cinco atividades.
 - ✓ Participação em 4 reuniões do Conselho do provedor metropolitano dos cidadãos com deficiência.

▪ **Atividade da Provedora Municipal da Deficiência do Concelho de Matosinhos**

No âmbito das funções da Provedora Municipal foram realizados 22 atendimentos a pessoas portadoras de deficiência e suas famílias, no sentido de as informar sobre os seus direitos e deveres, e/ou encaminhamento para serviços ou instituições de apoio a pessoas com deficiência.

Foi iniciada a construção do site da “Provedora Municipal dos Cidadãos com Deficiência” que constará da página web da Câmara.

Execução do Plano de Atividades

A Provedora Municipal, durante o ano de 2011, participou e representou a CMM em cerca de 20 eventos, de que são exemplo:

- participação nas comemorações do agrupamento de escolas de S. M. Infesta, na Escola Maria Manuela de Sá, nos dias 6 e 7 de abril;
- Presença no dia 30 de maio, na Escola Rodrigues de Freitas, no evento no qual o Governo Civil do Porto procedeu à entrega dos prémios aos vencedores do concurso «Escola Alerta!», uma iniciativa de âmbito nacional promovida pela Secretaria de Estado da Reabilitação;
- participação enquanto palestrante no coloquio Pais em Rede realizado em Matosinhos no dia 5 de novembro.

Apoio à Terceira Idade: A Implementação do Plano Gerontológico de Matosinhos (ações desenvolvidas)



▪ Linha Estratégica 2 - Promoção da Participação

- ✓ Renovadas as atividades realizadas pelas instituições (Programa MATOSINHOSénior):

ATIVIDADES 2011	PARTICIPANTES
Alfabetização	89
Colónias Balneares	763
Danças	318
Fisioterapia / Podologia	325
Ginásticas	909
Hidroginástica	229
Informática	124
Jardinagem	20
Música Instrumental / Coral	605
Nutricionista	60
Tai-chi / Técnicas de Relaxamento	534
Teatro / Expressões Artísticas	242

Execução do Plano de Atividades

- A Quinzena Sénior conjunto de atividades de animação organizadas com 21 IPSSs Sénior e que em 2011 compreenderam: Dia do Coração (promovido pela Autarquia em parceria com a Empresa Municipal Matosinhos Sport e a ULS-Matosinhos, na Marginal de Leça da Palmeira); Tardes de Fados (Auditório Mário Rodrigues Pereira pertencente ao Centro Social Padre Ramos); Jogos Tradicionais e de Futuro em contexto intergeracional e Baile (ambos no Pavilhão Municipal de Santa Cruz do Bispo).
- Na Quinzena Sénior 2011, participaram cerca de 1.000 pessoas o que correspondeu a um investimento da Autarquia no valor de € 9.945,00. Em 2010 para cerca de 1.500 participantes a Autarquia teve um encargo € 15.701,05.
- Em 2011, foram introduzidas alterações ao financiamento municipal do Passeio Anual. Critérios de maior equidade, passando a haver comparticipação por todas as pessoas participantes, de acordo com os escalões de rendimentos que foram definidos, servindo desta forma de balão de ensaio para a introdução de futuras alterações.
- No Passeio Anual 2011, participaram 3.043 pessoas o que correspondeu a um investimento da Autarquia no valor de € 37.675,00. As pessoas participantes comparticiparam com € 15.230,00. Em 2010 participaram 3.350 pessoas o que representou um encargo para a autarquia no valor de € 51.590,00.
- O **Cartão MATOSINHOSénior** contava no final de 2010 com cerca de 14.500 inscrições ativas (num grupo populacional que, de acordo com os CENSOS de 2011, era constituído por 28.469 indivíduos), ou seja de pessoas que podem usufruir dos serviços que lhe estão associados. Em 2011, reestruturou-se o modo de emissão do cartão, que passou a estar a cargo das piscinas municipais, e a informação constante, permitindo o cálculo imediato do escalão de comparticipação nas atividades promovidas pela autarquia.
- 2011 foi o ano de início da transformação do modelo de financiamento das atividades do Programa MATOSINHOSénior, principiando-se o desenho de um instrumento regulador do relacionamento da autarquia com as instituições e com as e os municípios.
 - ✓ O Regulamento citado inscreve-se no paradigma de: Alargamento do público-alvo das atividades do Programa MATOSINHOSénior a toda a comunidade sénior de Matosinhos. Desta forma, ao mesmo tempo que as instituições se tornam ainda mais abertas à comunidade, a autarquia também garante que a sua intervenção fica ao alcance de cada munícipe;
 - ✓ Introdução da comparticipação financeira de todas as pessoas participantes nas atividades, em função dos seus rendimentos, seguindo o pressuposto de que a Autarquia não se assume como único suporte destas iniciativas. Procura-se, desta forma, que as atividades do Programa MATOSINHOSénior se tornem economicamente menos distantes da sua sustentabilidade e uma maior responsabilização de todas as partes envolvidas.
- **Linha Estratégica 3 - Qualificação e Diversificação de Equipamentos e Serviços**
 - ✓ O serviço **Matosinhos Amigo** - Pequenas reparações nas casas de pessoas idosas - registou em 2011 intervenções em 631 habitações;
 - ✓ O serviço de **Tele Assistência Domiciliária** foi prestado a 80 pessoas.
- Promoveu-se o alargamento e qualificação da rede de serviços dirigidos às pessoas idosas, (incluído em “Equipamentos e Respostas Sociais”), com:

Execução do Plano de Atividades

- ✓ o apoio logístico e financeiro à candidatura de instituições ao Programa Operacional Potencial Humano (POPH e PARES):
- ✓ o apoio financeiro, a quatro Instituições (Lavra, Matosinhos e Perafita), com vista à aquisição de viaturas especialmente adequadas para o transporte de utentes seniores da resposta social de Centro de Dia.

SAÚDE

Plano Municipal da Saúde do Concelho de Matosinhos (PMSM)

O Plano Municipal da Saúde do Concelho de Matosinhos é um instrumento de trabalho que congrega e potencia os recursos, no sentido de promover o desenvolvimento de novas respostas aos problemas de saúde identificados.

No domínio da **Saúde Oral**, a Autarquia aposta na prevenção de cárie dentária promovendo a escovagem junto dos Jardins de Infância e das Escolas Básicas do Primeiro Ciclo do Concelho. As sessões de escovagem são realizadas pela equipa de saúde escolar da Unidade Local de Saúde, sendo que a CMM apoia a iniciativa através da distribuição de Kits de Saúde oral, constituídos por uma escova dentária, pastas dentífrica, bolsa e Mochila identificada com a imagem do Trincas. Neste sentido foram distribuídos **1756 Kits junto de 16 estabelecimentos de ensino**.



Articulação / apoio a instituições na área da saúde

- **Associação Portuguesa de Osteoporose:** Numa perspetiva de promoção da saúde e prevenção da doença, e à semelhança do que tem vindo a ser realizado todos os anos, a Câmara Municipal de Matosinhos promoveu a realização de uma sessão de esclarecimento e rastreio da osteoporose dirigida à comunidade. **A ação abrangeu cerca de 200 pessoas.**

Eventos na saúde

- **Comemorações do Dia Mundial da Saúde Mental** – Atenta às alterações sociais, a Câmara Municipal de Matosinhos considera imprescindível redobrar os esforços no apoio aos grupos mais vulneráveis, nomeadamente, as pessoas que sofrem de doença mental, investindo na promoção da saúde mental. Foi com base neste pressuposto que organizou um programa de atividades que durou 4 dias que assinalaram, pela primeira vez no Concelho, o Dia Mundial da Saúde Mental. O objetivo desta programação consistiu em alertar a sociedade civil para a importância de união na discussão e construção de novos caminhos na compreensão da saúde mental e consequentemente no combate contra o estigma e a discriminação da doença mental. O primeiro dia foi marcado pela caminhada da UPA - Unidos para Ajudar, uma caminhada pelo combate ao estigma onde participaram várias figuras públicas. Nos restantes dias foram dinamizados workshops dirigidos a profissionais das IPSS's, educadores e utentes. Para o/as jovens foi dinamizado um peddy-paper e para a comunidade em geral um momento de cinema comentado por profissionais da saúde mental. Destacamos a participação de cerca de **800 pessoas** nesta iniciativa. **Foram envolvidas 7 entidades.**
- **Matosinhos Saúde** - Aproveitando o espaço dos festejos do Senhor de Matosinhos, foi disponibilizado um espaço destinado às entidades do concelho que trabalham no

Execução do Plano de Atividades

domínio da saúde. Esta ação teve como objetivos sensibilização da comunidade para a prevenção da doença ao longo do ciclo de vida, alertar para a prevenção enquanto principal estratégia de redução de custos individuais, sociais e políticos e divulgar as respostas existentes no concelho. Nesta ação participaram **15 instituições**.

- **Viva saudável** – Promoção de hábitos de vida saudáveis junto da comunidade através de ações de rastreio, informação e sensibilização em diversos domínios da saúde. Esta iniciativa foi desenvolvida em parceria com a Matosinhos Sport e diversas entidades da saúde do concelho. Nesta iniciativa **foram envolvidas 15 entidades**.



Dias temáticos na área da Saúde

- **Comemoração do dia mundial da tuberculose** - A Unidade Local de Saúde de Matosinhos (ULSM) em parceria com a Associação Contra a Tuberculose do Porto (ACTP) e a Câmara Municipal de Matosinhos assinalaram o Dia Mundial da Tuberculose. Este dia consistiu na dinamização de uma sessão científica sobre a reflexão acerca do panorama da Tuberculose em Portugal e foi analisada a situação da tuberculose na Região Norte, com destaque para a situação de Matosinhos.
- **Dia Mundial da Diabetes** – Promoção de hábitos de vida saudáveis através da realização de ações de rastreio, informação e sensibilização da comunidade neste domínio, com a parceria da ULSM, Matosinhos Sport e outras entidades de saúde do concelho. Participaram cerca de **150 pessoas**. Nesta iniciativa **foram envolvidas 4 entidades**.
- **Dia Mundial do Coração** - Promoção de hábitos de vida saudáveis através da dinamização de ações de informação, sensibilização e prevenção. Parceria com o Projeto Põe-te a mexer nas marginais da Matosinhos Sport, ULSM e diversas entidades do Concelho. Participaram cerca de **300 pessoas**. Nesta iniciativa **foram envolvidas 5 entidades**.



- **IV Olimpíadas da Saúde - Ação** promovida pela Unidade Local de Saúde que contou com o apoio da Autarquia. O objetivo foi promover o interesse do/as jovens pelas diversas temáticas da saúde, através da sua participação em atividades realizadas no ambiente externo à comunidade escolar e sensibilizar para a adoção de estilos de vida saudáveis. Nesta atividade participaram cerca de **80 aluno/as** de três agrupamentos escolares. No total foram envolvidas **5 entidades**.

Execução do Plano de Atividades

Gabinete de Apoio Social (GAS) - A Autarquia presta um serviço de atendimento e consulta psicológica ao/às seus/suas funcionário/as. Em 2011, foi feito o atendimento e acompanhamento psicológico de **42 funcionário/as** da Câmara Municipal de Matosinhos, num total de **533 consultas**.

Núcleo de Avaliação Psicológica (NAP) - A Divisão de Promoção Social e Saúde passou a integrar o grupo de trabalho que desenvolve os procedimentos concursais existentes na Autarquia, destacando para esse efeito parte do seu corpo técnico da área da Psicologia (3 técnicas) que ficaram responsáveis pela pelos processos de Avaliação Psicológica do/as candidato/as. Em 2011 foram efetuados **11 concursos**, num total de **26 candidatos**.

CEDÊNCIA DE ESPAÇOS

A câmara cedeu espaços para o funcionamento de 13 instituições que atuam no domínio da saúde, infância, deficiência e ação social, conforme quadro que se segue:

Equipamento municipal / morada	Freguesia	Instituição	Finalidade
EB1 de Esposade	Custoias	. ASASM-Associação de Surdos de Apoio a Surdos de Matosinhos . Atilgp- Associação de tradutores e Interpretes de Linguagem Gestual Portuguesa . Associação Portuguesa de Apoio a Implantes Coclerares	“Casa do Surdo”
C.H. de Gatões Fração AG	Guifões	. AFUA-HML-Associação de Familiares Utentes e Amigos do Hospital Magalhães Lemos	Fórum Ocupacional
EB1 Monte Ramalhão	Guifões	. Assoc. Portuguesa Síndrome ASPERGER . APEE- Associação de Pais e Encarregados de Educação de Alunos com Perturbação do Espectro do Autismo	Sede
EB1 do Araújo	Leça do Balio	. APOFEN- Associação Portuguesa de Fenilcetonúria e outras Doenças Metabólicas . Liga dos Combatentes . APDI- Associação Portuguesa da Doença Inflamatória do Intestino, Doença de Crohn e Colite Ulcerosa	Sede
C. H. Monte Espinho	Leça da Palmeira	. Junta de Freguesia de Leça da Palmeira	Pólo Serviços Administrativos
Equipamento de Apoio ao Parque de Estacionamento de Manhufe	Matosinhos	. ADEIMA (Núcleo Executivo da Rede Social) . Associação “Os Amigos da Rua”	Banco de Bens/ Sede
Antigo Reservatório de Água	Leça da Palmeira	. Associação de Amigos Aposentados de Leça da Palmeira	Centro de Convívio

Execução do Plano de Atividades

SITUAÇÕES DE RISCO

Cruz Vermelha Portuguesa - Núcleo de Matosinhos;

Conferências de São Vicente de Paulo – Associação das Obras Sociais e Associação de Obras Assistenciais;

Lions Clube da Senhora de Hora.

- Foi dado apoio para o desenvolvimento de atividades destas Instituições, no âmbito social e da saúde, direcionado para famílias carenciadas no concelho, maioritariamente sinalizadas pelo Atendimento Integrado, através da distribuição de géneros alimentares, medicação, ajudas técnicas e outros bens de necessidade primária.
- Deste trabalho de acompanhamento, foi ressaltando a importância de reestruturar o modo de articulação entre as instituições de apoio à precariedade e o Atendimento Integrado, o que originou reorganização dos procedimentos (fluxograma) da Rede de Apoio às situações de Precariedade Económica, visando a rentabilização dos recursos existentes.

SUBSÍDIOS

- Em 2011, a Câmara Municipal de Matosinhos aprovou os seguintes subsídios propostos pela DPSS:

Domínio de Intervenção	VALOR
1. Rede Social	€ 100.000,00
2. Ação Social – Infância	€ 248.338,40
3. Ação Social – 3.ª Idade	€ 707.332,26
4. Ação Social - Deficiência	€ 14.343,91
4. Saúde – Apoio a Instituições	€ 4.970,00
5. Proteção Civil	€ 10.000,00
6. Situações de Risco	€ 140.000,00
8. Parceria com a ADEIMA	€ 599.000,00

PARCERIA COM A ADEIMA

A Câmara Municipal, ao longo da última década, tem investido na parceria com a ADEIMA (Associação para o Desenvolvimento Integrado de Matosinhos) pela versatilidade que esta apresenta no domínio da Intervenção Social, aspeto este que está no âmago desta Associação que a própria Câmara coadjuvou a fundar. A parceria tem permitido uma Intervenção Social integrada, uma vez que nela se encontram envolvidas diversas entidades, públicas e privadas, que pela sua natureza são intervenientes privilegiadas no desenvolvimento local e promoção social.



Execução do Plano de Atividades

O âmbito das ações promovidas distribui-se por cinco áreas:

Educação, Formação e Inserção Laboral

Centro Novas Oportunidades

Objetivos Gerais

- Contribuir para a elevação dos níveis de qualificação escolar e/ou profissional da população adulta, nomeadamente, através do reconhecimento, validação e certificação de competências adquiridas ao longo da vida, em contextos formais, não formais e informais de aprendizagem.

Resultados diretos

- Realizadas 22 sessões de divulgação, 16 das quais junto de públicos abrangidos por entidades parceiras
- Dinamizada a POR Matosinhos (rede dos 6 CNO sedeados no concelho), com participação em 3 eventos locais (feiras), dirigidos à população em geral
- Estabelecidos 30 novos protocolos de parceria, 24 com empresas e os restantes com Agrupamento de Escolas Matosinhos Sul, Associação de Desenvolvimento para as Energias Alternativas, Câmara do Comércio e Indústria Alemã, Hexa Painel, Associação para o Desenvolvimento Local do Minho Lima e Valências RH
- 707 novas inscrições (542 Nível Básico; 165 Nível Secundário)
- Realizados 647 diagnósticos (491 Nível Básico e 156 Nível Secundário)
- 311 inícios de processos de RVCC (242 Nível Básico; 69 Nível Secundário). Cada processo RVCC de Nível Básico correspondeu a uma média de 38h, distribuídas por 15 sessões coletivas e 4 individuais; quanto ao Nível Secundário, cada processo teve uma duração média de 48h30m, correspondendo a 19 sessões coletivas e 6 individuais
- Realizadas 22 Ações de Formação Complementar; 16 de nível básico, num total de 278 horas, envolvendo 158 pessoas e 6 de nível secundário, envolvendo 53 pessoas, num total de 31 horas.
- Realizadas 14 ações de formação de curta duração em parceria com as escolas Passos José e João Gonçalves Zarco e com a Loja de Emprego, num total de 12 ações de nível básico (555h) e de 2 ações de nível secundário (100h). Foram envolvidas 159 pessoas (das quais 140 no nível básico)
- 186 Candidatos/as **Certificados/as** (128 NB e 58 NS) e com Planos de Desenvolvimento Pessoal (PDP) definidos
- 45 Pessoas integradas noutras respostas de educação formação
- Administrados e tratados 327 questionários de satisfação aos/às candidatos/as (159 após conclusão do processo RVCC; 168 após formação complementar)
- Aplicado o Modelo de Autoavaliação CAF-CNO
- Implementado Projeto “Novas Oportunidades a Ler+” – Criado um ambiente de leitura no Centro com disponibilização de revistas, livros, jornais diários, brochuras; dinamizada a atividade: Um Mês, Um Estilo Literário; Publicitadas leituras recomendadas, por níveis de complexidade; utilizados textos literários para iniciar a exploração dos RCC - NB E NS e a formação complementar e realizadas visitas guiadas à Biblioteca Municipal
- Comemorado o 10º Aniversário do CNO - Elaborado o Portefólio “CNO da ADEIMA: 10 anos de Idade ou Maturidade?; realizada a sua apresentação pública na Câmara



Execução do Plano de Atividades

Municipal de Matosinhos, acompanhada pela exposição fotográfica “Envolventes da aprendizagem” sobre atividades da vida quotidiana (ligadas ao mundo do trabalho, à família, à vida social ou aos tempos livres) que se entendem como promotoras de (trans)formação nas vidas de candidatos/as do CNO da ADEIMA, certificados/as e/ou em Processo de RVCC e entrega de certificados-diplomas

- Criada a página de Facebook do CNO (ação não prevista em Plano de Atividades)

Curso de Educação Formação de Adultos (EFA), na Área 346. Secretariado e Trabalho Administrativo, Referencial de formação 346035. técnico/a administrativo/a, Nível de qualificação 4

Objetivos gerais

- Elevar o nível de qualificação, escolar e profissional, de 17 pessoas para o nível 4 do Quadro Nacional de Qualificações

Resultados diretos

O projeto teve o seu início a 2 de Dezembro de 2010 e terminou a 2 de Março de 2012. Em 2011 foram realizadas:

- 487 horas de Formação de Base (88,5% de um total de 550)
- 1052 horas de Formação Tecnológica (91,5% de um total de 1150)
- 50 horas de Portefólio Reflexivo de Aprendizagem (58,8% de um total de 85)
- 3 atividades Integradoras
- 3 visitas de Estudo
- 3/17 pessoas obtiveram certificado de qualificações pois, por motivos de saúde, interromperam o curso não concluindo o percurso formativo;
- 14/17 pessoas prosseguiram o percurso formativo para obtenção de certificado de qualificações e diploma, em 2012

Estudotecas

Objetivos Gerais

- Promover um conjunto de estratégias destinadas ao desenvolvimento das competências sociais e pessoais do público jovem
- Promover hábitos de estudo
- Promover atividades na área das expressões artísticas e estética
- Promover a divulgação e formulação de regras comportamentais
- Promover e proporcionar meios de conhecimento
- Potenciar um ambiente interativo, entre a comunidade, permitindo a desmistificação do conceito de RUA

Resultados diretos

- Participação ativa do público-alvo nas atividades realizadas
- Aquisição de hábitos escolares e valorização das aprendizagens por parte de cerca de 25 crianças e jovens
- Aquisição de hábitos saudáveis e de ocupação de tempos livre
- O público infanto-juvenil com dificuldades escolares está inserido numa dinâmica de apoio ao estudo (25 crianças).

Execução do Plano de Atividades

A Ler Vamos

Objetivos Gerais

- Avaliar 100% das crianças com autorização dos/as encarregados/as de educação
- Melhorar o desempenho pré-leitor das crianças alvo da intervenção

Resultados diretos

- Aumento da estimulação das crianças antes da aprendizagem formal da leitura
- Redução do insucesso escolar



EPIS – Mediadores de Capacitação para o Sucesso Escolar

Objetivos Gerais

- Melhorar a taxa de sucesso escolar em 17% dos/as alunos/as em acompanhamento

Resultados diretos

- Melhoria da taxa de sucesso escolar em 21% dos alunos e alunas acompanhadas pelo Projeto

Espaço R

Objetivos Gerais

- Envolver 50 crianças e jovens nas atividades de promoção do sucesso escolar
- Apoiar 30 jovens em abandono escolar e/ou desocupação na definição de um projeto de vida
- Promover a participação de 30 pais/educadores das crianças e jovens envolvidos no Projeto em todas as atividades dirigidas aos mesmos
- Dotar de competências pessoais e sociais (autoestima; autocontrolo; responsabilidade; relacionamento interpessoal; trabalho em equipa, cumprimento de normas e regras) 60 crianças e jovens
- Envolver 50 crianças e jovens em atividades lúdico-desportivas e comunitárias promovendo estilos de vida saudáveis
- Aumentar os conhecimentos sobre técnicas informáticas junto de 60 crianças e jovens e de 15 adulto/as beneficiário/as residentes nos conjuntos habitacionais das Ribeiras de Cima e das Ribeiras de Baixo
- Certificar 40 crianças e jovens e 10 adulto/as no âmbito das novas tecnologias de informação e de comunicação residentes nos conjuntos habitacionais das Ribeiras de Cima e Ribeiras de Baixo

Resultados diretos

- Foram envolvidas 74 crianças /jovens
- Foram apoiados 32 jovens
- Participaram 38 pais/mães em todas as atividades dirigidas aos/às mesmos/as
- 68 crianças/jovens aumentaram as suas competências pessoais/sociais
- Foram envolvidas 74 crianças/jovens
- 76 crianças/jovens aumentaram os seus conhecimentos sobre técnicas informáticas
- 40 crianças/jovens e 5 adulto/as participaram na Formação em TIC

Execução do Plano de Atividades

“Mestre Jardim”

Objetivos gerais

- Consolidar as competências de funcionários e funcionárias
- Manter a carteira de clientes
- Angariar 4 novos clientes
- Garantir a sustentabilidade da “empresa”

Resultados diretos

- Desenvolvimento de novas competências em todos/as funcionários/as
- A gestão da carteira de clientes permitiu um aumento da faturação através da substituição de clientes perdidos e, em geral, do aumento do número de clientes existentes
- Angariação de 10 novos clientes e manutenção dos clientes existentes
- Sustentabilidade financeira assegurada



Condições de Vida e Cidadania – Saúde

NOVAS METAS

Objetivos gerais

- Promover práticas de consumo de menor risco de substâncias psicoativas em 70% do grupo alvo, até ao final do projeto
- Promover hábitos sexuais de menor risco em 70% do grupo-alvo até ao final do projeto
- Informar 100% do público-alvo e disponibilizar material sobre comportamentos e estratégias de menor risco no consumo de substâncias psicoativas e comportamentos sexuais
- Rastrear 80% dos indivíduos abrangidos em relação às infeções sexualmente transmissíveis e à tuberculose pulmonar
- Garantir o cumprimento da medicação prescrita em 90% dos indivíduos a cumprir terapêutica medicamentosa, até ao final do projeto
- Diminuir os consumos de heroína em 70% dos indivíduos através da integração em PSOBLE, até ao final do projeto
- Melhorar o acompanhamento médico e de saúde em 70% do grupo-alvo até ao final do projeto
- Integrar 90% dos indivíduos portadores de doenças infecciosas em cuidados de saúde
- Melhorar em 40% dos indivíduos em acompanhamento social no projeto, a sua situação socioeconómica
- Definir com 60% dos indivíduos integrados em PSOBLE o projeto de vida/tratamento
- Aumentar em 70% dos indivíduos sem contato com o contexto familiar, a aproximação à rede social primária e aos serviços da rede
- Garantir a satisfação das necessidades básicas em 40% dos indivíduos em situação de vulnerabilidade
- Integrar 80% dos indivíduos sem acompanhamento em serviços da rede social



Execução do Plano de Atividades

Resultados diretos

- 85% dos 45 indivíduos com práticas de consumo de risco adotaram práticas de consumo de menor risco. Nomeadamente em relação aos indivíduos acompanhados no projeto, negativos ao HIV, não se registaram casos de reatividade para o HIV
- 80% dos 25 indivíduos identificados com práticas sexuais de risco, diminuíram esses comportamentos
- Dos 24 indivíduos identificados com práticas de consumo de risco, 100% aumentaram os seus conhecimentos sobre comportamentos e estratégias de menor risco no âmbito da dependência de substâncias psicoativas. Toda a população recebeu informação e material informativo sobre práticas de consumo de menor risco
- 99% dos indivíduos integrados em PSOBLE foram rastreados em relação às doenças infecciosas
- 100% dos indivíduos com medicação prescrita cumpriram-na sob observação direta na Unidade Móvel
- 90% dos indivíduos integrados em PSOBLE diminuíram os consumos de heroína
- 100% dos indivíduos integrados em PSOBLE melhoraram o acompanhamento médico, dado que 88 indivíduos foram alvo de avaliação médica na Unidade Móvel e 79 usufruíram de cuidados de enfermagem
- 100% dos 19 indivíduos portadores de doenças infecciosas integraram cuidados de saúde. 100% dos indivíduos com medicação prescrita cumpriram
- Foram acompanhadas 61 pessoas, através da rede de Atendimento Integrado; 32 (52%) melhoraram a sua situação socioeconómica
- Das 88 pessoas integradas em PSOBLE, 100% definiram projeto de vida
- 14 pessoas foram apoiadas na requisição de documentação; 20 pessoas requereram apoio jurídico; 13 pessoas inscreveram-se no IEFP; 23 pessoas inscreveram-se no CNO e na Loja de Emprego. Das 26 pessoas identificadas sem contacto com a rede social primária, 50% (13) restabeleceram contacto
- 90% das pessoas identificadas em situação de vulnerabilidade social: 22 foram orientadas para serviços de alimentação; 18 para balneários; 19 para lavandaria; 10 para habitação
- Foram identificadas 5 pessoas em equipa de rua e todas foram integradas em respostas sociais e/ou de saúde

SITUAÇÕES DE RISCO

Projeto Gigas

Objetivos gerais

- Dotar 100% dos/as (4) professores/as do 1º ciclo de competências para implementação de um programa de treino de competências em sala de aula, até ao final do projeto
- Aumentar, até ao final do projeto, as competências de Assertividade, no 3º ano de escolaridade e competências de tomada de decisão, no 4º ano de escolaridade, em 60% das crianças que frequentem o programa “Crescer a Brincar”
- Aumentar as competências pessoais e sociais ao nível da informação, comunicação, regulação emocional, resolução de problemas e tomada de decisão, em 50% dos/as jovens que frequentam o programa “Trilhos”



Execução do Plano de Atividades

- Aumentar as competências pessoais e sociais ao nível da resolução de problemas, tomada de decisão, comunicação, relacionamento interpessoal e pressão do grupo de pares, em 50% dos/as jovens que concluíam o programa “Eu e os Outros”
- Desenvolver, em 80% dos/as jovens que participem nas atividades desportivas e culturais, o gosto por estilos de vida saudável
- Diminuir em 30% dos/as jovens acompanhados/as nas sessões de apoio ao estudo e que terminam o programa de treino de competências o seu insucesso e abandono escolar
- Aumentar em 100% dos/as jovens que frequentam as atividades propostas o seu conhecimento acerca da oferta formativa e das áreas de empregabilidade existente
- Desenvolver competências parentais ao nível da comunicação, resolução de problema e estabelecimento de normas, em 50% dos/as participantes que frequentam o programa de desenvolvimento de competências parentais
- Aumentar em 20% de pais/famílias, que frequentam o projeto, o conhecimento sobre ofertas profissionais e/ou formativas
- Informar 60% dos/as profissionais participantes nas tertúlias, sobre o uso/abuso de drogas e sobre o seu papel na prevenção
- Informar 60% dos pais e famílias, participantes nas tertúlias, sobre o desenvolvimento da criança/adolescente, comportamentos de risco e proteção
- Informar sobre substâncias psicoativas, comportamentos de risco e proteção em 60% dos/as jovens que participem nas tertúlias
- 80% dos/as participantes nas atividades em Família aumentam o seu conhecimento sobre as potencialidades e gostos dos diferentes elementos da família

Resultados diretos

- 100% das professoras inscritas adquiriram as competências necessárias para a implementação do programa Crescer a Brincar. Na avaliação realizada, as professoras referem que este programa lhes forneceu estratégias e materiais mais lúdicos e apelativos para as crianças, conseguindo assim uma maior motivação da parte dos/as seus/suas alunos/as
- 100% (96) das crianças demonstrou um aumento das suas competências de assertividade. As professoras envolvidas salientam como aspetos mais relevantes e indicadores da assertividade adquirida o facto de se ter verificado um aumento da capacidade de dialogar umas com as outras; um maior respeito pelas outras crianças nos diferentes espaços da escola; uma maior capacidade de resolução de problemas e de conflitos
- 100 alunos/as inscritos/as e a participar no programa Trilhos, face aos 66 previstos. Uma avaliação qualitativa ainda não é possível tendo em conta que o pós-teste só será aplicado em 2012
- Através da implementação pré e pós teste foi possível verificar que 100% dos/as participantes que terminaram o programa demonstraram melhorias das competências chave trabalhadas, nomeadamente ao nível da resolução de problemas, tomada de decisão, comunicação e resolução de problemas
- 16 jovens passaram a frequentar atividades lúdicas em contexto escolar nomeadamente; 25 jovens passaram a frequentar atividades lúdicas e desportivas em estruturas da comunidade
- 53% dos/as jovens diminuiu o seu insucesso escolar ao transitar de ano letivo
- 95% dos/as jovens deu continuidade ao seu percurso escolar

Execução do Plano de Atividades

- 100% jovens, dos 14 aos 18 anos, aumentaram os seus conhecimentos relativamente às ofertas formativas e profissionais (12 jovens visitaram as feiras de emprego e formação profissional; 14 jovens foram orientados para estruturas locais nomeadamente CNO e GIPE de Custóias; 2 jovens foram encaminhados para a Loja de Emprego)
- 100% das mães envolvidas desenvolveram as suas competências parentais ao nível do envolvimento familiar; dos conhecimentos e comportamentos associados à comunicação, resolução de problemas e estabelecimento de regras/normas. De salientar, ainda, que ao longo da implementação do programa foi possível observar uma maior proximidade à escola, por parte das mães, procurando saber as notas dos/as seus/suas filhos/as, a sua assiduidade bem como o seu comportamento junto dos/as diretores/as de turma e técnicas do projeto, motivando os/as seus/suas filhos/as para a participação nas atividades de apoio ao estudo
- 100% dos pais/famílias aumentou o conhecimento sobre ofertas profissionais e/ou formativas; 100% dos pais/mães tem conhecimento das estruturas locais do concelho nomeadamente (CNO, loja de emprego, GIPE de Custóias); 100% dos pais/mães está inscrito no centro de emprego; 45% encontra-se em procura ativa de emprego, respondendo a anúncios de oferta de emprego
- 100% dos/as participantes (17) reconhece que aumentou os seus conhecimentos ao nível das substâncias; valoriza os conhecimentos adquiridos ao nível das estratégias de intervenção, revelando-se muito úteis ao nível da sua prática profissional
- 79% dos/as participantes nas tertúlias aumentou os seus conhecimentos sobre o seu papel na prevenção de comportamentos de risco
- 88% dos/as participantes refere que as informações obtidas nas tertúlias aumentou os seus conhecimentos ao nível das substâncias psicoativas, bem como sobre as suas consequências e seus efeitos
- 100% das 160 famílias que participaram no “Dia da Família” aumentaram o seu conhecimento sobre os diferentes membros da família, pois responderam de forma acertada às questões realizadas (ex: Qual o prato favorito do seu filho ou filha?”, “Qual é a coisa que tu faças que mais irrita a tua mãe?” “Qual é a profissão que o seu filho / sua filha gostaria de seguir?”). Este momento reforçou igualmente os seus elos de ligação enquanto família

Inovação, Qualificação de Equipamentos e Respostas Sociais

Protocolos Rendimento Social de Inserção

Objetivos gerais

- Contratualizar 100% dos programas de inserção com as famílias acompanhadas (Universo: 720 famílias)
- Melhorar a gestão dos recursos económicos em 40% das famílias acompanhadas pelas ajudantes de ação direta (Universo: 83 famílias)
- Melhorar as condições habitacionais em 40% das famílias acompanhadas pelas ajudantes de ação direta (Universo: 83 famílias)
- Aumentar a adaptação escolar em 20% das crianças e jovens acompanhadas (Universo: 61 crianças e jovens)
- Melhorar as dinâmicas familiares em 40% dos agregados (Universo: 720 famílias)
- Efetivar o acesso aos direitos em 30% dos indivíduos acompanhados (Universo: 52 indivíduos)

Execução do Plano de Atividades

- Aumentar as competências profissionais em 30% dos/as adultos/as aptos/as para inserção no mercado de trabalho (Universo: 340 adultos/as)
- Aumentar a escolaridade em 30% dos indivíduos acompanhados com mais de 16 anos (Universo: 80 indivíduos)
- Promover o cumprimento das ações do Acordo de Promoção e Proteção de 100% das famílias CPCJ em acompanhamento (Universo: 55 famílias)
- Atualizar e informatizar 100% dos processos acompanhados (Universo: 720 famílias)

Resultados diretos

- 100% dos Programas de Inserção contratualizados
- 62 famílias (75%) aumentaram competências ao nível da organização dos recursos económicos
- Melhoria das condições habitacionais em 66 famílias (80%) acompanhadas pela AAD
- 18 (30%) das crianças e jovens com problemas escolares transitaram de ano
- Melhoria das relações e dinâmicas familiares em 324 famílias (45%)
- 100% dos/as beneficiários/as adquiriram conhecimentos ao nível do exercício da cidadania
- 136 (35%) adultos/as aptos/as para inserção no mercado de trabalho iniciaram acompanhamento em estruturas de inserção profissional (IEFP/GIP) aumentando as suas competências profissionais
- 127 pessoas integraram o mercado de trabalho
- 28 (35%) Indivíduos com mais de 16 anos e com baixas competências escolares aumentaram a sua escolaridade
- Acompanhamento do desenvolvimento/cumprimento das ações do Acordo de Promoção e Proteção em 55 (100%) famílias CPCJ
- 100% dos processos acompanhados atualizados e informatizados

Participação, Trabalho em Rede e Produção de Conhecimento

Comissão Social de Freguesia de Custóias

Objetivos gerais

- Implementar o Plano de Ação da CSF de Custóias
- Dinamizar o grupo de voluntariado (Projeto Vem/Voluntariado de Proximidade)
- Atender e acompanhar pessoas / famílias de fracos recursos

Resultados diretos

- Foram concluídas 16 das 22 ações que constam no Plano, abrangendo 1420 pessoas
- O grupo envolve 14 pessoas idosas e 7 voluntárias que realizaram, em média, 360 visitas. Foram realizadas reuniões mensais com todas as pessoas voluntárias e uma visita mensal a cada pessoa idosa. Foram ainda organizadas atividades lúdicas promovendo o convívio entre todas as pessoas idosas abrangidas
- Foram atendidas 285 pessoas no âmbito da ação social (das quais 21 recebem um acompanhamento sistemático) e 41 no âmbito do RSI

Comissão Social de Freguesia de Santa Cruz do Bispo

Objetivos gerais

- Desenvolver competências para a promoção do sucesso escolar
- Aumentar a capacidade de resposta imediata
- Implementar as ações previstas no plano de ação da C.S.F.

Execução do Plano de Atividades

- Contribuir para a melhoria das condições de vida da população
- Aumentar o nº de processos de RSI/Acordo de Inserção
- Informar população idosa sobre benefícios do programa MatosinhoSénior e integrar idosos/as no referido programa
- Aumentar a participação da sociedade no apoio a pessoas com problemas de dependência física e/ou em situação de isolamento social

Resultados diretos

- 24 crianças acompanhadas desenvolveram competências pessoais, sociais e de aprendizagem.
- 14 pessoas obtiveram consulta de psicologia e 4 estão em acompanhamento
- 16 entidades da C.S.F. envolvidas; 5 reuniões realizadas; 90 % das ações encontram-se em curso.
- Realizados 180 atendimentos
- Acompanhamento de 30 processos (7 Ação social e 23 RSI), a que correspondeu 124 atendimentos e 23 visitas domiciliárias
- 93 pessoas idosas informadas sobre os benefícios do programa MatosinhoSénior e integradas no referido programa
- 1 pessoa idosa beneficia do voluntariado de proximidade

Comissão Social de Freguesia de Lavra

Objetivos gerais

- Promover o bem-estar da população.
- Prevenir comportamentos de risco.
- Intervir em questões da educação social em zonas carenciadas.
- Detetar as necessidades da população.

Resultados diretos

- Minimização das carências económicas e sociais da população abrangida, em termos gerais
- Acompanhados 178 processos de RSI e 350 de Ação Social
- Abrangidas 17 entidades na dinamização da CSF, com a realização de 7 reuniões
- 45 crianças no Projeto de Férias
- Realizados 350 atendimentos de emprego e formação profissional
- Envolvidas 400 pessoas nas atividades de carácter cultural
- Abrangidas 50 mulheres beneficiárias do RSI; 50 pessoas no “passear em Lavra”; 168 pessoas na dinamização do CNO do Sector Terciário.

Projetos Transversais

Projeto Agir em Matosinhos

Objetivos gerais

- Atender, orientar e acompanhar 250 pessoas desempregadas
- Realizar 5 sessões de formação de curta duração; um curso de Desenvolvimento Integrado de Competências; 3 sessões de Desenvolvimento de Competências Pessoais e Sociais, 8 sessões de procura ativa de emprego
- Orientar e integrar 10 pessoas para formação qualificante

Execução do Plano de Atividades

- Integrar 20 pessoas no mercado de trabalho
- Dinamizar um serviço de consultoria a empresas
- Dinamizar uma bolsa de emprego com, pelo menos, 8 empresas
- Abranger 80 crianças em atividades lúdico-desportivas
- Aumentar o sucesso escolar das crianças abrangidas em 50%
- Manter em 0% o abandono escolar das 80 crianças abrangidas
- Reduzir os problemas de negligência em 20 famílias de risco
- Acompanhar processos de RSI
- Aumentar as competências pessoais, sociais, parentais e de organização doméstica em 60% das participantes dos grupos de desenvolvimento de Mulheres
- Envolver 4 instituições na construção e implementação de instrumentos e procedimentos de qualidade
- Dinamizar uma sessão de formação para 15 dirigentes associativos
- Dinamização de ações de formação para profissionais das instituições locais, envolvendo 15 pessoas
- Aumentar as competências na área das TIC a 70 crianças e jovens e 30 idosos/as
- Implementar 2 ações de formação na área das TIC, com a duração de 50 horas, dirigidas a desempregados/as acompanhados/as nos GE's
- Dinamizar um espaço de acesso livre às tecnologias de informação e comunicação na freguesia de Guifões

Resultados diretos

- 442 pessoas inscritas nos Gabinetes da Empregabilidade; 295 atendidas e acompanhadas
- As sessões previstas foram realizadas, à exceção das 8 de procura ativa de emprego cujo número verificado foi de 6. Por outro lado, foi realizada uma ação de formação de Empregados/as de Limpeza e lavandaria Doméstica e Industrial. As ações desenvolvidas abrangeram 233 pessoas
- Integração de 9 pessoas em formação qualificante; 30 pessoas adultas certificadas através de processo de RVCC; 23 continuam em processo de RVCC
- 151 Pessoas encaminhadas para ofertas de trabalho; 43 integrações no mercado de trabalho
- 10 pessoas foram apoiadas para a criação do seu próprio negócio
- 6 empresas foram apoiadas (2 em gestão corrente; 4 em marketing)
- 54 Empresas integram a Bolsa de Emprego; 42 ofertas de emprego recebidas
- Foram abrangidas 429 Crianças /Jovens em atividades lúdico-desportivas
- Foram envolvidas 53 (69.8%) crianças e adolescentes (menores de 15 anos) que frequentam o 2º e o 3º ciclo do ensino básico. Destas 37 melhoraram o seu desempenho escolar; 25 (47%) transitaram de ano letivo; 36 aumentaram as suas competências pessoais e sociais
- Nenhuma das 429 crianças/ jovens que frequentaram as atividades dinamizadas pelo projeto abandonou o sistema de ensino
- Foram acompanhadas 33 famílias. Em 14 delas verificou-se uma diminuição de comportamentos negligentes; 37 progenitores/as aumentaram as suas competências parentais. Por outro lado, 5 casos de violência doméstica foram resolvidos
- 33 famílias beneficiárias de RSI tiveram um acompanhamento sistemático

Execução do Plano de Atividades

- Os grupos abrangeram 33 mulheres, tendo todas elas desenvolvido as suas competências
- 1 instituição tem o processo concluído; 1 está em curso; 2 frequentaram ação de formação de 225h sobre o tema
- Foi dinamizada uma sessão de formação sobre marketing associativo com a participação de 4 dirigentes
- Foi organizada uma sessão de sensibilização sobre violência doméstica na Associação de Surdos de Apoio a Surdos de Matosinhos com a participação de 10 pessoas.
- Foram aumentadas as competências em 109 pessoas (31 crianças/jovens; 42 pessoas idosas; 36 pessoas desempregadas).
- Implementaram-se 6 ações de formação com desempregados/as acompanhados/as nos GE's: 52 participantes, dos quais 33 aumentaram as suas competências.
- O espaço tem 107 utilizadores/as e registaram-se, ao longo do ano, 578 entradas.

Projeto Matosinhos Ativo 2

Objetivos gerais

- Atender, acompanhar e orientar 600 pessoas desempregadas na procura de emprego
- Desenvolver 15 ações de formação de curta duração e à medida, no domínio das competências básicas, pessoais e sociais para a empregabilidade com um total de 150 participantes.
- Integrar 100 pessoas no mercado de trabalho.
- Realizar um curso intensivo de formação de base.
- Aumentar as competências de 90% dos/as participantes em formação.
- Integrar 20 pessoas em ações de formação externas.
- Certificar escolarmente e/ou profissionalmente 30 pessoas.
- Aumentar as competências de empregabilidade de 150 pessoas.
- Criar uma bolsa de emprego com pelo menos 15 empresas.
- Apoiar 30 pessoas na criação do seu negócio.
- Acompanhar 20 empresas na melhoria do seu negócio.
- Realizar 4 workshops em áreas de gestão empresarial e 5 ações de formação à medida para empresários/as.
- Aumentar as competências de gestão empresarial de 10 empresários/as.
- Acompanhar 30 famílias em situação de risco.
- Realizar 90 sessões de trabalho com famílias e crianças no domicílio.
- Realizar um workshop em competências parentais.
- Promover o desenvolvimento físico, emocional e cognitivo de 90% das crianças e jovens acompanhados/as.
- Promover o desenvolvimento de competências parentais em 75% das famílias acompanhadas.
- Integrar 160 pessoas em ações de formação e workshops TIC.
- Aumentar as competências de TIC em 140 pessoas em idade ativa (empregados e desempregados) e idosas.



Execução do Plano de Atividades

Resultados diretos

- Atendimento e acompanhamento de 973 pessoas desempregadas e desenho dos seus percursos de inserção.
- Realização de 13 ações formativas com a participação de 121 pessoas.
- Foram integradas, no mercado de trabalho, 91 pessoas.
- O curso de DIC foi realizado e o mesmo abrangeu 16 pessoas.
- Aumento das competências de formação de base em 75% dos/as participantes (102 pessoas).
- Foram integradas 19 pessoas em formação externa.
- Foram apoiadas 9 pessoas no seu processo de certificação.
- 250 pessoas aumentaram as suas competências de empregabilidade.
- Existe uma bolsa de emprego com a colaboração de 16 empresas.
- Foram apoiadas 63 pessoas.
- 28 empresas tiveram acompanhamento.
- Foram realizados 3 workshops, com a participação de 67 pessoas, e 1 ação de formação em inglês com a presença de 9 pessoas.
- Aumentaram as suas competências 17 empresários/as: 65% do sexo masculino e 34 do sexo feminino.
- Foi feita intervenção junto de 30 famílias.
- Realizaram-se 445 visitas domiciliárias; 47 atendimentos e 22 consultas psicológicas.
- Workshop em competências parentais realizado com 16 pessoas. Aumento de conhecimentos sobre cuidados prestados a crianças (15 famílias).
- Melhoria dos cuidados de saúde das crianças (17 famílias).
- Melhoria na prestação de cuidados de alimentação das crianças (13 famílias).
- Melhoria das práticas de promoção de autonomia (14 famílias).
- Melhoria das práticas ao nível da estimulação das crianças (27 famílias).
- 79% das crianças revelam progressos ao nível do seu desenvolvimento.
- Foram integradas em formação de TIC 164 pessoas.
- Aumentaram competências de TIC, 127 pessoas em idade ativa (empregado/as e desempregado/as) e idosas.

Administração do Território

Gestão Urbanística

A paralisação do mercado (por falta de compradores, por falta de financiamento bancário, por falta de liquidez financeira dos bancos...), conduziu a uma desaceleração significativa da promoção imobiliária, e como nos anos anteriores também se verificou, a uma notória modificação do modelo e da escala das operações, que passaram a destinar-se quase exclusivamente à pequena promoção (habitação unifamiliar, com algum comércio de apoio local), em detrimento da promoção de objetos de maior dimensão e usos mistos, com serviços e comércio associados à componente residencial.

Há, contudo, um “fenómeno” urbanístico que tem ocorrido nos últimos anos e que cria alguma diferença relativamente aos formatos tradicionais de promoção construtiva - o do aproveitamento para novos usos de construções que foram “abandonadas” pelo mercado e que agora são ressuscitadas para novas e múltiplas valências. É este o caso dos condomínios empresariais, que felizmente têm dado novas vidas a edifícios que estavam já reduzidos a cadáveres urbanos, nos quais se instalam empresas que convivem confortavelmente entre si e que nalguns caso compartilham serviços e infraestruturas, num esquema de inteligente economia de escala.

Esta mudança do modelo produziu muitos pedidos de alteração aos alvarás de loteamento e às licenças, que quase sempre comportaram a redução dos usos à dimensão habitacional e ainda uma significativa diminuição das capacidades construtivas antes obtidas. Estes novos “formatos”, assentes em novas morfologias antes

pouco desejadas pelos promotores - a construção de cêrcea menor, os edifícios isolados, os lotes para habitações unifamiliares em banda, em contraponto com os edifícios proeminentes que albergavam dezenas e em muitos casos centenas de frações, e que promoviam uma grande sobrecarga para as redes infraestruturais, constituem hoje uma opção para quem constrói, e deixaram de ser vistos como suportes predadores de espaço urbano.

Esta nova opção, parecendo paradoxal, não é de facto assim entendida, nem pelos promotores, nem pelos “agentes” técnicos e decisores políticos, pois o que se configura é que apenas aquilo que comporta melhoria (sobretudo no que aos coeficientes de conforto e de sustentabilidade diz respeito), se vende ou se compra, havendo malogradamente muitos empreendimentos que foram edificadas na anterior matriz, do rendimento imobiliário puro e duro, que têm uma ocupação residual e outros (cuja promoção comercial se imaginava rápida), que tardam a entrar no mercado.

Felizmente em Matosinhos não temos elefantes brancos inacabados, mas temos já muito espaço construído sem ocupação, expectante, com grandes custos de manutenção



Execução do Plano de Atividades

associados, (condominiais e públicos), que urge utilizar e ocupar, sob pena de se tornarem em focos de insalubridade e insegurança urbana.

Esta desaceleração da promoção imobiliária tem vantagens que até agora “ninguém” descortinou - a de que a ocupação massiva do território é insustentável, o aumento do número de fogos no mercado não encontra justificação demográfica, e que o abrandamento da pressão sobre os municípios pode constituir uma boa oportunidade para planear a ocupação futura, discipliná-la de forma mais consistente e programada, e com isso obter-se um melhor resultado para todos, administrados e administradores desta plataforma finita que se chama Território.

Os números que constam nas tabelas do exercício comparado com os anos de 2010 e 2009 ilustram de uma forma irrefutável isto que aqui se disse, no que diz respeito à dimensão construtiva (promoção), e que têm de se analisar associados àqueles que provêm da fiscalização urbanística, ficando demonstrado o incremento das ações de controlo a posteriori, consequente com o novo enquadramento legal das operações urbanísticas (RJUE), que dá ênfase às ações inspetivas, em detrimento do tradicional controlo, que “obrigava” a autarquia a uma conferência dos conteúdos técnicos dos projetos, que hoje é substituída pela responsabilização dos seus autores e dos executantes das obras.



Análise Urbanística

Dos relatórios relativos à DAU constata-se que o pedido denominado “apresentação de exposição” se destaca pela sua grande expressão numérica. Este número não representa a situação inerente ao tipo de pedido que foi criado para apresentação de exposições/sugestões/reclamações efetuadas pelos munícipes. Através deste tipo são formalizados pedidos específicos da área do DGU, como por exemplo para apresentação de elementos, pedidos de fracionamento de taxas, entre outros. Esta opção deve-se ao facto de não ser cobrada taxa para este pedido e pelo facto de, em determinados tipos de processo, não ser possível associar elementos (Declarações Prévias, Certidões, etc.). Não se pode por isto concluir que o setor do Urbanismo tem uma percentagem elevada de reclamações.

Execução do Plano de Atividades

Atendendo à atual crise económica, são os serviços procurados com solicitações de ajuda para “prolongar” os procedimentos administrativos, retardando assim o investimento financeiro, não só ao nível do pagamento dos encargos urbanísticos mas também no investimento da execução da obra.

A Lei 26/2010 instituiu a figura da “extensão excecional de prazos” para aliviar o esforço financeiro dos requerentes bem como para evitar eventuais caducidades que, a acontecerem, implicariam um novo procedimento com todos os encargos daí decorrentes. No entanto, este regime excecional prolongou-se no tempo apenas por uns curtos 4 meses, não tendo, na prática, surtido os efeitos desejados.

Fiscalização Urbanística

O trabalho efetuou-se fundamentalmente nas seguintes áreas: fiscalização de obras, autorizações de utilização/emissão de títulos de autorização de utilização, prorrogações de prazos de licença, aplicação de medidas de tutela urbanística, verificação de queixas e reclamações.

No que respeita à fiscalização de obras foram abrangidas todas as obras sujeitas a controlo prévio (licenciamentos e comunicações prévias) e fiscalização de todas as obras isentas de controlo prévio incluindo as obras de escassa relevância urbanística. No caso das obras sujeitas a controlo prévio, a fiscalização foi realizada preventivamente na fase inicial do procedimento (após apresentação do pedido e durante a respetiva apreciação) e posteriormente à emissão do título de licença ou homologação da comunicação prévia (durante a execução da obra).

No que se refere aos pedidos de autorização de utilização e emissão de título de autorização de utilização foram monitorizados mensalmente em cada uma das freguesias. Deste controlo constatou-se relativamente ao ano de 2010 um aumento de 6,9% dos pedidos iniciais de concessão de autorização de utilização e um aumento de 12,4% dos pedidos de emissão de título de autorização de utilização.

Totais entrados em 2011 -> 598

PIN (Pedidos Concessão de Utilização) -> 336

AUP (Pedidos emissão Título) -> 262

PIN:

Pendentes – 88
Suspensos – 35
Terminados – 213

AUP:

Pendentes – 24
Suspensos – 1
Terminados – 237

No que se refere aos pedidos de prorrogação de prazo de licença, foram apreciados e acompanhados de modo a controlar os respetivos prazos desenvolvendo em caso de necessidade os procedimentos de caducidade dos respetivos títulos.

Execução do Plano de Atividades

Quanto à aplicação de medidas de tutela urbanística foram desenvolvidos os procedimentos correspondentes às várias situações correspondentes ao incumprimento dos projetos licenciados e/ou uso definido.

Quanto às queixas e reclamações apresentadas foram efetuadas sistematicamente deslocações para a verificação das várias questões expostas e elaboradas informações circunstanciadas e documentadas com fotografias de modo a controlar posteriormente o evoluir das situações.

Estudos Urbanísticos

- Acompanhamento dos processos apresentados para os terrenos localizados na Rua Ofélia Cruz Costa e nas áreas a expropriar para o alargamento da “Via Atlântica”, por se encontrarem dentro da zona do estudo de alinhamentos e cérceas da envolvente à Rua Ofélia Cruz Costa, Lavra.



- Estudo de alinhamentos e cérceas da zona junto à Rua Passos Manuel, Guifões, aprovada por deliberação de Câmara de Fevereiro de 2011.

- Pedido de parecer à REN (CCDRN), para o alargamento do caminho existente que atravessa uma zona de REN, sito junto aos terrenos do Lar do Comércio, para finalizar execução do arruamento de acesso aos terrenos do loteamento com processo em nome de Maria Helena Pintalhão, e cumprimento do estudo elaborado para o local.

- Reperfilamento da rua Joaquim Neves dos Santos, na freguesia de Guifões, em estudo os alinhamentos e cérceas das áreas residências junto à via em questão, e acompanhamento dos projetos de execução da obra, com a DMII (Direção Municipal de Investimentos e Infraestruturas).

- Estudo de alinhamentos e cérceas da Rua Alfredo Cunha, com a Travessa Augusto Gomes, Matosinhos.

- Estudo de implantação, áreas de construção e áreas de cedência na zona das Austrálias, freguesia de Matosinhos, para execução de arruamento projetado para o local.

- Estudo de alinhamentos e cérceas para terrenos junto da casa onde viveu Passos Manuel e junto ao Pavilhão Desportivo de Guifões.

- Estudo da zona envolvente da Escola Elvira Valente e Igreja de Custóias.

- Elaboração da proposta técnica do PU da envolvente à Paróquia do Araújo, Leça do Balio.

- Elaboração de propostas para os cálculos de áreas, taxas e cedências para o loteamento em nome de ELDUK, em área de terreno da TERTIR, Perafita, para o qual foi elaborado um estudo conjunto entre o GEU e o requerente. Acompanhamento de elaboração do contrato entre o requerente e a Câmara.

- Reformulação do estudo de alinhamento cérceas e equipamento desportivo para terreno junto à Rua de Agudela, Lavra.

O equipamento desportivo referido será para substituir o campo a demolir na praia do Marreco.

- Colaboração com o DP para a desafetação de pequenas parcelas da RAN e para a abertura ou alargamento de novas vias e remates de quarteirões residenciais.

Execução do Plano de Atividades

- Colaboração com o DP para a execução do eixo Norte/Sul, Matosinhos.
- Elaboração de proposta de reparcelamento dos terrenos juntos à Refinaria da Petrogal, inseridos no PU de Armando Vaz, assim como projeto de novo parque de estacionamento e novo ECOPONTO.
- Conclusão do estudo urbanístico das “Pedreiras de S. Gens”, Custóias.
- Elaboração de estudo de alinhamentos e cérceas de Custió/Pontelhas.
- Alteração do desenho do Campo de jogos da Junqueira, freguesia de Sta. Cruz do Bispo.
- Elaboração do estudo de requalificação da Rua Teixeira Lopes, Custóias.
- Acompanhamento de novas propostas de implantação, alinhamentos e cérceas de terreno privado, inserido no estudo das Icas, Leça da Palmeira.

PLANEAMENTO URBANÍSTICO

Planeamento Urbano

Durante o ano de 2011, e na continuidade do ano de 2010 foi dada ênfase à revisão do PDM. Tal como referido no relatório de 2010, houve uma menor produção de PUs e PPs, e um maior investimento na busca de conteúdos programáticos para o PDM e sua adaptação ao DL 46/2009 de 20 de Fevereiro em conjugação com os DR 9 a 11 de 2009, de 29 de Maio, com especial focagem no último de n.º11, e ainda a versão de discussão pública do PROT-N, na falta do documento final.

Foram assim este ano de 2011, e em sede da revisão do PDM, incluídos nos elementos do Plano os conceitos de perímetro urbano, a distinção entre categorias funcionais e operativas do solo urbano, as categorias do solo rural, entre outros trabalhos desenvolvidos durante 2010. Esta assimilação é fundamental na medida em que acompanha as premissas legais e regulamentares.



Trabalhos elaborados em sede da elaboração da revisão do PDM

Se em 2010 o trabalho se caracterizou pela forte componente concetual, com focalização na definição de uma estrutura organizativa da informação produzida trabalhos, já os levados a cabo durante 2011 tiveram uma vertente de “materialização” dos elementos que constituem e acompanham o Plano. Esta materialização reveste-se de grande importância na medida em que permite sintetizar todo o trabalho de quase dois anos, em versões preliminares das peças que no fim serão o conteúdo material do PDM. A partir deste ponto, o trabalho produzido será diretamente vertido para as mesmas, num processo de correção

Execução do Plano de Atividades

continua até à versão final. Convém salientar que se trata de versões preliminares, uma primeira formalização dos elementos do Plano.

Paralelamente, foram atualizados de modo “automático” alguns elementos desenvolvidos durante 2010, como é natural num processo de constante cruzamento de informação.

Assim, foram elaboradas as versões preliminares dos seguintes elementos:

Elementos que constituem o Plano:

1- Carta de Ordenamento – elaborada em formato SIG de acordo com a Norma Técnica sobre o Modelo de Dados para o Plano Diretor Municipal, sintetizando a informação referente às categorias funcionais, operativas, Estrutura Ecológica.

2- Carta de Condicionantes – elaborada em formato SIG de acordo com a Norma Técnica sobre o Modelo de Dados para o Plano Diretor Municipal. Foram já contactadas todas as entidades com influência direta nos processos urbanísticos no território de Matosinhos, no sentido de uma “pré-concertação”, embora não se tivesse ainda obtido a resposta de todas. De salientar a elaboração em curso dos limites da área “non-aedificandi” da A28, IP4, IC28, VILPL e VRI.



Elementos operativos que acompanham o Plano:

3- Programa de execução – tendo como pressupostos a organização das ações municipais de expressão territorial em UOPG, de acordo com os objetivos do PDM em revisão. Estabelece uma metodologia com inspiração no “Balanced Score Card”, para verificação e validação das ações face aos Vetores estratégicos (objetivos de fundo).

4- Estrutura Ecológica Municipal - Em elaboração, necessitando todavia de informação definitiva adveniente dos processos de delimitação e caracterização da RAN, REN e categorias do solo rural.

Execução do Plano de Atividades

Elementos justificativos que acompanham o Plano:

- 1- Categorias funcionais e operativos do solo urbano – em versão preliminar, faltando o processo de validação.
- 2- Categorias do Solo Rural - Em elaboração, necessitando todavia de informação definitiva adveniente dos processos de delimitação e caracterização da RAN e REN.
- 3- Modelo de Organização Territorial e Objetivos do PDM – Foi revisto face ao decurso natural dos trabalhos do PDM, especialmente dos referentes ao Programa de Execução, fundamental para a determinação dos Vetores estratégicos e objetivos de fundo associados.
- 4- Delimitação da REN – REN bruta em preparação final para aprovação por parte da CCDR-N, após consultas officinas em reuniões de acompanhamento de trabalho. Nesta fase do trabalho, foram já revistas e submetidas ao executivo as exclusões de REN por motivos de ordenamento, após realização de um exaustivo trabalho de campo.
- 5- Delimitação da RAN – RAN bruta entregue na DRAP-N, e recebido o parecer favorável de DRAPN. Após esta fase do trabalho, iniciou-se a fase de trabalho das exclusões de RAN por motivos de ordenamento.

Elementos de caracterização que acompanham o Plano:

- 1- Levantamento funcional – concluído fornecendo dados para regulamentação das categorias do solo, para o Plano de Monitorização, Relatório de Execução do PDM, etc.
- 2- Relatório de Execução do PDM – Em fase de finalização, aguardando algumas informações advenientes do Levantamento Funcional assim como de outras análises às cartas do PDM de 1992.
- 3- Avaliação Ambiental Estratégica – Foram elaborados todos os procedimentos do concurso de aquisição de serviços, tendo sido contratualizado com a empresa Quaternaire Portugal SA.
- 4- Orientações técnicas – elaboradas as entrevistas aos serviços relativamente ao PROT-N e às expectativas territoriais dos mesmos relativamente ao território. Servirá para definir de forma realista os objetivos do PDM
- 5- Elementos de Caracterização do Concelho:
 - a. Geomorfológica – concluído
 - b. Hidrográfico – concluído, com solicitação e obtenção de parecer favorável da ARH-N.
 - c. Caminho rural – concluído, será cruzado com informação da Estrutura Ecológica e dos caminhos patrimoniais
 - d. Patrimonial – em elaboração pela comissão de património. Deverá ser enriquecido pelos serviços de arqueologia, de acordo com reunião com Dra. Clarisse.
 - e. Infraestrutural – Em elaboração, a reunião de todas as infraestruturas em carta de levantamento, para posterior proposta geral.
 - f. Cartografia homologada – Em vias de contratualização de serviços para fornecimento de cartografia homologada, depois de estabelecimento com o IGP, dos procedimentos legais a prosseguir.
 - g. Equipamento – em elaboração, com informação adveniente da ordem de serviço para completar as áreas de equipamento a integrar o zonamento e o programa de execução.
 - h. Socioeconómica – Por elaborar. Aguarda censos de 2011.
 - i. Carta de ruído – Por elaborar. Deverá ser construída como proposta sobre o mapa de ruído a fornecer pelo GEPE.



Execução do Plano de Atividades

Trabalhos elaborados no âmbito dos Planos de Urbanização

Na realização de Planos de urbanização ou Pormenor, como inicialmente referido, a grande linha orientadora foi a do acompanhamento de planos em curso no sentido de os tornar eficazes, e sem iniciação na elaboração de novos planos.

Neste âmbito, e como os Planos estão em fases distintas de desenvolvimento, enumeram-se os Planos e seu estado de execução em 2011:

1. Foram tecnicamente concluídos:
 - a) Alteração ao Plano de Urbanização do “Sardoal” (n.º1)
 - a) Plano de Urbanização para a Zona industrial de Leça da Palmeira e Santa Cruz do Bispo (n.º9)
 - b) Plano de Urbanização para a envolvente da Rua de Recarei.
 - c) Plano de Ordenamento da Orla Costeira - U.O.P.G. n.º 11 – Plano de Urbanização da Faixa Litoral Pampelido.
 - d) Plano de Urbanização para o Novo Centro Urbano de Cabanelas.



2. Foi dado acompanhamento aos seguintes planos em elaboração:
 - e) Plano de Urbanização definida pela Rua Cândido dos Reis, Rua do Sobreiro, Rua de Trás e Rua Nova de S. Gens – Sra. da Hora – Foi finalizado o processo de contratação da equipa que realiza a Avaliação Ambiental Estratégica, tendo esta procedido já à realização da versão de revisão do relatório de definição de âmbito para posterior elaboração do relatório de Avaliação Ambiental.
 - f) Plano de Urbanização para a Quinta do Chantre e sua envolvente – em elaboração o relatório e regulamento.
 - g) Plano de Pormenor para o Parque Desportivo/Recreativo Nascente do Concelho – S. Mamede de Infesta.
 - h) Plano de Urbanização para o novo Centro Urbano de Lavra – o desenvolvimento da elaboração depende do processo de revisão do POOC, que está em início de revisão, e da redelimitação da REN por motivos de ordenamento no âmbito da revisão do PDM.
 - a) Em consequência da decisão da CM, foi extinto o procedimento de elaboração do PU para a Zona Antiga de Leça da Palmeira (n.º25)

Execução do Plano de Atividades

Áreas Urbanas de Génese Ilegal

No âmbito restrito da atuação da Divisão de Planeamento Urbanístico nesta área, foi prestado apoio às Áreas Urbanas de Génese Ilegal, através da atualização da Agenda AUGI e dos ficheiros de controlo, assim como realização de reuniões preparatórias das Assembleias de compartes das propriedades ainda por organizar.

Foi ainda estudada forma legal de desafetação de áreas REN, RAN e de servidões para legalização de AUGI sem solução alternativa, com materialização numa proposta de viabilização de Áreas Urbanas de Génese Ilegal urbanisticamente condicionadas do Concelho de Matosinhos.

Este projeto insere-se no âmbito do projeto de Reconversão das AUGI de Matosinhos, correspondendo à fase 2 de 4.



Objetivos SIADAP da Divisão do DPU que integraram os objetivos SIADAP da DMAT

Na persecução das Grandes Opções do Plano para 2011 para o Departamento de Planeamento Urbanístico, foram observados os objetivos definidos para a Divisão de Planeamento Urbano, da seguinte forma:

- 1- Foi elaborado o Esboço Preliminar da proposta das categorias funcionais do solo urbano, incluído na revisão do PDM, até 31 de Dezembro até 30 de Novembro. - Objetivo Superado.
- 2- Foi elaborado o Esboço Preliminar da Carta de Ordenamento da revisão do PDM, sua conexão com os dossiers da RAN e REN, Estrutura Ecológica e Categorias do Solo Rural, até 30 de Novembro. – Objetivo Superado.
- 3- Foram tecnicamente concluídos até 30 de Novembro, os Planos de Urbanização:
 - a. - Zona Industrial de Leça da Palmeira;
 - b. - Novo Centro Urbano de Cabanelas;
 - c. - Envolvente à Rua de Recarei. - Objetivo Superado
- 4- Foi implementado os SIG nos processos de Planeamento, em 50% dos Planos a elaborar até 31 de Agosto. - Objetivo superado.
- 5- Avaliação e acompanhamento das propostas técnicas dos Planos elaborados em regime de aquisição de serviços, através da produção de informações ou relatórios. - Objetivo superado.

Mobilidade

Na área da Mobilidade salientam-se os seguintes estudos, processos, ações ou tarefas, desenvolvidos ou acompanhados pela Divisão de Mobilidade:

A reformulação de Rede de Transportes Públicos de Passageiros como imperativo de reestruturação e racionalização dos transportes públicos imposto pelo governo através da AMTP-Autoridade Metropolitana de Transportes do Porto;

Reinício dos estudos com vista à elaboração do EIA e Projeto de Execução para o Reperfilamento do IC1 entre o Nó de Sendim e a Rotunda da AEP e a melhoria das acessibilidades à envolvente;

Estudos vários para ajustes e correções à geometria e implantação da requalificação viária, incluindo alterações ou novas posturas para as obras da Marginal Atlântica;

Projeto de Execução de alargamento de 2x3 vias entre Freixieiro e a Povia de Varzim.

Deu-se continuidade aos seguintes estudos e processos:

- Acompanhamento do dossier da Via Norte (do seu reperfilamento e melhoria da acessibilidade à Efacec e restabelecimento dos acessos à Via Norte e ao IP4, a partir da Rua da Arroiteia);
- Acompanhamento do dossier do IP4/VRI (acompanhamento de obra, reuniões, estudos e contrapropostas, informações e ofícios, atendimento público, análise de vedações, expropriações, barreiras acústicas e do Projeto de Integração Paisagística);
- Acompanhamento do dossier do IC24/A41, sobretudo no que respeita aos processos expropriativos do tribunal, vedações e Integração Paisagística;
- Acompanhamento do dossier do Metro (ponto de situação das obras de inserção urbana por concluir, das linhas C, P e T e dos desenvolvimentos relacionados com as novas linhas de S.M.I. e do Campo Alegre);



Execução do Plano de Atividades

- Acompanhamento do dossier da CP, da REFER (no âmbito da prevista supressão ou requalificação das PN da linha de Leixões);
- Estudos de reconversão e requalificação da Circunvalação, (tendo por base a solução conjunta com a CM Porto), com propostas e soluções, para a sua transformação numa alameda central, assim como dos estudos com vista à reformulação do Nó e traçado viário, para a conclusão do Eixo Norte-Sul;
- Ligação dedicada da Refinaria do Norte e Parque de Gás ao IC1/A28 – análise e informação das várias alternativas apresentadas, com vista à estabilização dum traçado que vá de encontro àquele que foi submetido e aprovado pela Câmara, assim como, acompanhamento do processo de transferência do Parque Logístico de Real para Perafita;
- Proposta para alteração dos limites “non-aedificandi” relativos ao IP4/A4,VRI e IC24/A41, de acordo com o previsto no art. 4º do Decreto-Lei nº13/94 de 15 de Janeiro;
- Acompanhamento à implantação e execução de algumas obras municipais que decorreram neste período, através da elaboração de estudos de maior detalhe, ou pormenores de execução assim como da elaboração das plantas de sinalização e de marcações rodoviárias;
- Implementação de medidas para redução da sinistralidade e melhoria da segurança rodoviária, através da introdução de medidas de acalmia de tráfego (lombas, sinalização mais restritiva ou outros), um pouco por todo o concelho;
- Acompanhamento dos processos relacionados com o parque de Táxis do concelho;
- Estudos e acompanhamento do processo relativo aos novos Empreendimentos Intermunicipais com a C.M. Maia, resultantes das reuniões de concertação dos PDM's, salientando-se o estudo das acessibilidades da envolvente ao Centro de Carga Aérea do Aeroporto Francisco Sá Carneiro e o Estudo para definição do traçado e implantação viária, do troço da Via Transversal a Norte do IP4, entre a Rua do Padre Costa e a Milanese (Parada) e sua articulação com a rede viária da C.M. Maia e, a rede viária municipal e nacional;
- Acompanhamento da componente rodoferroviária dos estudos para as Plataformas Logísticas de Gonçalves e Gatões, numa perspetiva de articulação entre elas e a rede viária municipal e nacional;
- Acompanhamento do dossier para a reformulação e requalificação do espaço da Docapesca;



Execução do Plano de Atividades

- Elaboração de informações técnicas prestadas no âmbito da gestão documental, incluindo as relativas a expropriações relacionadas com as grandes infraestruturas rodoviárias;
- Apoio às solicitações dos vários serviços municipais (DGIVP, DPO; DGU, ...), nas questões relacionadas com as acessibilidades ou a mobilidade no espaço urbano, assim como às obras de âmbito municipal em curso;
- Colaboração na definição das estratégias para o PDM, no âmbito da hierarquia da rede viária, dos transportes, das acessibilidades interconcelhias e da mobilidade em geral;
- Colaboração e acompanhamento na área da mobilidade com os assuntos em curso no âmbito do Eixo Atlântico;
- Posturas de Trânsito para vários locais do concelho, tanto numa perspetiva de alteração da sinalização vertical e horizontal, quer da criação de novos lugares de cargas e descargas, assim como, da localização de novos lugares para estacionamento para pessoas portadoras de deficiência ou de outras categorias;
- Reperfilamento da travessa Dr. Barros;
- Via de ligação do Parque Desportivo Nascente à Rua da Estrada Velha e definição de acessos a propriedades alteradas pelas obras do IP4, na envolvente ao Museu Abel Salazar;
- Acompanhamento do estudo de traçado para a interligação elétrica entre Vermoim na Maia e a Prelada no Porto, com atravessamento do concelho por parte da RNT / EDP;
- Estudo para a introdução de uma rotunda na confluência das ruas de Recarei, França Borges e Dr. Silva Santos;
- Reperfilamento da Rua da Alegria – Leça da Palmeira;
- Estudo para implantação de uma giração no entroncamento da Rua da Barranha com a Rua de Sendim;
- Recolha de informação e presença em reuniões de trabalho, no âmbito da participação da câmara municipal na implementação de medidas previstas no “Plano de Melhoria da Qualidade do Ar na Região do Norte”;
- Estudo de uma giração para o cruzamento da Av. Xanana Gusmão com a Rua dos Fogueteiro em articulação com a linha de Metro de S. Mamede de Infesta;

Concluíram-se os seguintes estudos e processos:

- Estudo e postura de trânsito para a Rua do Godinho e General Norton de Matos, no âmbito do Novo Terminal de Cruzeiros, em colaboração com a APDL;
- Estudo de colmatção viária nas imediações da Rua Nova dos Paus;
- Estudo para análise da viabilidade duma ligação entre o aglomerado das Carvalhas e a Estação de Metro de Esposade;
- Estudo e acompanhamento dum novo acesso pedonal ao Hospital Pedro Hispano;
- Análise das acessibilidades ao novo Centro de Dia e Creche de Custóias;
- Estudo para a melhoria das acessibilidades às várias escolas do concelho no âmbito da requalificação do Parque Escolar de Matosinhos;
- Estudo para rotunda e arruamento de ligação do IC1/A28 ao centro urbano da freguesia de Lavra e sua ligação à marginal atlântica;
- Reformulação da ligação à rede viária municipal, prevista em operação urbanística a concretizar em terrenos marginais ao IC1/A28 e Rua Vilar do Senhor, tendo por base a compatibilização da proposta com traçados de vias em estudo no âmbito dos empreendimentos intermunicipais com a Maia – Perafita;

Execução do Plano de Atividades

- Identificação dos locais permitidos à propaganda política;
- Análise, estudo e sua comunicação à APA dos Estudos de Impacte Ambiental e posteriormente da DIA do Alargamento de 2x3 vias da A28 – troço Freixieiro/ Póvoa de Varzim.
- Posturas de Trânsito para vários locais do concelho, tanto numa perspetiva de alteração da sinalização vertical e horizontal como da criação de novos lugares de cargas e descargas, assim como, da localização de novos lugares para estacionamento para pessoas portadoras de deficiência ou de outras categorias;



- Estudo para alteração da geometria do separador central e ampliação e reorganização de toda a zona de estacionamento na Rua Augusto Gomes – Matosinhos, em frente à escola de Augusto Gomes;
- Estudo e acompanhamento do traçado e das condicionantes do Gasoduto – ramal industrial de Leça;
- Estudo viário para resolução do cruzamento da Rua Nova de S. Gens com a Rua de S. Gens e a Rua da Estação Velha, para implantação de uma giração e, sua articulação com o traçado da nova linha de Metro de S. M. Infesta;
- Estudo de requalificação e reorganização viária da Rua Alfredo Cunha;
- O acompanhamento do processo relacionado com a entrada em funcionamento do Terminal de Cruzeiros, no Porto de Leixões e as expectativas criadas para o comércio e para o turismo e sua repercussão na economia de Matosinhos e até da região.
- Proposta para ligação viária e pedonal sobre o IC1, entre a zona do Estádio do Mar e a Rua da Barranha com alteração da estrutura viária da envolvente do estádio para articulação com os novos acessos previstos a esta zona, a partir do IC1 e, a introdução duma nova giração na Rua da Barranha;
- Reperfilamento parcial da Rua da Boa Hora - Guifões;
- Melhoramento da ligação rodoviária entre o IC1/A28 e a denominada “Marginal Atlântica”, ao abrigo do QREN, nos seguintes empreendimentos:
 - Rotunda na intersecção das ruas Joaquim Alves da Silva, Armando Vaz e Oriental;
 - Rotunda na intersecção das ruas Armando Vaz, Cruzeiro e António Silva Cruz;

Execução do Plano de Atividades

Foram iniciados os seguintes estudos:

- Estudos para a elaboração de novas posturas para todo o concelho, tendo em vista a introdução de medidas de acalmia de trânsito, a organização do estacionamento, a fluidez do tráfego, a eliminação de pontos de conflito viário, a redução da circulação do transporte individual em favor do transporte coletivo, numa perspetiva de enquadramento das diretivas europeias e da sustentabilidade ambiental das nossas cidades;
- Elaboração de dezenas de informações técnicas solicitadas no âmbito das competências da Divisão de Mobilidade;
- Proposta de pintura de lugares de cargas e descargas, paragem de transportes públicos, baía de estacionamento e eixo de via na Rua Silva Brinco – S. Mamede Infesta;
- Estudo de reformulação do perfil longitudinal, sobre morfologia existente, da via de ligação entre a Alameda Água Viva e a Rua Dr. António Teixeira de Melo, para ligação ao centro da Cruz de Pau – Matosinhos;
- Elaboração de propostas para o reperfilamento da Travessa da Ribeira e arruamentos próximos, em Leça da Palmeira;
- Estudo de reperfilamento da Rua da Lionesa, tendo em vista a alteração do seu perfil transversal e a sua requalificação, aproveitando as obras a executar no local com o atravessamento do concelho por parte da infraestrutura da RNT / EDP;

Outros estudos, processos, ações ou tarefas realizadas pela DM no âmbito dos objetivos do SIADAP 2011:

- Elaboração de uma postura de trânsito, tendo por objetivo a definição de lugares de estacionamento para cargas e descargas e de deficientes, reorganizando toda a Av. Fernando Aroso – Leça da Palmeira; Objetivo Superado
- Elaboração de um esboço preliminar para uma Rede Ciclável no concelho de Matosinhos, dando continuidade ao trabalho elaborado em 2010; - Objetivo Superado



Execução do Plano de Atividades

- Reperfilamento e articulação da Rua Santos Dias em Matosinhos com a Rua da Ponte da Pedra, a norte do viaduto do Leça, no concelho da Maia, no âmbito dos empreendimentos intermunicipais com aquele concelho e com a revisão do PDM em curso; - Objetivo Superado
- Estudo para a Rua de Santana e envolvente, entre a Rua Óscar da Silva e a Av. Fernando Aroso, assim como a reorganização do estacionamento existente entre as ruas de Santana e Direita; - Objetivo superado
- Elaboração de um estudo para melhoria da acessibilidade à zona da “Longa Vida”, assim como de uma ligação viária entre a rotunda de Perafita - na EM531 - e a Rua 9 de Julho; - Objetivo Superado
- Elaboração de uma proposta de postura de trânsito, tendo em vista a definição de lugares de estacionamento para cargas e descargas e de deficientes, aparcamentos, acessos e zonas de serviço, reorganizando toda a área compreendida entre a Rua Augusto Gomes, a Rua de Goa e o novo arruamento entre elas a executar, no âmbito da renovação do parque escolar; - Objetivo Superado
- Elaboração de relatório que faça o ponto de situação periódico relativamente às grandes infraestruturas de transporte rododiferroviário no concelho. Objetivo Atingido.
- Estudo para análise da viabilidade duma ligação entre o aglomerado das Carvalhas e a Estação de Metro de Esposade. Objetivo Superado
- Avaliação do impacto no território através de informações ou relatórios das ações estratégicas relacionadas com as grandes infraestruturas de transporte em todo o concelho. Objetivo Superado.



Ambiente

O presente relatório apresenta uma caracterização do estado ambiental do concelho e dos trabalhos efetuados por esta direção municipal no decurso de 2011, segundo o trabalho efetuado pelos Departamentos do Ambiente e Qualidade 100%, permitindo uma leitura sistematizada.



1 – Departamento Qualidade 100%

O ano de 2011 marcou o surgimento de uma nova estrutura interna, o Departamento Qualidade 100% (DQ 100%), com o objetivo essencial de otimizar os recursos endógenos da estrutura municipal nas áreas de conservação e manutenção.

Assente numa estratégia de racionalização de custos, o ano zero do DQ 100% passou pela reorganização de tarefas e equipas operacionais, definição e transferência de colaboradores de diversas áreas técnicas municipais para esta nova estrutura e para uma aglutinação de todos os contratos e responsabilidades inerentes às competências do DQ 100%.

De referir que o DQ 100% esteve sem chefias intermédias durante o primeiro semestre de 2011, o que dificultou a gestão e, consequentemente, os resultados esperados. Ainda assim, foi possível criar uma dinâmica de grande proximidade transversal entre todos os colaboradores, fator chave para o sucesso das medidas já implementadas.

De destacar a implementação da jornada contínua em todas as áreas operacionais que apresentam densidade suficiente, solução que veio conferir maior operacionalidade através do aumento do tempo útil de trabalho; maior racionalização de custos reais de exploração, por via da redução das viagens e tempos mortos; e maior produtividade, por força da maior entrega dos colaboradores aos objetivos definidos. Esta medida, como outras, foi antecipada de uma ou mais visitas a cada área de trabalho, permitindo conhecer e afinar as medidas propostas, em função dessa articulação com os colaboradores e com os objetivos da autarquia.



Outra medida essencial passou pela determinação de um organigrama interno com a definição clara das competências de cada colaborador, conferindo assim responsabilidade interna efetiva sobre as tarefas a desenvolver.

Neste sentido ainda, e para o ano de 2012, foram definidos objetivos conducentes à implementação de um sistema de gestão da qualidade, estando a ser desenvolvidos: registos internos das múltiplas tarefas, um modelo de indicadores de gestão, mapas de controlo interno e um modelo de planeamento das tarefas em função dos objetivos globais do DQ 100%. Esta medida em particular, vai permitir maior acuidade na leitura dos balanços e resultados dos anos futuros, no que ao DQ 100% se refere, uma vez que foi possível determinar a dubiedade de alguns resultados de 2011.

Ainda assim, no que se refere ao desempenho das divisões do DQ 100%, importa conhecer:

Execução do Plano de Atividades

Divisão de Conservação do Espaço Público

A Divisão de Conservação do Espaço Público apresenta-se como a divisão com maior transversalidade de intervenção, porque se encontram aqui sediadas as funções operacionais essenciais.

Esta divisão interage internamente e externamente, essencialmente com as Juntas de Freguesias, Escolas Básicas, Piscinas, Pavilhões, Casas da Juventude, Espaços Públicos e Desportivos, Departamentos da Cultura e Turismo, Departamento de Intervenção Económica e Social. Esta relação é de apoio a intervenções de conservação e atividades diversas, como eventos culturais, desportivos e lúdicos.

Os pontos principais de atividade desenvolvida, referem-se nomeadamente a:

- Foi iniciado o processo de caracterização da via pública, com o intuito de implementar os planos preventivos e curativos do espaço público;
- Foi desenvolvido um sistema de receção e tratamento administrativo das reclamações referentes aos sinistros rodoviários;
- Foram implementado e conservada sinalização rodoviária, equipamentos de trânsito e placas toponímicas;
- Foi preparado um plano de manutenção dos sistemas semaforicos, assente em benchmarking, junto de outras câmaras;
- Foram demolidos diversos edifícios que colocavam em risco a via pública;
- Cumulativamente foram desenvolvidas intervenções de carácter urgente na via pública, por estar em causa perigos eminentes para a circulação de viaturas e peões;
- Foi dado total apoio logístico à proteção civil;
- Foi implementado o plano de montagem de palcos e estrados em apoio ao Departamento de Cultura;
- Foi implementado o plano de manutenção dos passadiços da Orla Costeira;
- Manutenção e conservação da iluminação pública;



Execução do Plano de Atividades

É assim, também, a área que apresenta maior volume de intervenções, em função dos registos existente. No global, e de acordo com os registos internos, foram tratadas 2100 pedidos de intervenção, sendo que 1392 surgiram de pedidos externos. Para uma melhor análise, apresentamos o mapa com as reclamações/intervenções desenvolvidas pela área operacional da DCEP:

Asfaltadores	Carpinteiros	Serralheiros	Eletricistas	Calceteiros	Trolhas	Pedreiros	Canalizadores	Transito
691	230	117	25	409	265	686	85	58

Cumulativamente foram ainda processadas todas as reclamações referentes a acidentes na via pública com pedido de indemnização, num tal de 11 ocorrências, representando cerca de 9.000,00€ a título indemnizatório.

Indicadores mais significativos

Divisão de Conservação do Espaço Público	2011
Nº de pedidos de intervenção	2100

Divisão de Conservação de Edifícios Municipais

Deu-se início a componente de cadastro, com base no modelo em SIG de edifícios municipais, incluindo edifícios cedidos em regime de comodato.

Iniciou-se um processo de recolha de elementos no DMII composto por telas finais dos projetos, catálogo de equipamentos aplicados, ficha técnicas, certificados de conformidade, etc. de alguns edifícios municipais. O objetivo é o preenchimento da base do modelo em SIG e efetuar o “bilhete de identidade” dos diversos edifícios municipais. Esta recolha é fundamental no conhecimento e preparação de procedimentos e/ou obras que permitam manter e conservar os edifícios.

Deparamos com algumas dificuldades na recolha da informação em virtude de não estar compilada e devidamente organizada, tendo sido detetada a falta de alguns documentos que se encontra dispersos por vários técnicos.

Já foi efetuada a recolha de dados de algumas escolas recentemente construídas.

Ao nível dos planos de manutenção preventiva e curativa, para os edifícios efetuaram-se planos de manutenção preventiva para os seguintes edifícios:

1. Loja do Município (parte de edifício)
2. Posto de turismo de Matosinhos
3. Posto de turismo de Leça da Palmeira
4. Biblioteca Municipal Florbela Espanca
5. Biblioteca de S. Mamede Infesta
6. Casa de Juventude de Matosinhos (em desenvolvimento)



Ao nível da Manutenção Curativa, verificou-se que grande parte dos edifícios municipais necessita de intervenção urgente, devido ao seu mau estado de conservação, deficiências já enumeradas pela Divisão de Formação e Condições de Trabalho, às quais se torna necessário providenciar medidas mitigantes das más condições existentes, minimizando assim os riscos para trabalhadores e utentes dos locais.

Execução do Plano de Atividades

1. Empreitadas Obras

Necessidade de elaborar procedimento para situações que a administração direta não tem meios ou capacidade de resposta.

Executadas: 3

Em concurso: 5

2. Prestação de Serviços

Contratação de serviços de empresas especializadas, certificadas para a execução de trabalhos cuja complexidade técnica ou especificidade não permitem serem executados de outra forma.

Execução: 2

Em concurso: 20

3. Administração Direta

Resolução da situação com o recurso a meios internos com prévia preparação técnica, incluindo o devido acompanhamento.

Execução: 18

Concluídas: 220

Duração média: 6 dias

4. Aquisição de Bens

Desenvolvimento de procedimentos aquisitivos, em sintonia com a Divisão de Compras e Aprovisionamento, tendo em vista a disponibilidade de materiais para o grupo de administração direta

Execução: 6

Concluídas: 18

Implementou-se um Plano de gestão de contractos e faturação. Compilou-se pela primeira vez toda a informação relativa aos 29 contractos de manutenção de elevadores, instalados nos diversos edifícios municipais. Constatou-se que a dispersão ao longo destes últimos anos gerou uma heterogeneidade de contractos no seu conteúdo e funcionalidade que dificultam a gestão eficaz dos mesmos. Pretende-se agora enquadrar na nova legislação todos os contratos e simultaneamente um aproveitamento de economia de escala, agrupando de uma forma mais equilibrada.

Em desenvolvimento está um procedimento que engloba a totalidade dos contractos destes equipamentos.

No princípio de Dezembro iniciou-se um contrato com a firma Euromex para prestação de serviços de Limpeza em vários edifícios e com a duração de um ano. Foi desenvolvido um mapa que permite efetuar uma gestão da faturação do contrato.

1. BMFE
2. Cine teatro Nery
3. CMIA
4. Casa das Dunas
5. Casa da Juventude de Santa Cruz do Bispo
6. Nova Centralidade
7. Posto Turismo Leça da palmeira
8. Antiga Câmara
9. Quinta de Santiago



Execução do Plano de Atividades

Iniciou-se a recolha de informação dos sistemas de AVAC instalados em vários equipamentos municipais de forma a desenvolver um procedimento geral.

Criou-se um mapa de indicadores de gestão, incluindo:

- Nº de reclamações / área de intervenção;
Foi desenvolvida um mapa de intervenções nos edifícios, em colaboração com o Gabinete de Auditoria e Qualidade, onde ficarão registadas todas as ocorrências e solicitações, prazo de resposta e resolução.
- Prazo médio de resposta e resolução;
- Nº de reclamações não resolvidas no prazo de 30 dias;
- Custos com consumíveis base (energia, água e gás);
De momento temos concluído e em constante atualização mapa de faturação de abastecimento de água, gás e de energia elétrica. Até a data, não existem recolha de dados suficiente que permita uma apreciação crítica.

Indicadores mais significativos

Divisão de Conservação de Edifícios Municipais	2011
Manutenção de edifícios executada por administração direta	220
Nº medio de execução de manutenção de edifícios por administração direta	6 dias
Manutenção de edifícios executada por empreitada	3

Divisão de Gestão de Frota e Equipamentos Mecânicos

Trabalho efetuado em 2011:

- Conceção e implementação de um plano otimizado para a manutenção das fontes ornamentais;
- Implementação da bolsa de viaturas;
- Análise das potências elétricas contratadas com a EDP Distribuição “versus” potência necessária para funcionamento das fontes ornamentais, tendo por fim a redução dos encargos com esta componente;
- Levantamento e caracterização dos sistemas de emergência (grupos geradores) inseridos na rede elétrica dos edifícios municipais;
- Conceção da base de dados relativa aos gastos mensais e anuais por viatura, incluindo combustível, portagens, seguros, manutenção, e vistorias/certificações;
- Aplicação e supervisão do plano de manutenção preventiva e curativa às fontes ornamentais, incluindo verificação através de manual de procedimentos concebido;
- Elaboração de relatórios referentes aos consumos de combustível a partir de ferramenta informática;
- Desenvolvimento do plano de manutenção preventiva e curativa referente à frota automóvel;
- Análise de custos decorrentes da substituição dos pneus, baterias, órgãos elétricos dos veículos e seguros;

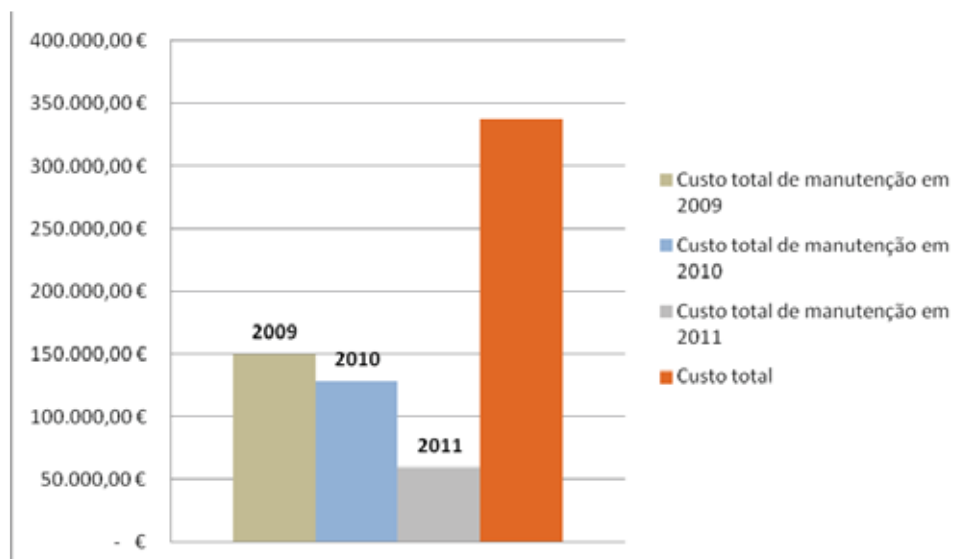


Execução do Plano de Atividades

Alguns dados e indicadores de otimização da gestão de frota:

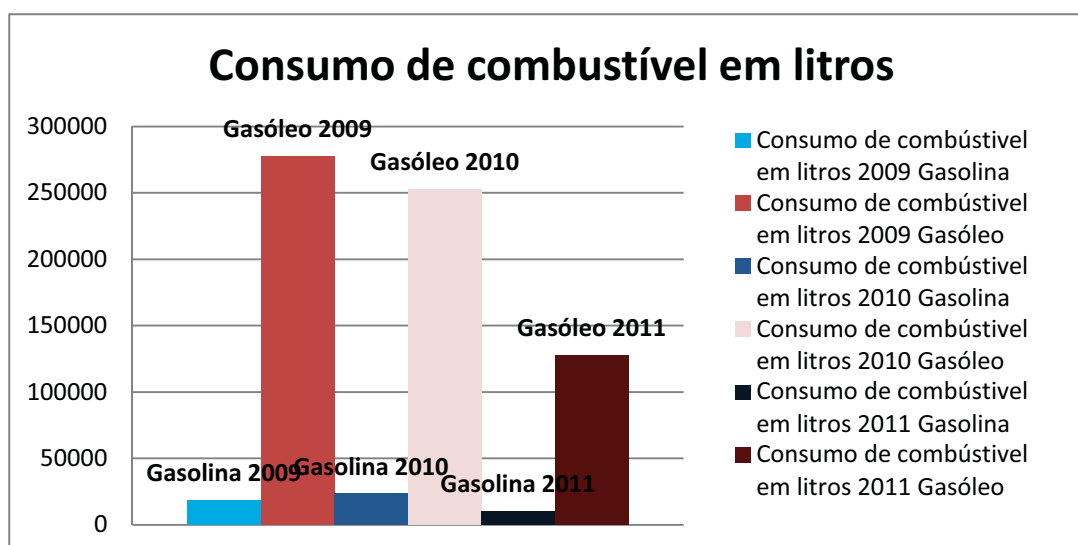
Custo de manutenção de viaturas pesadas (grandes reparações externas):

2009	2010	2011	Custo Total
149.844,58 €	128.235,57 €	59.191,73 €	337.271,88 €



Consumo de Combustível em Litros:

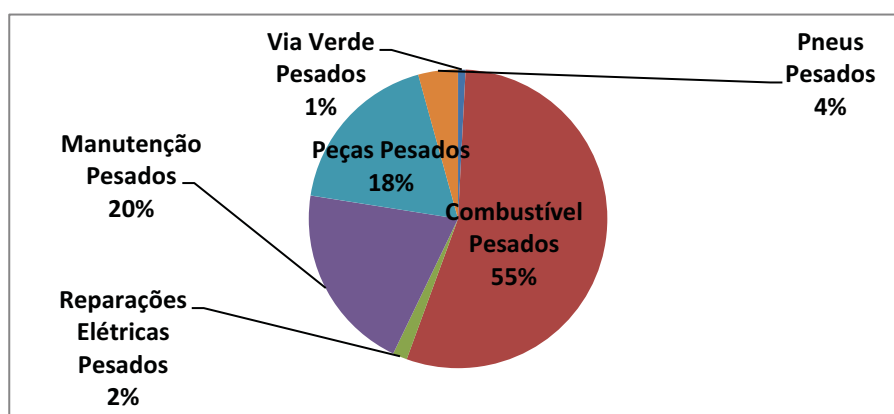
2009		2010		2011	
Gasolina	Gasóleo	Gasolina	Gasóleo	Gasolina	Gasóleo
18689,22	277789,6	23327,2	253033,3	10481,3	127525,3



Execução do Plano de Atividades

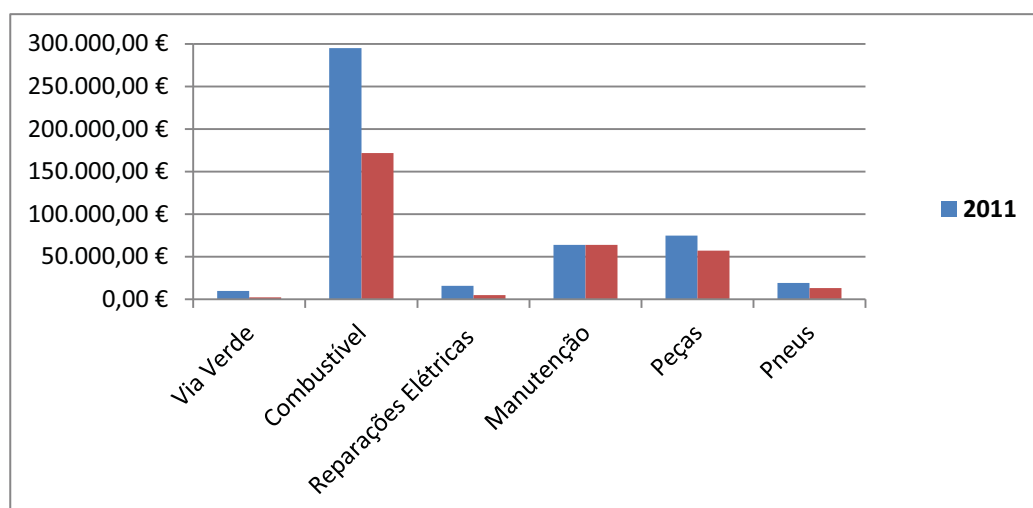
Pesados 2011

Via Verde Pesados	Combustível Pesados	Reparações Elétricas Pesados	Manutenção Pesados	Peças Pesados	Pneus Pesados	Total
2.524,08 €	171.856,01 €	4.874,92 €	63.905,99 €	57.135,31 €	13.471,74 €	313.768,04 €



Pesados & Ligeiros 2011

Via Verde 2011	Combustível 2011	Reparações Elétricas 2011	Manutenção 2011	Peças 2011	Pneus 2011	Total
10.001,34 €	294.896,17 €	15.924,61 €	64.097,99 €	74.749,56 €	19.400,67 €	479.070,34 €



Indicadores mais significativos

	2011
Custos de gestão de frota	479.070,34 €
Custo de manutenção de pesados	313.768,04 €

Execução do Plano de Atividades

Departamento de Ambiente



O projeto “Sistema de Gestão e Informação Ambiental dos Espaços Classificados do Concelho de Matosinhos” é um projeto inovador, de relevante interesse científico e pedagógico que abrange uma multiplicidade de temas em análise e com implementação em diferentes áreas geográficas dispersas pelo concelho e cuja candidatura foi aprovada no âmbito do Programa Operacional Regional do Norte - ON2 no Eixo Prioritário de Valorização e Qualificação Ambiental e Territorial.

A componente material prevê a execução de três parques, o Parque do Monte de S. Brás, o Parque de Picoutos e o Parque das Austrálias. A este nível iniciaram-se os trabalhos com vista ao lançamento dos concursos de execução das obras tendo-se adjudicado projeto, solicitado pareceres de aprovação pelas entidades competentes e, no caso do Parque das Austrálias, procedeu-se ao lançamento do concurso.

O projeto da área imaterial obrigou a um trabalho de coordenação e de planeamento de intervenção muito exigente, tendo envolvido uma multiplicidade de técnicos especializados em cada componente ambiental abrangida no projeto. Foram convidadas várias entidades, nomeadamente prestigiados estabelecimentos de ensino, bem como empresas de interesse muito relevante nas áreas técnicas da sua atuação, a prestar os seus contributos técnicos e científicos. O projeto contempla operações no domínio da Gestão Ativa de Espaços Protegidos e Classificados pretendendo reunir e produzir dados para uma matriz de indicadores de estado/qualidade ambiental que permita o desenvolvimento de um sistema de informação e monitorização ambiental para o concelho, como fundamento para planos e projetos de valorização das áreas classificadas. Em termos estratégicos visa a construção de um Sistema de Informação Ambiental do Concelho assente em diversas componentes temáticas e sua instalação na base tecnológica do Sistema de Informação Geográfica Municipal. Em 2011 adjudicou-se e iniciaram-se os trabalhos referentes ao observatório da qualidade do ar.

Dando continuidade ao vasto programa de requalificação de toda a orla costeira adjudicou-se a Caracterização do Património Natural do Litoral de Matosinhos que tem por objetivo caracterizar o património natural, o uso de solos e diagnosticar as principais opções de ordenamento do território com influência no património natural, com vista a criação de um Parque Natural no litoral do concelho. Este projeto é apoiado por fundos europeus do Quadro de Referência e Estratégico Nacional.

A recolha de resíduos sólidos e reciclagem multimaterial foi um vetor de vital importância que se desenvolveu em 2011, procurando faseadamente proceder à otimização dos diversos sistemas de recolha de resíduos sólidos urbanos no Concelho.

Execução do Plano de Atividades

Esta operação passou fundamentalmente, pela contentorização, preferencialmente de superfície e alguma enterrada, em zonas, cujo sistema de baldeação se mostra desadequado procedendo e alterando a metodologia de deposição / receção / remoção dos resíduos, com a consequente reorganização de circuitos de recolha, entre outros, incluindo os da reciclagem Multimaterial.

Pretendeu-se assim, introduzir novas regras e metodologias de recolha nos diversos sistemas que estão implementados, de modo a satisfazer as necessidades das populações para além de uma atualização e modernização quer em termos de imagem na inserção da malha urbana, como de procedimentos, metodologias, numa garantia permanente em termos da Higiene Pública do Concelho de Matosinhos.

Com base num estudo foi implementado o novo Regulamento de Resíduos Sólidos do Concelho de Matosinhos.

No que se refere ao Canil Municipal as atividades desenvolvidas prenderam-se principalmente com a gestão do Centro de Recolha Oficial - Canil Municipal de Matosinhos, pautada pela implementação de procedimentos, métodos e regras, de forma a tornar a sua execução mais rápida, melhorada e eficaz.

Em matéria de Cemitérios, encontra-se em pleno funcionamento o Tanatório Municipal. Com este novo equipamento, foi possível realizar cerimónias com carácter ecuménico, dando a escolher três modelos diferentes de destino: enterramento, jazigo aeróbio ou cremação. Com base num estudo aprofundado foi desenvolvido um novo Projeto de Regulamento dos Cemitérios Municipais.



Divisão de Recursos Hídricos e Orla Costeira

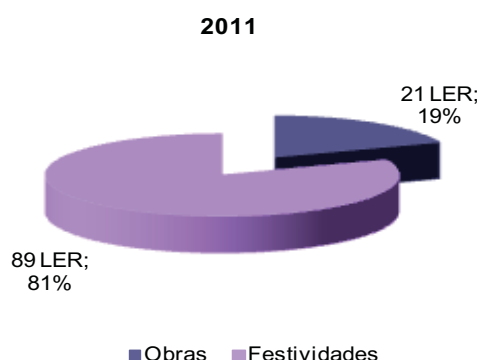
Ruído

No âmbito da competência de fiscalização do Município, nomeadamente no que respeita às atividades ruidosas permanentes cujo licenciamento seja da sua responsabilidade, e atendendo a que as medições acústicas necessárias à verificação do cumprimento do Regulamento Geral do Ruído são realizadas por entidades acreditadas nos termos do Artigo 34.º, torna-se necessário recorrer a serviço externo para efetuar medições acústicas aquando de reclamações. Assim, em 2011 foi adjudicada uma prestação de serviços a um laboratório acreditado, no valor de 4.350,00€ acrescido de IVA, para a realização de 10 medições de ruído ambiente, com vista à avaliação do cumprimento do critério de incomodidade.

Execução do Plano de Atividades

Quanto às atividades ruidosas temporárias, nomeadamente obras de construção civil, espetáculos e divertimentos públicos, a figura da licença especial ruído apenas é exigida no período entre as 20 e as 8 horas nos dias úteis e aos sábados, domingos e feriados. Relativamente às obras de remodelação e conservação no interior de edifícios de habitação, as mesmas podem ser realizadas em dias úteis das 8 às 20 horas, sem carecer de licença.

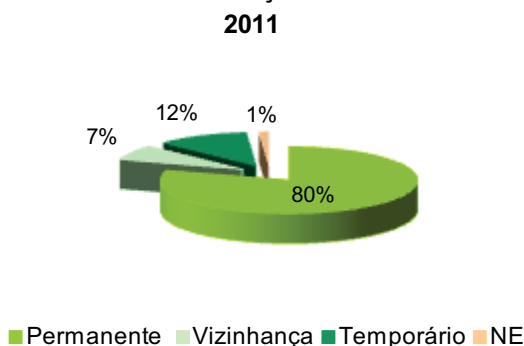
Em 2011, 81% das licenças emitidas (89 licenças) foram para festividades e outros divertimentos, e 19% para a execução de obras de construção (21 licenças), num total de 110 licenças especiais de ruído emitidas. Salienta-se um maior número de licenças para obras de construção em relação ao ano de 2010, em que foram apenas emitidas 2% das licenças para obras.



Gráfico_ Licenças especiais de ruído emitidas em 2011

No que respeita ao ruído de vizinhança, a competência da Câmara Municipal incide essencialmente no processamento das contra-ordenações e a aplicação das respetivas coimas, em função das participações e autos de notícia registados pelas autoridades policiais.

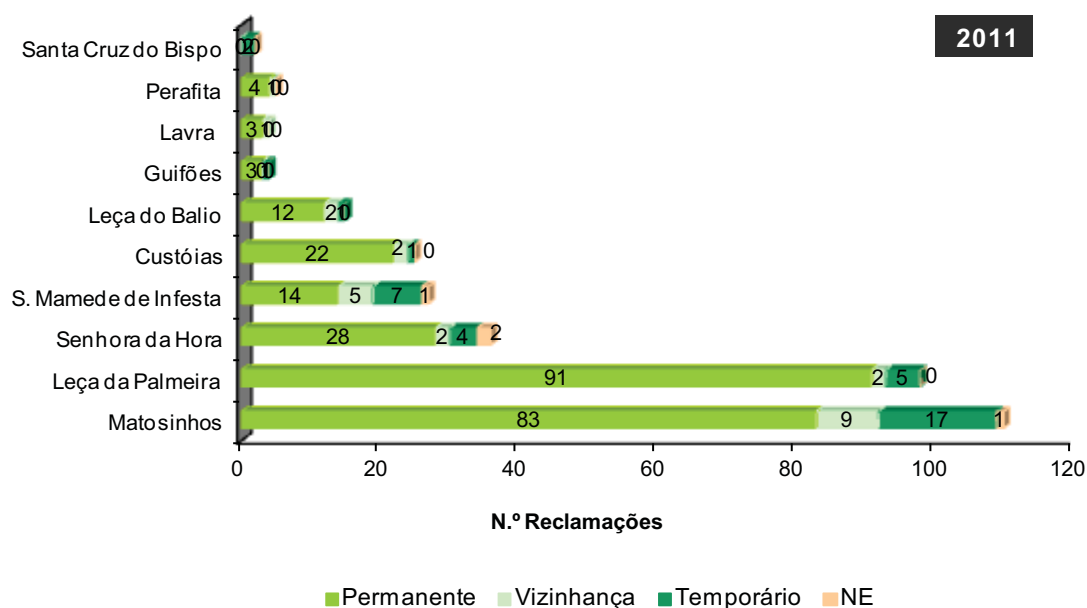
Em termos de reclamações de ruído, o gráfico seguinte representa a distribuição percentual das 326 reclamações de ruído recebidas em 2011, de acordo com o tipo de atividade ruidosa associada (atividades ruidosas permanentes, atividades ruidosas temporárias e ruído de vizinhança). Verifica-se que a maioria das reclamações esteve associada a atividades ruidosas permanentes (estabelecimentos comerciais e de serviços) perfazendo cerca de 80% do total. As queixas de atividades ruidosas temporárias corresponderam a 12% das reclamações enquanto apenas 7% das reclamações foram referentes a ruído de vizinhança.



Gráfico_ Distribuição percentual de reclamações de ruído por atividade ruidosa

As freguesias de Matosinhos e Leça da Palmeira foram as que registaram maior número de reclamações em 2011, sendo que cerca de 64% das reclamações se referem a situações ocorridas nestas freguesias.

Execução do Plano de Atividades



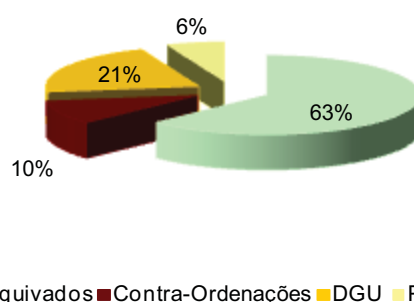
Gráfico_ Número de reclamações de ruído por freguesia e tipo de atividade ruidosa _2011

No que se refere às atividades ruidosas permanentes, o maior número de reclamações registou-se nas freguesias de Leça da Palmeira (91) e de Matosinhos (83). Pode associar-se o elevado número de reclamações nestas freguesias ao facto de haver maior concentração de estabelecimentos comerciais, nomeadamente estabelecimentos de restauração e bebidas e espaços de diversão noturna.

Quanto às atividades ruidosas temporárias, as freguesias de Matosinhos e S. Mamede de Infesta registaram o maior número de reclamações com 17 e 7 respetivamente. Relativamente ao ruído de vizinhança, verifica-se que as freguesias que apresentaram maior número de reclamações foram igualmente Matosinhos e S. Mamede de Infesta com 9 e 5 registos.

O gráfico seguinte apresenta o estado geral dos processos referentes às reclamações de ruído apresentadas em 2011, quer relacionadas com atividades ruidosas permanentes e temporárias, quer ruído de vizinhança.

Estado dos Processos de Reclamações Ruído_2011



Gráfico_ Estado dos processos de reclamações de ruído_ 2011

Verifica-se que cerca de 63% das reclamações recebidas no Município foram resolvidas, encontrando-se arquivados os processos. Cerca de 6% dos processos encontram-se pendentes, na sua maioria a aguardar ações de fiscalização ou respostas a notificações. Verifica-se que aproximadamente 21% das queixas foram encaminhadas para análise do

Execução do Plano de Atividades

Departamento de Gestão Urbanística, essencialmente por questões de falta de licenciamento e por conseguinte não cumprimento de requisitos acústicos de edifícios, ou ainda para verificação dos requisitos acústicos em sede de processo de licenciamento. Das reclamações recebidas 10% deram origem a contra-ordenações.

Indicadores mais significativos

Ruído	2011
N.º de reclamações	
- Ruído Permanente	260
- Ruído Temporário	38
- Ruído de Vizinhança	24
- Não Enquadrável	4
N.º de licenças especiais de ruído emitidas	
- Festividades	89
- Obras de Construção	21

Qualidade do Ar

No âmbito do Plano de Melhoria da Qualidade do Ar da Região Norte, o Município de Matosinhos lançou uma Campanha de Sensibilização sobre a Qualidade do Ar que teve por objetivo sensibilizar a população para as causas e os efeitos da poluição atmosférica e para o que cada um pode fazer para ajudar a melhorar a qualidade do ar que respiramos. A Campanha de Sensibilização teve uma outra vertente dirigida à população escolar, contemplando a realização de sessões participativas sobre a Qualidade do Ar, bem com o Projeto Educação Ambiental pela Arte.

Indicadores mais significativos

Qualidade do Ar	2011
% de execução das medidas do PERN	77%

Qualidade da Água

Água de Abastecimento

A exploração e gestão dos serviços públicos municipais de abastecimento de água e de recolha, tratamento e drenagem de águas residuais do concelho estão a cargo da firma “Indaqua Matosinhos – Gestão de águas de Matosinhos, S.A.”, a qual foram concessionados os serviços a partir de 1 de Março de 2008.

O quadro apresentado, em seguida, com a qualidade da água distribuída no concelho de Matosinhos, em 2011, está em conformidade com as normas de qualidade estabelecidas na legislação em vigor.

Execução do Plano de Atividades

Ano 2011	VP- Valor paramétrico (An.1 do D.L. nº306/2007)	Nº Análises do PCQA				% Análises realizadas				Valor mínimo				Valor máximo				Nº resultados acima do VP				% Conformidade			
Parâmetro de Qualidade (unidades)		J F M	A M J	J A S	O N D	JFM	AMJ	JAS	OND	JFM	AMJ	JAS	OND	JFM	AMJ	JAS	OND	J F M	A M J	J A S	O N D	JFM	AMJ	JAS	OND
Escherichia coli (N/100ml)	0	99	99	99	99	100%	100%	100%	100%	0	0	0	0	1	0	0	0	1	0	0	0	99%	100%	100%	100%
Bactérias coliformes (N/100 ml)	0	99	99	99	99	100%	100%	100%	100%	0	0	0	0	1	0	0	3	1	0	0	1	99%	100%	100%	98%
Desinfetante residual (mg/l)	...	99	99	99	99	100%	100%	100%	100%	0,1	0,1	0,1	<0,1	1	1	1	1,1
Alumínio (ug/l)	200	34	34	36	32	100%	100%	100%	100%	<10	<10	<10	<10	<10	<10	45	46	0	0	0	0	100%	100%	100%	100%
Amónio (mg/l)	0,5	34	34	36	32	100%	100%	100%	100%	<0,04	<0,04	<0,04	<0,04	0,053	0,044	0,041	0,052	0	0	0	0	100%	100%	100%	100%
Cor (mg/l Pt/Co)	20	34	34	36	32	100%	100%	100%	100%	1	<1	<1	<1	3	4	3	4	0	0	0	0	100%	100%	100%	100%
Condutividade (uS/cm)	2500	34	34	36	32	100%	100%	100%	100%	164	214	244	197	257	267	323	310	0	0	0	0	100%	100%	100%	100%
Clostridium perfringens (N/100 ml)	0	34	34	36	32	100%	100%	100%	100%	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	100%	100%	100%	100%
pH (unidades de pH)	6,5-9,0	34	34	36	32	100%	100%	100%	100%	6,86	6,72	6,88	7	7,2	7,48	7,51	7,45	1	0	0	0	97%	100%	100%	100%
Choro 25°C (factor de diluição)	3	34	34	36	32	100%	100%	100%	100%	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	100%	100%	100%	100%
Sabor 25°C (factor diluição)	3	34	34	36	32	100%	100%	100%	100%	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	100%	100%	100%	100%
Número de colónias 22°C (N/m)	...	34	34	36	32	100%	100%	100%	100%	0	0	0	0	3	18	>300	97
Número de colónias 37°C (N/m)	...	34	34	36	32	100%	100%	100%	100%	0	0	0	0	4	11	>300	72
Turbidez (UNT)	4	34	34	36	32	100%	100%	100%	100%	<1	<1	<1	<1	<1	<1	1,4	1,4	0	0	0	0	100%	100%	100%	100%
Manganês (ug/l)	50	34	34	36	32	100%	100%	100%	100%	<5,0	<5,0	<5,0	<5,0	15	<5,0	10	26	0	0	0	0	100%	100%	100%	100%
Nitrato (mg/l) *	50	0	0	0	0																				
Oxidabilidade (mg/l) *	5	34	34	36	32	100%	100%	100%	100%	<1	<1	<1	<1	2	<1	<1	1	0	0	0	0	100%	100%	100%	100%
Antimónio (ug/l) *	5	0	0	0	0																				
Arsénio (ug/l) *	10	0	0	0	0																				
Benzeno (ug/l) *	1	0	0	0	0																				
Benzo(a)pireno (ug/l)	0,01	2	2	2	2	100%	100%	100%	100%	<0,005	<0,005	<0,005	<0,005	<0,005	<0,005	<0,005	<0,005	0	0	0	0				
Boro (mg/l) *	1	0	0	0	0																	100%	100%	100%	100%
Bromatos (ug/l) *	25	0	0	0	0																				
Cádmio (ug/l) *	5	0	0	0	0																				
Chumbo (mg/l) *	25	2	2	2	2	100%	100%	100%	100%	2	<2	<2	<2	<2	7	<2	4	0	0	0	0	100%	100%	100%	100%
Cianetos (ug/l) *	50	0	0	0	0																				
Cloretos (mg/l) *	250	0	0	0	0																				
Cobre (mg/l)	2	2	2	2	2	100%	100%	100%	100%	0,036	0,02	0,0064	0,0071	0,041	0,026	0,02	0,058	0	0	0	0	100%	100%	100%	100%
Crómio (ug/l) *	50	0	0	0	0																				
Ferro (ug/l)	200	2	2	2	2	100%	100%	100%	100%	<25	<25	<25	<25	<25	<25	<25	<25	0	0	0	0	100%	100%	100%	100%
Enterococos (N/100 ml)	0	2	2	2	2	100%	100%	100%	100%	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	100%	100%	100%	100%
Fluoretos (mg/l) *	1,5	0	0	0	0																				
Mercurio (ug/l) *	1	0	0	0	0																				
Níquel (ug/l)	20	2	2	2	2	100%	100%	100%	100%	<2	4	<2	<2	4	21	<2	14	0	1	0	0	100%	50%	100%	100%
Nítritos (mg/l)	0,5	2	2	2	2	100%	100%	100%	100%	<0,01	<0,01	<0,01	<0,01	<0,01	<0,01	<0,01	<0,01	0	0	0	0	100%	100%	100%	100%
Hidrocarbonetos arom. pol. (ug/l)	0,1	2	2	2	2	100%	100%	100%	100%	<0,01	<0,01	<0,005	<0,005	<0,005	<0,005	<0,005	<0,005	0	0	0	0	100%	100%	100%	100%
Pesticidas - Total (ug/l) *	0,5	0	0	0	0																				
Selénio (ug/l) *	10	0	0	0	0																				
Tetracloreto e tricloreto (ug/l) *	10	0	0	0	0																				
1,2-dicloroetano (ug/l) *	3	0	0	0	0																				
Trihalometanos (ug/l)	100	2	2	2	2	100%	100%	100%	100%	33	<0,5	17	33	42	47	30	33	0	0	0	0	100%	100%	100%	100%
Sódio (mg/l) *	200	0	0	0	0																				
Sulfatos (mg/l) *	250	0	0	0	0																				
Magnésio (mg/l)	...	2	2	2	2	100%	100%	100%	100%	5	6	7	8	6	6	8	9
Cálcio (mg/l)	...	2	2	2	2	100%	100%	100%	100%	20	20	35	25	21	27	41	35
Dureza total (mg/l)	...	2	2	2	2	100%	100%	100%	100%	69	76	120	87	76	93	140	120
Carbono orgânico total (mg/l)	...	2	2	2	2	100%	100%	100%	100%	<1,0	<1,0	<1,0	<1,0	<1,0	1,8	<1,0	<1,0

JFM- Janeiro, Fevereiro e Março

AMJ - Abril, Maio e Junho

JAS - Julho, Agosto e Setembro

OND - Outubro, Novembro e Dezembro

* Parâmetros conservativos cujo controlo é dispensado nas zonas abastecidas exclusivamente por água adquirida à empresa Águas do Douro e Paiva.

Qualidade das Águas Balneares

No ano de 2011, das 16 zonas balneares identificadas de acordo com a nova legislação, 14 cumpriram os objetivos para ostentarem o galardão Bandeira Azul: Angeiras Sul, Funtão, Pedras Brancas, Pedras do Corgo, Agudela, Quebrada, Marreco, Memória, Cabo do Mundo, Azul, Boa Nova, Leça da Palmeira e Matosinhos.

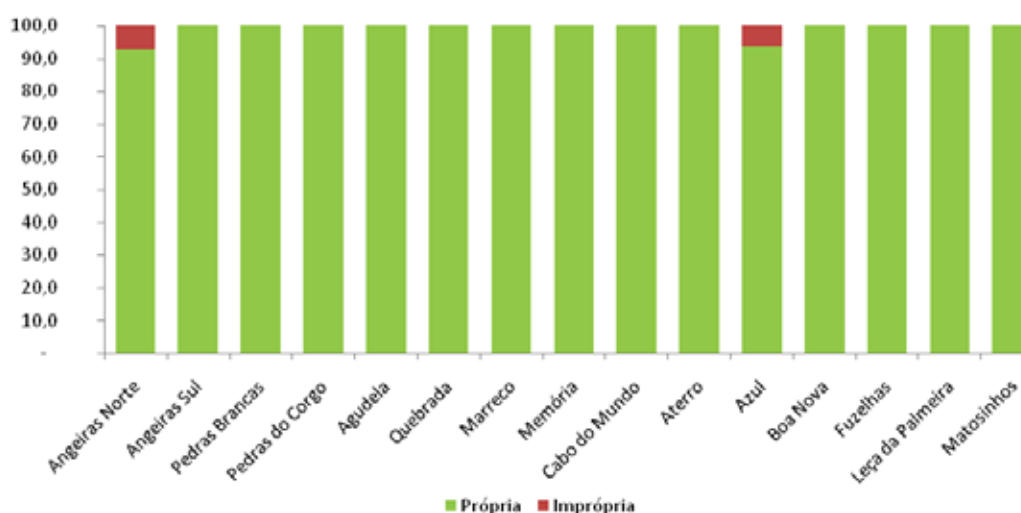
Catorze praias do concelho foram classificadas de Praia Acessível.

Cumprindo o disposto no diploma legal, o INAG, I.P. assegurou a frequência mínima de amostragem no concelho de Matosinhos, cujos resultados se apresentam abaixo.

Execução do Plano de Atividades

Zona Balnear	Frequência de amostragem	Classificação da zona Balnear 2011															
		6 e 7 Junho	13-Jun	20 e 21 Junho	27 e 28 Junho	4 e 5 Julho	11 e 12 Julho	18 e 19 Julho	25 e 26 Julho	1 e 2 Agosto	8 e 9 Agosto	15 e 16 Agosto	22 e 23 Agosto	29 e 30 Agosto	5 e 6 Setembro	12 e 13 Setembro	
Angeiras Norte	semanal	Própria	-	Própria	Própria	Própria	Própria	Própria	Própria	Própria	Própria	Própria	Imprópria	Própria	Própria	Própria	
Angeiras Sul	semanal	Própria	-	Própria	Própria	Própria	Própria	Própria	Própria	Própria	Própria	Própria	Própria	Própria	Própria	Própria	
Funtão	mensal	Própria	-	-	-	Própria	-	-	-	Própria	-	-	-	Própria	-	-	
Pedras Brancas	mensal	Própria	-	-	-	Própria	-	-	-	Própria	-	-	-	Própria	-	-	
Pedras do Corgo	mensal	Própria	-	-	-	Própria	-	-	-	Própria	-	-	-	Própria	-	-	
Agudela	mensal	Própria	-	-	-	Própria	-	-	-	Própria	-	-	-	Própria	-	-	
Quebrada	mensal	Própria	-	-	-	Própria	-	-	-	Própria	-	-	-	Própria	-	-	
Marreco	mensal	Própria	-	-	-	Própria	-	-	-	Própria	-	-	-	Própria	-	-	
Memória	mensal	Própria	-	-	-	Própria	-	-	-	Própria	-	-	-	Própria	-	-	
Cabo do Mundo	mensal	Própria	-	-	-	Própria	-	-	-	Própria	-	-	-	Própria	-	-	
Aterro	semanal	Própria	-	Própria	Própria	Própria	Própria	Própria	Própria	Própria	Própria	Própria	Própria	Própria	Própria	Própria	
Azul - Conchinha	semanal	Própria	-	Própria	Própria	Própria	Própria	Própria	Própria	Própria	Própria	Imprópria	Própria	Própria	Própria	Própria	
Boa Nova	mensal	Própria	-	-	-	Própria	-	-	-	Própria	-	-	-	Própria	-	-	
Fuzelhas	semanal	Própria	-	Própria	Própria	Própria	Própria	Própria	Própria	Própria	Própria	Própria	Própria	Própria	Própria	Própria	
Leça da Palmeira	quinzenal	Própria	-	Própria	-	Própria	-	Própria	-	Própria	-	Própria	-	Própria	-	-	
Matosinhos	semanal	Própria	-	Própria	Própria	Própria	Própria	Própria	Própria	Própria	Própria	Própria	Própria	Própria	Própria	Própria	

Avaliação da qualidade da água balnear ano 2011



Avaliação da Qualidade das águas em termos de amostras únicas.

Das 125 análises individuais realizadas, no total das 16 praias, nos três meses da época balnear apenas 2 resultaram impróprias, sendo que 121 análises foram “Excelentes”, 4 análises “boas”, 1 análise “Aceitável” e 2 análises “Más”.

Apostando no melhoramento das condições oferecidas aos nadadores-salvadores todas as praias foram dotadas de torres de vigia que em conjunto com o investimento privado da parte dos concessionários contribuíram significativamente para a imagem da orla costeira de Matosinhos.

Mais uma vez a autarquia efetuou o programa de monitorização da qualidade das areias, que implicou a monitorização das 16 zonas balneares identificadas.

Ouve ainda necessidade de reparar o passadiço e zona envolvente da destruição ocorrida na Praia Azul proporcionando condições de acessibilidade à praia. O valor global envolvido foi de 49.308,77€

Matosinhos, viu 14 das suas praias serem galardoadas com o galardão Bandeira Azul, tendo que ser cumpridos alguns critérios obrigatoriamente, tais como monitorizações complementares, candidatura ao galardão e colocação de posto de socorros e sanitários incluindo para deficientes, cujo valor total ascendeu a 20.030,87€.

Execução do Plano de Atividades

Em 2011, no Concelho de Matosinhos, foram tratados e limpos, 640 Km de praias, desde Leça da Palmeira (Farol) até Angeiras Norte, durante a época Balnear e 19 Km fora da época balnear.

Deu-se continuidade ao trabalho de fiscalização para deteção de focos de poluição das linhas de água a cargo da equipa de vigilância das linhas de água.

Indicadores mais significativos

Qualidade do Aguas Balneares	2011
N.º praias galardoadas com Bandeira Azul	14
Qualidade de Água para Consumo Humano	
Nº Total de análises aos parâmetros de rotina R1	396
Nº Total de análises aos parâmetros de rotina R2	136
Nº de análises aos parâmetros de inspeção I	8

Educação Para a Sustentabilidade

Programa Eco-Escolas

O Programa Eco-Escolas é um projeto de educação ambiental promovido pela Associação Bandeira Azul da Europa (ABAE) e apoiado localmente pelos Municípios parceiros.

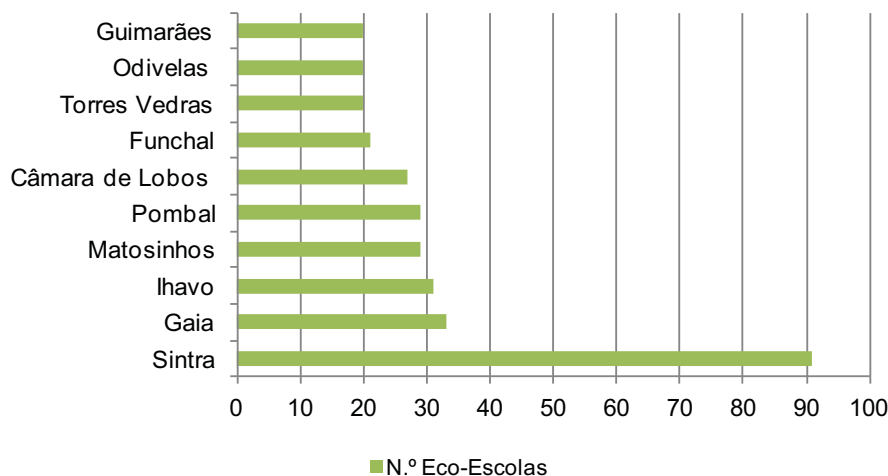
A ABAE lança anualmente vários concursos paralelos que podem ser integrados no Programa Eco-Escolas, porém facultativos. Destaca-se que no ano letivo 2010/2011 Matosinhos ficou representado no concurso “Geração Depositário” sendo a EB 2,3 Leça da Palmeira vencedora da Atividade Criativa – Vídeo REEE – Resíduos de Equipamentos Elétricos e Eletrónicos (3º ciclo e Secundário), com o vídeo “A Viagem da Televisão”.

No âmbito do Programa Eco-Escolas 2010/2011 foram galardoadas com a Bandeira Verde, 1209 escolas de 219 municípios, sendo que Matosinhos ocupou novamente um lugar de destaque a nível nacional, estando entre os Municípios com mais escolas galardoadas: Sintra (91), Vila Nova de Gaia (33), Ílhavo (31), Matosinhos (29), Pombal (29), Câmara de Lobos (27), Funchal (21) e Torres Vedras, Odivelas e Guimarães (20). No total de 219 Municípios com escolas galardoadas com Bandeiras Verdes, Matosinhos ficou em 4º lugar a nível Nacional.



Execução do Plano de Atividades

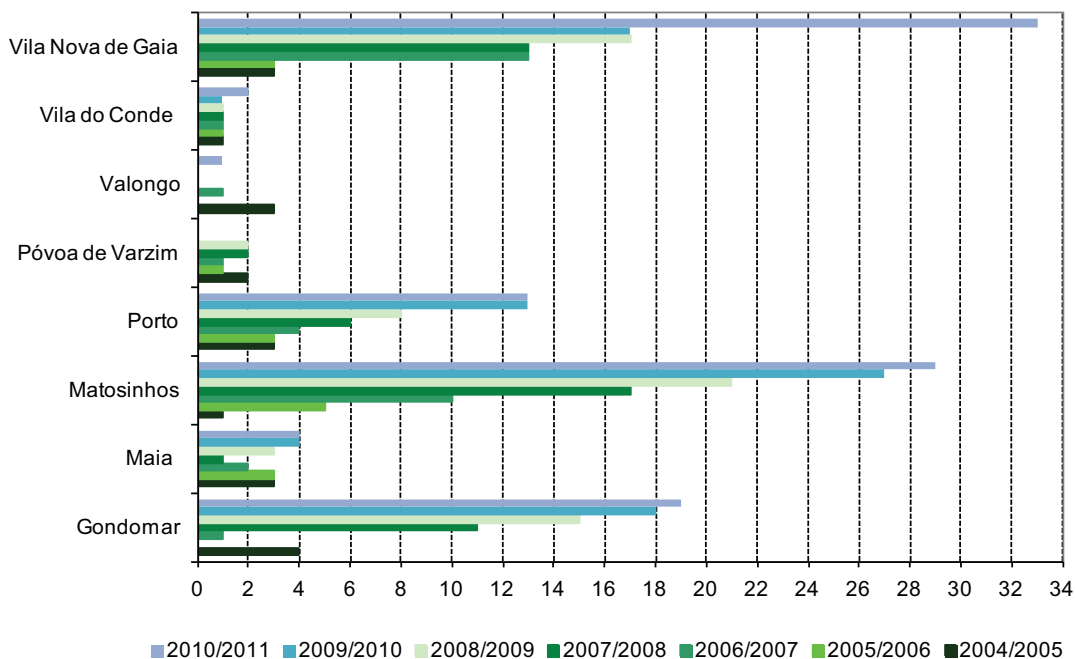
Municípios com mais 20 Eco-Escolas 2010/2011



Gráfico_ Municípios com mais de 20 Eco-Escolas a nível nacional | 2010-2011

Em 2010/2011 Matosinhos foi o segundo município com maior número de escolas com Bandeira Verde – 29 Eco-Escolas. Vila Nova de Gaia registou no ano letivo 2010/2011 o maior número de Eco-Escolas na zona do Grande Porto com 33 bandeiras verdes mas uma taxa de sucesso de apenas 69%. Salienta-se assim, que a taxa de sucesso de implementação do Programa nas escolas de Matosinhos foi superior, uma vez que das 31 escolas inscritas em Matosinhos, 29 foram galardoadas (94% taxa sucesso).

Eco-Escolas 2010/2011_Grande Porto



Gráfico_ Evolução das Eco-Escolas na zona do Grande Porto

Execução do Plano de Atividades

Em termos de número total, dos 56 estabelecimentos de ensino público em funcionamento no ano letivo de 2010/2011, 25 escolas estiveram inscritas e foram galardoadas no Programa Eco-Escolas, ou seja cerca de 45% dos estabelecimentos de ensino são Eco-Escolas.

Eco-Escolas/Estabelecimentos ensino público 2010/2011



Gráfico_ Eco-Escolas por estabelecimentos de ensino público

Relativamente à verba despendida no Programa Eco-Escolas 2010/2011, o Município participou a inscrição das 31 escolas no valor de 20€ por escola, bem como a atribuição do galardão às 29 escolas galardoadas, no valor de 50€ por escola. No total, foram gastos 2.070,00€ no Programa Eco-Escolas 2010/2011, ao abrigo da parceria estabelecida com a ABAE para apoiar na comparticipação das despesas associadas ao desenvolvimento do Programa.

Projeto Rios

O Projeto Rios, pela metodologia que utiliza, pretende promover a curiosidade científica e implementar o método científico experimental, através da recolha e registo de informações e dados geográficos, físico-químicos, biológicos, eventos históricos, sociais e etnográficos, contribuindo assim para a melhoria do espaço estudado e da qualidade fluvial global, com vista à aplicação das exigências da Diretiva Quadro da Água e da Lei da Água.

Esta Autarquia é parceira do projeto a nível nacional desde 2006. No ano de 2011 participaram 13 escolas do concelho estando diretamente envolvidos no projeto cerca de 540 estudantes, que anualmente desenvolvem o trabalho na linha de água adotado, envolvendo posteriormente, em alguns casos a comunidade escolar, passando assim a mensagem por todos os alunos dos agrupamentos.

Projeto Horta a Porta

O Projeto “Horta à Porta” é uma iniciativa que passa não só pela criação de espaços verdes dinâmicos bem como a promoção do contacto com a natureza e de hábitos saudáveis, não esquecendo a consequente redução de resíduos, particularmente orgânicos. O desenvolvimento do Projeto Horta é dinamizado em Parceria com a Lipor. Este projeto tem tido grande adesão por parte dos munícipes havendo neste momento 562 inscrições e estão atribuídos 99 talhões.



Campanha Bandeira Azul 2011

A Campanha Bandeira Azul 2011 teve como tema anual a “Mar, História e Recursos”, como é habitual, duas das atividades propostas tinham que desenvolver o tema do ano e de acordo com as imposições do programa pelo menos duas atividades tinham que ser realizadas obrigatoriamente em cada uma das praias galardoadas tendo por público-alvo os banhistas. Das 5 atividades obrigatórias, apenas 1 poderia ser de sensibilização ambiental (A); não mais

Execução do Plano de Atividades

de 2 de participação passiva (B) e pelo menos 2 de participação activa (C). As atividades devem desenrolar-se ao longo do ano para que o público-alvo fosse o mais numeroso e diversificado possível.

Candidataram-se 11 atividades de educação ambiental distribuídas pelos 4 grupos (A, B, C e D). Propuseram-se as atividades que se encontram resumidas na tabela seguinte.

Grupo	N.º	Atividade	Calendarização
A Sensibilização Ambiental	1	Revista Municipal	Trimestral
	3	Ciclo de Exposições	Anual
	4	Conferência/Palestras – Café Ciência	Anual
B – Participação Passiva	5	Segurança nas Praias	Julho/Agosto 2011
	6	Limpar a praia	Julho/Agosto 2011
	7	Projeto Rios	Ano letivo 2010/2011
C – Participação Ativa	8	Roleta Ambiental	Julho/Agosto 2011
	9	Centro Azul - CMIA	Junho/Julho/Agosto 2010
D – Efeito Multiplicador	10	Formação sobre Agricultura Biológica	Ano letivo 2010/2011
	11	Formação sobre Qualidade do Ar	Ano letivo 2010/2011

Centro de Monitorização e Interpretação Ambiental (CMIA) de Matosinhos

O CMIA Matosinhos é um espaço dinamizado em parceria com o CIIMAR - Centro Interdisciplinar de Investigação Marinha e Ambiental, ao abrigo de um protocolo estabelecido com o Município, no sentido de implementar um centro de divulgação científica, educação ambiental e monitorização na área do mar. No âmbito da actuação do CMIA em termos de acções de divulgação científica e de educação ambiental são dinamizadas regularmente exposições temáticas, bem como palestras mensais no âmbito do Ciclo Café Ciência.



Campanha de sensibilização sobre a Qualidade do Ar

No âmbito do Plano de Melhoria da Qualidade do Ar da Região Norte na vertente dirigida à sensibilização da população escolar dinamizou-se o projeto Educação ambiental pela Arte – Pegada Ecológica. O espetáculo final realizou-se no dia 18 de fevereiro no auditório do Centro Social Padre Ramos em Lavra com 500 alunos das Escolas EB1 Agudela, EB1 Praia de Angeiras e EB1 Cabanelas e Comunidade em geral.

Execução do Plano de Atividades

Indicadores mais significativos

Educação para a sustentabilidade	2011
N.º de participantes nas atividades	15.000
Nº de Eco - escolas	29
Nº de escolas inscritas no projeto rios	13
Nº de inscritos no projeto horta à porta	562
Nº de hortas	3
Nº utentes das hortas	99

Divisão de Salubridade Urbana



Os serviços de recolha de resíduos, indiferenciada e seletiva, foram efetuados nas seguintes áreas:

- Pela concessionária VerdeVista – O verde a perder de vista – Freguesias de Leça do Balio, Guifões, S. Mamede Infesta, Custóias e grande parte da Senhora da Hora;
- Pela concessionária Suma Matosinhos SA - Freguesias de Leça da Palmeira, Perafita, Lavra e St.ª Cruz do Bispo;
- Por administração direta – Freguesias de Matosinhos e uma pequena área da Senhora da Hora.

Os serviços de Varredura Urbana foram efetuados nas seguintes áreas:

- Pela VerdeVista – Freguesias de Leça do Balio, S. Mamede Infesta, Custóias e 2/3 da Senhora da Hora;
- Pela Suma Matosinhos SA - Freguesias de Matosinhos e Leça da Palmeira e Zonas adjacentes à Marginal Marítima (desde o Farol até Angeiras Norte)
- Administração Direta – 1/3 da Freguesia da Sr.ª da Hora.

Continuaram a ser executados os seguintes serviços:

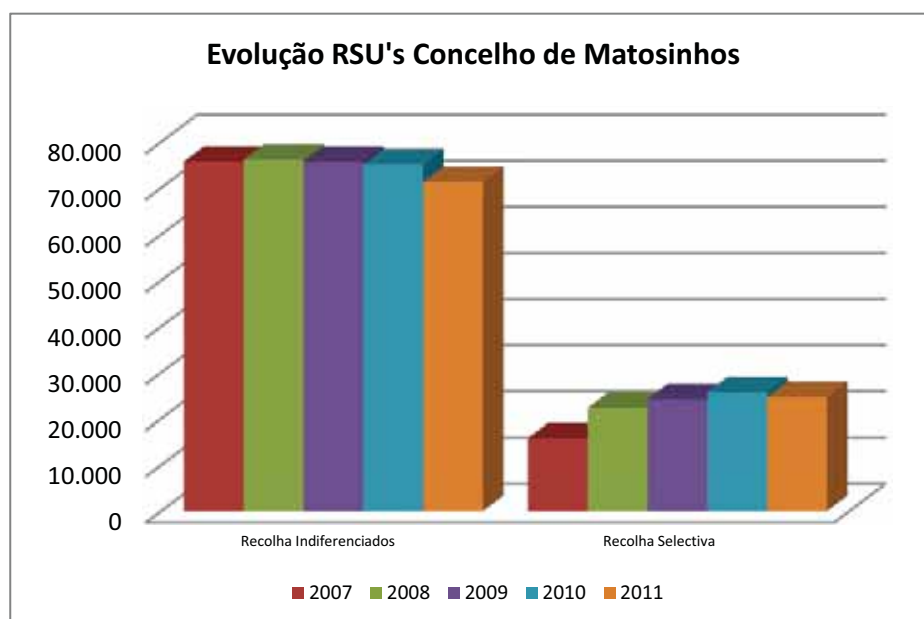
- Lavagem dos contentores, papeleiras, ecopontos e outros equipamentos que estão colocados na via pública, e das viaturas de recolha de resíduos;
- Substituição e reparação de contentores, ecopontos e papeleiras;

Execução do Plano de Atividades

- Remoção de montureiras, resultantes da deposição anárquica dos resíduos, por parte da população em geral;
- Limpeza de terrenos públicos e particulares resultantes de processos de contravenção;
- Limpeza de valetas na área onde não existe varredura urbana;
- Limpeza de praias, parques de estacionamento em terra batida e pavimentados, antes e durante a época balnear;
- Controlo das Concessões de Serviços para recolha de Resíduos e Varredura do Concelho;
- Controlo de diversas Prestações de Serviços;
- Retirada de cartazes da via pública;
- Remoção de toldos, reclusos luminosos, painéis publicitários entre outros;
- Limpezas de grafitis (Viatura própria para limpeza);
- Recolha de Veículos em Fim de Vida;
- Gestão dos Cemitérios Municipais
- Gestão do Tanatório Municipal
- Gestão do Canil Municipal

Em 2011, no Concelho de Matosinhos, foram recolhidas e tratadas 95.814 toneladas de resíduos, das quais:

	2007	2008	2009	2010	2011	2010/2011 %
Recolha Indiferenciados	75.690	76.060	75.668	75.104	71.217	-5%
Evolução (%)		0,49%	-0,52%	-0,75%	-5,46%	
Recolha Seletiva	15.773	22.247	24.193	25.701	24.597	-4%
Evolução (%)		29,10%	8,04%	5,87%	-4,49%	
Total RSU's	91.463	98.307	99.861	100.805	95.814	-5%
Evolução (%)	82,13%	6,96%	1,56%	0,94%	-5,21%	



Execução do Plano de Atividades

Em 2011, no Concelho de Matosinhos, foram recolhidas e tratadas 95.814 toneladas de resíduos, cujo destino é apresentado no quadro que se segue:

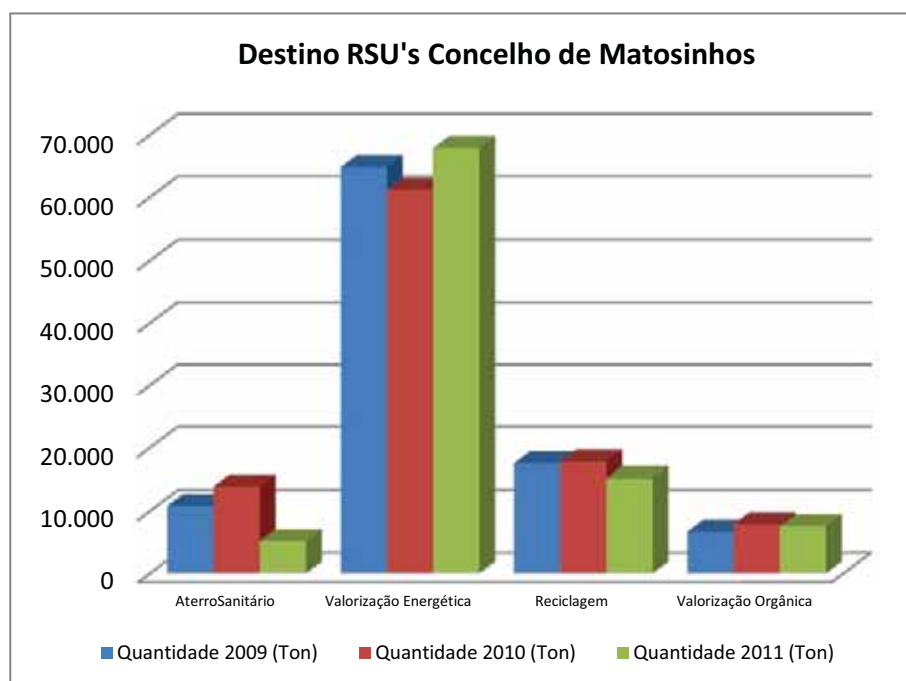
	Quantidade (Ton)	Destino (%)
Aterro Sanitário	5.167	5%
Valorização Energética	67.867	71%
Reciclagem	15.209	16%
Valorização Orgânica	7.571	8%
TOTAL	95.814	100%



Comparando os dados com os anos transatos verifica-se um decréscimo na recolha de resíduos de 5%, conforme se pode verificar no quadro:

	Quantidade 2009 (Ton)	Quantidade 2010 (Ton)	Quantidade 2011 (Ton)	Diferencial (Ton)	Variação (%)
Aterro Sanitário	10.851	13.948	5.167	-8.781	-63%
Valorização Energética	64.817	61.156	67.867	6.711	11%
SUBTOTAL	75.668	75.104	73.034	-2.070	-3%
Reciclagem	17.495	17.796	15.209	-2.587	-15%
Valorização Orgânica	6.698	7.905	7.571	-334	-4%
TOTAL	99.861	100.805	95.814	-4.991	-4,95%

Execução do Plano de Atividades



A capitação dos resíduos no concelho em 2011 foi:

	2011 (Ton)	Kg/Habitante.ano	g/Habitante.dia
Recolha Indiferenciada	71.217	406	1.112
Recolha seletiva	24.597	140	384
TOTAL	95.814	546	1.496

	2011 (Ton)	Kg/Habitante.ano	g/Habitante.dia
Ecocentros	8.842	50	138,05
Ecopontos	7.111	41	111,02
Porta a Porta	188	1	2,94
Circuitos Comercial/Industrial	4.365	25	68,15
Ecomóvel	4.091	23	63,87
Total Recolha Selectiva	24.597	140	384,03

* Fonte: INE, dados provisórios censos 2011 175.478

Execução do Plano de Atividades

Capitação da produção de Resíduos Indiferenciados, por Município - Área Lipor

Município	N. Habitantes *	Resíduos indiferenciados (ton)	2011	Capitação 2001 (Kg/hab) **
Espinho	31.796	15.402,44		484,41
Gondomar	168.205	60.117,98		357,41
Maia	135.049	44.577,86		330,09
Matosinhos	174.931	71.217,52		407,12
Porto	237.559	118.203,44		497,58
Póvoa do Varzim	63.364	28.941,56		456,75
Valongo	93.753	31.242,80		333,25
Vila do Conde	79.390	36.449,14		459,12
TOTAL	984.047	406.152,74		412,74

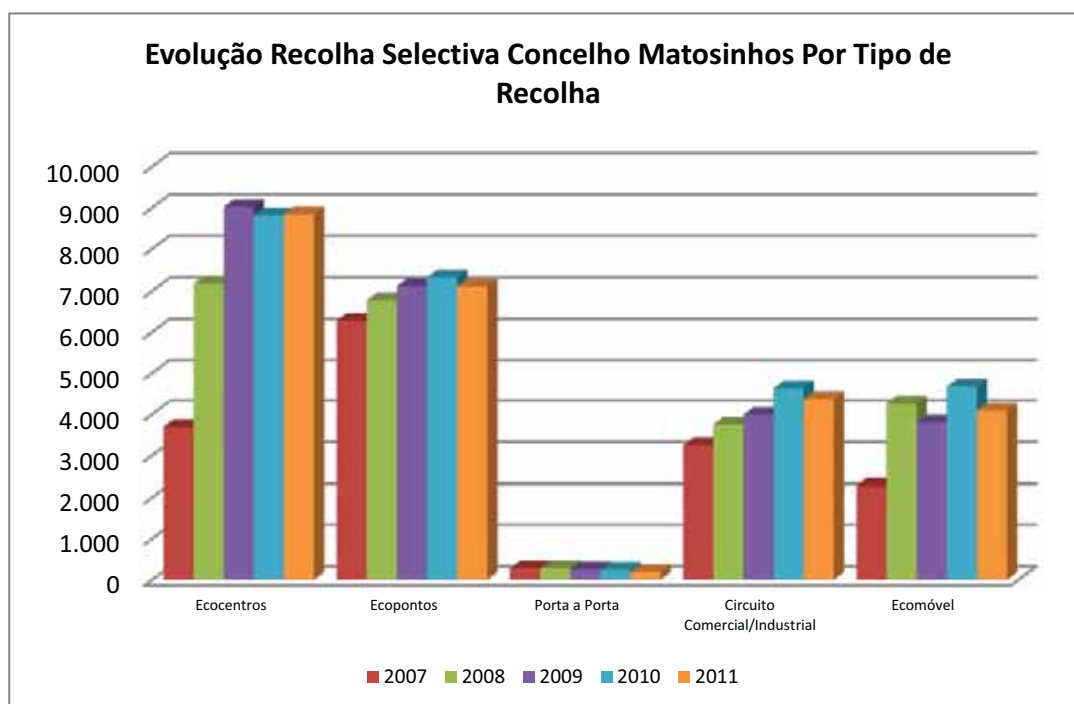
* Fonte INE, Censos 2011 - Resultados preliminares

** Contempla a receção de resíduos indiferenciados encaminhados para a CVE e Aterro Sanitário

Em 2011, recolheram-se seletivamente 24.597 toneladas de resíduos, através dos diversos sistemas de recolha existentes no Concelho.

	2007	2008	2009	2010	2011	2010/2011 %
Ecocentros	3.695	7.183	9.022	8.814	8.842	0%
Ecopontos	6.282	6.776	7.125	7.338	7.111	-3%
Porta a Porta	276	279	255	243	188	-23%
Circuito Comercial/Industrial	3.248	3.751	3.989	4.632	4.365	-6%
Ecomóvel	2.273	4.258	3.802	4.674	4.091	-12%
Total Recolha Seletiva	15.774	22.247	24.193	25.701	24.597	-4%
Evolução (%)	10%	41%	9%	6%	-4%	

Execução do Plano de Atividades



Em 2011 procedeu-se à Recolha de Resíduos Industriais Equiparados a Urbanos (comerciais e industriais banais – R.I.B.) em diversas empresas, que foram encaminhados para Valorização Energética. Esta recolha, em termos de receita, trouxe aos cofres da Câmara o valor de 175.546,25 Euros.

Em 2011, através da firma “Indaqua Matosinhos – Gestão de águas de Matosinhos, S.A.”, concessionária do serviço público municipal de abastecimento de água e de recolha, tratamento e drenagem de águas residuais do concelho, foi cobrado de Tarifa de Resíduos Sólidos Urbanos (TRSU) que se apresenta:

Execução do Plano de Atividades

	Autarquia	Câmara Municipal	Comércio	Doméstico	Estado	Industria	Instituição	Obras	Regas doméstico	Total
Jan	1.288,64 €	- €	102.538,84 €	298.237,92 €	10.919,25 €	4.455,20 €	5.533,96 €	- €	- €	422.973,81 €
Fev	1.635,05 €	- €	88.290,18 €	299.555,17 €	2.209,97 €	3.544,54 €	5.840,73 €	- €	- €	401.075,64 €
Mar	1.615,01 €	- €	80.001,56 €	301.553,49 €	21.603,41 €	6.210,84 €	6.610,49 €	6,75 €	6,56 €	417.608,11 €
Abr	1.737,06 €	- €	85.548,22 €	321.993,57 €	14.255,42 €	6.206,59 €	6.130,35 €	3,10 €	12,80 €	435.887,11 €
Mai	1.999,46 €	- €	90.283,16 €	318.672,53 €	17.867,23 €	7.652,23 €	9.625,87 €	4,75 €	80,65 €	446.185,88 €
Jun	1.597,47 €	- €	94.483,89 €	330.994,72 €	15.371,71 €	6.251,28 €	5.448,30 €	4,70 €	46,02 €	454.198,09 €
Jul	1.823,84 €	86,89 €	88.667,60 €	318.905,48 €	16.920,74 €	3.920,10 €	8.888,26 €	5,21 €	73,26 €	439.291,38 €
Ago	1.303,45 €	11,90 €	94.608,67 €	322.561,77 €	15.854,99 €	7.453,12 €	7.863,48 €	5,78 €	60,20 €	449.723,36 €
Set	1.814,97 €	- 30,47 €	101.802,80 €	337.181,89 €	16.243,05 €	7.824,18 €	7.430,10 €	5,52 €	- 17,00 €	472.255,04 €
Out	1.672,44 €	136,68 €	94.402,84 €	339.565,74 €	14.786,69 €	5.775,24 €	8.982,67 €	5,93 €	46,80 €	465.375,03 €
Nov	1.672,44 €	136,68 €	94.402,84 €	339.565,74 €	14.786,69 €	5.775,24 €	8.982,67 €	5,93 €	46,80 €	465.375,03 €
Dez	1.935,90 €	- €	92.178,57 €	335.898,39 €	13.987,11 €	5.190,57 €	6.401,94 €	1,61 €	86,33 €	455.680,42 €
Total	20.095,73 €	341,68 €	1.107.209,17 €	3.864.686,41 €	174.806,26 €	70.259,13 €	87.738,82 €	49,28 €	442,42 €	5.325.628,90 €

Foi efetuado pelos serviços, através do Sistema de Recolhas Especiais (S.R.E.), um conjunto de serviços que visaram essencialmente complementar o Serviço de Recolha de Resíduo Urbanos, nomeadamente:

1 - RECOLHA DE VIATURAS ABANDONADAS E SUCATA

Em 2011 deu-se continuidade ao serviço, tendo sido recolhidas 235 viaturas, das quais 38 foram reclamadas pelos proprietários, tendo pago no total de taxas 9.570,30 €. Foram enviadas para destruição 155 viaturas, totalizando 82.764,30 € de receita, correspondente a 171 ton. (preço unitário da ton. 484,00 €)



2 - MOVIMENTO DO CANIL/MUNICIPAL

A Gestão do Canil/Gatil em 2011 foi realizada pela SUMA, e o movimento foi o que se apresenta:

DESIGNAÇÃO	QUANTIDADES
ENTRADAS	
CAPTURADOS CASA	89
CAPTURADOS RUA	367
ENTRADA CANIL	250
TOTAL	706
SAIDAS	
MORTOS ESTADIA	59
ADOTADOS	88
CEDIDOS MIDAS	0
RECLAMADOS	26
ABATIDOS	521
TRANSITADOS DE 2010 PARA 2011	12
TOTAL	706
OUTRAS SITUAÇÕES	
SUSPEITOS	2
MORTOS RUA	174
MORTOS CLÍNICAS	441
GATOS	149
OUTROS ANIMAIS	2

Execução do Plano de Atividades

MAPA DE RECEITAS

CENTRO DE RECOLHA OFICIAL DE MATOSINHOS

ANO	CLASSIFICAÇÃO DA RECEITA - MENSAL	SERVIÇOS TAXADOS					
		CAPTURE DE ANIMAL NA VIA PÚBLICA QUANDO RECLAMADOS PELO DETENTOR OU IDENTIFICADOS POR VIA ELECTRÓNICA	RECOLHA DE ANIMAL VIVO A PEDIDO DO DONO	RECOLHA DE CADÁVER DE ANIMAL DE COMPANHIA MORTO EM CASA DO PROPRIETÁRIO	HOSPEDAGEM E ALIMENTAÇÃO POR ANIMAL E POR DIA OU FRACÇÃO	OCCISÃO DE ANIMAL	TOTAL
2011	JANEIRO	0	166.54	5.05	0	282.34	453.93
	FEVEREIRO	60.54	60.56	15.15	42.36	141.26	319.87
	MARÇO	0	121.12	0	197.68	242.16	560.96
	ABRIL	60.54	90.84	5.05	84.72	252.25	493.40
	MAIO	60.54	166.54	0	21.18	353.15	601.41
	JUNHO	30.27	136.26	0	0	373.33	539.86
	JULHO	30.27	75.70	0	63.54	282.52	452.03
	AGOSTO	30.27	121.12	5.05	0	373.33	529.77
	SETEMBRO	181.62	151.40	0	42.36	302.70	678.08
	OUTUBRO	121.08	15.14	0	63.54	211.89	411.65
	NOVEMBRO	0	90.84	10.10	190.62	242.16	533.72
	DEZEMBRO	30.27	121.12	15.15	7.06	302.70	476.30
	TOTAL ANUAL	605.40	1.317.18	55.55	713.06	3.359.79	6.050.98

3 - SISTEMA COMPLEMENTAR DE LIMPEZA (S.C.L.)

Integrado neste sistema, os serviços procederam a um conjunto de limpezas, que visaram essencialmente complementar os atrás referidos, nomeadamente;

- Desinfestação do Concelho.
- Limpeza de Praias.
- Limpeza de Montureiras.
- Limpeza de Valetas e de Terrenos.
- Limpeza de Grafitis.
- Retirada de Cartazes.



4 - Varredura Urbana

Em 2011, no Concelho de Matosinhos, foram varridos cerca de **74.800 Km** de arruamentos, dos quais:

Execução do Plano de Atividades

	KM VARRIDOS
CONCESSÃO DE SERVIÇOS – SUMA - MATOSINHOS SA - (FREGUESIA DE LEÇA DA PALMEIRA) - CONTRATO Nº 16/2000	15.043
AMPLIAÇÃO DA CONCESSÃO DE SERVIÇOS – SUMA MATOSINHOS SA - AUMENTO DE VARREDURA (FREGUESIA DE MATOSINHOS) CONTRATO Nº 08 /2004	22.764
AMPLIAÇÃO DA CONCESSÃO DE SERVIÇOS – SUMA MATOSINHOS SA (VARREDURA ZONA BALNEAR) – CONTRATO Nº 79/2009	5.174
CONCESSÃO DE SERVIÇOS (FREGUESIAS DE LEÇA DO BALIO, S. MAMEDE INFESTA, SR.ª DA HORA, CUSTÓIAS E GUIFÕES) – VERDEVISTA – CONTRATO Nº 9/2007	24.793
CÂMARA (FREGUESIA DA SR.ª DA HORA – ZONA A NACESTE DO IC1)	7.000
JUNTAS DE FREGUESIA	25
	74.800 Km

CONCESSÃO DE SERVIÇOS

1. Concessão da Exploração e Gestão do Serviço Público Municipal de Recolha de Resíduos Sólidos e Varredura do concelho de Matosinhos – Zona a Poente da Linha de Caminho de Ferro Porto/Póvoa e a Norte do Rio Leça – Contrato 16/2000 - Efetuada pela Suma Matosinhos, SA – Valor gasto em 2011 = 2.074.569,44 €
Revisão de preços (Valor pago em 2011) = 1.640.208,96 €
2. Contrato Adicional da Concessão da Exploração e Gestão do Serviço Público Municipal de Recolha de Resíduos Sólidos e Varredura do concelho de Matosinhos – Matosinhos e Senhora da Hora – Cont. 8/2004 - Efetuada pelo Suma Matosinhos, SA – Valor gasto em 2011 = 619.903,40€
Revisão de preços (Valor pago em 2011) = 453.773,67 €
3. Ampliação da Concessão da Exploração e Gestão do Serviço Público Municipal de Recolha de Resíduos Sólidos e Varredura do concelho de Matosinhos – Contrato 79/2009 - Efetuada pelo Suma Matosinhos, SA – Valor gasto em 2011 = 245.892,52 €
Revisão de preços (Valor pago em 2011) = 133.601,93 €
4. Concessão da Exploração e Gestão do Serviço Público Municipal de Recolha de Resíduos Sólidos e Varredura do Concelho de Matosinhos – Zona a Nascente da Linha do Metro Porto/Póvoa – Contrato Nº 9/2007 - Efetuada com a VERDEVISTA – Valor gasto em 2011 = 3.012.571,16 €
Revisão de preços (Valor pago em 2011) = 320.231,10 €
5. Contrato de ampliação da Concessão da Exploração e Gestão do Serviço Público Municipal de Recolha de Resíduos Sólidos e Varredura do Concelho de Matosinhos – Zona a Nascente da Linha do Metro Porto/Póvoa – Contrato Nº 91/2009 - Efetuada com a VERDEVISTA – Valor gasto em 2011 = 142.717,05 €
Revisão de preços (Valor pago em 2011) = 20.133,11 €
6. Contrato de ampliação da Concessão da Exploração e Gestão do Serviço Público Municipal de Recolha de Resíduos Sólidos e Varredura do Concelho de Matosinhos – Zona a Nascente da Linha do Metro Porto/Póvoa – Contrato Nº 16/2008 - Efetuada com a VERDEVISTA – Valor gasto em 2011 = (incluído no valor do contrato n.º 91/2009)

Execução do Plano de Atividades

PRESTAÇÃO DE SERVIÇO – AJUSTE DIRETO – CONSULTA PRÉVIA

1. MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO DO TANATÓRIO – CEMITÉRIO MUNICIPAL N.º 2 DE MATOSINHOS (SENDIM)

Esta prestação, adjudicada à firma ECOGAYA, destinou-se a garantir a gestão e funcionamento do Tanatório Municipal de Matosinhos – Total 2011=128.248,00 €

2. MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO DO TANATÓRIO – CEMITÉRIO MUNICIPAL N.º 2 DE MATOSINHOS (SENDIM)

Esta prestação, adjudicada à firma EXCELLENTIME, SA, destinou-se a garantir a gestão e funcionamento do Tanatório Municipal de Matosinhos – Total 2011=54.981,00 €



3. DESINFESTAÇÃO E DESRATIZAÇÃO DO CONCELHO DE MATOSINHOS

Esta prestação destinou-se a promover uma campanha de desinfestação das escolas, serviços públicos e situações pontuais verificadas em domínio público – Total 2011=30.673,13 €

4. DEPOSIÇÃO DE RESÍDUOS EM ATERRO SANITÁRIO

Esta prestação destinou-se a proceder à deposição dos resíduos inertes (entulho, terras, e similares) que são recolhidos pelos serviços efetuados por administração direta, provenientes da eliminação de focos de insalubridade, como montureiras resultantes de deposições anárquicas – Total 2011= 1.974,95 €

5. LIMPEZA DE ESPAÇOS PÚBLICOS E PRIVADOS – PROCESSOS COERCIVOS

Esta prestação destinou-se a proceder à limpeza e vedação de terrenos e espaços públicos, cujos serviços do Município não têm capacidade de realizar – Total 2011=25.453,69 €

OUTROS

1. DEPOSIÇÃO DE RSU'S NA LIPOR II

Total 2011=2.748.430,88 €

2. COMPARTICIPAÇÕES LIPOR

Total 2011=1.107.790,59 €

CEMITÉRIOS MUNICIPAIS

Uma componente diferenciada dentro desta área é a dos Cemitérios. Os dados referentes aos Cemitérios municipais são os seguintes:

1. Cemitérios Municipais n.º 1 de Matosinhos

N.º de Inumações em Jazigos – 14 = 1.017,10 €

N.º de Exumações/Transladações Jazigos – 2 = 207,86 €

2. Cemitério Municipal n.º 2 de Matosinhos

N.º de Inumações em Sepultura – 126 = 8.264,34 €

N.º de Inumações em Jazigo – 142 = 10.316,30 €

N.º de Exumações/Transladações em Sepultura – 46 = 3.156,06 €

N.º de Exumações/Transladações em Jazigo – 28 = 2.910,04 €

3. Cemitério Municipal n.º 4 – Santos Dias

N.º de Inumações em Sepultura – 66 = 4.328,34 €

N.º de Exumações/Transladações em Sepultura – 68 = 4.665,48 €

N.º de Exumações/Transladações em Jazigo – 1 = 103,93 €

Execução do Plano de Atividades

4. Tanatório Municipal

N.º de Cremações residentes/naturais – 219 = 60.894,24 €

N.º de Cremações não residentes – 165 = 66.594,00 €

N.º de Cremação de ossadas – 27 = 2.669,76 €

Deposição de Cinzas ossário/columbários – 54 = 1.900,21 €

Deposição de Cinzas Jazigo – 10 = 403,60 €

N.º de Utilização de Capela - 92 = 5.520,00 €

Em 2011 a distribuição dos equipamentos foi a que se encontra no quadro seguinte:

Distribuição de Equipamentos				
Tipologia de Equipamentos	Áreas Concessionadas		Câmara Municipal	Total
	Concessão SUMA	Concessão VerdeVista		
Contentores (800 e 1000)	1.150	1.140	165	2.455
Papeleiras	1.750	1.020	400	3.170
Molok's / Subtainers	90/15	246	78	429
Ecopontos Cyclea / Molok's / Subtainers Recolha Selectiva	555 cycleas/45 baldes subtainers	345	150	1.095
Vidrões	40	85	53	178
Pilhões	48	274	100	422

Indicadores mais significativos

Resíduos	2011
Resíduos recolhidos e tratados	95.814 toneladas
Recolha seletiva	24.597 toneladas
Valorização orgânica	7.571 toneladas
Valorização energética	67.867 toneladas
Aterro	5.167 toneladas



Execução do Plano de Atividades

Divisão de Espaços Verdes

No âmbito da construção e manutenção de jardins, no ano de 2011, procedeu-se à plantação de 493 árvores, 2.605 arbustos, 5.821 vivazes e 75.699 plantas de época.

A manutenção de Jardins e Parques Públicos foi executada quer por Administração Direta quer recorrendo a contratos de prestações de serviços quer ainda pela existência de protocolos com o CEFPI, para possibilitar a utilização de mão-de-obra de deficiente e com a ADEIMA para possibilitar utilização de mão-de-obra socialmente necessitada, cujo protocolo terminou a 31 de Agosto de 2011.

Também prestam serviço neste Município ao abrigo do protocolo estabelecido com o Ministério da Justiça Direção Geral dos Serviços Prisionais, mão-de-obra prisional no âmbito da reintegração social na área da manutenção de jardins.

A manutenção dos jardins do Concelho apoia-se no funcionamento e produção de plantas específicas originadas no Horto Municipal.

A Prestação de Serviços para a manutenção de Diversos Jardins em diversos Locais do Concelho de Matosinhos teve a sua continuidade tendo o seu término ocorrido a 30 de Setembro de 2011, continuando em vigor um contrato relativo à Prestação de Serviços para a Manutenção de Jardins em Escolas do Ensino Básico e em diversos Locais do Concelho de Matosinhos. A Prestação de Serviços a Concessão e Exploração e Gestão da Quinta da Conceição cessou por insolvência da empresa em 31 de Outubro de 2011.

Indicadores mais significativos

Espaços Verdes	2010
Plantações:	
Árvores	493
Arbustos	2.605
Vivazes	5.821
Plantas de época	75.699



Execução do Plano de Atividades

Segurança e Proteção Civil



Numa lógica de interação formativa com os cidadãos, o Gabinete de Segurança e Proteção Civil (GSPC) exerce funções no âmbito da Polícia Municipal, da fiscalização e da proteção civil, assegurando o cumprimento das leis e regulamentos que disciplinam matérias relativas às atribuições que, nesta área, competem à Autarquia e aos seus órgãos.

O estudo da sinistralidade rodoviária no Concelho constituiu uma preocupação do GSPC que, em articulação com o entretanto extinto Governo Civil do Porto e a Faculdade de Engenharia do Porto, elaborou o Plano Municipal de Prevenção Rodoviária numa lógica de combate à sinistralidade rodoviária e do consequente aumento do sentimento de segurança dos cidadãos.

Polícia Municipal

A fiscalização de situações irregulares, nomeadamente as que dizem respeito às infrações de trânsito e ao abandono de viaturas e as ações de sensibilização, tanto as que visam as crianças das escolas do Concelho, como as destinadas aos adultos, constituiu, no âmbito das suas competências, o enfoque do trabalho da Polícia Municipal.

Com o objetivo de clarificar a identificação de áreas com maior incidência de situações irregulares, foram compilados os dados resultantes das ações desenvolvidas pela Polícia Municipal, no que diz respeito à fiscalização, o que possibilitou coordenar uma intervenção direcionada e mais eficaz.



Execução do Plano de Atividades

Nos quadros seguintes apresenta-se, de forma genérica, o resumo do resultado das ações de fiscalização desenvolvidas pela Polícia Municipal.

VIATURAS ABANDONADAS POR FREGUESIA PARTICIPADAS						
MATOSINHOS	LEÇA DA PALMEIRA	SENHORA DA HORA	S. MAMEDE INFESTA	LEÇA DO BALIO	RESTANTES	TOTAL
92	35	51	42	31	110	318
REGISTO DE INFRACÇÕES DE TRÂNSITO POR ARTÉRIA						
AV. G. NORTON DE MATOS	AV. D. AFONSO HENRIQUES	RUA FRANÇA JÚNIOR	AV. DR. FERNANDO AROSO	AV. DA REPÚBLICA		
617	257	326	131	1.516		
REGISTO DE INFRACÇÕES DE TRÂNSITO						
INFRACÇÕES	AUTOS	REBOQUES	BLOQUEAMENTOS	DIAS DE APARCAMENTO		
6.274	6.352	1.540	908	1.047		

De forma a corresponder aos interesses e às necessidades de um público diversificado, as temáticas desenvolvidas nas ações de sensibilização foram adequadas aos diferentes perfis: a segurança rodoviária, o bullying, o álcool e as drogas, a violência escolar, e a segurança na internet, na perspetiva dos dois grandes grupos de utilizadores: as crianças e jovens e os adultos.

Prevenção Rodoviária - Escolas Públicas				
	Nº de alunos	Nº de Docentes	Nº de ações	Nº de horas
TOTAL	1580	98	46	46h55m
Prevenção Rodoviária - IPSS e Estabelecimentos Privados				
	Nº de alunos	Nº de Docentes	Nº de ações	Nº de horas
Total	206	26	10	10h30m
Prevenção Rodoviária para Adultos (Pais e Professores)				
	Nº de pais	Nº de ações	Nº de horas	
Total	13	2	2h00	

Execução do Plano de Atividades

Segurança na Internet - Estabelecimentos Públicos				
	Nº de alunos	Nº de Docentes	Nº de ações	Nº de horas
Total	966	52	31	24h30m
Segurança na Internet - IPSS e Estabelecimentos Privados				
	Nº de alunos	Nº de Docentes	Nº de ações	Nº de horas
Total	47	6	4	2h00
Internet para Adultos (Pais e Professores)				
Estabelecimento de ensino	Nº de pais	Nº de ações	Nº de horas	
Total	16	1	3h	
Bullying - Escolas Públicas				
Estabelecimento de ensino	Nº de alunos	Nº de Docentes	Nº de ações	Nº de horas
Total	848	41	30	26h15m
Bullying - IPSS e Estabelecimentos Privados				
Estabelecimento de ensino	Nº de alunos	Nº de Docentes	Nº de ações	Nº de horas
Total	27	2	1	1h30
Bullying para Adultos (Pais e Professores)				
	Nº de pais	Nº de ações	Nº de horas	
Total	15	1	2h	
Álcool e Drogas				
	Nº de alunos	Nº de ações	Nº de horas	
Total	25	1	1h15	
Operação Stop				
Estabelecimento de ensino				data
João de Deus				26-02-2011
Santa Casa da Misericórdia				28-02-2011
EB1 Sendim				01-03-2011
EB1 Florbela Espanca				31-03-2011
EB1 Florbela Espanca				27-04-2011
EB1 Florbela Espanca				16-05-2011



Execução do Plano de Atividades

Fiscalização Municipal

Assumindo uma postura interventiva e pró-ativa, a Fiscalização Municipal norteou o desenvolvimento da sua atividade pela sensibilização dos munícipes para o respeito das normas e posturas municipais, nas áreas da sua competência: o ambiente, a publicidade, a manutenção dos equipamentos do domínio público municipal e a fiscalização preventiva do território em matéria de urbanismo.

Os quadros seguintes apresentam uma súmula da atividade da Fiscalização Municipal em 2011, que incidiu nos aspetos listados.

TOTAL AUTOS

TERRENOS	OUTDOORS	PUBLICIDADE	RESTANTES	TOTAL
85	132	309	54	580

TOTAL DE DILIGÊNCIAS

TERRENOS LIMPOS	ANOMALIAS VIA PÚBLICA	OBRAS PARTICULARES	RESTANTES	TOTAL
515	338	102	127	1082

Proteção Civil

O Serviço Municipal de Proteção Civil de Matosinhos (SMPC) desenvolveu, no decorrer do ano de 2011, inúmeras atividades no âmbito das competências que legalmente lhe estão atribuídas, garantindo a prevenção e o auxílio em resposta a todas as solicitações que recebeu, nos mais variados domínios de proteção civil, prevenindo situações de risco, prestando auxílio e socorro aquando das ocorrências, minimizando desta forma as consequências dos acidentes, e garantindo a vigilância e assistência permanente nas praias no município de Matosinhos.

Foram dinamizadas inúmeras ações de sensibilização nas escolas públicas, privadas, IPSS e outras entidades do concelho, relativas aos temas: a Segurança nas Praias, a Segurança Contra Incêndios/Sismos, os Exercícios de Evacuação, os Simulacros nas Escolas e o Manuseamento de Extintores.

As atividades dos Serviço Municipal de Proteção Civil organizaram-se em três grandes áreas, que abaixo se desenvolvem: o planeamento, a prevenção e o socorro e salvamento.

1. Planeamento:

É um pressuposto basilar da proteção civil atuar na prevenção, criando condições para que os acidentes não ocorram, planeando antecipadamente os procedimentos corretos a adotar em situações de emergência. Neste sentido, foram apoiadas diversas instituições de diferentes áreas de atividade, com destaque para as comissões de festas do Município na elaboração dos planos de evacuação das festas e romarias, tornando estes espaços mais seguros e de verdadeira diversão para os feirantes e para os visitantes.

Execução do Plano de Atividades

PPI	PE-Festas e Romarias	PPE-Agrupamentos de Escolas	PPE-IPSS	PPE-Idosos	PPE-Deficientes	PPE-Privados	PPE-Ed. Municipais	PSCI Simulacros
2	6	9*1 ⁻	15*4 ⁺	10*2 ⁺	2	3*1 ⁺	13*1 ⁺	20 14

Legenda:

PPI – Plano Prévio de Intervenção

PE – Plano de Emergência

PPE – Plano de Prevenção e Emergência

PSCI – Projeto de Segurança Contra Incêndio

*em elaboração; - em aprovação; + aprovados

2. Prevenção:

Uma das apostas do Serviço Municipal de Proteção Civil foi o reforço das inúmeras ações junto da comunidade escolar, dando continuidade ao investimento formativo junto dos cidadãos de amanhã. Assim, na continuidade do trabalho iniciado no ano transato na Escola Eb1 Professora Elvira Valente de Custóias, com a Associação de Ludotecas do Porto, foram concluídos e apresentados quatro dos sete filmes de animação sobre temáticas de Proteção Civil, estando este material a ser divulgado junto da comunidade escolar, como suporte visual de muitas das ações de sensibilização promovidas.

Foram realizadas no município, pela Proteção Civil e Salvamento Balnear, 233 ações de sensibilização, atingindo um universo de aproximadamente 7157 crianças e adultos.

2011	Total Ações 2011	Total Alunos 2011	Total Docentes e n/docentes 2011	Total de Idosos
Evacuação	23	798	125	0
Extintores	18	0	246	0
Secas e Inundações	5	131	10	0
Segurança em casa	18	354	21	0
Incêndios Florestais	1	23	1	0
Incêndios em casa e na Escola	91	2407	209	91
Matérias Perigosas	17	401	26	0
Segurança na praia	76	1589	80	0
Total	290	5703	718	91

Execução do Plano de Atividades

Foram realizados 40 exercícios de evacuação nas escolas do Município, envolvendo um total aproximado de 7000 crianças e adultos, com vista a possibilitar a professores e alunos a agilização de procedimentos de emergência.

	Pessoas evacuadas	N.º exercícios
2011	6921	40

3. Socorro e Salvamento:

No âmbito da proteção física de pessoas e de bens, em situação de grave risco coletivo, acidente grave ou catástrofe, destacam-se intervenções realizadas em aluimentos e em derrames de produtos químicos na via pública, tendo o piquete do SMPC respondido em articulação com os Agentes de Proteção Civil e outras Entidades e Organismos, de forma a dar uma resposta eficaz e eficiente às ocorrências, minorando os efeitos para as populações e bens.

Ocorrência/Mês	Total
Limpeza de pavimento	2
Sinalização de aluimento/outras	101
Incêndio urbano	9
Incêndio em mato	4
Incêndio em viatura	3
Inundações em estabelecimentos comerciais	3
Inundação em edifícios de habitação	3
Inundação na via pública	36
Derrame de produtos químicos	139
Derrocada	9
Queda de elementos de edifício para a via pública	43
Queda/Corte de árvore	29
Tampas de saneamento soltas/partidas	31
Fuga de Gás	1
Queda de poste/cabo elétrico	7
Anomalias em Bocas/marcos de incêndio	1
Vistorias de emergência Edifícios de habitações	57
Pareceres para a emissão da licença Especial ruído para lançamento de fogo-de-artifício	15
Vedações/sinalização de situações de risco	14
Incidentes com o metro	1
Explosão em depósito	1

Execução do Plano de Atividades

4. O SSB, no decorrer do ano de 2011, ocorreu, dentro das suas competências, a inúmeras solicitações, registando um aumento significativo das suas intervenções, destacando-se, os salvamentos de mar, prestação de primeiros socorros, buscas, entre outras que fazem parte do quadro abaixo. Foi, assim, possível intervir em cerca de 200 ocasiões em situações de busca e salvamento, para além da sensibilização e prevenção.

TIPO DE OCORRÊNCIA	2011
Salvamentos de Mar	64
Primeiros Socorros	78
Segurança a atividades desportivas e espetáculos	3
Buscas em terra	5
Anomalias nas praias	12
Poluição	2
Cadáveres animais	7
Falso Alarme	1
Outras	16
Total de ocorrências	188



Promoção da Economia Local e Turismo

Em 2011, a Direção de Promoção da Economia Local e Turismo continuou a apostar na potenciação dos recursos endógenos ao tecido empresarial do Concelho, apoiando-o nas mudanças de paradigma que nem sempre conseguiu acompanhar (como se nota no comércio tradicional) e nos saltos qualitativos que soube dar, acreditando que, com o apoio da Autarquia, o tecido económico do Concelho poderá dar o tão desejado salto qualitativo.

APOIO AO DESENVOLVIMENTO EMPRESARIAL

Captação de empresas e investimento

Atividade desenvolvida: CIM – Centro Inovação de Matosinhos – Iniciaram-se os trabalhos de negociação com algumas empresas de referência nacional, encontrando-se já instaladas as seguintes empresas: o fotógrafo de moda Vítor Hugo, a empresa Inova+ e, claro, o Grupo IMPRESA, que já desde 2010 vinha estabelecendo negociações.

Objetivo: Requalificar um pólo deprimido da zona de Matosinhos sul, transformando-o num local de acolhimento de novas empresas e de partilha de conhecimentos e recursos, construindo um *cluster* com características únicas de inovação e conhecimento no país, atraindo para Matosinhos recursos humanos qualificados e diversificar as atividades económicas do Concelho, relançando a economia de Matosinhos enquanto cidade prestadora de serviços do terciário superior.

Prevê-se a alocação, no total, de 150 postos de trabalho.

Calendarização: Até ao final de 2012

População Alvo: Empresários e empreendedores do concelho

Número aproximado de pessoas envolvidas: Aproximadamente 10 empresas



Atividade desenvolvida: RAF Park – Parque de Diversões no Parque de S. Brás, em Santa Cruz do Bispo

O Parque de S. Brás, em Santa Cruz do Bispo, terá uma piscina, insufláveis, trampolins, zona de jogos, rampas de gelo, paint-ball, paredes de escalada, circuito de arvorismo, bungee jumping, uma tenda para festas infantis, uma praça para espetáculos musicais, entre muitas outras diversões.

Execução do Plano de Atividades

Com uma área total de seis hectares e um investimento de 7 milhões de euros, o parque de desportos radicais, a cargo da Ritmolândia, estima uma média de 150 mil visitantes por ano. Prevê-se que a obra esteja concluída durante o terceiro trimestre de 2012, criando 100 postos de trabalho diretos e 50 indiretos.

Atividade desenvolvida: Espaço Quadra – Mercado Municipal de Matosinhos

A CMM e a ESAD anunciaram, em 2010, a criação do ESPAÇO QUADRA – CENTRO DE INOVAÇÃO E CRIATIVIDADE. Contudo, numa primeira fase e enquanto o edifício da futura sede, situado na rua Brito Capelo, está a ser alvo de um projeto arquitetónico de requalificação (com conclusão prevista para 2012), o ESPAÇO QUADRA funciona numa galeria da autoria do arquiteto Siza Vieira no Mercado de Matosinhos.

Inaugurado no dia 26 de fevereiro de 2011, o Espaço Quadra é um espaço cultural com uma programação fortemente apostada na valorização da cultura do projeto, que vem colmatar uma lacuna na cidade e na região. Ao longo do ano transato foram expostos os seguintes autores:

- . Isidro Ferrer – “116 carteles” – de 26 de fevereiro a 30 de abril;
- . David Carson – “Design” – de 13 de maio a 27 de agosto;
- . Maria Gambina – “As saias da Gambina” – de 12 de novembro a 21 de janeiro de 2012.



Calendarização: Ao longo de 2011 e 2012

População Alvo: Todos os interessados em visitar as exposições

Número aproximado de pessoas envolvidas: ESAD, Equipa da DPELT, Entidades envolvidas no Espaço Quadra

Número de visitantes: 1870.

Execução do Plano de Atividades

Gastronomia

Atividade desenvolvida: Iniciativa “O Mar à Mesa”

Objetivo: Dinamizar a restauração no concelho, criando um período diferenciado no qual é possível aos clientes desfrutarem de esplanadas e do ambiente das ruas de Matosinhos e Leça da Palmeira e assistirem a animação aos fins de semana dentro dos restaurantes e nas ruas.

Paralelamente à fidelização e captação de novos clientes, pretende-se também envolver ativamente os proprietários e colaborador dos restaurantes na dinamização deste sector, concedendo-lhe um papel ativo neste processo.

Calendarização: De Maio a Outubro são colocadas as estruturas das esplanadas e em coordenação são realizadas animações aos fins de semana nos restaurantes aderentes.

População Alvo: Clientes dos restaurantes de Matosinhos

Número aproximado de pessoas envolvidas: Estimativa de clientes 293.328; Número de restaurantes aderentes 47



Atividade desenvolvida: Formação na área de Inglês Técnico para os colaboradores dos restaurantes do concelho

Objetivo: Qualificar os colaboradores dos restaurantes através de inúmeras formações, no sentido de os dotar das competências necessárias para a prestação de um serviço exemplar de qualidade e adaptado aos múltiplos clientes. Com a abertura do terminal de cruzeiros e chegada dos turistas estrangeiros, pareceu-nos particularmente importante promover o desenvolvimento ou aperfeiçoamento da língua inglesa.

Calendarização: Novembro e Dezembro

População Alvo: colaboradores dos restaurantes do concelho

Número aproximado de pessoas envolvidas: 2 turmas com 16 e 18 elementos

Atividade desenvolvida: Co-Implementação da Iniciativa “Fins de Semana Gastronómicos” nos restaurantes do concelho em colaboração com o Turismo de Portugal delegação norte e Portugal.

Objetivo: Divulgar a gastronomia local especialmente no mercado do norte de Espanha, eixo do noroeste peninsular, captando um público-alvo novo e muito interessante para a nossa região. Paralelamente promove-se a divulgação da qualidade da restauração local, através da marca Chancela 100%, selo de qualidade e boas práticas.



Execução do Plano de Atividades

Calendarização: de 23 a 25 de abril de 2011

População Alvo: Todos os restaurantes de Matosinhos aderentes à iniciativa e cancelados.

Número aproximado de pessoas envolvidas: No ano de 2009 foram envolvidos 47 restaurantes nesta iniciativa, sendo que no ano de 2010 e 2011 o número de restaurantes inscritos passou para 56.

PROMOÇÃO DO EMPREENDEDORISMO

Loja do empreendedor

Inaugurada a 20 de abril do ano transato, trata-se de uma estrutura dotada de uma equipa multidisciplinar e serviços diversificados que vão desde o apoio na construção e implementação de projetos, à criação de formação à medida, ao apoio na gestão empresarial ou informação detalhada e documentada sobre a maioria das questões empresariais. A ideia é, assim, criar um “serviço de proximidade” que não só fornece informação como acompanha o empreendedor de forma “ativa”.

Atividades desenvolvidas:

112 atendimentos, distribuídos da seguinte forma:

42 apresentações/ discussões de projetos de negócios;

1 informação/seleção da forma de criação da empresa;

62 informações/seleções de fontes de financiamento;

3 informações/seleções de formas de licenciamento de obras inerentes às atividades empresariais;

4 informações diversas.

Foi apoiada a criação de 5 novos negócios, nas seguintes áreas: arquitetura e design, marketing e ventos, clínica dentária, gabinete de estética e arquitetura de interiores.

A Loja do Empreendedor tem efetuado um conjunto de atendimentos no intuito de apoiar as pessoas a criarem o seu próprio negócio, quer através de aconselhamento ao nível da gestão quer como facilitador de informação que normalmente o empreendedor tem dificuldade em obter. A maioria das pessoas que recorre a este serviço procura obter informações sobre financiamento (58%), apresentação e discussão de ideias de negócio, assim como solicita ajuda na elaboração do seu plano de negócios (33%). A maior parte dos negócios que as pessoas pretendem criar são na área da restauração (24%), educação - salas de estudo (8%), estética (4%), assistência ao domicílio (4%), turismo (3%) e stand de automóvel (3%). Desde abril foram apoiadas 68 pessoas e/ou entidades.

Dado o contexto atual, a maior parte das empresas tem sido apoiada ao nível do acesso a financiamento para fazer face às suas crescentes necessidades de tesouraria ou para expansão dos seus negócios. As empresas têm também sido apoiadas na gestão de tesouraria e publicidade e Marketing, bem como na elaboração dos seus planos de negócios. Desde abril foram apoiadas 28 empresas a este nível.

Ainda no âmbito da Loja, foram realizados **3 formações para empresários e empreendedores do concelho:**

"Os principais produtos Financeiros para PmE's", com a participação do Dr. José Soares do Banco BPI. Este workshop destinou-se a dar a conhecer um conjunto de produtos/ferramentas que estão disponíveis para as empresas e que em muitos casos são desconhecidas das mesmas pela sua complexidade. Estiveram presentes 20 pessoas.

"Os sucessos da inovação em cenário de crise" com a presença do Dr. José de Almeida Martins da empresa Net, S.A. Pretendeu-se dar a conhecer um conjunto de atividades que

Execução do Plano de Atividades

apesar de estarmos num cenário de crise, tem tido sucesso principalmente por recorrerem à inovação e assim se diferenciarem dos restantes concorrentes presentes no mercado. Assistiram 25 pessoas.

Em parceria com o Grupo Moneris, foi apresentado o tema "O sistema fiscal português e gestão empresarial para novos empreendedores e micro-entidades". Os oradores foram a Dr.ª Filomena Ramilo, Dr. João Gomes, Dr. Pedro Neto e Dr. Hélder Beça. Estiveram presentes 22 participantes.

Os técnicos da Loja realizaram também as seguintes atividades, em que participaram enquanto especialistas no tema do empreendedorismo:

Seminário "À CONVERSA SOBRE... "EMPREENDEDORISMO" realizado a 26 de maio, pelas 21h30 na Sala de Sessões Privadas da Câmara Municipal de Matosinhos.

Workshop sobre "Ensinar o Empreendedorismo; dias 22 e 23 setembro na Associação de Socorros Mútuos de São Mamede de Infesta.



Atividade desenvolvida: Atendimentos no âmbito do Programa Matosinhos Finicia



Objetivo: A constituição deste fundo tem como objetivo facilitar o acesso ao financiamento das empresas de menor dimensão, bem como, das empresas em fase de start-up, que tradicionalmente apresentam maiores dificuldades na ligação ao mercado financeiro. Pretende-se, desta forma, colocar à disposição das micro e pequenas empresas do concelho

um produto inovador e atrativo, quando comparado com os demais disponíveis no mercado.

Calendarização: Permanente

População Alvo: Este apoio poderá ser utilizado no financiamento de pequenos projetos empresariais, aos quais seja reconhecido interesse para o município. Os beneficiários deste projeto são empresas de Matosinhos em fase de arranque ou empresas já existentes nos sectores da indústria, comércio, turismo, serviços e construção. Preferencialmente será aplicado a projetos na área da restauração.

Número aproximado de pessoas envolvidas: 50 empreendedores/empresários

Artesanato

Atividade desenvolvida: FAMA – Feira de Artesanato de Matosinhos – Evento que reúne áreas tão diferentes como os brinquedos tradicionais de madeira e chapa ou a olaria e os trabalhos em couro, «santeiros», bonecas em folha de milho, presépios, contando também com a demonstração do trabalho ao vivo e a interação entre os artesãos e os visitantes.

Objetivo: A dinamização económica do concelho e a promoção do artesanato. Acontece desde 2008, contando já com 8 edições. Integrada nas Festas do Senhor de Matosinhos e na Animação de Natal do concelho, este evento tem vindo a crescer substancialmente, quer ao nível dos artesãos interessados, da projeção na comunicação social e especialmente dos visitantes.

Calendarização: 14 de maio a 6 de junho e 8 a 23 de dezembro

População Alvo: Visitantes da Feira e artesãos de todo os pais

Execução do Plano de Atividades

Número aproximado de pessoas envolvidas: As edições de 2011 contaram, respetivamente, com 115 e 63 stands oriundos de diversos pontos do país, aproximadamente 350.000 visitantes na edição das Festas do Senhor de Matosinhos e 150.000 na Edição de Natal.



Atividade desenvolvida: Mercado em Festa – Feira de Artesanato Urbano

Espaço aberto à criatividade, de divulgação das novas tendências na área do artesanato urbano. Estiveram presentes artesãos e artistas de todo o país, com os seus trabalhos de moda, bijuteria, pintura, découpage, artesanato urbano, gastronomia, entre outras artes. Funcionou igualmente como um espaço de animação e interação com o público do mercado, sendo um palco aberto para a apresentação de trabalhos de artistas, maioritariamente do concelho, contando já com inúmeras performances na dança, na música, contadores de histórias, ateliers de *facepainting*, de manualidades, concertos de música clássica, popular, etc.

Objetivo Dinamização do mercado municipal quer pelo aumento na diversidade de serviços oferecidos, quer pela atração de novos públicos; estimulação urbanística do centro histórico da cidade de Matosinhos; Promoção e divulgação de jovens criadores; Participação e envolvimento da comunidade local; Reinvenção dos espaços públicos; Implementação deste evento como referência; Promoção do Comércio Tradicional; Criação de hábitos na população de procura dos produtos locais e frequência da zona histórica da cidade como espaço familiar de cultura e lazer; cultura, promoção da economia do concelho e dinamização do tecido local a baixo custo para a autarquia.

Calendarização: 1º e 3º sábado do mês até maio de 2011

População Alvo: Operadores e clientes do Mercado de Matosinhos

Número aproximado de pessoas envolvidas: Até maio foram envolvidos quinzenalmente aproximadamente 50 artesãos.



Execução do Plano de Atividades

Atividade desenvolvida: Iluminações de Natal 2011

Objetivo: A dinamização económica do concelho e a promoção do comércio e do concelho. Este ano de 2011 destacamos o esforço feito pela equipa da CMM em manter a qualidade do serviço prestado, reduzindo abruptamente o valor da despesa.

Calendarização: dezembro

População Alvo: Visitantes do concelho



PROMOÇÃO E DIVULGAÇÃO TURÍSTICA

Ano de forte aposta em diferentes produtos e serviços contemplou não só a inovação técnica, mas também a criação de um Top Ten de Matosinhos e o acolhimento turístico nos terminais da APDL. Estes novos desafios foram indubitavelmente uma aposta ganha, consolidando e fortalecendo o papel de destaque que Matosinhos tem vindo a assumir na região do Porto e Norte de Portugal.

Feiras

O Turismo de Matosinhos esteve presente, em parceria com a “Turismo do Porto e Norte de Portugal - Entidade Regional” (TPNP – ER), na Bolsa de Turismo de Lisboa 2011 (BTL). A participação nesta iniciativa consistiu na distribuição de material promocional alusivo aos principais produtos turísticos de Matosinhos e à atuação de um grupo de animadores que promoveram a recriação histórica “Os Hospitalários no Caminho de Santiago”.

O ano de 2011 consolidou o atendimento em eventos como uma das principais valências do Turismo de Matosinhos, tendo este serviço colaborado e contribuído para uma ampla divulgação do concelho, criando não só uma maior proximidade com o público, mas também um acesso mais célere à informação. Estas participações compreenderam iniciativas dos mais diversos âmbitos e sectores de atividade, organizadas não só pela autarquia, caso das Festas do Sr. de Matosinhos, da recriação histórica “Os Hospitalários no Caminho de Santiago” e da Feira de Artesanato de Matosinhos (FAMA), mas também por entidades externas, designadamente: “Feira da Profissões - Colégio Luso-Internacional do Porto” (CLIP); “Conferência de Apresentação do Novo Terminal de Cruzeiros – APDL”; “Imobitur - Feira de Imobiliária”; “Fórum do Mar”; “Jogos Eixo – Atlântico”, “Exposição Colecionadores” e “Bike Tour”.

Atendimento nos terminais do Porto de Leixões

A 28 de abril, com a inauguração do Terminal Sul do Porto de Leixões iniciou-se um processo de parceria entre a APDL e a CMM que se materializou na disponibilização de técnicos de turismo da autarquia para acolhimento nos Terminais de passageiros do Porto de Leixões. Em ambos os terminais é disponibilizada informação turística, sendo o Top Ten de Matosinhos, a Gastronomia e o Comércio os produtos mais divulgados.

Gastronomia

Consagrada como primeira prioridade do “Porto e Norte de Portugal” e considerado produto turístico de excelência a Gastronomia, manteve-se em 2011, como uma forte aposta para o desenvolvimento turístico da região. Matosinhos revela um papel preeminente nesta matéria destacando-se como um dos principais destinos gastronómicos na Região Norte e

Execução do Plano de Atividades

tem sido nesse pressuposto que a CMM tem potenciado e consolidado a marca “O Mar à Mesa”, presente em inúmeras iniciativas.

Paralelamente realizou-se a 6ª edição da “Festa do Mar” em parceria com a “Associação Peixe à Mesa”, e o “I Congresso Internacional de Gastronomia e Vinhos do Porto e Norte de Portugal”. Este congresso, organizado pela TPNP-ER, decorreu na Exponor, contando com a presença e a colaboração do Turismo de Matosinhos, materializada em diferentes ações, nomeadamente através da apresentação de um stand promocional na zona dos coffee-breaks, realização de uma visita guiada à Conserveira Pinhais e organização de um jantar para convidados, num restaurante do Concelho. Manteve-se a participação de Matosinhos na iniciativa “Fim-de-semana Gastronómico”, coordenada pela TPNP-ER evento dinamizador do Produto Estratégico “Gastronomia e Vinhos”.

Novas tecnologias

A inovação tecnológica foi um desafio em 2011, com a criação e disponibilização de novos serviços, particularmente o “M@tosinhos City Guide”, aplicação de telemóvel que permite o acesso a toda a informação relevante sobre o Concelho de Matosinhos e a página “Mar à Mesa” no facebook, sobre a temática da Gastronomia. Realizou-se uma parceria com a Lifecooler, através da participação pioneira no programa “Portugal Faz-lhe Bem”, onde se disponibiliza diferente informação turística da cidade de Matosinhos. Manteve-se ativo o site “O Mar à Mesa” que foi sendo alvo de contínuas atualizações, mostrando todo o dinamismo e criatividade que o caracterizam.

Candidatura ao CIT – “Centros de Informação Turística do Porto e Norte de Portugal”

Em Setembro de 2011 foi aprovada a candidatura à “Rede de Informação Turística Regional”, apresentada pela TPNP-ER, que contou com o Município de Matosinhos como parceiro e que permitirá implementar uma loja interativa de turismo no atual Posto de Turismo de Matosinhos que agregará uma rede regional de lojas interativas, com a uniformização da imagem Porto e Norte de Portugal e a otimização do acesso à informação, à inovação e à promoção dos produtos estratégicos.

NORMA ISO NP 9001: 2008

Após Auditoria Externa, foi renovado o certificado ISO NP 9001: 2008 ao “Atendimento e Promoção Turística”.

Mapa de Atendimento de Turistas 2011

Tendo como suporte o “Mapa de Indicadores” o número de atendimentos turísticos efetuados em 2011 foi o subsequente:

	Meta do Ano Anterior	Meta do Ano Atual	Total de Atendimentos 2011
Posto de Turismo de Matosinhos	1.088	2.392	3.445
Posto de Turismo de Leça da Palmeira	412	856	1.393
Atendimento Terminais do Porto de Leixões	0	0	5.476
TOTAL	1.500	3.248	10.314

Execução do Plano de Atividades

Ainda no decorrer de 2011 realizaram-se visitas educativas a diferentes locais do Concelho, protocolos com diversas instituições, receção de estágios curriculares e inserção de informação turística de Matosinhos no “Golden Book - edição do Porto e Norte 2011”.

OUTRAS AÇÕES DE PROMOÇÃO E DIVULGAÇÃO

Atividade desenvolvida: Introdução da Festa do Mar como Evento Principal na Agenda Boa Vida LifeCooler

Objetivo: A Agenda da Boa Vida Lifecooler é organizada por temas semanais e apresenta ideias divertidas e propostas de atividades, ligadas ao ritmo do calendário e ao melhor que Portugal tem para oferecer. A inserção de Matosinhos e da Festa do Mar neste suporte é um modo diferente e atrativo de alcançar e fidelizar novos públicos e nichos.

População Alvo: Público em geral



Atividade desenvolvida: Publicitação de Matosinhos como o 1º município do programa “Portugal Faz-lhe Bem”

Objetivo: O Canal “Portugal Faz-lhe Bem” possibilita o acesso a informações práticas, culturais e de agenda para melhor usufruto dos espaços urbanos que o nosso país tem. Matosinhos foi pioneiro neste programa, dado o salto qualitativo na requalificação urbana e na política de cidade que se está a processar. Com a inclusão neste programa, procura-se alcançar e fidelizar novos nichos de público.

População Alvo: Público em geral.



Atividade desenvolvida: Dinamização da página “Mar à Mesa” no Facebook.

Objetivo: Tornar a marca “Mar à Mesa” mais próxima do público durante todo o ano e não apenas durante os meses de Verão, altura em que a Festa do Mar lhe dá mais notoriedade.

População Alvo: Público em geral



Execução do Plano de Atividades

APOIO AO CONSUMIDOR

Centro de Informação Autárquico ao Consumidor

Durante o ano de 2011 o Centro de Informação Autárquico ao Consumidor manteve como principais objetivos a informação e formação dos consumidores, no que respeita a direitos e deveres e a questões do consumo, em geral, e a mediação de pequenos conflitos.

Foram efetuados **1400 atendimentos**.

Foram abertos **134** processos de reclamação: destes, 37 processos foram registados no Tribunal Arbitral de Consumo; 63 foram resolvidos com sucesso, 7 sem sucesso, 13 não puderam ser resolvidos por falta de provas do reclamante, 7 foram encaminhados para outras entidades, 2 foram alvo de desistência por parte do reclamante e 5 foram arquivados por falta de resposta do reclamado.

Visitas ao CIAC:

- Uma turma de 24 alunos do 10º ano da Escola Secundária Augusto Gomes.



- Uma turma de 23 alunos do 11º ano da Escola Secundária Augusto Gomes.



O CIAC foi à escola Gonçalves Zarco fazer um Workshop para 120 alunos do CNO.



Execução do Plano de Atividades

O CIAC participou no “Dia de Encontros” da Escola Augusto Gomes, fazendo uma sessão de esclarecimento em que participaram 90 alunos, seguida de uma representação de Sketches pelos alunos.



Para comemorar o dia 15 de março foi enviado uma Newsletter para todos os funcionários da Câmara, divulgando o serviço do CIAC.

Com o intuito de apoiar na transição para a TDT - Televisão Digital Terrestre, o CIAC realizou em colaboração com a ANACOM uma conferência sobre o sobre o tema, em que os técnicos da ANACOM, o Dr. Mário Freitas e o Eng. Miguel Henriques, esclareceram 60 elementos da população mais idosa do Concelho, alertando-a para quais os procedimentos a ter para que a transição seja feita do modo mais correto possível.

Foram ainda disponibilizados 20 mupis pelo Concelho para divulgar a campanha da TDT.



Foi atualizada e reformulada a página do CIAC no site da Câmara Municipal, bem como foi criado um link de alertas específicos sobre o tema do consumidor, para o qual durante todo o ano foram enviados alertas pertinentes e atuais.



Execução do Plano de Atividades

PÚBLICO-ALVO	2010		2011	
Atendimento	1407		1400	
Processo de Reclamação	101		134	
	39,60%	Resolução imediata com sucesso	50%	Resolução imediata com sucesso
	38,61%	Pendentes por necessidade de tramitação mais complexa	27,61%	Pendentes por necessidade de tramitação mais complexa
	1,98%	Sem sucesso	5,22%	Sem sucesso
	11,88%	Falta provas Encaminhado para outras entidades	9,7%	Falta provas
	0,99%		5,22%	Encaminhado para outras entidades
	6,93%	Desistência	1,49%	Desistência
Atividades Desenvolvidas	Dia Mundial dos Direitos do Consumidor Ação conjunta a nível Nacional com a Direcção Geral do Consumidor · 15 março	300 Pessoas	Ação Conjunta com a ANACOM – Esclarecimentos sobre a TDT ·	60 pessoas
	- 2º. Ciclo de Conferencias Direitos do Consumidor		Dia dos Encontros da Escola Augusto Gomes	90 pessoas
	· 19 março	30 Pessoas	Workshop CNO	120 pessoas
	· 26 março	45 Pessoas		
Visitas ao CIAC	Escola Secundária da Senhora da Hora	18 Alunos	Escola Secundária da Senhora da Hora	24 Alunos
	Escola Secundária Augusto Gomes	22 Alunos	Escola Secundária da Senhora da Hora	23 Alunos

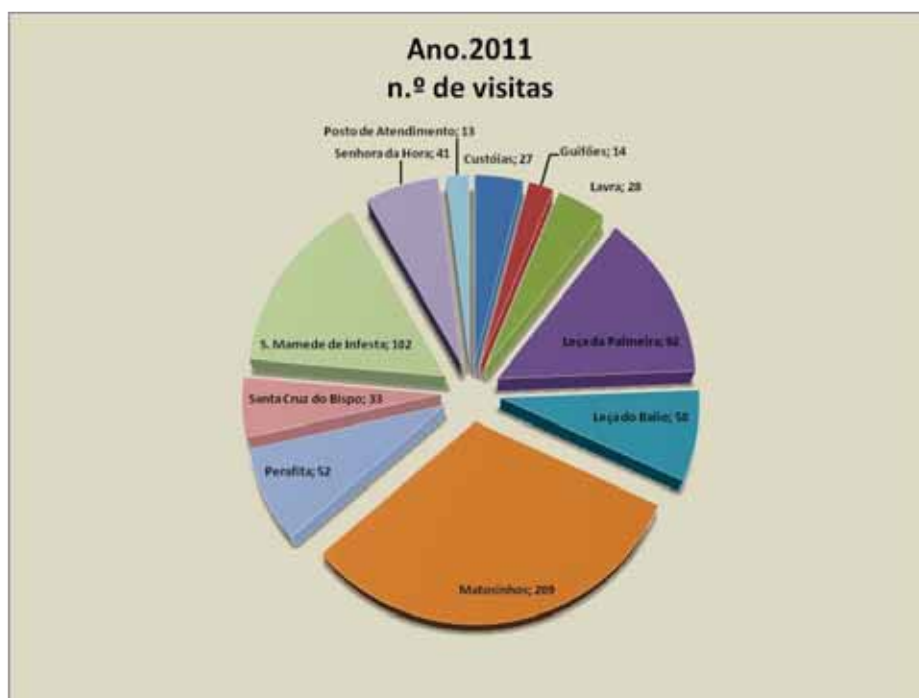
Execução do Plano de Atividades

Metrologia

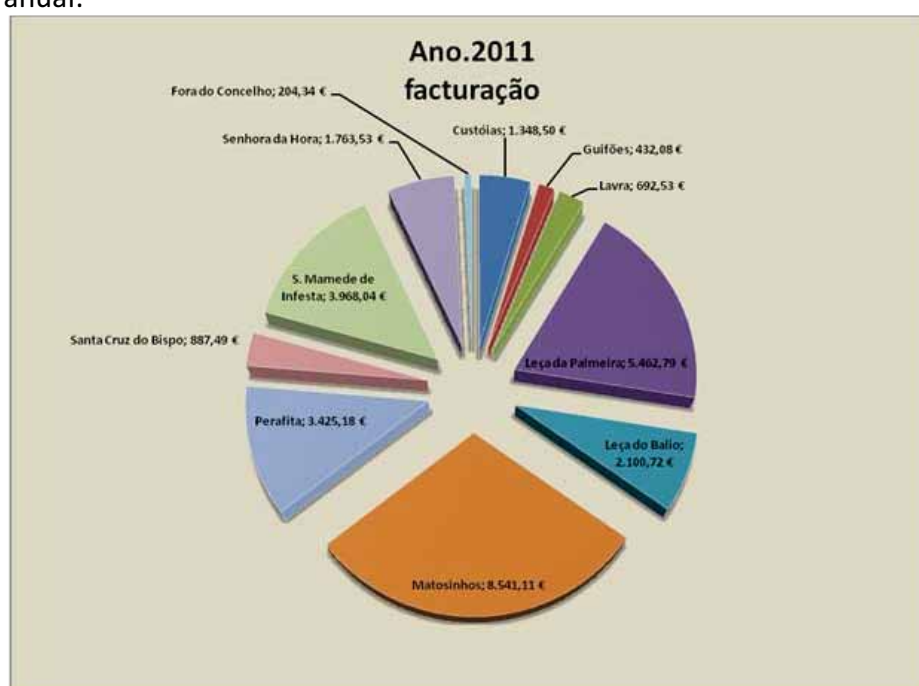
Relativamente ao **controlo metrológico** na área geográfica do município, após dotar o Serviço Municipal de Metrologia de ferramentas informáticas, melhorando desta forma o planeamento do serviço, procede-se agora à recolha de dados caracterizadores do tecido empresarial do concelho.

Apesar de tal ainda não ter sido possível, continua a ser objetivo a cobertura integral do território do concelho de Matosinhos.

N.º de visitas por freguesia:



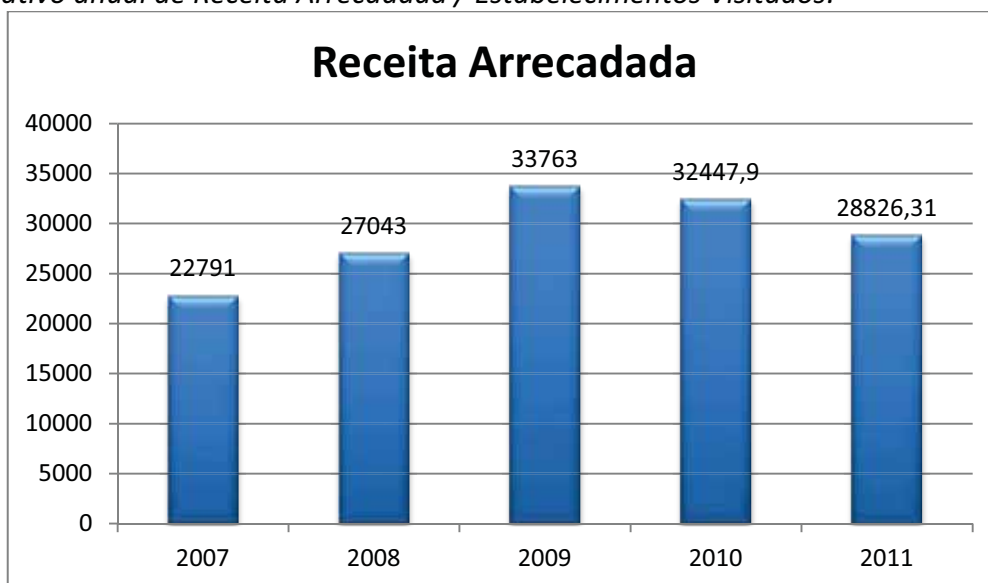
Faturação anual:





Execução do Plano de Atividades

Comparativo anual de Receita Arrecadada / Estabelecimentos Visitados:



Pode-se verificar que em 2010 e 2011 terá havido um decréscimo da receita. Contudo, este valor em 2010 mereceu um decréscimo:

1. Quanto à Receita:

as Taxas de Controlo Metrológico obedecem às disposições impostas pelo MINISTÉRIO DA ECONOMIA E DA INOVAÇÃO; O Instituto Português da Qualidade, I. P. (IPQ), é, nos termos da sua Lei Orgânica, aprovada pelo Decreto -Lei n.º 142/2007, de 27 de Abril, a instituição nacional de metrologia, a qual é responsável pela actividade de controlo metrológico.

2. Quanto ao n.º de Visitas:

Tal como no ano anterior, foi dada prioridade aos estabelecimentos comerciais denominados “grandes superfícies” implicando que ao mesmo pedido de visita, dado o grande número de balanças a aferir, ficassem os 2 técnicos condicionados ao ponto de trabalho.

Execução do Plano de Atividades

Mercados

Nos mercados é efetuado um serviço de fiscalização diária e constante, permitindo aos utentes ter confiança nos produtos adquiridos tanto a nível de higiene e qualidade como de preços.

Em simultâneo, é também feita a gestão de conflitos, a gestão de limpeza e higienização das áreas públicas, gestão e manutenção dos bens patrimoniais, preenchimento dos formulários diários e a sua informatização.

Em Março foi realizada a exposição de plantas alusivas à Primavera.

Em Abril exposição de plantas e adornos alusivos à Páscoa.

Em Dezembro foi feita a decoração alusiva ao Natal – nomeadamente a colocação e adorno das árvores de Natal e o Presépio no Mercado de Matosinhos.

Ao longo do ano foram realizadas diversas animações:

Concertos, danças, com a participação da Escola Alberta Lima e da Escola JustMove, fados, tendo estas atividades tido um enorme sucesso e adesão por parte dos clientes e operadores dos Mercados.

No Mercado de Matosinhos foi dado um grande salto qualitativo, procedendo-se à reorganização do *layout* dos espaços de venda de hortícolas e frutícolas. Esta alteração funcional possibilitou uma agregação por sectores e um melhor aproveitamento de áreas que originou também a libertação de espaço necessário à Incubadora de Empresas e projetos, a nascer em 2013.



Receita, Património e Compras

RECEITA

O grande desafio colocado em 2011 ao Departamento Financeiro, concretamente à Divisão da Receita, foi o da adaptação das aplicações informáticas à entrada em vigor do Regulamento de Taxas e Outras Receitas Municipais.

O Regime Geral das Taxas das Autarquias Locais (RGTL), Lei 53-E/2006, previa a elaboração de um Regulamento de taxas e outras receitas municipais que cumprisse o estipulado no RGTL e que teria que entrar em vigor até 1 de Maio de 2010.

Assim, e dando cumprimento ao estipulado na legislação mencionada foi elaborado o Regulamento de Taxas e outras Receitas Municipais (RTORM).

A entrada em vigor deste Regulamento obrigou a uma adaptação das aplicações informáticas de Publicidade e Ocupação da Via Pública (OVP) e de Cemitérios de modo a estarem preparadas para a renovação das licenças a ocorrer durante os meses de Fevereiro e Março de 2011.

O RTORM introduziu alterações no método do cálculo das taxas de publicidade e OVP, passando estas a ser calculadas em função da área que ocupavam, sem que houvesse lugar a quaisquer arredondamentos.

Também, de acordo com este Regulamento, as legendas em toldos e a publicidade em viaturas passaram a ser taxadas em função da área ocupada quando anteriormente o valor cobrado era em função do nº de legendas/viaturas existente independentemente da área ocupada.

Todas estas alterações obrigaram a rever, licença a licença, quer as dimensões quer a fórmula de cálculo. Para tal, os colaboradores desta unidade orgânica trabalharam, afincadamente, durante cerca de 3 meses quase em regime de exclusividade para esse fim.

Posteriormente e por deliberação da Assembleia Municipal de 28/04/2011, foi aprovada a prorrogação do prazo de cobrança da renovação das licenças de publicidade e/ou ocupação da via pública até ao dia 13 de Maio.

Com este alargamento do prazo de cobrança e, na sequência de um protesto apresentado pelos comerciantes, sobre o valor das taxas devidas pela publicidade em edifícios, efetuou-se um balanço ao nº de licenças pagas, canceladas, reclamações apresentadas, e um estudo de novos limites possíveis.

Atendendo ao n.º total de licenças com anúncios das diferentes dimensões (TX166 e TX167), e ao facto dos que se situavam entre os 2 m² e os 4 m² representarem cerca de 11% do n.º total de licenças, foram alterados os limites das áreas aumentando o limite de 2m² para 4m² visto que o impacto em termos de receita liquidada representava um decréscimo, para a autarquia, de cerca de 22 mil euros e um grande benefício para os requerentes.

Outro desafio levado a cabo pela Divisão da Receita foi a introdução da guia coletiva na cobrança de receita quer na renovação das licenças de publicidade e OVP quer na emissão de novas licenças.

Haverá que salientar um marco extremamente positivo em 2011, e que se manifestou numa simplificação visível na vida dos munícipes: a introdução, em Junho, da referência multibanco como forma de pagamento das licenças de publicidade e OVP. Esta modificação, efetuada em parceria com o GTI, obrigou a novas alterações nas aplicações informáticas, mas traduziu-se num enorme passo no relacionamento com os munícipes que demonstraram grande adesão a esta nova forma de pagamento.

Execução do Plano de Atividades

Sucintamente, apresentam-se alguns indicadores de atividade, relativos ao ano de 2011, bem como a sua variação face a 2010, no âmbito desta Divisão.

Publicidade e Ocupação da Via Pública	2010	2011	variação %
Processos Novos	892	1288	44%
Licenças Emitidas	5321	5549	4%
Averbamentos	76	48	-37%

	2011
% Receita Publicidade no Total de Impostos Indiretos e Taxas	5%
% Receita OVP no Total de Impostos Indiretos e Taxas	28%
% Receita de Loteamentos e Obras no Total Impostos Ind. Taxas	44%

Cemitérios	2010	2011	variação %
Transladações/Exumações	157	145	-8%
Averbamentos de Jazigos	25	30	20%
Inumações	568	348	-39%
Concessão e revalidação de ossários	1454	1498	3%

Tanatório Municipal de Matosinhos	2010	2011	variação %
Nº Cremações Residentes/Naturais	122	219	80%
Nº cremações n/residentes	65	165	154%
Cremação de ossadas	20	27	35%
Colocação de cinzas nos columbários	42	54	29%
Colocação de cinzas em jazigos	46	10	-78%
Concessão revalidação columbários	16	44	175%
Ocupação capela	58	92	59%

Variação da Receita de Cemitérios face a 2010	79%
% Cremações face ao total de Óbitos	52%
% Ocupação columbários existentes	46%

Licenças Diversas	2010	2011	variação %
Lixos Industriais e Comerciais	230	426	85%
Emissão de Licença de Ruído	121	150	24%
Emissão de cartões de Residente	225	203	-10%
Emissão de licenças de táxis	27	18	-33%

Variação da Receita Recolha Resíduos Sólidos face a 2010	-27%
--	------

Ciclomotores/Motociclos	2010	2011	variação %
Licenças de condução	118		-100%
Averbamentos	18	0	-100%
Emissão de 2ªs vias	15	8	-47%

Assuntos Diversos	2010	2011	variação %
Guias de diversos assuntos	560	445	-21%
Guias de caniços	254	435	71%

Variação Receita Serv. Culturais (Constantino Nery) face a 2010 64%

Atividades Diversas	2010	2011	variação %
Fogueiras e Queimadas	8	6	-25%
Realização de Divertimentos Públicos	11	19	73%
Vendedor Ambulante Lotarias	1	1	0%
Licenças de Exploração	46	21	-54%

Certidões de Dívida	Nº	Valor	% Cobrada	Valor cobrado
	107	426.439,64	25%	5.835,42

Execução do Plano de Atividades

COMPRAS E APROVISIONAMENTO

No ano de 2011 foi efetuada uma clara aposta na utilização da plataforma de contratação pública eletrónica e num crescente conhecimento das especificidades e necessidades dos serviços.



De acordo com os indicadores de gestão implementados na unidade orgânica, destacam-se os seguintes fatores:

1. Da análise comparativa das aquisições efetuadas, entre os anos de 2010 e 2011, é possível constatar uma diminuição de 4.754.025,47€ no volume de aquisições, o que traduz uma diminuição de 71%. Na base desta redução está o concurso público internacional efetuado em 2010 para a aquisição de refeições escolares, destinadas às escolas do concelho, e que inflacionou de forma significativa este indicador.
2. Nos procedimentos aquisitivos efetuados no âmbito da plataforma de contratação pública eletrónica, verificou-se uma maior capacidade negocial, o que permitiu à logística das compras desenvolver os seus processos de contratação de uma forma célere, e com um valor inferior ao inicialmente previsto. Atendendo ao valor expurgado do das refeições escolares referido no ponto anterior, constata-se que houve uma diminuição de 718.863,38€, o que se traduz numa redução comparativa entre os dois anos de 27%.
3. Face ao valor inicialmente orçamentado e que constitui o valor base de abertura dos procedimentos verificou-se uma poupança de 13% nas aquisições contratualizadas.
4. No que diz respeito às requisições emitidas ao longo do ano de 2011, constata-se que 97% das requisições foram satisfeitas e apenas 1% foi alvo de devoluções internas. A obtenção destes valores só foi possível graças a uma permanente articulação com os serviços da autarquia e a um eficaz diagnóstico das suas necessidades.
5. As devoluções aos fornecedores não apresentam qualquer significado face ao valor das encomendas efetuadas, apresentando um valor significativamente inferior a 1%, justificado pelo rigor apresentado na elaboração de cadernos de encargos e no acompanhamento da encomenda.
6. O desvio de 0,8% detetado no inventário, deve-se principalmente a bens que pela sua natureza e especificidade são extremamente difíceis de contabilizar, o que demonstra uma crescente preocupação no rigor demonstrado na elaboração de inventários.

Execução do Plano de Atividades

Indicadores	N.º	Valor	Valor médio	Peso
Valor total de compras efectuadas	355	1.936.783,74 €	5.455,73 €	100%
Ajuste Direto Regime Simplificado	319	332.174,93 €	1.041,30 €	17%
Ajuste Direto Regime Normal	32	720.487,54 €	22.515,24 €	37%
Concurso Público	3	261.463,29 €	87.154,43 €	13%
Acordo Quadro	1	622.657,98 €	622.657,98 €	32%
% Processos Aquisitivos tramitados via PEC - Vortal Gov	22	1.325.450,97€	60.247,77 €	68%
Variação do valor de compras face a 2010	404	-4.754.025,47 €	-11.767,39 €	-245%
Encomendas efectuadas	355	1.936.783,74 €	5.455,73 €	100%
% Poupança (Valor orçamentado/Valor compras)		1.678.069,55 €		87%
% Requisições Satisfeitas	3.913	1.920.284,38 €	490,74 €	97%
Devoluções internas	46	53.092,29 €	1.154,18 €	1%
% devoluções internas	1%			
Devoluções aos fornecedores	3	32.631,49 €	10.877,16 €	0,07%
% Devoluções aos fornecedores	0,07%			
Valor de stock médio			345.472,33 €	
% de artigos em rutura de stock	3.122			29,9%
Taxa de rotação do stock				5,56
Desvios detetados no inventariado	87	6.167,42 €	70,89 €	0,8%
Monos	181	4.547,92 €	25,13 €	2%
Reclamações a fornecedores (de bens)	1	24.043,65 €	24.043,65 €	0,3%

PATRIMÓNIO MUNICIPAL E INVENTÁRIO

A Divisão de Património Municipal e Inventário (DPMI) tem por missão o inventário, arrolamento cadastro dos bens móveis e imóveis do Município de Matosinhos em cumprimento dos critérios estabelecidos no POCAL e CIBE, bem como o apoio ao notariado privativo do município, responsável pela elaboração dos atos notariais nos quais o município seja parte, bem como na elaboração de contratos de prestação de serviços, fornecimentos e empreitadas.

O município de Matosinhos é detentor de um vasto património imóvel, tendo a DPMI como atribuição a sua regularização, nomeadamente o corrigindo falhas na inventariação inicial, criando bases de dados de imóveis municipais e, em parceria com o GEPE, procedendo à sua georreferenciação.

Outro vetor importante na área de atuação da DPMI prendeu-se com a regularização dos imóveis junto das matrizes prediais, bem como da conservatória do registo predial, efetuando os averbamentos e registos do património imóvel do município.

Constituiu também objetivo desta unidade orgânica efetuar a compilação de todos os imóveis municipais cedidos a diversas instituições, formalizando essas cedências através da celebração de contratos de comodato, e uniformizando os termos de utilização desse património.

Procedeu-se ainda, em parceria com a MatosinhosHabit, à constituição de propriedade horizontal do património habitacional do município, encontrando-se, neste momento, constituída em propriedade horizontal cerca de 80% dos fogos municipais.

Execução do Plano de Atividades

Procedeu-se à divulgação do Regulamento do Património Inventário e Cadastro do Município de Matosinhos junto dos restantes unidades orgânicas informando quais os procedimentos a adotar no que concerne ao abate e transferência de bens, tendo em vista uma gestão eficiente e racional do património.

Foi informatizado o arquivo de escrituras notariais do município desde 1977, tendo ainda o objetivo de incluir neste trabalho os livros notariais que se encontram no arquivo histórico municipal.

Infra apresentam-se alguns indicadores da atividade desenvolvida no decurso do exercício de 2011.

Indicadores	N.º	Valor
Bens Móveis inventariados	3.329	13.549.500,36
Bens Imóveis inventariados	677	34.262.817,59
Abates bens móveis	1.578	181.613,48
Abates bens imóveis	99	5.597.676,04
Aumento do ativo referente ao exercício anterior		72.228.179,85
Variação do ativo face a 2010		51.335.016,78
Transferências e abates		20.140.695,88
Contratos celebrados	121	12.735.823,31
Contratos Aquisição de bens/ licenças	4	654.094,72
Contratos Empreitadas	44	6.119.392,45
Contratos Fornecimentos	11	875.812,79
Contratos Locação	4	513.008,20
Contratos Prestação de Serviços	58	4.573.515,15
Escrituras Pública	18	7.728.040,06
Escrituras Públicas em que Município é comprador	4	198.990,50
Escrituras Públicas em que Município é vendedor	2	60.131,17
Constituição de direitos de superfície	4	544.498,15
Constituição de propriedade horizontal	7	4.384.476,76
Hipotecas constituídas a favor do Município (caução)	1	2.539.943,48
Registos efetuados junto da Conservatória	392	
Autos de expropriação amigável (APDL)	15	
Propriedades horizontais constituídas	7	
Contratos sujeitos a fiscalização prévia do Tribunal de Contas enviados em 2011	11	40.195.393,60
Contratos sujeitos a fiscalização prévia do Tribunal de Contas transitados de 2010	17	10.694.479,84
Contratos visados em 2011	22	41.381.694,57
Contratos com visto recusado em 2011	1	4.980.000,00
Contratos com visto tácito em 2011	0	
Contratos retirados pelo Tribunal Contas	1	1.380.000,00

Projetos e Obras

INVESTIMENTO E INFRAESTRUTURAS MUNICIPAIS

TRABALHOS REALIZADOS PELA DPO e DFO

No âmbito das competências atribuídas ao Departamento de Investimento e Infraestruturas Municipais procedeu-se à elaboração de vários projetos nas várias áreas de intervenção do Município bem como a fiscalização das respetivas obras de construção e conservação tanto de arruamentos, edifícios de habitação e equipamentos sociais, com acrescidas preocupações de sustentabilidade – energética e ambiental.

Tendo presentes estas preocupações e dando cumprimento às orientações inscritas no Plano de Actividades aprovado, concretizou-se em 2011 um conjunto significativo de objectivos nas diferentes áreas de actividade municipal, envolvendo os serviços municipais, quer na concepção dos projectos, quer no acompanhamento técnico da sua boa execução, bem como na concretização dos empreendimentos na sua fase de obra.



1. CENTROS CÍVICOS

Foram desenvolvidas várias obras/projetos nos centros das Freguesias de forma a melhorar as condições de acessibilidade dos municípios ou colmatar falhas detetadas nos equipamentos públicos ou ainda concretizar obras de conservação/reabilitação dos edifícios existentes.

Obras Concluídas:

— Reabilitação do Centro Cívico de Matosinhos

Obras em Curso:

— Quarteirão do Matadouro Municipal

Projetos Concluídos aguardam abertura de Concurso:

— Centro Social de Perafita

Projetos em execução:

— Praça do Padrão da Légua

— Loja do Cidadão

— Centro Cívico de Matosinhos auditório

— Quartel da GNR de Matosinhos

2. EDUCAÇÃO

Como é sabido a Educação tem sido uma das prioridades da Câmara no presente mandato tendo como objetivo a Eliminação do Abandono Escolar e a Promoção do Sucesso Escolar. Foi tendo em conta esta opção estratégica e numa linha de continuidade em relação aos anos anteriores que foram desenvolvidos os projetos municipais.

No que diz respeito a outras atividades podemos salientar o reforço no processo de requalificação das Escolas do 1.º Ciclo do Ensino Básico e dos estabelecimentos de educação pré-escolar. O acompanhamento do reordenamento da rede escolar ao nível do 1.º CEB e dos Jardins de Infância, bem como a renovação dos espaços já existentes, com instalações cobertas para a prática da educação física e do desporto, de espaços para a instalação das cantinas, bibliotecas, centros de

Execução do Plano de Atividades

recursos, equipamentos informáticos e de novas tecnologias de informação e comunicação, é uma tarefa prioritária, para que, o processo de ensino e aprendizagem seja cada vez mais um desafio à implementação e desenvolvimento de boas práticas. É de salientar as obras de ampliação/reconversão dos seguintes equipamentos:

Obras Concluídas:



- Escola EBI/JI Matosinhos
- Escola EB1/JI de S. Gens em Custóias
- Escola EB1/JI do Padrão da Légua
- Escola EB1/JI das Ribeiras em Perafita
- Escola JI de Perafita
- Jardim-de-Infância de Angeiras

Obras em concurso:

- Escola EB1/JI de Leça da Palmeira
- JI do Seixo – S. Mamede de Infesta
- Escola EB/JI Passos Manuel
- Escola EB/JI da Igreja Velha
- Escola EB/JI do Estádio do Mar

Obras em Curso:

- Escola EB1/JI da Lomba em Guifões
- Escola EB1 da Praia, Leça da Palmeira
- Escola EB1 de Santiago – Custóias (2ª fase)

Projeto:

- Escola EB1 da Barranha



3. CULTURA

Durante o ano de 2011 a Autarquia de Matosinhos manteve, e em muitos aspetos reforçou, o papel de destaque que possui no panorama cultural da Grande Área Metropolitana do Porto.

Execução do Plano de Atividades

Obras Concluídas:

— Obras de Conservação da Casa de Juventude de Matosinhos

Projetos em execução:

— Construção do Monumento ao Operário Conserveiro

— Rancho de S. Mamede de Infesta



— Bibliotecas de Praia

— Salão Paroquial S. Mamede

— Centro social Padre Ramos - Acesso

4. DESPORTO

O ano de 2011 foi marcado pela conclusão da construção de novos equipamentos desportivos, pelo lançamento de novos projetos e pela requalificação de vários equipamentos desportivos, abrindo perspectivas de mais e melhores serviços a toda a comunidade.

Obras em curso:

— Sede da Associação C+S Lavra

Projetos em execução:

— Reconstrução de parte da Bancada do Estádio do Mar para permitir a execução do novo arruamento de ligação da Cruz do Pau à Barranha

5. AÇÃO SOCIAL E SAÚDE

O alargamento da rede de equipamentos sociais através da construção/ampliação, aquisição, e manutenção de equipamento de instalações, foi mais uma das prioridades deste Município neste sentido, em 2011 foram realizadas e deram-se seguimento às seguintes intervenções:

Obras Concluídas:

— Creche e Centro de Convívio de Custóias - (Candidatura ao programa Pares)

— Creche de S. Mamede de Infesta



Execução do Plano de Atividades

Obras em Curso:

- Centro de Dia Guerra Junqueiro
- Creche de Leça da Palmeira

Obras em concurso:

- Residência Sénior da Senhora da Hora

Projetos:

- Centro de Dia Florbela Espanca

6. AMBIENTE

O projeto de Requalificação da Orla Costeira de Matosinhos estende-se por 16 quilómetros de praias, cada uma das quais com características singulares. Com este projeto de reordenação costeira, marcado pela implementação de um conjunto de intervenções, pretende-se unificar e interligar as zonas balneares que fazem parte do concelho.

Durante o ano de 2011 foram efetuadas as seguintes intervenções:

Obras Concluídas:

- Parque de estacionamento do Cabo do Mundo – complemento a sul
- Zona Piscatória de Angeiras



Obras em Curso:

- Marginal Atlântica Boa Nova – Angeiras
- Troço Cabo do Mundo/Marreco
 - Troço Marreco/Corgo

Obras em concurso:

- ETAR
- Marginal Atlântica Boa Nova – Angeiras
- Troço Angeiras Funtão
- Troço Funtão ao Corgo
 - Troço da Agudela

Execução do Plano de Atividades

- Rotunda Sul
- Ligação A28 à Marginal Atlântica 1ª Fase
- Ligação A28 à Marginal Atlântica 2ª Fase
- Projetos em execução:
- Ribeiro da Reguinha
- Passadiços de Apoio à Mobilidade Condicionada
- Medidas de salvaguarda Proteção Costeira
- Interpretação da Orla Costeira – Espaços Lúdicos e Pedagógicos
- Passadiços da Praia da Memória



- Passadiços Foz do Rio Onda aos Moinhos do Sol Posto
- Plano de Segurança e Sinalização dos Passadiços
- Passadiços da Orla Costeira – Praia do Facho à Praia da Memória
- Plano de Praia Angeiras Norte – execução de medida do POOC – demolições e renaturalização
- Plano de Praia do Aterro – entrada de praia
- Parque de estacionamento da Praia da Boa Nova

7. ARRUAMENTOS E MOBILIDADE

No âmbito da qualificação urbana, foi dada continuidade ao Programa de Requalificação da rede viária iniciado nos anos anteriores, registando-se a conclusão de algumas importantes obras e o desenvolvimento e/ou o início de outras.

Obras concluídas:

- Rua da Barranha
- Requalificação da Rua Azenha de Cima
- Pavimentação dos arruamentos de Monte Pedroso – Perafita

Obras em concurso:

- Rua da Cruz de Pau em Matosinhos
- Arruamentos envolventes à EB1/JI da Quinta do Vieira
- Arruamentos envolventes à EB1/JI de Matosinhos



Execução do Plano de Atividades

- Arruamentos envolventes à EB1/JI do Padrão
- Projetos em execução:
- Rampa Hospital Pedro Hispano
- Rua França Júnior em Matosinhos
- Rua de Antela em Lavra
- Rua da Boa Hora – Guifões
- Rua Joaquim Neves dos Santos – Guifões
- Ligação entre a Barranha e a Cruz de Pau
- Arranjo Urbanístico Praça do Padrão da Légua
- Arruamentos envolventes à EB/JI de Leça da Palmeira
- Rua Alfredo Cunha
- Ligação da A28 à Petrogal
- Rua Santos Dias
- Acesso Pedonal ao Centro Social e Paroquial do Araújo
- Prolongamento da Rua de Santana à Av. Dr. Fernando Aroso



8. EDIFÍCIOS MUNICIPAIS

Obras concluídas:

- Conjunto Habitacional de S. Gens II

Obras em curso:

- Conjunto Habitacional Real de Cima
- Conjunto Habitacional do Estádio do Mar II
- Remodelação do Auditório e empresas A e B localizadas no Antigo Matadouro Municipal

Obras em concurso:

- Conjunto Habitacional da Biquinha – 4ª fase
- Espaço Quadra – Inovação e criatividade



9. CEMITÉRIOS

Foram efetuadas várias intervenções de obras/projetos em vários cemitérios.

Obras em Concurso:

— Construção da Capela Mortuária de Lavra

Projetos em execução:

— Projeto de consumpção aeróbia no cemitério de Sendim

— Estudo das Acessibilidades ao Cemitério nº2 de Leça da Palmeira

10. GERAIS

Foram realizadas várias obras nomeadamente:

— Obras Coercivas RJEU

— Ramais de Alimentação de Energia Elétrica

— Infraestruturas de Distribuição de Energia Elétrica

Projetos em execução:

— Projetos de Segurança contra incêndios em vários edifícios Municipais

— Planos de Segurança e Saúde PSS para todos os projetos em curso

— Planos de Prevenção e Gestão de Resíduos de Construção e Demolição.

TRABALHOS REALIZADOS PELA DGIVP EM 2011

Para além dos trabalhos que consideramos mais relevantes houve também outros que foram produzidos diariamente, como a fiscalização de algumas obras na via pública, reuniões com projetistas de loteamentos, ou fornecimento de elementos de cadastro de águas pluviais, etc.

EMPREITADAS

- GESTÃO DE REDES DE ÁGUAS PLUVIAIS - EXECUÇÃO DE RAMAIS DE LIGAÇÃO DE ÁGUAS PLUVIAIS - FREGUESIAS DE MATOSINHOS, SRA. DA HORA, GUIFÕES, CUSTÓIAS, S. MAMEDE DE INFESTA, LEÇA DO BALIO E STA. CRUZ DO BISPO



- MOBILIDADE EM MATOSINHOS - SINALIZAÇÃO LUMINOSA E EQUIPAMENTOS - EXECUÇÃO DE SISTEMAS SEMAFÓRICOS



Relatório de Gestão

2011

Relatório de Gestão

1. RESUMO

O ano 2011 ficou marcado por ter apresentado, quer ao nível da receita, quer ao nível da despesa, uma taxa de execução acima dos 60%. Se desagregarmos as receitas e despesas em correntes e capital, podemos concluir que foram as receitas correntes e as despesas correntes que mais contribuíram para o total do seu agregado, representando respetivamente 72,8% e 61% do seu valor total, sendo as receitas correntes superiores às despesas correntes. Desta forma, em 2011, gerou-se uma poupança corrente na ordem dos 12,5 milhões de euros.

Assim, contra os 106.126.391,90 euros de 2010, o montante de receita arrecadada em 2011 ascendeu a 117.903.714,20 euros, o que corresponde a um aumento de 11,1%, variação esta decorrente quer da receita corrente, quer da receita de capital. Este acréscimo deveu-se sobretudo ao aumento da receita arrecadada nas rubricas de Transferências de Capital e Passivos Financeiros, proveniente de candidaturas de fundos comunitários e nacionais e respetivos financiamentos bancários, para financiamento da construção / reabilitação de escolas, de conjuntos habitacionais, da orla costeira e marginal atlântica. Também é importante realçar que a receita própria representa 50,2% da receita total, contra 49,8% da receita alheia, o que demonstra uma certa autonomia financeira. O saldo de gerência transitado de 2010 foi de 5.595.816,49 € que, acrescido à receita arrecadada em 2011, perfaz o valor de 123.499.530,69 €.

No que se refere à despesa executada assistiu-se a uma evolução no mesmo sentido ao observado para a receita, ou seja, um crescimento da ordem dos 13,7% - e que se deve exclusivamente às despesas de capital que apresentaram uma taxa de crescimento, face ao ano 2010, de 26,7%. Ao contrário do que tem ocorrido nos anos anteriores, o capítulo mais representativo passou a ser o da Aquisição de Bens de Capital, com um peso de 28,6% face ao total da despesa em vez das rubricas de Despesas com Pessoal e Aquisição de Bens e Serviços que se situaram no patamar dos 25,9% e 25,2% respetivamente.

No que concerne à repartição da despesa global paga, no montante de 120.281.150,73 euros, pelos planos e funcionamento, verifica-se que, cerca de 60,89% foi afeta às Grandes Opções do Plano (GOP's), com a distribuição de 28,63% para o Plano Plurianual de Investimentos (PPI) e, 32,26% para o Plano de Atividades Municipais (PAM), e os restantes 39,11% para as despesas de funcionamento.

Sinteticamente, no que respeita às GOP's, que absorveram cerca de 73,2 milhões de euros do total da despesa paga, o destaque vai, à semelhança do ano anterior, para as "Funções Sociais", as quais representaram cerca de 73% daquele valor, sendo de salientar a percentagem atingida pelos itens "Educação" e "Habitação e Serviços Coletivos", que se demarca dos demais, representando 33,4% e 30,4% dos fundos afetos aos dois Planos (PPI e PAM).

Finalmente, uma referência aos limites legais de endividamento, os quais não só se mantêm inviolados, como ainda se situam em patamares relativamente confortáveis.

2. RECEITA

2.1. Execução Orçamental da Receita

O confronto entre a receita orçada e executada no ano económico de 2011 está evidenciado no quadro seguinte. Verifica-se que os valores efetivamente disponibilizados ao longo desta gerência ficaram aquém dos valores previstos, seja no orçamento ordinário seja no resultante das suas modificações orçamentais ao longo do exercício. De facto, tomando este último como referência, verifica-se que dos 190.609.006,95 euros estimados, apenas se confirmaram 117.903.714,20 euros, havendo por conseguinte lugar a um desvio de 72.705.292,75 euros, a que corresponde uma taxa de execução global da ordem dos 61,9%.

De notar que, caso nos valores executados se se fizesse a inclusão do saldo de tesouraria que transitou do ano anterior, 5.595.818,49 euros, tal não só faria sentido, como beneficiaria o rácio em questão, já que o mesmo valor também aparece a agravar os valores da previsão corrigida ou final. Nesta eventualidade, o valor executado seria de 123.499.530,69 euros e a respetiva taxa seria um pouco mais alta e ascenderia a 65%. Se por outro lado tomarmos como referência o orçamento ordinário, a taxa de execução situar-se-ia nos 60,7%.

Já agora estabelecendo o diferencial entre o orçamento original e o corrigido por via das modificações orçamentais verifica-se que o seu valor relativo é reduzido, cerca de 2%. Este diferencial que se salda num total de 3.615.993,05 euros resulta sobretudo da incorporação do saldo da gerência anterior, no montante de 5.595.816,49 euros, mas também de alguns ajustamentos efetuados, nomeadamente no capítulo da venda de bens de investimento, uma redução de 7.477.179,99 euros, e nos dois capítulos das transferências, os quais totalizaram uma diminuição de 320.530,51 euros. O capítulo da “Outras Receitas Correntes” viu também reduzida a sua dotação em cerca 2,3 milhões de euros.

Relatório de Gestão

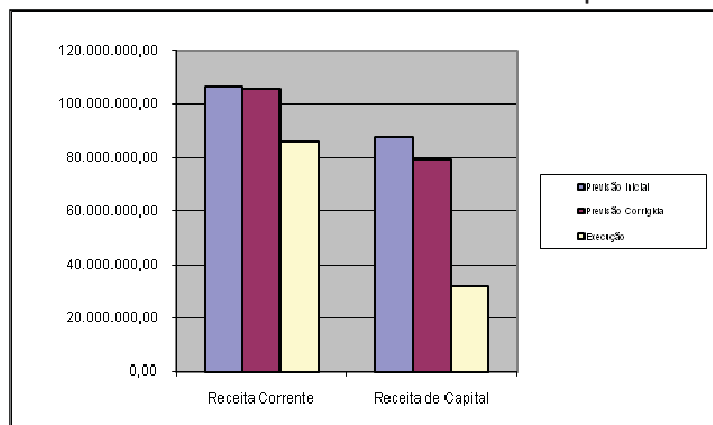
Quadro n.º1 Execução da Receita

(Un: Euros)

Capítulos	Previsão Inicial (a)	Previsão Corrigida (b)	Execução (c)	Desvio	% Exec. (c)/(a)	% Exec. (c)/(b)
				(c)-(b)		
Receitas Correntes	106.522.292,00	105.855.036,80	85.857.432,01	-19.997.604,79	80,6	81,1
01 Impostos diretos	45.347.799,00	45.347.799,00	41.825.051,78	-3.522.747,22	92,2	92,2
02 Impostos Indiretos	21.799.908,00	21.799.908,00	3.873.677,88	-17.926.230,12	17,8	17,8
04 Taxas, Multas e Outras Penalidade	1.576.064,00	1.576.064,00	2.490.479,78	914.415,78	158,0	158,0
05 Rendimentos de Propriedade	3.328.052,00	3.328.052,00	3.580.946,41	252.894,41	107,6	107,6
06 Transferências Correntes	24.443.429,00	26.076.173,80	26.940.734,25	864.560,45	110,2	103,3
07 Vendas de Bens e Serviços Correntes	5.318.395,00	5.318.395,00	6.797.339,29	1.478.944,29	127,8	127,8
08 Outras Receitas Correntes	4.708.645,00	2.408.645,00	349.202,62	-2.059.442,38	7,4	14,5
Receitas de Capital	87.702.708,00	79.158.151,66	31.984.775,06	-47.173.376,60	36,5	40,4
09 Vendas de Bens de Investimento	22.698.917,00	15.221.737,01	221.420,00	-15.000.317,01	1,0	1,5
10 Transferências de Capital	38.814.018,00	37.501.803,71	20.830.653,01	-16.671.150,70	53,7	55,5
11 Ativos Financeiros	43.150,00	43.150,00	50.768,36	7.618,36	117,7	117,7
12 Passivos Financeiros	25.312.482,00	25.557.319,94	10.789.808,72	-14.767.511,22	42,6	42,2
13 Outras Receitas de Capital	834.141,00	834.141,00	92.124,97	-742.016,03	11,0	11,0
Outras Receitas	0,00	5.595.818,49	61.507,13	-5.534.311,36	0,00	0,00
14 Recursos Próprios Comunitários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,0	0,0
15 Reposições não Abatidas nos Pagamentos	0,00	2,00	61.507,13	61.505,13	0,0	3075356,5
16 Saldo da Gerência Anterior	0,00	5.595.816,49	0,00	-5.595.816,49	0,0	0,0
Total da Receita	194.225.000,00	190.609.006,95	117.903.714,20	-72.705.292,75	60,7	61,9

No que respeita agora às taxas de execução e tomando como referência os valores do orçamento final, previsão corrigida, sobressai de imediato um comportamento bastante assimétrico nos dois grandes grupos da receita, isto é, na Receita Corrente e de Capital. De facto enquanto a Receita Corrente consumada apresenta uma taxa de execução que ultrapassa muito ligeiramente os 80%, situando-se nos 81,1%, a receita de capital ficou-se pelos 40,4%. Ou seja, a taxa de execução da receita corrente foi sensivelmente o dobro da de capital.

Gráfico 1
Receita Corrente versus Receita de Capital



Da análise da execução das **Receitas Correntes** pode-se constatar a excelente performance a nível dos Taxas, Multas e Outras penalidades, Rendimentos de

Relatório de Gestão

Propriedade, Transferências correntes e venda de bens e serviços correntes e outras receitas correntes, todas elas com taxas de execução iguais ou superiores a 100%. O mesmo não se poderá dizer relativamente às rubricas de Impostos Indiretos, que teve uma taxa de execução de apenas 17,8%. Relativamente aos Impostos Diretos, considerando que a sua previsão é efetuada com base na média da cobrança dos 24 meses que antecedem a elaboração do orçamento, é importante realçar que a taxa de execução passou de 90,6%, em 2010, para 92,2% em 2011.

O comportamento dos Impostos Indiretos justifica-se pelo facto de não terem sido cobrados os documentos relativos à Ocupação da Via Pública das petrolíferas e da Portgás. Uma vez que a Previsão da receita desta rubrica teve em consideração não só a receita prevista para 2011, mas também parte da dívida acumulada de anos anteriores das empresas petrolíferas, a taxa de execução cifrou-se num valor bastante baixo, já que só se efetivou a cobrança deste imposto, relativamente à dívida da Portgás (1.069.641,45 euros) referente a anos anteriores, apesar de existirem mais acordos do tribunal, favoráveis à Câmara, transitados em julgado.

As **Receitas de Capital** caracterizaram-se por uma execução de 40,4% face às previsões corrigidas, influenciada em parte pela rubrica Vendas de Bens de Investimento, o que pode ser visto positivamente, uma vez que não foi necessário recorrer à venda de ativos para fazer face à Despesa. Também a taxa de execução dos Passivos Financeiros e das Transferências de Capital afetaram este item, sendo de 42,2% e 55,5% respetivamente, devido a atrasos na execução de obras financiadas por estas rubricas e, cumulativamente, atrasos nos pagamentos efetuados no âmbito dos financiamentos comunitários.

No que concerne às **Outras Receitas**, é apenas de mencionar a arrecadação de Reposições não abatidas aos pagamentos em valor superior ao orçamentado.

2.2. Estrutura da Receita

2.2.1. Estrutura Primária - Receita Corrente e de Capital

A receita disponível em 2011 configura uma morfologia em tudo semelhante á observada ao longo dos últimos anos. O quadro seguinte discrimina os valores apurados para os seus capítulos de classificação económica, assim como a expressão relativa de cada um deles no cômputo da receita total, o que nos permite caracterizar sinteticamente a sua estrutura do seguinte modo:

Relatório de Gestão

Quadro n.º2 Estrutura da Receita

(Un:
Euros)

Capítulos	Valor	Peso %
Receitas Correntes	85.857.432,01	72,8
01 Impostos diretos	41.825.051,78	35,5
02 Impostos Indiretos	3.873.677,88	3,3
04 Taxas, Multas e Outras Penalidade	2.490.479,78	2,1
05 Rendimentos de Propriedade	3.580.946,41	3,0
06 Transferências Correntes	26.940.734,25	22,8
07 Vendas de Bens e Serviços Correntes	6.797.339,29	5,8
08 Outras Receitas Correntes	349.202,62	0,3
Receitas de Capital	31.984.775,06	27,1
09 Vendas de Bens de Investimento	221.420,00	0,2
10 Transferências de Capital	20.830.653,01	17,7
11 Ativos Financeiros	50.768,36	0,0
12 Passivos Financeiros	10.789.808,72	9,2
13 Outras Receitas de Capital	92.124,97	0,1
Outras Receitas	61.507,13	0,1
14 Recursos Próprios Comunitários	0,00	0,0
15 Reposições não Abatidas nos Pagamentos	61.507,13	0,1
16 Saldo da Gerência Anterior	0,00	0,0
Total da Receita	117.903.714,20	100,0

1 - Globalmente: Predominância claríssima da receita corrente, a qual representa 72,8% da receita total. Isto é, mais do dobro da Receita de Capital que não vai além dos 27,1%.

2 - Parcialmente:

- 2.1 - Num primeiro plano destacam-se os Impostos Diretos, 35,5%, e transferências com parciais de 22,8% e 17,7%, respetivamente nas suas componentes corrente e de capital.
- 2.2 - Presença que se pode considerar intermédia para os Passivos Financeiros – 9,2%.
- 2.3 - Valores mais discretos para os restantes capítulos, nomeadamente a Venda de Bens e Serviços (5,8%), Impostos Indiretos (3,3%), Rendimentos de Propriedade (3%) e Taxas Multas e Outras Penalidades (2,1%) e finalmente as outras receitas, corrente e capital, 0,4%. Como se pode verificar, o valor total deste grupo de capítulos representa um valor que não atinge os 15% da receita total.

Relatório de Gestão

Quadro nº 3

Desagregação dos Impostos Diretos

(Un: Euros)

Impostos Diretos	2010	Peso %	2011	Peso %	Var.%
Imposto Municipal sobre Imóveis	22.546.318,24	50,86	23.640.903,75	56,52	4,85
Imposto Único de Circulação	2.978.084,90	6,72	3.211.430,78	7,68	7,84
Imp. Mun. s/ Transm. Onerosas de Imóveis	10.503.866,95	23,69	9.130.322,76	21,83	-13,08
Derrama	8.107.357,05	18,29	5.749.284,96	13,75	-29,09
Impostos Abolidos					
Contrib. Autárquica	47.580,77	0,11	47.585,17	0,11	0,01
Imp. Munic. SISA	33.753,37	0,08	45.475,21	0,11	34,73
Imposto Municipal sobre Veículos	30,14	0,00	49,15	0,00	63,07
Contribuição Especial	115.219,62	0,26	0,00	0,00	-100,00
Total	44.332.211,04	100,00	41.825.051,78	100,00	-5,66

Analisando agora o núcleo essencial da Receita – Impostos Diretos – podemos ver que o valor arrecadado diminuiu face ao ano de 2010 em cerca de 2,5 milhões euros, tendo sofrido algumas variações a nível do contributo relativo de cada um dos impostos. Neste sentido, podemos constatar que relativamente ao Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI) e ao Imposto Único de Circulação arrecadados houve um ligeiro acréscimo do seu peso no total das receitas, face ao ano anterior, influenciado pela sua variação positiva face ao ano 2010 de 4,85% e 7,84% respetivamente. Quanto ao Imposto Municipal s/ Transmissões Onerosas de Imóveis e Derrama, o peso de cada um destes itens diminuiu, face ao ano 2010, de 23,69% para 21,83% e 18,29% para 13,75% respetivamente; já os Impostos Abolidos assistiram a um ligeiro acréscimo do seu peso no total das receitas, face ao ano anterior, influenciado essencialmente pelo aumento do contributo do Imposto Municipal de SISA.

Quadro nº 4

Desagregação dos Impostos Indiretos

(Un: Euros)

Impostos Indiretos	2010	Peso %	2011	Peso %	Var.%
Mercados e Feiras	154,56	0,00	0,00	0,00	-100,00
Loteamento e Obras	1.215.983,43	34,53	1.173.138,76	30,28	-3,52
Ocupação da Via Pública	1.729.868,01	49,12	1.739.372,13	44,90	0,55
Publicidade	324.361,11	9,21	713.478,96	18,42	119,96
Outros	251.230,58	7,13	247.688,03	6,39	-1,41
Total	3.521.597,69	100,00	3.873.677,88	100,00	10,00

No que respeita por sua vez aos impostos indiretos, especificados no quadro supra, apesar da sua expressão ser reduzida no cômputo da receita total como já vimos, podemos observar que são as receitas provenientes de loteamentos e obras e também a ocupação da via pública que lideram esta categoria da receita fiscal, totalizando um valor que excede ligeiramente os 75%. Por seu turno, a receita com a publicidade é ainda

Relatório de Gestão

assim responsável por 18,42% da receita total desta categoria, sendo por conseguinte residual a receita associada aos restantes impostos indiretos, não ultrapassando o seu valor cerca de 6,39%. Comparando o ano 2011 com o ano 2010 podemos verificar um ligeiro aumento dos Impostos Indiretos arrecadados de 10% devido essencialmente, como se pode ver no Quadro n.º 4, à receita proveniente de Publicidade que em 2011 cifrou-se em 713.478,96 euros, mais 389.117,85 euros do que no ano 2010. Já as receitas provenientes de loteamento e obras sofreram uma quebra de 3,52%, fruto da crise que tem vindo a assolar o mercado imobiliário e que se tem vindo a repercutir numa quebra do peso relativo deste item no total dos Impostos Indiretos.

No que respeita às transferências com os valores já atrás apontados, a sua relevância é indiscutível não só pelo seu valor mas também porque delas derivam fundos que suportam não só parcelas significativas do investimento, através de candidaturas aprovadas, mas também todo um conjunto de despesas de natureza corrente e que consubstanciam o financiamento de acordos e programas diversos a que faremos referência mais adiante.

2.2.2. Receita Própria e Receita Alheia

Numa ótica que contrapõe a receita própria á alheia, construiu-se o quadro seguinte, que suscita os comentários que sintetizamos:

Quadro nº 5
Receita Própria *versus* Receita Alheia

(Un: Euros)

Receita	Valor	Peso %		
		Rec. Global	Rec. Própria	Rec. Alheia
Própria	59.230.242,73	50,2	100,00	
<i>Fiscal</i>	48.189.209,44	40,9	81,36	
Impostos diretos	41.825.051,78	35,5	70,61	
Impostos Indiretos	3.873.677,88	3,3	6,54	
Taxas, Multas e Outras Penalidades	2.490.479,78	2,1	4,20	
<i>Não Fiscal</i>	11.041.033,29	9,4	18,64	
Rendimentos de Propriedade	3.580.946,41	3,0	6,05	
Venda de Bens e Serviços Correntes	6.797.339,29	5,8	11,48	
Vendas de Bens de Investimento	221.420,00	0,2	0,37	
Outras	441.327,59	0,4	0,75	
Alheia	58.673.471,47	49,8		100,00
Fundos Municipais (FEF/FSM/IRS)	16.686.696,00	14,2		28,44
Outras Transferências	31.084.691,26	26,4		52,98
Ativos Financeiros	50.768,36	0,0		0,09
Passivos Financeiros	10.789.808,72	9,2		18,39
Outras Receitas	61.507,13	0,1		0,10
Total da Receita	117.903.714,20	100,0		

1 – Receita própria e alheia estão, basicamente, equilibradas: 50,2% contra 49,8%, da totalidade dos fundos disponíveis em 2011 respetivamente.

Relatório de Gestão

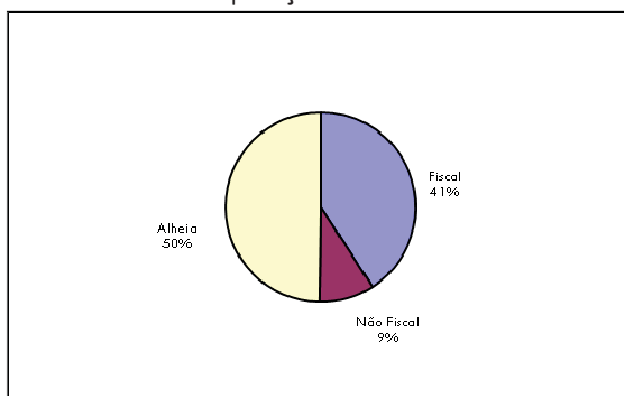
2 – No âmbito da receita própria talvez a primeira ideia-chave é a do predomínio claro da receita fiscal, com 81,36% dos fundos desta categoria. A componente não fiscal fica-se assim pelos 18,64%.

3 - Como seria de esperar os Impostos diretos predominam claramente na receita própria com cerca de 70,61 % dos fundos, representando os Impostos Indiretos e as Taxas cerca 10,74% do seu montante.

4 – No que respeita á receita alheia mais de metade dos seus fundos respeitam ao agrupamento “Outras Transferências”, 52,98%, sendo também expressivas as contribuições dos Fundos Municipais e dos Passivos Financeiros com valores da ordem dos 28,44% e 18,39% respetivamente.

Gráfico 2

Composição da Receita



2.2.3. Composição da Receita Alheia

A receita alheia, corrente e de capital, encontra-se detalhada no quadro seguinte. Como já tínhamos observado a categoria maioritária, 81,42%, é constituída por transferências. Tanto o F.E.F como a participação no IRS, que ascendem a 14.406.552,00 euros e representam cerca de 24,55% dos fundos alheios, não estão consignados a quaisquer despesas específicas. Pelo contrário, as restantes resultam regra geral de acordos, programas etc. celebrados com outras entidades e como tal os seus valores ficam exclusivamente adstritas ao seu cumprimento.

Em primeiro lugar o FEF, proveniente do Orçamento de Estado, constituindo exceção á regra, não se destina a cobrir despesas específicas. O montante a distribuir pelos municípios resulta no entanto da aplicação de critérios e parâmetros pré-definidos a cada um deles que se prendem com a dimensão de algumas variáveis relevantes, às quais está previsivelmente associado um certo nível de despesa. No nosso particular o seu valor de 5.733.747.00 euros representa 9,77% da receita alheia total.

O FSM, receita consignada às atribuições de competências transferidas da Administração Central para os Municípios no âmbito do ensino, tem um peso pouco expressivo no cômputo da receita alheia, não atingindo sequer os 4% do seu valor total.

Relatório de Gestão

Quadro n.º 6 Receita Alheia

(Un: Euros)

Receita Alheia	Valor	Peso %
<i>Transferências</i>	47.771.387,26	81,42
FEF	5.733.747,00	9,77
FSM	2.280.144,00	3,89
Participação no IRS	8.672.805,00	14,78
Comparticipação Comunitária	16.350.493,55	27,87
DREN	10.216.687,57	17,41
IHRU	1.124.529,71	1,92
Outras Transferências e Subsídios	3.392.980,43	5,78
<i>Ativos Financeiros</i>	50.768,36	0,09
Empréstimos MLP	7.619,84	0,01
Outros Ativos Financeiros	43.148,52	0,07
<i>Passivos Financeiros</i>	10.789.808,72	18,39
Empréstimo	10.789.808,72	18,39
<i>Outras</i>	61.507,13	0,10
	58.673.471,47	100,0

Pelo contrário a receita proveniente de Fundos Comunitários, cujo valor se destina a financiar a construção e remodelação de escolas, mas também os programas de Revitalização da Orla Costeira e da Marginal Atlântica, regista o valor mais marcante, distanciando-se dos restantes com um valor de 16.350.493,55 euros, correspondente a 27,87% do valor total deste grupo de receita.

Já a comparticipação da DREN, cujo valor se destina a financiar a gestão corrente das escolas e investimentos nesta área, englobando também, a título de exemplo, o Programa de Generalização do Ensino do Inglês e Outras Atividades de enriquecimento Curricular, assim como também o Fornecimento de Refeições Escolares e Transportes entre outros, regista um valor bastante significativo de 10.216.687,57 euros, representando 17,41% do total das receitas alheias. Por sua vez as transferências provenientes do IHRU, Instituto da Habitação e Reabilitação Urbana, apresentam um valor bastante inferior, 1.124.529,71 euros, apenas 1,92%, destinando-se ao financiamento das obras de reabilitação do parque habitacional - PROHABITA - e da construção dos Conjuntos Habitacionais Estádio do Mar II, Estádio do Mar III, Real de Cima e S. Gens, inseridos no Programa Especial de Realojamento – PER.

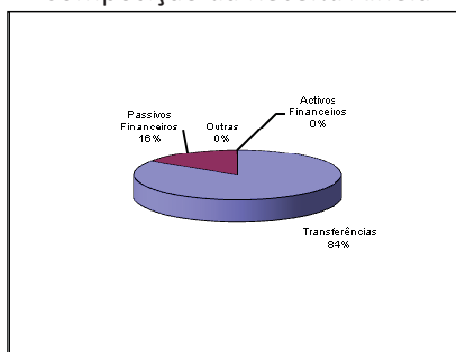
No que respeita aos Passivos Financeiros, o seu montante resulta da utilização do empréstimo contratado em 2009 que complementa o já referido financiamento do FEDER e do PER, dos empréstimos contratados com a Caixa Geral de Depósitos e IHRU para financiamento do PROHABITA.

Para além destes ainda há a considerar a utilização de um empréstimo de curto prazo, contratado com a CGD no ano 2011 para apoio de Tesouraria, no montante de 1.333.552,92€.

Relatório de Gestão

Gráfico 3

Composição da Receita Alheia



2.3 . Evolução da Receita

A evolução da receita nos últimos anos está patenteada no seguinte quadro.

Quadro n.º 7
Evolução da Receita

(Un: Euros)

Capítulos	2009			2010			2011		
	Valor	Peso %	Var. %	Valor	Peso %	Var. %	Valor	Peso %	Var. %
Receitas Correntes	85.683.857,38	79,1	0,0	85.441.290,37	80,5	-0,3	85.857.432,01	72,8	0,5
01 Impostos diretos	43.774.575,23	40,4	-4,6	44.332.211,04	41,8	1,3	41.825.051,78	35,5	-5,7
02 Impostos Indiretos	3.465.036,64	3,2	0,9	3.521.597,69	3,3	1,6	3.873.677,88	3,3	10,0
04 Taxas, Multas e Outras Penalidade	1.790.774,87	1,7	15,3	1.524.938,50	1,4	-14,8	2.490.479,78	2,1	63,3
05 Rendimentos de Propriedade	3.439.055,85	3,2	1,4	3.250.263,60	3,1	-5,5	3.580.946,41	3,0	10,2
06 Transferências Correntes	24.425.086,16	22,5	-3,0	26.590.748,51	25,1	8,9	26.940.734,25	22,8	1,3
07 Vendas de Bens e Serviços Correntes	4.780.819,39	4,4	-14,0	5.885.844,91	5,5	23,1	6.797.339,29	5,8	15,5
08 Outras Receitas Correntes	4.008.509,24	3,7	491,1	335.686,12	0,3	-91,6	349.202,62	0,3	4,0
Receitas de Capital	22.690.429,75	20,9	116,0	20.681.614,12	19,5	-8,9	31.984.775,06	27,1	54,7
09 Vendas de Bens de Investimento	4.608.300,00	4,3	9,0	51.581,63	0,0	-98,9	221.420,00	0,2	329,3
10 Transferências de Capital	11.615.708,28	10,7	36,0	13.222.514,89	12,5	13,8	20.830.653,01	17,7	57,5
11 Ativos Financeiros	0,00	0,0	0,0	14.769,22	0,0	0,0	50.768,36	0,0	243,7
12 Passivos Financeiros	6.454.139,60	6,0	230,3	7.392.748,38	7,0	14,5	10.789.808,72	9,2	46,0
13 Outras Receitas de Capital	12.281,87	0,0	0,0	0,00	0,0	-100,0	92.124,97	0,1	0,0
Outras Receitas	8.262,91	0,0	-93,1	3.487,41	0,0	-57,8	61.507,13	0,1	1.663,7
14 Recursos Próprios Comunitários	0,00	0,0	0,0	0,00	0,0	0,0	0,00	0,0	0,0
15 Reposições não Abatidas nos Pagamentos	8.262,91	0,0	-93,1	3.487,41	0,0	-57,8	61.507,13	0,1	1.663,7
16 Saldo da Gerência Anterior	0,00	0,0	0,0	0,00	0,0	0,0	0,00	0,0	0,0
Total da Receita	108.382.550,04	100,0	12,5	106.126.391,90	100,0	-2,1	117.903.714,20	100,0	11,1

Confrontando os valores desta gerência com a de 2010 observa-se um aumento dos fundos disponíveis em cerca de 11,1%. Observa-se ainda que a componente corrente da receita sofreu um incremento de apenas 0,5%, enquanto a componente de capital um acréscimo bem mais significativo, cerca de 54,7%. Ainda neste âmbito temporal, restrito



Relatório de Gestão

aos dois exercícios, será de salientar que as principais variações ocorreram, em primeiro lugar, nos impostos diretos, neste caso uma quebra de 2.507.159,26 euros, observando-se também, mas aqui uma variação de sinal contrário mais expressiva, quer nas transferências de capital, 7.608.138,12 euros, bem como nos Passivos Financeiros, num montante da ordem dos 3.397.060,34 euros.

Evidentemente que outras variações poderíamos assinalar tais como as Taxas Multas e Outras Penalidades com um valor de cerca 965.541,28 euros, mas todas elas com uma dimensão mais reduzida e uma projeção orçamental pouco assinalável.

Por um lado é visível a constância da receita corrente. Observe-se que entre o valor mais expressivo deste período, o observado para a gerência de 2011, e o mínimo valor, por sinal referente a 2010, a diferença entre o somatório de todas as rubricas que integram a receita corrente é de apenas cerca de 416.000,00 euros. Paralelamente, para o mesmo período, a receita de capital apresenta valores crescentes desenhando um patamar em 2009/2010 com valores semelhantes, na casa dos 20.000.000€, em qualquer dos casos ambos inferiores ao valor de 2011.

As Outras Receitas tiveram a evolução “positiva”, face aos anos anteriores, devido ao aumento da receita arrecadada na rubrica Reposições não Abatidas nos Pagamentos.

Relatório de Gestão

3. DESPESA

3.1. Análise da Despesa na Ótica Orçamental

3.1.1. Execução Orçamental da Despesa

A análise do Quadro n.º 8 permite-nos, desde logo, analisar a despesa sob a perspetiva económica, identificando-se, por um lado, o destino privilegiado das despesas – correntes ou de capital – e, por outro, a sua natureza – aquisição de bens e serviços, transferências, despesas com pessoal, etc.

Quadro n.º 8
Execução da Despesa

Capítulos	Dotação Inicial (a)	Dotação Final (b)	Execução (c)	(Un: Euros)	% Exec. (c)/(a)	% Exec. (c)/(b)
				Desvio (c)-(b)		
Despesas Correntes	106.489.406,27	98.503.967,06	73.332.133,63	-25.171.833,43	68,86	74,4
01 Despesas com o Pessoal	33.728.350,85	33.067.441,37	31.147.122,52	-1.920.318,85	92,35	94,2
02 Aquisição de Bens e Serviços	56.796.807,50	50.403.955,48	30.254.771,61	-20.149.183,87	53,27	60,0
03 Juros e Outros Encargos	1.416.328,61	1.719.956,64	997.560,70	-722.395,94	70,43	58,0
04 Transferências Correntes	8.736.168,14	7.575.073,82	6.174.209,26	-1.400.864,56	70,67	81,5
05 Subsídios	4.278.579,26	4.185.684,81	3.511.865,75	-673.819,06	82,08	83,9
06 Outras Despesas Correntes	1.533.171,91	1.551.854,94	1.246.603,79	-305.251,15	81,31	80,3
Despesas de Capital	87.735.593,73	92.105.039,89	46.949.017,10	-45.156.022,79	53,51	51,0
07 Aquisição de Bens de Capital	70.023.885,29	70.453.521,09	34.371.630,88	-36.081.890,21	49,09	48,8
08 Transferências de Capital	12.856.880,58	11.743.779,75	6.429.997,80	-5.313.781,95	50,01	54,8
09 Ativos Financeiros	180.125,00	152.125,00	69.979,80	-82.145,20	38,85	46,0
10 Passivos Financeiros	4.674.700,86	9.755.612,05	6.077.408,62	-3.678.203,43	130,01	62,3
11 Outras Despesas de Capital	2,00	2,00	0,00	-2,00	0,00	0,0
Total da Despesa	194.225.000,00	190.609.006,95	120.281.150,73	-70.327.856,22	61,93	63,1

Neste sentido podemos de imediato verificar que as expectativas de despesa constantes do orçamento ordinário, fruto das modificações orçamentais entretanto realizadas, foram ligeiramente reduzidas, passando o seu total a estar limitado aos 190.609.006,95 euros. A reafecção previsional então projetada foi no sentido de favorecer a componente capital em aproximadamente 4,4 milhões de euros relativamente aos propósitos iniciais, reduzindo, ao mesmo tempo, os valores orçados para despesa corrente em cerca de 8 milhões de euros.

No que respeita agora à execução da despesa, a leitura do quadro anterior permite concluir que o valor total pago ascendeu a 120.281.150,73 euros, apurando-se assim um desvio relativamente ao orçamento final em 70.327.856,22 euros, circunstância que traduz uma taxa de execução global de 63,1%.

Por sua vez, podemos ainda genericamente observar que a taxa de execução da Despesa Corrente foi de 74,4%, enquanto que a Despesa de Capital se terá ficado pelos 51%, valores que, em todo o caso, excedem de forma segura os observados na gerência anterior.

No que se refere ao elenco das rubricas de cada grupo, podemos apontar que, no primeiro, a Aquisição de Bens e Serviços e os Juros e Outros Encargos foram as rubricas que ficaram mais longe dos valores projetados, com taxas ainda assim razoáveis de 60% e 58% respetivamente, verificando-se para além disso um desempenho ainda mais elevado

Relatório de Gestão

nas restantes, nomeadamente as Despesas com Pessoal, 94,2%, Transferências Correntes 81,5%, Subsídios 83,9% e finalmente as Outras Receitas Correntes 80,3%.

Por outro lado, nas Despesas de Capital os rácios apurados tendo ficado aquém dos anteriores, sobrelevaram contudo na sua maioria, com exceção dos Passivos Financeiros, os valores apurados na gerência de 2010 e, deste modo, podemos observar que o investimento, próprio e alheio, rondou os 50%, respetivamente 48,8% e 54,8%. Os Passivos Financeiros, consubstanciados na amortização de empréstimos, atingiram o patamar 62,3%.

3.1.2. Estrutura da Despesa

A despesa paga em 2011 está representada no quadro seguinte. A sua leitura permite concluir de imediato que a despesa corrente absorveu cerca de 61% da Despesa Total, constituindo assim a categoria maioritária da Conta desta Gerência, pese embora o facto de a sua dimensão relativa, da sua primazia, se ter reduzido face aos valores de 2010.

Quadro n.º 9
Estrutura da Despesa

(Un: Euros)

Capítulos	Valor	Peso %
Despesas Correntes	73.332.133,63	61,0
01 Despesas com o Pessoal	31.147.122,52	25,9
02 Aquisição de Bens e Serviços	30.254.771,61	25,2
03 Juros e Outros Encargos	997.560,70	0,8
04 Transferências Correntes	6.174.209,26	5,1
05 Subsídios	3.511.865,75	2,9
06 Outras Despesas Correntes	1.246.603,79	1,0
Despesas de Capital	46.949.017,10	39,0
07 Aquisição de Bens de Capital	34.371.630,88	28,6
08 Transferências de Capital	6.429.997,80	5,3
09 Ativos Financeiros	69.979,80	0,1
10 Passivos Financeiros	6.077.408,62	5,1
11 Outras Despesas de Capital	0,00	0,0
Total da Despesa	120.281.150,73	100,0

À semelhança dos exercícios anteriores, no universo da despesa, pontificam três núcleos, dois dos quais incluídos na Despesa Corrente, Despesas com Pessoal e a Aquisição de Serviços, com valores na ordem dos 25% do seu valor total e um outro na Despesa de Capital, a Aquisição de Bens de Capital, rubrica que aliás lidera toda a despesa executada, tendo sido para si canalizados 28,6% da totalidade dos recursos financeiros empregues ao longo do ano. Esta rubrica que representa o Investimento Próprio merece ser enfatizada, já que excede em 7% o esforço financeiro relativo suportado com ela no exercício anterior.

Para além destes três núcleos, os demais capítulos de classificação económica são bem menos expressivos, havendo contudo que assinalar as Transferências, Corrente e de Capital, e os Passivos Financeiros, os quais se situaram todos eles num patamar intermédio com valores, muito próximos entre si, de 5,1%, 5,3% e 5,1%. As restantes rubricas, á semelhança do exercício anterior, têm uma presença bem mais esbatida no contexto desta Conta, como se pode verificar pelo quadro antecedente.

Relatório de Gestão

3.1.3. Compromissos e Despesas Realizadas (pagas e não pagas)

A leitura do Quadro n.º 8, relativo à execução da despesa, permitiu-nos aferir um nível da execução orçamental na ordem dos 63,1%. Mas se, em vez de compararmos a despesa paga, compararmos a despesa realizada (faturada) com a despesa orçada, teremos uma percentagem de realização superior – cerca de 76,08%. Neste sentido, se compararmos a realização da despesa com a sua execução, tendo em atenção a regra do equilíbrio orçamental, mais não teremos do que uma dívida de curto prazo, no exato valor dos encargos assumidos e não pagos, que, em 2011, se cifra em 24.749.201,61 euros, valor que é inferior ao apurado para o exercício de 2010 em 4.931.131,44 euros.

Quadro n.º 10
Fases da Despesa

(Un: Euros)

Capítulos	Compromissos (a)	Despesa Realizada (b)	Despesa Realizada (faturada)		Compromissos por realizar (a)- (b)
			Paga	Não Paga	
Despesas Correntes	91.095.826,22	87.627.014,86	73.332.133,63	14.294.881,23	3.468.811,36
01 Despesas com o Pessoal	31.207.173,50	31.147.122,52	31.147.122,52	0,00	60.050,98
02 Aquisição de Bens e Serviços	46.890.139,08	43.773.091,47	30.254.771,61	13.518.319,86	3.117.047,61
03 Juros e Outros Encargos	1.048.569,07	998.983,09	997.560,70	1.422,39	49.585,98
04 Transferências Correntes	7.039.034,60	6.938.606,42	6.174.209,26	764.397,16	100.428,18
05 Subsídios	3.511.865,75	3.511.865,75	3.511.865,75	0,00	0,00
06 Outras Despesas Correntes	1.399.044,22	1.257.345,61	1.246.603,79	10.741,82	141.698,61
Despesas de Capital	73.271.221,48	57.403.337,48	46.949.017,10	10.454.320,38	15.867.884,00
07 Aquisição de Bens de Capital	57.944.453,29	44.041.568,08	34.371.630,88	9.669.937,20	13.902.885,21
08 Transferências de Capital	9.162.234,57	7.214.380,98	6.429.997,80	784.383,18	1.947.853,59
09 Ativos Financeiros	87.125,00	69.979,80	69.979,80	0,00	17.145,20
10 Passivos Financeiros	6.077.408,62	6.077.408,62	6.077.408,62	0,00	0,00
11 Outras Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total da Despesa	164.367.047,70	145.030.352,34	120.281.150,73	24.749.201,61	19.336.695,36

O quadro n.º 10 para além de mostrar, por classificação económica, quais os valores em dívida transitadas para o exercício de 2012, isto é, os montantes relativos a despesa realizada mas não paga, mostra também o montante dos encargos comprometidos no ano de 2011, nos termos das respetivas contratualizações, e que não se concretizaram em obrigações, pela não realização ou finalização da atividade correspondente. Esse valor ascendeu a 19.336.695,36 euros, montante que por sua vez também é inferior ao então observado para a gestão de 2010 em 8.769.484,57 euros.

Cabe-nos, ainda, mencionar que, analogamente ao que se verificou em 2010, a dívida a fornecedores concentrou-se fundamentalmente ao nível das Aquisições de Bens e Serviços e de Bens de Capital. Em 2010 estas duas rubricas foram responsáveis por 94,9% dos encargos assumidos e não pagos e em 2011 esta percentagem é de 93,7%.

3.1.4. Evolução da Despesa

A evolução da despesa dos últimos anos está patenteada no quadro seguinte, constatando-se de imediato um crescimento do seu valor global em 13,7% para o exercício de 2011. Convém aliás acentuar que esta evolução contrasta sobremaneira com

Relatório de Gestão

a observada para os anos precedentes, 2009 e 2010, com valores de 2,8% e 0,2% respetivamente.

Outro facto que se justifica reportar prende-se com a circunstância de se verificar um diferencial significativo entre a dinâmica de crescimento da Despesa Corrente e da Despesa de Capital. De facto enquanto a primeira apresenta uma taxa de 6,7%, a Despesa de Capital quadruplica aproximadamente este valor, apresentando uma performance da ordem dos 26,7%.

No que concerne à **Despesa Corrente**, sublinhe-se em primeiro lugar a redução observada com as Despesas com Pessoal, 4,6%, a qual não é de estranhar, tendo em consideração a redução operada nos vencimentos decretada pelo Governo e, em segundo, a diminuição das Transferências Correntes em 16,6%, face às atribuídas no ano transato, que tiveram como principal destino a empresa municipal Matosinhos Habit, instituições sem fins lucrativos, Associações Humanitárias de Bombeiros Voluntários e Agrupamentos de Escolas do Concelho.

Pelo contrário o capítulo com a Aquisição de Bens e Serviços apresentou ainda assim um crescimento significativo de 27,2%, o que, dada a dimensão desta rubrica influenciou a taxa de crescimento da despesa.

Quadro n.º 11
Evolução da Despesa

(Un: Euros)

Capítulos	2009			2010			2011		
	Valor	Peso %	Var. %	Valor	Peso %	Var. %	Valor	Peso %	Var. %
Despesas Correntes	75.803.759,39	71,8	16,2	68.708.857,36	65,0	-9,4	73.332.133,63	61,0	6,7
01 Despesas com o Pessoal	32.168.406,47	30,5	33,1	32.660.588,81	30,9	1,5	31.147.122,52	25,9	-4,6
02 Aquisição de Bens e Serviços	28.026.386,85	26,6	4,9	23.786.484,00	22,5	-15,1	30.254.771,61	25,2	27,2
03 Juros e Outros Encargos	953.451,53	0,9	-18,4	473.874,81	0,4	-50,3	997.560,70	0,8	110,5
04 Transferências Correntes	8.584.135,00	8,1	9,5	7.399.934,66	7,0	-13,8	6.174.209,26	5,1	-16,6
05 Subsídios	3.802.090,45	3,6	12,2	3.061.773,50	2,9	-19,5	3.511.865,75	2,9	14,7
06 Outras Despesas Correntes	2.269.289,09	2,2	17,1	1.326.201,58	1,3	-41,6	1.246.603,79	1,0	-6,0
Despesas de Capital	29.705.251,85	28,2	-20,7	37.050.399,37	35,0	24,7	46.949.017,10	39,0	26,7
07 Aquisição de Bens de Capital	15.503.379,48	14,7	-45,9	22.751.343,08	21,5	46,8	34.371.630,88	28,6	51,1
08 Transferências de Capital	5.011.904,27	4,8	10,4	3.705.010,84	3,5	-26,1	6.429.997,80	5,3	73,5
09 Ativos Financeiros	33.000,00	0,0	-17,5	58.000,00	0,1	75,8	69.979,80	0,1	20,7
10 Passivos Financeiros	9.145.745,50	8,7	116,7	10.117.931,53	9,6	10,6	6.077.408,62	5,1	-39,9
11 Outras Despesas de Capital	11.222,60	0,0	-57,6	418.113,92	0,4	3625,6	0,00	0,0	-100,0
Total da Despesa	105.509.011,24	100,0	2,8	105.759.256,73	100,0	0,2	120.281.150,73	100,0	13,7

Já em relação ao Juros e Outros Encargos o acréscimo verificado de 110,5%, face ao ano 2010, resulta, por um lado, do aumento do montante pago de juros relativos a empréstimos de longo prazo contratados em 2009 e 2010 e, por outro lado, do aumento de juros pagos com acordos efetuados com fornecedores.

Relatório de Gestão

Dentro das **Despesas de Capital**, não podemos deixar de referir o forte crescimento verificado nas Transferências de Capital, em relação ao ano 2010, na ordem dos 73,5%, que iremos ver explanado detalhadamente no ponto 3.2.3.

As Aquisição de Bens de Capital, ao contrário do ano transato, assistiram a um crescimento na ordem dos 51,1%, refletido na execução das rubricas de Terrenos, Escolas e Construção de Habitação. É importante salientar que a maioria destes investimentos estão a ser financiados por Fundos Comunitários ou Nacionais e pelo empréstimo de longo prazo contratado em 2009.

Quanto aos Ativos Financeiros, os 69.979,80 euros pagos em 2011 correspondem à participação do Município na ADEPORTO – Agência de Energia do Porto (23.125,00 euros) e ao financiamento a micro e pequenas empresas do Concelho, no âmbito do Projeto FINICIA (46.854,80 euros).

Por fim, e ainda neste capítulo, é importante salientar o decréscimo dos Passivos Financeiros face ao ano 2010 de 39,9% é justificado, por um lado, pela utilização e correspondente amortização do empréstimo de curto prazo num montante inferior ao do ano anterior em cerca de 3 milhões de euros e, por outro lado, pela amortização extraordinária efetuada em 2010, no montante de 951.893,40 euros, num empréstimo de longo prazo resultante da reformulação de candidaturas a fundos comunitários que originaram excesso de receita face à despesa.

3.2. Análise da Despesa na Ótica do Plano

3.2.1. Execução das Grandes Opções do Plano

A execução das Grandes Opções do Plano representa o quadro de desenvolvimento da intervenção municipal e apresenta as intervenções levadas a cabo pelos vários pelouros, organizada por objetivos, programas, projetos e ações. O Quadro n.º 12 espelha a execução das GOP's por funções, permitindo obter informação sobre o esforço financeiro prosseguido pela autarquia nas diversas áreas de intervenção.

Relatório de Gestão

Quadro n.º 12 Execução das GOP's

(Un: Euros)

Classificação Funcional	Dotação Inicial (a)	Dotação Final (b)	Execução (c)	Desvios		% Execução
				(b)-(a)	(c)-(b)	
1. Funções Gerais	7.938.089,53	7.069.818,97	3.047.235,74	-868.270,56	-4.022.583,23	43,10
1.1.0 Serviços Gerais da Administ. Pública	7.004.898,92	6.324.127,79	2.467.256,86	-680.771,13	-3.856.870,93	39,01
1.1.1 Administração Geral	7.004.898,92	6.324.127,79	2.467.256,86	-680.771,13	-3.856.870,93	39,01
1.2.0 Segurança e Ordem Públicas	933.190,61	745.691,18	579.978,88	-187.499,43	-165.712,30	77,78
1.2.1 Proteção civil e luta contra incêndios	779.384,63	595.234,15	473.138,41	-184.150,48	-122.095,74	79,49
1.2.2 Polícia Municipal	153.805,98	150.457,03	106.840,47	-3.348,95	-43.616,56	71,01
2. Funções Sociais	99.520.492,62	91.472.895,57	53.371.675,40	-8.047.597,05	-38.101.220,17	58,35
2.1.0 Educação	40.319.079,43	36.965.402,42	24.457.738,91	-3.353.677,01	-12.507.663,51	66,16
2.1.1 Ensino não superior	37.315.651,41	34.393.373,91	23.019.501,86	-2.922.277,50	-11.373.872,05	66,93
2.1.2 Serviços auxiliares de ensino	3.003.428,02	2.572.028,51	1.438.237,05	-431.399,51	-1.133.791,46	55,92
2.2.0 Saúde	4.552,62	35.252,62	877,20	30.700,00	-34.375,42	2,49
2.2.1 Serviços individuais de saúde	4.552,62	35.252,62	877,20	30.700,00	-34.375,42	2,49
2.3.0 Segurança e Ação sociais	7.305.030,39	5.254.735,92	2.206.398,34	-2.050.294,47	-3.048.337,58	41,99
2.3.1 Segurança social	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2.3.2 Ação Social	7.305.030,39	5.254.735,92	2.206.398,34	-2.050.294,47	-3.048.337,58	41,99
2.4.0 Habitação e serviços coletivos	44.759.120,97	41.331.100,86	22.254.189,12	-3.428.020,11	-19.076.911,74	53,84
2.4.1 Habitação	4.932.243,34	4.873.243,34	2.241.852,12	-59.000,00	-2.631.391,22	46,00
2.4.2 Ordenamento do território	3.194.379,66	3.370.640,81	1.608.271,35	176.261,15	-1.762.369,46	47,71
2.4.3 Saneamentos	59.094,00	685.109,40	21.756,50	626.015,40	-663.352,90	3,18
2.4.4 Abastecimento de água	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2.4.5 Resíduos Sólidos	26.463.060,22	23.893.763,60	12.951.606,87	-2.569.296,62	-10.942.156,73	54,20
2.4.6 Proteção do meio ambiente	10.110.343,75	8.508.343,71	5.430.702,28	-1.602.000,04	-3.077.641,43	63,83
2.5.0 Serviços Culturais, recreativos e religiosos	7.132.709,21	7.886.403,75	4.452.471,83	753.694,54	-3.433.931,92	56,46
2.5.1 Cultura	3.524.058,38	3.429.924,81	2.201.183,08	-94.133,57	-1.228.741,73	64,18
2.5.2 Desporto, recreio e lazer	3.608.650,83	4.456.478,94	2.251.288,75	847.828,11	-2.205.190,19	50,52
2.5.3 Outras atividades cívicas e religiosas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
3. Funções Económicas	21.071.460,30	20.735.932,16	6.212.956,35	-335.528,14	-14.522.975,81	29,96
3.1.0 Agricultura, pecuária, silvicultura, caça e pesca	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
3.2.0 Indústria e energia	394.881,50	213.128,59	116.824,52	-181.752,91	-96.304,07	54,81
3.3.0 Transportes e comunicações	18.391.094,85	18.294.612,86	5.124.127,41	-96.481,99	-13.170.485,45	28,01
3.3.1 Transportes rodoviários	18.391.094,85	18.294.612,86	5.124.127,41	-96.481,99	-13.170.485,45	28,01
3.3.2 Transportes aéreos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
3.3.3 Transportes fluviais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
3.4.0 Comércio e turismo	1.581.826,61	1.606.235,13	710.998,27	24.408,52	-895.236,86	44,26
3.4.1 Mercados e feiras	94.816,28	273.606,69	25.912,56	178.790,41	-247.694,13	9,47
3.4.2 Turismo	1.487.010,33	1.332.628,44	685.085,71	-154.381,89	-647.542,73	51,41
3.5.0 Outras funções económicas	703.657,34	621.955,58	261.006,15	-81.701,76	-360.949,43	41,97
4. Outras Funções	14.499.434,54	14.592.018,79	10.606.480,07	92.584,25	-3.985.538,72	72,69
4.1.0 Operações da dívida autárquica	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
4.2.0 Transferências entre administrações	14.297.906,66	14.381.582,16	10.472.382,98	83.675,50	-3.909.199,18	72,82
4.3.0 Diversas não especificadas	201.527,88	210.436,63	134.097,09	8.908,75	-76.339,54	63,72
Total	143.029.476,99	133.870.665,49	73.238.347,56	-9.158.811,50	-60.632.317,93	54,71

Relatório de Gestão

Originalmente com uma dotação total de 143.029.476,99 euros, este valor foi retificado no decurso do exercício tendo-se reduzido para 133.870.665,49 euros, através do mecanismo de modificação orçamental. Por sua vez os valores efetivamente executados ficaram-se pelos 73.238.347,56 €, traduzindo com isso uma taxa de execução da ordem dos 54,71%.

Desenvolvendo um pouco, nas **Funções Sociais**, com uma execução da ordem dos 53.371.675,40 euros, destacam-se as despesas com a Educação onde predominam as relacionadas com Ensino não Superior, 23.019.501,86 euros, que agregam sobretudo despesas no domínio do ensino básico, 20.818.676,25 euros, nomeadamente com a construção e reparação de escolas e jardins de infância.

O Agrupamento Habitação e Serviços Coletivos absorveu também uma parcela significativa dos fundos canalizados para as Funções Sociais, 22.254.189,12 euros, denotando uma taxa de execução de 53,84%. Sobressaem aqui as despesas com Resíduos Sólidos, 12.951.606,87 euros, resultante não só dos pagamentos à LIPOR pelo tratamento dos resíduos sólidos, 3.155.948,40 euros, mas também dos efetuados às empresas VERDEVISTA e SUMA pela sua recolha de resíduos sólidos e varredura do concelho, num montante de 9.789.805,91 euros. A proteção com o Ambiente, outra sub-rubrica, também foi tributária de um valor ainda assim significativo, 5.430.702,28 €, o qual se dispersa por um sem número de iniciativas neste âmbito, tais como a ampliação e conservação do Cemitério de Sendim, Requalificação da Orla Costeira, Integração Paisagística e Recuperação Ambiental de Linhas de Água, Construção e Integração Paisagística de Jardins, etc.

Por sua vez, ainda neste agrupamento, os Serviços Culturais Recreativos e Religiosos alocaram numa proporção semelhante os recursos atribuídos às áreas da Cultura e do Desporto Recreio e Lazer, tendo-se situado na casa dos 2,2 milhões de euros. As taxas de execução pelo contrário foram de molde a favorecer a Cultura, já que nesta efetivaram-se 64,18% dos valores orçados, enquanto que em matéria de desporto este rácio apenas ultrapassou ligeiramente a fasquia dos 50%, cerca de 50,52%. Também na primeira foram inúmeras as ações a si associadas, com valias muitas vezes semelhantes, integrando não só iniciativas de natureza incorpórea tais como exposições, atividades de divulgação quer no âmbito musical, literário e fotográfico, assim como com a aquisição de livros e CD's para venda nos espaços culturais mais emblemáticos, tais como Museu da Quinta de Santiago ou o Cine – Teatro Constantino Nery entre outros, mas também investimentos.

No Desporto o grosso das despesas dirigiram-se diretamente para as despesas com a conclusão de obras de vários espaços desportivos, tais como a Zona Desportiva de Lavra, com o equipamento desportivo afeto á nova Centralidade de Guifões, piscina e pavilhão, praticamente liquidado em 2010, também a construção do Pavilhão Municipal do Padrão da Légua, ampliação da piscina de Matosinhos e o Campo de Futebol de Custóias. Sem pretender esgotar todas as despesas, justificar-se-á porventura salientar também aqui os apoios ao associativismo e formação desportiva, os quais se consubstanciaram em 881.458,27 euros.

De entre os quatro grupos de funções considerados, verifica-se que as **Outras Funções** apresentaram a taxa de execução mais elevada, na ordem dos 72,69%. Do total executado, 10.606.480,07 euros, 10.472.382,98 euros referem-se a Transferências entre Administrações, valor que se esgota nas transferências para as Juntas de Freguesia, LIPOR, e sobretudo para as Empresas Municipais de Habitação e Desporto.

Relatório de Gestão

Dentro das **Funções Gerais**, podemos observar ao nível da Segurança e Ordem Pública uma taxa de execução de 77,78%, derivada principalmente da atribuição de subsídios aos Bombeiros Voluntários do Concelho e aquisição de bens e serviços para a Polícia Municipal. Por outro lado a Administração Geral, que abarca quase todas as Direções Municipais, apresenta uma taxa de execução de 39,01%, influenciada pelas rubricas respeitantes à manutenção e conservação dos edifícios municipais, aquisição e modernização de equipamento e dos serviços.

Dentro das **Funções Económicas**, podemos constatar que a rubrica de maior peso é a dos “Transportes Rodoviários” que representa 82% do seu valor, devendo aqui entender-se as intervenções a nível de acessos e vias de comunicação. A esta segue-se o “Turismo” com um contributo dentro das Funções Económicas de cerca de 11%.

3.2.2. Estrutura das Grandes Opções do Plano

Analisando agora a repartição de consumos entre o Plano Plurianual de Investimentos (PPI) e o Plano de Atividades Municipal (PAM), através do Quadro n.º 13, podemos constatar que a maior parte dos consumos, analogamente ao ano anterior, ocorreu ao nível do PAM. De facto, enquanto que o PPI absorveu 52,97% da execução das GOP's, o PAM garantiu a execução dos restantes 47,03%.

Relatório de Gestão

Quadro n.º 13 Estrutura das GOP's

(Un: Euros)

Classificação Funcional	PPI		PAM		Total	
	Valor	Peso %	Valor	Peso %	Valor	Peso %
1. Funções Gerais	1.184.258,59	3,44	1.862.977,15	4,80	3.047.235,74	4,16
1.1.0 Serviços Gerais da Administ. Pública	1.125.917,53	3,27	1.341.339,33	3,46	2.467.256,86	3,37
1.1.1 Administração Geral	1.125.917,53	3,27	1.341.339,33	3,46	2.467.256,86	3,37
1.2.0 Segurança e Ordem Públicas	58.341,06	0,17	521.637,82	1,34	579.978,88	0,79
1.2.1 Proteção civil e luta contra incêndios	58.341,06	0,17	414.797,35	1,07	473.138,41	0,65
1.2.2 Polícia Municipal	0,00	0,00	106.840,47	0,28	106.840,47	0,15
2. Funções Sociais	28.104.185,22	81,60	25.267.490,18	65,13	53.371.675,40	72,87
2.1.0 Educação	21.165.111,60	61,45	3.292.627,31	8,49	24.457.738,91	33,39
2.1.1 Ensino não superior	21.165.111,60	61,45	1.854.390,26	4,78	23.019.501,86	31,43
2.1.2 Serviços auxiliares de ensino	0,00	0,00	1.438.237,05	3,71	1.438.237,05	1,96
2.2.0 Saúde	877,20	0,00	0,00	0,00	877,20	0,00
2.2.1 Serviços individuais de saúde	877,20	0,00	0,00	0,00	877,20	0,00
2.3.0 Segurança e ação sociais	144.427,96	0,42	2.061.970,38	5,31	2.206.398,34	3,01
2.3.1 Segurança social	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2.3.2 Ação Social	144.427,96	0,42	2.061.970,38	5,31	2.206.398,34	3,01
2.4.0 Habitação e serviços coletivos	4.861.338,18	14,11	17.392.850,94	44,83	22.254.189,12	30,39
2.4.1 Habitação	1.606.759,29	4,67	635.092,83	1,64	2.241.852,12	3,06
2.4.2 Ordenamento do território	1.304.412,24	3,79	303.859,11	0,78	1.608.271,35	2,20
2.4.3 Saneamentos	21.756,50	0,06	0,00	0,00	21.756,50	0,03
2.4.4 Abastecimento de água	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2.4.5 Resíduos Sólidos	5.851,56	0,02	12.945.755,31	33,37	12.951.606,87	17,68
2.4.6 Proteção do meio ambiente	1.922.558,59	5,58	3.508.143,69	9,04	5.430.702,28	7,42
2.5.0 Serviços Culturais, recreativos e religiosos	1.932.430,28	5,61	2.520.041,55	6,50	4.452.471,83	6,08
2.5.1 Cultura	589.859,80	1,71	1.611.323,28	4,15	2.201.183,08	3,01
2.5.2 Desporto, recreio e lazer	1.342.570,48	3,90	908.718,27	2,34	2.251.288,75	3,07
2.5.3 Outras atividades cívicas e religiosas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
3. Funções Económicas	5.120.434,52	14,87	1.092.521,83	2,82	6.212.956,35	8,48
3.1.0 Agricultura, pecuária, silvicultura, caça e pesca	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
3.2.0 Indústria e energia	116.824,52	0,34	0,00	0,00	116.824,52	0,16
3.3.0 Transportes e comunicações	4.956.031,48	14,39	168.095,93	0,43	5.124.127,41	7,00
3.3.1 Transportes rodoviários	4.956.031,48	14,39	168.095,93	0,43	5.124.127,41	7,00
3.3.2 Transportes aéreos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
3.3.3 Transportes fluviais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
3.4.0 Comércio e turismo	723,72	0,00	710.274,55	1,83	710.998,27	0,97
3.4.1 Mercados e feiras	723,72	0,00	25.188,84	0,06	25.912,56	0,04
3.4.2 Turismo	0,00	0,00	685.085,71	1,77	685.085,71	0,94
3.5.0 Outras funções económicas	46.854,80	0,14	214.151,35	0,55	261.006,15	0,36
4. Outras Funções	32.732,35	0,10	10.573.747,72	27,25	10.606.480,07	14,48
4.1.0 Operações da dívida autárquica	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
4.2.0 Transferências entre administrações	0,00	0,00	10.472.382,98	26,99	10.472.382,98	14,30
4.3.0 Diversas não especificadas	32.732,35	0,10	101.364,74	0,26	134.097,09	0,18
Total	34.441.610,68	100,00	38.796.736,88	100,00	73.238.347,56	100,00

Relatório de Gestão

Analogamente ao verificado em 2010, também este ano foram as **Funções Sociais** as que mais sobressaíram, representando cerca de 72,87% da execução total das GOP's. Dentro destas funções, a Habitação e serviços coletivos assume um papel determinante, explicado sobretudo pelo peso de 44,83% ao nível do PAM. Esta área de intervenção é responsável por 30% do desempenho das Grandes Opções do Plano. Em segundo lugar, e muito próximo destes valores, aparece a Educação, mas cujo peso relativo elevado se faz notar do lado do investimento: representa cerca de 61,45% da despesa paga ao nível do PPI.

3.2.3. Transferências Concedidas

Os apoios financeiros concedidos deverão ser vistos como uma importante fonte de despesa autárquica, revelando o importante intervencionismo do município no processo de desenvolvimento urbano com o objetivo de propiciar condições de incremento aos sectores cultural, desportivo, educacional e de ação social, e com vista à renovação e integração urbana.

Por outro lado, de forma a garantir a transparência e objetividade, o processo de atribuição destes apoios tem sido objeto de enquadramento normativo interno, através de protocolos ou Contratos-Programa.

O classificador económico desagrega as transferências efetuadas pelos municípios em três rubricas: Transferências Correntes, Transferências de Capital e Subsídios. Em Transferências Correntes registaram-se todas aquelas que se destinaram a apoiar o funcionamento de diversas Instituições com interesse municipal. Inscrevem-se também nesta rubrica as transferências para as freguesias, quer se destinem a apoiar o seu funcionamento quer se destinem à concretização de protocolos celebrados com o município (estas últimas tem a sua inscrição no Plano), e para os Agrupamentos de Escolas.

Em Subsídios registam-se todos os fluxos monetários não reembolsáveis transferidos para as empresas, nomeadamente municipais, e que se destinem a despesas de funcionamento.

Finalmente, em Transferências de Capital são registadas todas as transferências que tenham como objetivo o financiamento de despesas de capital das entidades beneficiárias, incluindo as empresas municipais.

O Quadro n.º 14 espelha a natureza e montante das transferências efetuadas no ano em análise, sendo as transferências para as freguesias objeto de discriminação no Quadro n.º 15.

Relatório de Gestão

Quadro n.º 14

Transferências e Subsídios Concedidos

(Un: Euros)

Transferências e Subsídios Concedidos	Compromissos	Despesa Realizada	
		Paga	Não Paga
Transferências Correntes	7.039.034,60	6.174.209,26	864.825,34
Transferências para freguesias	1.667.446,01	1.566.321,76	101.124,25
Área Metropolitana do Porto	83.253,00	83.253,00	0,00
Matosinhos Habit	635.092,83	635.092,83	0,00
Outras	4.653.242,76	3.889.541,67	763.701,09
Ass. Hum. Bombeiros Voluntários do Concelho	313.654,70	302.908,81	10.745,89
Escolas do Concelho	903.282,66	903.282,66	0,00
Outras	3.436.305,40	2.683.350,20	752.955,20
Transferências de Capital	9.162.234,57	6.429.997,80	2.732.236,77
Lipor	2.275.424,45	1.701.272,90	574.151,55
Matosinhos Sport	468.442,40	468.442,40	0,00
Matosinhos Habit	4.257.832,74	3.149.536,40	1.108.296,34
Outras	2.160.534,98	1.110.746,10	1.049.788,88
Ass. Hum. Bombeiros Voluntários do Concelho	47.268,70	40.931,98	6.336,72
Escolas do Concelho	122.500,00	122.500,00	0,00
Outras	1.990.766,28	947.314,12	1.043.452,16
Subsídios	3.511.865,75	3.511.865,75	0,00
Matosinhos Sport	3.386.865,75	3.386.865,75	0,00
Matosinhos Habit	125.000,00	125.000,00	0,00
Total	19.713.134,92	16.116.072,81	3.597.062,11

No ano em análise, a autarquia transferiu para diversas entidades 16.116.072,81 euros, mais 1.949.353,81 euros do que as apuradas para 2010. Verifica-se também que, no conjunto considerado, as Transferências de Capital, 6.429.997,80 euros, excederam ligeiramente as Transferências Correntes, 6.174.209,26 euros, situando-se ambas num patamar superior aos Subsídios que atingiram o valor de 3.511.865,75 euros.

No que respeita às **Transferências Correntes**, verifica-se uma diminuição no montante pago em 2011 face a 2010 em 1.225.725,40 euros. Essa redução foi observada para a generalidade dos itens considerados para este efeito no quadro anterior. Importará apenas referir que tal como habitualmente e para além das entidades referenciadas especificamente no aludido quadro, as três principais áreas abrangidas por estas subvenções continuam a ser a Educação, Ação Social e Cultura, Recreio e Desporto.

Dentro das **Transferências de Capital** assume particular significado o montante transferido para a Matosinhos Habit - 3.149.536,40 euros - destinado essencialmente ao financiamento das obras de reabilitação dos conjuntos habitacionais inseridas no Programa PROHABITA e, um pouco menos, a LIPOR, 1.701.272,90 euros, valores que excedem os montantes atribuídos na gerência anterior em 1.366.460,84 euros e 1.087.717,37 euros respetivamente. Também será de realçar o reforço, a este título, do montante transferido para a Matosinhos Sport que passou de 21.520,24 euros, em 2010, para 468.442,40 euros, em 2011.

Finalmente, olhando agora para os **Subsídios**, cabe apenas a referência de que o valor atribuído à Matosinhos Sport passou de 3.061.773,50 euros em 2010 para 3.386.865,75

Relatório de Gestão

euros em 2011. Já o montante atribuído à MatosinhosHabit no ano 2011 cifrou-se em 125.000,00 euros, enquanto que em 2010 não foi transferido qualquer valor a este título. Podemos assim concluir que, genericamente, a evolução de 2010 para 2011 das transferências concedidas se traduziram num reforço no seu valor absoluto, como já foi referido, e em particular nas Transferências de Capital e Subsídios, ao mesmo tempo que se operou uma redução dos fundos destinados a financiar despesas correntes.

Nos termos da alínea s) do n.º 2 do artigo 53.º e artigo n.º 66 da Lei n.º 5-A/2002 de 11 de Janeiro, que estabelece o quadro de competências dos órgãos dos municípios e das freguesias, foi autorizado à Câmara Municipal delegar competências próprias nas Juntas de Freguesia, mediante a celebração de protocolos onde figurem os direitos e obrigações de ambas as partes, os meios financeiros, técnicos e humanos.

Assim, em 2011, à semelhança do que tem sido prática corrente dos últimos anos, foram celebrados protocolos, onde se definiram domínios de intervenção, que deram origem à distribuição, por freguesias, das verbas indicadas no quadro seguinte.

Quadro n.º 15
Transferências para as Freguesias

(Un: Euros)

Transferências para freguesias	Compromissos						Despesa Realizada	
	Delegação Competências	Educação	Ação Social	Verba STAPE Recenc.+Eleições	Outros	Total	Paga	Não Paga
Custóias	201.159,17	0,00	7.795,00	10.928,88	19.000,00	238.883,05	233.883,05	5.000,00
Guifões	117.546,90	0,00	7.500,00	7.828,71	0,00	132.875,61	125.375,61	7.500,00
Lavra	120.173,72	0,00	18.205,00	5.537,59	0,00	143.916,31	128.916,31	15.000,00
Leça do Balio	294.030,94	0,00	10.000,00	8.255,67	0,00	312.286,61	302.286,61	10.000,00
Leça da Palmeira	53.440,05	0,00	10.000,00	11.710,17	0,00	75.150,22	65.150,22	10.000,00
Matosinhos	71.411,54	0,00	15.452,87	21.751,22	0,00	108.615,63	99.991,38	8.624,25
Perafita	287.955,53	67.500,00	23.135,00	8.621,58	0,00	387.212,11	367.212,11	20.000,00
S. Mamede Infesta	58.410,58	0,00	7.500,00	15.188,53	0,00	81.099,11	73.599,11	7.500,00
Santa Cruz do Bispo	95.768,66	0,00	7.500,00	3.974,94	0,00	107.243,60	99.743,60	7.500,00
Senhora da Hora	53.043,93	0,00	10.000,00	17.119,83	0,00	80.163,76	70.163,76	10.000,00
Total	1.352.941,02	67.500,00	117.087,87	110.917,12	19.000,00	1.667.446,01	1.566.321,76	101.124,25

Para além desses montantes, foram ainda transferidas, conforme podemos ver no Quadro n.º 15, verbas provenientes do Ministério da Administração Interna – STAPE (Secretariado Técnico dos Assuntos para o Processo Eleitoral) –, em que o Município funcionou como mero intermediário, referentes às despesas com as eleições realizada no ano 2011.

3.3. Despesas de Funcionamento

A desagregação da Despesa Total pode obedecer a vários critérios, nomeadamente à classificação económica, à classificação funcional ou à classificação orgânica, tendo sido os dois primeiros objeto de análise neste relatório. Podemos ainda desagregá-la, verticalmente, em despesas inscritas nas Grandes Opções do Plano e Despesas de Funcionamento, que assumem assim uma feição residual e cujo significado tendencialmente se aproxima da noção que se infere da sua própria designação.

Relatório de Gestão

Assim, pela análise do Quadro n.º 16, vemos que as despesas afetas ao PPI contribuem para 28,6% da Despesa Total, enquanto que as despesas afetas ao PAM e ao Funcionamento representam, respetivamente, 32,3% e 39,1% deste agregado.

Quadro n.º 16
Despesas de Funcionamento

(Un: Euros)

Capítulos	PPI	PAM	Despesa Funcionamento	Total
Despesas Correntes	0,00	32.366.739,08	40.965.394,55	73.332.133,63
01 Despesas com o Pessoal	0,00	0,00	31.147.122,52	31.147.122,52
02 Aquisição de Bens e Serviços	0,00	22.791.262,95	7.463.508,66	30.254.771,61
03 Juros e Outros Encargos	0,00	0,00	997.560,70	997.560,70
04 Transferências Correntes	0,00	5.980.039,14	194.170,12	6.174.209,26
05 Subsídios	0,00	3.511.865,75	0,00	3.511.865,75
06 Outras Despesas Correntes	0,00	83.571,24	1.163.032,55	1.246.603,79
Despesas de Capital	34.441.610,68	6.429.997,80	6.077.408,62	46.949.017,10
07 Aquisição de Bens de Capital	34.371.630,88	0,00	0,00	34.371.630,88
08 Transferências de Capital	0,00	6.429.997,80	0,00	6.429.997,80
09 Ativos Financeiros	69.979,80	0,00	0,00	69.979,80
10 Passivos Financeiros	0,00	0,00	6.077.408,62	6.077.408,62
11 Outras Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00
Total da Despesa	34.441.610,68	38.796.736,88	47.042.803,17	120.281.150,73

Como seria de esperar as despesas com o pessoal constituem a componente mais expressiva dos encargos de funcionamento, representando aproximadamente 66% do total dos custos envolvidos, a que se segue, como também seria expetável, a Aquisição de Bens e Serviços, a qual representa um valor inferior, cerca de 16%. As restantes, com exclusão dos Passivos Financeiros, situam-se num plano bastante abaixo do anterior. Se, às despesas de funcionamento, retirarmos os encargos relacionados com o serviço da dívida (Juros e Outros Encargos e Passivos Financeiros), afeto ao financiamento das despesas de investimento e não despesas de funcionamento, chegaremos a uma estrutura ligeiramente diferente: já que estes encargos financeiros são responsáveis por cerca de 4,27% do total da despesa, os encargos de funcionamento teriam apenas um peso de 34,84%.

3.3.1. Despesas com Pessoal – Limite Legal

Não se encontrando atualmente fixados limites legais às despesas de pessoal do Município com os contornos anteriormente existentes, ter-se-á apenas que atender às limitações legais à admissão de pessoal nas Autarquias Locais.

De acordo com o artigo 62.º da Lei n.º 2/2007 de 15 de Janeiro – Lei das Finanças Locais – podiam, até 2009, ser fixados, através das Leis do Orçamento do Estado, limites anuais para as despesas com pessoal, incluindo as relativas a contratos de avença, tarefa e aquisição de serviços a pessoas singulares.

No entanto, a Lei do Orçamento de Estado para 2010 – Lei n.º 3-B/2010 de 28 de abril – estabeleceu, no seu artigo 23.º, limitações à admissão de pessoal, designadamente ao recrutamento de trabalhadores sem relação jurídica de emprego público por tempo indeterminado previamente estabelecida pelos órgãos e serviços abrangidos pelo âmbito

Relatório de Gestão

de aplicação objetivo definido no artigo 3.º da Lei n.º 12-A/2008, de 27 de Fevereiro. Esta regra é, por força do estabelecido no n.º 2 desse mesmo preceito legal, aplicável às autarquias locais. Adicionalmente, no exercício económico de 2010, as autarquias locais passam a atender ao disposto no artigo 10.º da Lei n.º 12-A/2010 de 30 de Junho – diploma que aprovou medidas adicionais de consolidação orçamental que visam reforçar e acelerar a redução de défice excessivo e o controlo do crescimento da dívida pública previstos no Programa de Estabilidade e Crescimento (PEC).

Já a Lei do Orçamento de Estado para 2011 – Lei n.º 55-A/2010 de 31 de dezembro – estabelece, no artigo 43.º, que os municípios que se encontrem em situação de desequilíbrio financeiro estrutural ou de rutura financeira não podem proceder à abertura de procedimentos concursais com vista à constituição de relações jurídicas de emprego público por tempo indeterminado, determinado ou determinável, para carreira geral ou especial e carreiras que ainda não tenham sido objeto de extinção, de revisão ou de decisão de subsistência, destinados a candidatos que não possuam uma relação jurídica de emprego público por tempo indeterminado previamente constituída.

Com o intuito de ser monitorizada esta restrição em termos de admissões de pessoal, as Autarquias, desde 1 de Julho de 2010, estão obrigadas a remeter mensalmente (anteriormente era trimestralmente) informação à DGAL, através do Sistema Integrado de Informação da Administração Local (SIIAL), a informação prevista no n.º 5 do artigo 50.º da Lei n.º 2/2007 de 15 de Janeiro.

Relatório de Gestão

4. FINANCIAMENTO DO ORÇAMENTO

4.1. Poupança Corrente, Investimento Municipal e suas principais Fontes de Financiamento

O princípio do equilíbrio orçamental (ex-ante), consagrado no ponto 3.1.1 do POCAL, determina que o orçamento prevê os recursos necessários para cobrir todas as despesas, e as receitas correntes devem ser pelo menos iguais às despesas correntes. Não exige qualquer igualdade substancial, ou seja, a cobertura de certos tipos de despesa com certo tipo de receita, nem refere o equilíbrio ex-post, conforme era imposto no anterior enquadramento da Contabilidade Pública Autárquica.

No entanto, esta norma manteve-se presente na execução orçamental desenvolvida pela autarquia, permitindo, assim, a formação de poupança corrente, com vista à sua aplicação na despesa de investimento.

De facto, em termos previsionais corrigidos, ao apresentar-se uma Receita Corrente de 85.857.432,01 euros, e uma Despesa Corrente de 73.332.133,63 euros, está-se a propor uma poupança corrente de cerca de 12,5 milhões de euros.

Quadro n.º 17

Investimento e suas Fontes de Financiamento

(Un: Euros)

Designação	Valor
Investimento (a)	40.871.608,48
1 - Receitas de Capital	31.984.775,06
Vendas de Bens de Investimento	221.420,00
FEF (Capital)	2.293.499,00
Fundos Comunitários	16.088.369,72
Outras Transferências de Capital	2.448.784,29
Recurso ao Crédito	10.789.808,72
Outras Receitas de Capital	142.893,33
2 - Poupança Corrente	12.525.298,38
3 - Rep. não abatidas aos pagamentos	61.507,13
4 - Saldo da Gerência Anterior	5.595.816,49
Total Fontes de Financiamento (1+2+3+4)	50.167.397,06
Investimento/ Fontes de Financiamento (%)	81,47%

(a) Investimento + in (transferências de capital para outras entidades)

Pela análise do quadro anterior, podemos verificar que o Investimento absorveu 81,47% das receitas provenientes das diversas fontes de financiamento, sendo que a Poupança Corrente aparece como um dos seus maiores contributos, logo a seguir ao dos Fundos Comunitários.

Talvez seja importante lembrar que o Investimento direto e indireto não traduz a globalidade dos esforços realizados pelas autarquias locais nesta área, uma vez que não reflete, nomeadamente as verbas despendidas através de obras realizadas por administração direta.

Relatório de Gestão

4.2. Mapa dos Fluxos de Caixa

O mapa de fluxos de caixa funciona como um documento síntese de toda a execução orçamental, articulando e equilibrando os recebimentos e os pagamentos, quer de operações orçamentais quer de operações de tesouraria.

O resultado dos movimentos financeiros ocorridos durante a gerência de 2011 aparece refletido no Quadro n.º 18, verificando-se que as entradas de fundos corresponderam a 125.450.855,72 euros – 117.903.714,20 euros provenientes de receitas orçamentais e 7.547.141,52 euros resultantes de Operações de Tesouraria.

Desta forma, sendo a Despesa Global (120.281.150,73 euros) superior em 2.377,436,53 euros à receita efetivamente cobrada, e existindo um saldo inicial de 9.225.443,26 euros, o saldo transitado para a gerência seguinte será de 7.012.635,28 euros. Este saldo poder-se-á decompor em 3.218.379,96 euros como saldo de operações orçamentais e 3.794.255,32 euros como saldo de operações de tesouraria.

Quadro n.º 18

Resumo dos Fluxos de Caixa

(Un: Euros)

Recebimentos		Pagamentos	
Saldo da Gerência anterior	9.225.443,26	Despesas Orçamentais	120.281.150,73
Execução Orçamental	5.595.816,49	Correntes	73.332.133,63
Operações de Tesouraria	3.629.626,77	Capital	46.949.017,10
Receitas Orçamentais	117.903.714,20	Operações de Tesouraria	7.382.512,97
Correntes	85.857.432,01	Saldo para a Gerência Seguinte	7.012.635,28
Capital	31.984.775,06	Execução Orçamental	3.218.379,96
Outras	61.507,13	Operações de Tesouraria	3.794.255,32
Operações de Tesouraria	7.547.141,52		
Total	134.676.298,98	Total	134.676.298,98

Talvez seja útil referir que são consideradas Operações de Tesouraria as cobranças que os serviços autárquicos realizam para terceiros. São operações de entrada e saída de fundos à margem do orçamento, sendo apenas objeto de movimentação contabilística no sistema da contabilidade patrimonial. Também se incluí neste agrupamento as cauções e garantias de clientes e fornecedores.

O Quadro n.º 19 apresenta estas movimentações de fundos agrupadas por destinatários, com a inclusão do saldo da gerência anterior e a obtenção do saldo para a gerência seguinte.

Da análise do quadro podemos verificar que, no ano de 2011, o fluxo financeiro de entradas em cofre e destinados a outras entidades foi de 7.547.141,52 euros, enquanto que os movimentos de saída totalizaram o valor de 7.382.512,97 euros.

Relatório de Gestão

Quadro n.º 19

Detalhe dos Fluxos de Operações de Tesouraria em 2011

(Un: Euros)

Descrição	Saldo Inicial	Entrada	Saída	Saldo Final
Clientes e utentes c/ cauções	1.085.910,61	11.264,09	41.229,13	1.055.945,57
Fornecedores - cauções e garantias	2.724,60	0,00	0,00	2.724,60
Cobranças para o Estado	176.178,07	2.518.124,24	2.527.912,40	166.389,91
Contribuições para a Segurança Social	268.444,28	2.969.253,87	3.039.528,49	198.169,66
Fornecedores de imobilizado - cauções e garantias	1.697.567,19	633.644,85	344.824,41	1.986.387,63
Cobranças para Sindicatos	5.323,40	60.743,10	66.066,50	0,00
Cobranças para Administração Autárquica	62.672,63	10.491,82	27.643,05	45.521,40
Cobranças relativas a quotizações	14.170,51	157.129,70	171.297,72	2,49
Outras	316.635,48	1.186.489,85	1.164.011,27	339.114,06
Total	3.629.626,77	7.547.141,52	7.382.512,97	3.794.255,32

4.3 Contas de Ordem

As contas de ordem têm por finalidade contabilizar factos ou circunstâncias que não produzem modificações no património da autarquia, mas que representam possibilidades de futuras alterações ao mesmo. São objeto de registo nestas contas: as garantias e/ou cauções tituladas a favor da autarquia; as garantias tituladas pela autarquia a favor de terceiros; e a cobrança de receita virtual (os chamados recibos para cobrança).

O Quadro n.º 20 reflete os movimentos ocorridos nas contas de ordem, durante o ano em análise.

Quadro n.º 20

Movimentação das Contas de Ordem em 2011

(Un: Euros)

Saldo da Gerência anterior	26.293.064,07	Garantias e Cauções acionadas	42.635,50
Garantias e Cauções	5.760.929,83	Garantias e Cauções devolvidas	98.900,00
Recibos para cobrança	20.532.134,24	Receita Virtual Cobrada	1.112.198,32
		Receita Virtual Anulada	630.367,31
Garantias e Cauções prestadas	1.092.701,97	Saldo para a Gerência seguinte	25.956.040,80
Receita Virtual Liquidada	454.375,89	Garantias e Cauções	6.712.096,30
		Recibos para cobrança	19.243.944,50
Total	27.840.141,93	Total	27.840.141,93

No início do ano de 201, a autarquia detinha 20.532.134,24 euros de recibos para cobrança (receita virtual), a que acresceu durante o ano o montante de 454.375,89 euros. No entanto, 1.112.198,32 euros foram transformados em receita efetiva e 630.367,31 euros foram anulados, pelo que transitou para 2012 um valor de débitos ao tesoureiro que ascende a 19.243.944,50 euros.

Por outro lado, para 2012 transita um valor de fundos caucionados de 6.712.096,30 euros, resultante de um saldo inicial de 5.760.929,83 euros, a que acresceu a prestação de cerca de 1.092.701,97 euros, deduzida da libertação de cauções em cerca de 141.535,50 euros.

Relatório de Gestão

5. ANÁLISE PATRIMONIAL

5.1. Evolução da Situação Económica e Financeira

O Balanço pretende retratar a estrutura económico-financeira, apresentando a situação do património da autarquia à data de encerramento de um exercício, dando a conhecer, por um lado, o Ativo, constituído pelos bens e direitos que representam a aplicação de fundos, isto é, a sua estrutura económica, e, por outro lado, o Passivo e Capital Próprio que representam a estrutura financeira, ou seja, a origem de fundos.

5.1.1. Análise do Balanço

5.1.1.1. Estrutura e Evolução

Quadro n.º 21

Balanço

(Un: Euros)

Descrição	2010		2011		Variação	
	Valor	Peso %	Valor	Peso %	Valor	%
ATIVO						
IMOBILIZADO	618.793.983,12	96,3	643.829.040,32	92,4	25.035.057,20	4,0
Bens de Domínio Público	120.362.123,32	18,7	109.810.646,83	15,8	-10.551.476,49	-8,8
Imobilizações Incorpóreas	899.070,51	0,1	739.055,22	0,1	-160.015,29	-17,8
Imobilizações Corpóreas	495.827.398,41	77,2	531.645.822,39	76,3	35.818.423,98	7,2
Investimentos Financeiros	1.705.390,88	0,3	1.633.515,88	0,2	-71.875,00	-4,2
CIRCULANTE	23.643.540,28	3,7	53.183.038,32	7,6	29.539.498,04	124,9
Existências	337.041,41	0,1	366.824,74	0,1	29.783,33	8,8
Dívidas de Terceiros - Médio/ Longo Prazos	31.564,58	0,0	70.799,74	0,0	39.235,16	0,0
Dívidas de Terceiros - Curto Prazo	8.450.748,57	1,3	42.392.593,03	6,1	33.941.844,46	401,6
Títulos Negociáveis	0,00	0,0	0,00	0,0	0,00	0,0
Disponibilidades	9.225.443,26	1,4	7.012.635,28	1,0	-2.212.807,98	-24,0
Acréscimos e Diferimentos	5.598.742,46	0,9	3.340.185,53	0,5	-2.258.556,93	-40,3
TOTAL DO ATIVO	642.437.523,40	100,0	697.012.078,64	100,0	54.574.555,24	8,5
CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO						
FUNDOS PRÓPRIOS	458.132.363,06	100,0	470.687.148,60	100,0	12.554.785,54	2,7
Património	409.816.918,13	89,5	429.128.477,09	91,2	19.311.558,96	4,7
Reservas de Reavaliação	0,00	0,0	0,00	0,0	0,00	0,0
Reservas Legais	2.352.232,01	0,5	2.352.232,01	0,5	0,00	0,0
Reservas Livres	0,00	0,0	0,00	0,0	0,00	0,0
Subsídios	4.794.712,94	1,0	6.844.413,72	1,5	2.049.700,78	42,7
Doações	6.582.808,40	1,4	6.582.808,40	1,4	0,00	0,0
Resultados Transitados	43.246.319,04	9,4	34.920.761,51	7,4	-8.325.557,53	-19,3
Resultado Líquido do Exercício	-8.660.627,46	-1,9	-9.141.544,13	-1,9	-480.916,67	5,6
PASSIVO	184.305.160,34	100,0	226.324.930,04	100,0	42.019.769,70	22,8
Provisões para riscos e encargos	0,00	0,0	0,00	0,0	0,00	0,0
Dívidas a Terceiros - Médio e Longo Prazo	37.394.167,65	20,3	45.246.631,74	20,0	7.852.464,09	21,0
Dívidas a Terceiros - Curto Prazo	42.760.840,47	23,2	34.424.480,59	15,2	-8.336.359,88	-19,5
Acréscimos e Diferimentos	104.150.152,22	56,5	146.653.817,71	64,8	42.503.665,49	40,8
TOTAL DO CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO	642.437.523,40	100,0	697.012.078,64	100,0	54.574.555,24	8,5

Relatório de Gestão

Pela análise do Balanço resumido acima apresentado, constata-se que o Ativo aumentou cerca de 8,5%, enquanto que os Capitais Próprios e o Passivo tiveram um crescimento de 2,7% e 22,8% respetivamente.

Através da análise da estrutura do **Ativo**, podemos constatar que houve um aumento do peso relativo do Ativo Circulante, influenciada pelo aumento do peso das Dividas de Terceiros a Curto Prazo (de 1,3% para 6,1%), e uma diminuição do peso do Ativo Fixo, influenciado pela diminuição dos Bens de Domínio Público.

No que diz respeito à estrutura do **Passivo**, notamos uma diminuição do peso das dividas de curto prazo e de médio e longo prazo e, um aumento das dos Acréscimos e Diferimentos, que se traduziu, em 2011, num aumento do seu valor em cerca de 42 milhões de euros. Aqui é importante realçar que, no ano 2011, à semelhança dos anos anteriores, a dívida relativa a empréstimos de médio e longo prazo que será paga durante o ano 2012, no montante de 4.657.135,45 euros, foi inserida, em termos de balanço, nas dívidas a terceiros de curto prazo.

Já a estrutura dos **Fundos Próprios** representa no final do exercício 470.687.148,60 euros, sendo que 91,2% deste valor corresponde ao Património do Município. Também, dentro deste agregado, e à semelhança do que ocorreu em 2010, verifica-se um contributo negativo dos Resultados Líquidos do Exercício de -1,9%. De referir ainda que esta componente do Balanço, que entre 2010 e 2011 verificou um ligeiro aumento de 2,7%, sobretudo influenciado pela contribuição positiva da evolução ocorrida na rubrica do Património.

5.1.1.2. Apreciação das principais contas

O **Imobilizado**, no seu cômputo geral, apresenta um crescimento de 4% face ao ano de 2010, a que corresponde um acréscimo de 25.035.057,20 euros. Apesar do acréscimo do imobilizado, em termos brutos, ter sido na ordem dos 51 milhões de euros, as amortizações e reintegrações do exercício absorveram 26 milhões de euros. Quanto aos Bens de Domínio Público podemos constatar que o seu valor, em termos de Ativo Líquido, face a 2010, diminuiu em 10,5 milhões de euros, correspondendo a uma variação negativa de 8,8%, enquanto que as Imobilizações Corpóreas sentiram um acentuado aumento em 35.818.423,98 euros, equivalendo a uma variação positiva de 7,2%.

No que concerne às **Dívidas de Terceiros** podemos constatar que o seu peso no total do Ativo aumentou cerca de 4,8 p.p., o que corresponde a uma variação positiva de 401,6% face ao ano de 2010, variação esta que fica a dever-se, principalmente, à conta 26.8. “Devedores e Credores Diversos” onde foi registado o montante de 33.002.000,05 euros referentes ao reconhecimento de um direito a receber em exercícios futuros, relativos às rendas de concessão da exploração e gestão dos serviços públicos municipais de abastecimento de água e de recolha, tratamento e rejeição de água residuais do Município de Matosinhos, celebrado com a INDAQUA MATOSINHOS - Gestão de Águas de Matosinhos, S.A., no valor total de 3.519.723,95 euros, por um período de 21 anos (termina em 28-02-2033) e da distribuição de energia elétrica em baixa tensão celebrado com a EDP Distribuição – Energia, S.A., no valor global de 29.482.276,10 euros, por um período de 10 anos (termina em 24-07-2021).

Já as **Disponibilidades** diminuíram cerca de 24%, com uma ligeira quebra do seu peso no total do ativo de 0,4%, totalizando 7.012.635,28 euros, dos quais 6.991.397,48 euros eram constituídos por depósitos em instituições financeiras e 21.237,80 euros por

Relatório de Gestão

valores em caixa. Em termos económicos, 3.794.255,32 euros dizem respeito a operações de tesouraria lato sensu, constituindo os restantes 3.218.379,96 euros o saldo de gerência orçamental.

Quanto aos **Acréscimos e Diferimentos**, pela análise do Balanço verificamos que, à semelhança do seu peso no Ativo que apresentou um decréscimo face ao de 2010 em 0,4 p.p. (de 0,9% para 0,5%), obteve um decréscimo do seu valor absoluto de 2.258.556,93 euros. Este decréscimo ficou-se a dever, essencialmente, à diminuição dos Acréscimos de Proveitos relativos aos impostos diretos, principalmente ao nível do Imposto Municipal sobre Transmissões Onerosas de Imóveis.

O aumento do **Património** decorreu sobretudo da inclusão neste agregado de bens móveis e imóveis já pertencentes à Autarquia, na altura da elaboração do inventário inicial, mas que não tinham sido inventariados (como se pode ver no ponto 8.2.28 dos Anexos às Demonstrações Financeiras, na explicação da conta 51.1), e da constituição de propriedade horizontal em alguns dos conjuntos habitacionais propriedade do Município, que implicaram a correção do valor inventariado por se ter considerado que o valor da avaliação inicial, por ter sido feito em bloco, não estava correto (ver no ponto 8.2.28 dos Anexos às Demonstrações Financeiras, na explicação da conta 51.2).

Quanto à conta de **Reservas Legais**, à semelhança do ano anterior, manteve o mesmo valor, correspondente a 2.352.232,01 euros, devido ao resultado líquido, da gerência anterior, negativo.

A conta do **Resultado Líquido do Exercício** será objeto de análise no ponto seguinte.

Em relação aos **Resultados Transitados**, podemos constatar que sentiram um decréscimo de 19,3%, relativamente ao ano anterior, passando de 43.246.319,04 euros para 34.920.761,51 euros, influenciados essencialmente pela incorporação dos Resultados Líquidos do Exercício negativos apurados em 2010.

As contas de **Doações** – 57.6 – não obteve qualquer movimento no ano 2011, ficando com o mesmo saldo de 2010 - 6.582.808,40 euros.

No que se refere às **Dívidas a Terceiros de médio e longo prazos**, elas resumem-se a empréstimos e locação financeira contratados pela autarquia, que sofreram um aumento de 21% decorrente da utilização de empréstimos contratados em 2009 e 2010 (como iremos ver na análise do Quadro n.º 22).

Relativamente às **Dívidas a Terceiros**, mas de curto prazo, podemos, pela análise do Balanço, constatar que sofreram uma diminuição significativo de 19,5% explicada, essencialmente, pela diminuição da dívida refletida nas contas de Fornecedores de Serviços e de Imobilizado, conjugado com o volume de faturas em receção e conferência no final do ano de 2011.

Os **Acréscimos de Custos** diminuíram, de 5.880.866,03 euros em 2010 para 4.773.408,61 em 2011, devido ao decréscimo do montante relativo a custos que só vão originar despesa no ano seguinte.

Já os **Proveitos Diferidos** aumentaram em cerca de 44% devido essencialmente ao registo na conta 27.4.9 – Ouros Proveitos Diferidos - do montante de 33.002.000,05 euros referente ao reconhecimento de um direito a receber em exercícios futuros, relativos às rendas de concessão, já explicado no item Dividas de Terceiros.

Relatório de Gestão

5.1.2. Análise da Demonstração de Resultados

Com a Demonstração de Resultados pretende-se aferir o grau de eficiência económica atingido, de forma a prognosticar a capacidade da autarquia em gerar fluxos de caixa.

Quadro n.º 22
Demonstração de Resultados

(Un: Euros)

Descrição	2010		2011		Variação	
	Valor	Peso %	Valor	Peso %	Valor	%
CUSTOS E PERDAS						
Custo da Mercadorias Vendidas e Matérias Consumidas	896.607,85	0,7	807.313,79	0,8	-89.294,06	-10,0
Fornecimentos e Serviços Externos	30.792.738,73	25,4	27.135.980,51	26,6	-3.656.758,22	-11,9
Custos com o Pessoal	32.119.202,58	26,5	30.323.509,34	29,7	-1.795.693,24	-5,6
Transferências e Subs. Correntes Concedidos e Prestações Sociais	10.617.558,54	8,8	10.808.649,12	10,6	191.090,58	1,8
Amortizações do Exercício	26.232.628,76	21,7	27.244.035,20	26,7	1.011.406,44	3,9
Provisões do Exercício	0,00	0,0	0,00	0,0	0,00	0,0
Outros Custos Operacionais	285.744,94	0,2	391.838,98	0,4	106.094,04	37,1
(A) Custos e Perdas Operacionais	100.944.481,40	83,4	96.711.326,94	94,9	-4.233.154,46	-4,2
Custos e Perdas Financeiros	842.027,71	0,7	1.605.332,08	1,6	763.304,37	90,7
(C) Custos e Perdas Correntes	101.786.509,11	84,1	98.316.659,02	96,4	-3.469.850,09	-3,4
Custos e Perdas Extraordinários	19.306.268,45	15,9	3.619.145,95	3,6	-15.687.122,50	-81,3
Total dos Custos e Perdas	121.092.777,56	100,0	101.935.804,97	100,0	-19.156.972,59	-15,8
PROVEITOS E GANHOS						
Vendas e Prestações de Serviços	4.200.763,16	3,7	4.220.796,07	4,5	20.032,91	0,5
Impostos e Taxas	53.506.547,17	47,6	50.885.359,06	54,8	-2.621.188,11	-4,9
Variação de Produção	0,00	0,0	-2.476,35	0,0	-2.476,35	0,0
Trabalhos para a Própria Entidade	0,00	0,0	0,00	0,0	0,00	0,0
Proveitos Suplementares	0,00	0,0	0,00	0,0	0,00	0,0
Transferências e Subsídios Obtidos	26.886.472,09	23,9	26.511.491,46	28,6	-374.980,63	-1,4
Outros Proveitos e Ganhos Operacionais	2.530.000,00	2,3	2.010.850,00	2,2	-519.150,00	0,0
(B) Proveitos e Ganhos Operacionais	87.123.782,42	77,5	83.626.020,24	90,1	-3.497.762,18	-4,0
Proveitos e Ganhos Financeiros	495.399,34	0,4	749.238,43	0,8	253.839,09	51,2
(D) Proveitos e Ganhos Correntes	87.619.181,76	77,9	84.375.258,67	90,9	-3.243.923,09	-3,7
Proveitos e Ganhos Extraordinários	24.812.968,34	22,1	8.419.002,17	9,1	-16.393.966,17	-66,1
Total dos Proveitos e Ganhos	112.432.150,10	100,0	92.794.260,84	100,0	-19.637.889,26	-17,5
Resultados Operacionais: (B) - (A)	-13.820.698,98		-13.085.306,70		735.392,28	
Resultados Financeiros: (D-B) - (C-A)	-346.628,37		-856.093,65		-509.465,28	
Resultados Correntes: (D) - (C)	-14.167.327,35		-13.941.400,35		225.927,00	
Resultados Extraordinários:	5.506.699,89		4.799.856,22		-706.843,67	
Resultado Líquido do Exercício: (F) - (E)	-8.660.627,46		-9.141.544,13		-480.916,67	

Podemos verificar, pela análise de Quadro n.º 22, que se assistiu a uma diminuição dos custos, entre 2010 e 2011, diminuição esta que foi acompanhado, mais que proporcionalmente, pela diminuição de proveitos, razão pela qual se verifica em 2011 um aumento de valor negativo dos Resultados Líquidos do Exercício face ao ano 2010.

A estrutura da Demonstração de Resultados sofreu algumas alterações, senão vejamos: relativamente aos custos e perdas, a estrutura em 2011 foi semelhante à de 2010, ou seja, o peso dos custos e perdas operacionais, financeiros e extraordinários mantêm a mesma relação entre eles, apesar de no seu conjunto terem sofrido um decréscimo de 15,8%. Também os proveitos e ganhos apresentam uma variação bastante negativa, face ao ano anterior, de 17,5%, sendo, no entanto, a relação entre os proveitos operacionais, financeiros e dos extraordinários similar à de 2010. Também são os proveitos e ganhos operacionais que mais contribuem para o total dos proveitos, o que releva a capacidade da autarquia em gerar rendimentos a partir da sua atividade principal, principalmente ao nível dos impostos diretos.

Relatório de Gestão

De mencionar apenas o decréscimo acentuado quer dos custos e perdas extraordinárias, quer dos proveitos e ganho extraordinários, explicados pelos registos contabilísticos efetuados em 2010 referentes à anulação da liquidação efetuada no processo da CEPSPA Portuguesa Petróleos, SA, resultante de sentença do Tribunal, e respetiva anulação das provisões que haviam sido constituídas.

Analisando a estrutura dos **Custos e Perdas**, podemos desde logo constatar que peso dos custos com pessoal superou o peso dos Fornecimentos e Serviços Externos, embora se tenha assistido a uma perda em 5,6 p.p. relativamente ao peso desta rubrica face ao peso existente em 2010. Relativamente aos outros itens deste agregado, praticamente não se alterou face ao de 2010, com a exceção dos Custos e perdas extraordinários que viram o seu peso diminuir de 15,9% para 3,6%, pelas razões já apontadas. De facto, os Fornecimentos e Serviços Externos, os Custos com Pessoal e as Amortizações do Exercício são os que mais contribuem para o seu total.

Do lado dos **Proveitos** assistimos, pelo terceiro ano consecutivo, a uma diminuição do peso dos Impostos e Taxas, acompanhada pela diminuição do valor arrecadado em 2,6 milhões de euros face ao ano transato. Atendendo, por outro lado, ao comportamento da rubrica Transferências e Subsídios Obtidos que apesar de ter sofrido um decréscimo de 1,4% face a 2010, viu o seu peso aumentar, no total deste agrupamento, de 23,9% para 28,6%. Convém ainda salientar um decrescimento ao nível dos Proveitos Extraordinários explicados pela quebra acentuada do valor registado na conta de Provisões.

5.1.2.1. Evolução das principais rubricas

Os **Fornecimentos e Serviços Externos** diminuíram em cerca de 11,9%. Esta diminuição é explicada, por um lado, pelo decréscimo do valor de prestação de serviços de “Varreduras e Recolhas Resíduos” que em 2010 teve um registo extraordinário devido aos valores de revisões de preços dos contratos e, por outro lado, influenciado pelo decréscimo das prestações de serviços de conservação e reparação e de publicidade.

Os **Custos com Pessoal** tiveram uma variação negativa de 5,6%, decorrente essencialmente da redução remuneratória, para vencimentos superiores a 1.500,00 euros, imposta no artigo 19.º, da Lei do Orçamento de Estado par 2011.

Por outro lado, as **Transferências e Subsídios Correntes Concedidos e Prestações Sociais** assistiram a um acréscimo na ordem dos 1,8%, a que corresponde um valor de 191.090,58 euros, fruto, essencialmente, do aumento das transferências e subsídios para as empresas municipais.

Quanto às **Provisões do Exercício**, não se verificou no ano em apreço qualquer reforço da provisão.

Relativamente às **Amortizações do Exercício** houve um acréscimo face ao ano anterior de 3,9%, o que não é de admirar face ao aumento do imobilizado bruto verificado na gerência em análise, no montante de 51 milhões de euros.

Pela análise da Demonstração de Resultados, podemos ainda verificar um acréscimo dos **Custos e Perdas Financeiras** de cerca de 91%, em relação ao ano anterior, justificado pelo início do pagamento de juros dos empréstimos de longo prazo contratados em 2009 e 2010 e pelo valor pago de juros relativos a acordos com fornecedores.

Já os **Custos e Perdas Extraordinárias** tiveram um acréscimo relevante, explicado já no ponto 5.1.2.

Relatório de Gestão

Ao nível dos **Proveitos**, dever-se-á referir que as **Vendas e Prestações de Serviços** tiveram um ligeiro aumento de 0,5%, correspondente a um montante de 20.032,91 euros.

A rubrica de **Impostos e Taxas** teve uma variação negativa, face a 2010, de 4,9%, resultante da diminuição dos impostos diretos, nomeadamente do Imposto Municipal sobre Transmissões Onerosas sobre Imóveis e Derrama, cujas quedas, face ao ano 2010, se cifrou em 3,3 milhões de euros e 2,2 milhões de euros respetivamente.

Ao nível das **Transferências e Subsídios Obtidos** assistimos a um decréscimo de 1,4%, que se deveu à quebra das transferências correntes provenientes do Orçamento do Estado, ao nível do FEF, Fundo Social Municipal e Participação no IRS no total de 878.247,00 euros.

Por outro lado, assistimos a um acréscimo de 51%, face ao ano anterior, dos **Proveitos e Ganhos Financeiros**, que é justificado pelo aumento dos juros obtidos de depósitos bancários e pelo aumento do montante relativo a juros compensatórios referentes à receita proveniente do Imposto Municipal s/ transmissões Onerosas de Imóveis.

Os **Proveitos e Ganhos Extraordinários** assistiram, por outro lado, a um decréscimo de 66% face ao ano anterior, já explicado no ponto 5.1.2.

5.1.2.2. Análise dos Resultados Líquidos

Procedendo a uma análise genérica, podemos concluir que, embora o resultado operacional tenha manifestado uma evolução positiva face ao ano 2010, a evolução negativa dos Resultados financeiros e extraordinários influenciaram o Resultado Líquido do Exercício que passou de -8.660.627,46 euros em 2010 para -9.141.544,13 euros em 2011.

5.2. Dívida do Município

5.2.1. Evolução da Dívida e do Serviço da Dívida

O recurso ao endividamento autárquico está sempre dependente de duas variáveis: do nível de receitas arrecadadas e do volume de investimento a realizar.

Apesar da receita efetiva se ter mantido, à semelhança do ano anterior, acima dos 100 milhões de euros, como já vimos no ponto 2.3, o recurso ao crédito revelou-se uma importante estratégia para fazer face às crescentes despesas de investimento do nosso município.

Relatório de Gestão

Quadro n.º 23 Evolução do Stock da Dívida

(Un: Euros)				
Descrição	2008	2009	2010	2011
1- Dívida de Médio Longo Prazo no início do período	49.606.021,40	47.538.789,53	44.729.072,68	42.047.221,74
2 - Empréstimos contraídos e utilizados no período	1.953.728,98	1.454.139,60	2.992.748,38	9.456.255,80
3 - Juros Capitalizados	0,00	0,00	0,00	0,00
4 - Amortizações do período	4.020.960,85	4.263.856,46	5.674.599,32	4.669.076,95
5 - Retificação de anos anteriores	0,00	150,94	74.778,75	0,00
Dívida no final do período (1+2+3+4)	47.538.789,53	44.729.072,67	42.047.221,74	46.834.400,59
Taxa de Crescimento da Dívida	-4,2%	-5,9%	-6,0%	11,4%

O quadro anterior espelha a evolução da dívida, referente ao Município, nos últimos quatro anos, verificando-se, ao contrário do que aconteceu nos anos anteriores, um crescimento de 11,4%, passando a dívida de 42.047.221,74 euros em 2010 para 46.834.400,59 euros, em 2011. Este aumento de 4,8 milhões de euros deveu-se à utilização no montante de 8.608.249,83 euros referente ao empréstimo contratado com a CGD em 2009, para financiamento de investimentos com comparticipação comunitária e nacional, mais a utilização dos empréstimos contratados com a CGD e o IHRU para a reabilitação de conjuntos habitacionais – PROHABITA – no montante de 848.005,97 euros.

Analisando agora o Quadro n.º 24, podemos perceber que, ao contrário dos anos anteriores, os encargos financeiros obtiveram uma variação positiva e os passivos financeiros uma variação negativa, dando origem, no seu cômputo geral, a um decréscimo do serviço da dívida entre 2010 e 2011 de 13,8%. Esta variação negativa dos passivos deveu-se ao pagamento extraordinário em 2010, de parte do empréstimo contratado em 2006, no valor de 951.893,40 euros, devido à arrecadação desse montante a título de transferência de capital do FEDER para a ampliação das Escolas de Quatro Caminhos e de Corpo Santo e, da Petrogal para a construção do Parque de Estacionamento de Leça da Palmeira, causado pela reformulação dos contratos de financiamento.

Quadro n.º 24 Evolução do Serviço da Dívida

(Un: Euros)				
Descrição	2008	2009	2010	2011
Juros	1.138.683,52	929.222,11	284.899,76	470.558,80
Amortizações	4.020.960,85	4.263.856,46	5.674.599,32	4.669.076,95
Total	5.159.644,37	5.193.078,57	5.959.499,08	5.139.635,75
Taxa de Crescimento	3,1%	0,6%	14,8%	-13,8%

Relatório de Gestão

Já a variação positiva dos encargos financeiros deveu-se essencialmente ao pagamento de juros referentes á utilização do empréstimo de longo prazo contratado com a CGD em 2009.

5.2.2. Limite da Capacidade de Endividamento

A Lei n.º 2/2007, de 15 de Janeiro - Lei das Finanças Locais - estabelece as regras de cálculo do endividamento autárquico.

De acordo com o estabelecido no artigo 36º o endividamento líquido municipal é igual à diferença entre a soma dos passivos, qualquer que seja a sua forma, incluindo os empréstimos contraídos, os contratos de locação financeira e as dívidas a fornecedores, e a soma dos ativos, nomeadamente o saldo de caixa, os depósitos em instituições financeiras, as aplicações de tesouraria e os créditos sobre terceiros.

A presente lei estabelece dois tipos de limites: o limite de endividamento líquido municipal e o limite geral de empréstimos dos municípios.

Relativamente ao limite de endividamento líquido municipal (LELM), o montante do endividamento líquido total (ELT) do município, em 31 de Dezembro de cada ano, não pode exceder 125% do montante das receitas provenientes dos impostos municipais, das participações do município no FEF, da participação no IRS, da derrama e da participação nos resultados das entidades do SEL, relativas ao ano anterior.

Já quanto ao limite geral dos empréstimos de médio e longo prazo, o montante da dívida do município referente a empréstimos desta natureza não pode exceder, em 31 de Dezembro de cada ano, o montante das receitas referidas no parágrafo anterior.

No entanto, nos artigos 39º e 61º da nova Lei das Finanças Locais, estão definidos os empréstimos que ficam excluídos dos limites de endividamento referidos anteriormente, nomeadamente: empréstimos anteriormente contraídos ao abrigo de disposições legais que os excecionavam dos limites de endividamento; empréstimos destinados ao financiamento de programas de reabilitação urbana; empréstimos destinados exclusivamente ao financiamento de projetos com comparticipação de fundos comunitários, desde que o montante máximo do crédito não exceda 75% do montante da participação pública nacional; empréstimos destinados ao financiamento de investimentos na recuperação de infraestruturas municipais afetadas por calamidade pública; entre outros.

No Quadro n.º 25 agruparam-se os diversos empréstimos do município, de forma a evidenciar os empréstimos que relevam ou não para efeitos de determinação da capacidade de endividamento da autarquia.

Podemos constatar que o capital em dívida dos empréstimos que relevam para a capacidade de endividamento é inferior ao dos empréstimos que não relevam – 39% e 61% respetivamente. No entanto se considerarmos a total utilização do empréstimo de longo prazo contratado em 2009, no montante de 22.438.806,00 euros, e dos empréstimos contratados em 2010, no montante de 4.365.647,55 euros, a percentagem de dívida dos empréstimos que relevam para a capacidade de endividamento passaria de 28% para 50%.

Aqui também é importante realçar que no final de 2011 foram efetuados quatro contratos de empréstimo de longo prazo, no montante global de 4.951.197,36 euros, inseridos no programa QREN-EQ (Empréstimos Quadro) do BEI, não considerados na análise do stock da dívida pelo facto de só produzirem efeitos com o visto do Tribunal de Contas, solicitado já no decurso do ano 2012.

Relatório de Gestão

Quadro n.º 25 Evolução do Stock da Dívida

(Un: Euros)

Data do Contrato	Finalidade	Entidade Credora	Capital		Encargos do Ano		Valores Acumulados		Capital em Dívida em 31/12/2011
			Contratado	Utilizado	Amortizações	Juros	Amort.	Juros Capit.	
09-07-1997	Centro Ciências Tec. Mar	C.G.D.	4.987.979	3.514.854	324.117	8.542	3.185.826	0	329.028
13-09-2000	Diversos empreendimentos	BPI	9.975.958	9.623.866	1.040.739	35.286	7.503.598	0	2.120.268
03-10-2000	Diversos empreendimentos	C.G.D.	9.975.958	3.516.566	389.941	8.967	3.121.427	0	395.139
08-10-2002	Financiamento complementar de diversos empreendimentos	C.G.D.	2.908.766	2.162.294				0	
					120.746	26.362	690.811		1.471.482
29-12-2006	Diversos Empreendimentos	BPI	2.410.000	2.410.000	127.968	15.868	1.250.948	0	1.159.052
19-05-2009	Diversos Empreendimentos	C.G.D.	20.365.764	12.152.733				0	
					0	231.492	0		12.152.733
29-12-2010	Diversos Empreendimentos	C.G.D.	2.625.000	0		0	0	0	0
27-10-2010	Conjunto Habitacional de Lavra	IHRU	7.172	0		0	0	0	0
27-10-2010	Conjuntos Habitacionais da Guarda - Blocos E+F	IHRU	15.355	0		0	0	0	0
27-10-2010	Conjuntos Habitacionais da Guarda - Bloco B	IHRU	88.200	83.063		0	0	0	83.063
27-10-2010	Bairro da Caixa Têxtil	IHRU	7.411	7.338		0	0	0	7.338
27-10-2010	Conjunto Habitacional da Estação	IHRU	4.450	0		0	0	0	0
27-10-2010	Conjunto Habitacional de Teixeira Lopes	IHRU	82.168	82.168	1.936	484	1.936	0	80.232
27-10-2010	Conjunto Habitacional Fundação Salazar	IHRU	132.509	131.490		0	0	0	131.490
16-11-2010	Conjunto Habitacional da Lagoa	C.G.D.	211.410	211.410		369	0	0	211.410
16-11-2010	Diversos Conjuntos Habitacionais	C.G.D.	1.191.972	332.537		3.299	0	0	332.537
(A) Total do Serviço da Dívida para Efeitos de Cálculo da Capacidade de Endividamento					2.005.447	330.667	15.754.546	0	18.473.772
16-06-1994	Habitação - Biquinha 3	C.G.D.	490.857	490.857	28.995	1.693	289.317	37.331	238.871
16-06-1994	Habitação - Cruz de Pau	C.G.D.	719.306	719.306	42.839	2.390	424.152	57.313	352.467
16-06-1994	Habitação - Guarda/Perafita	C.G.D.	1.827.715	1.827.715	105.099	6.556	1.021.306	169.459	975.868
16-06-1994	Habitação - S. Gens	C.G.D.	1.950.100	1.950.100	113.291	7.006	1.136.140	179.322	993.282
(B1) Total do Serviço da Dívida no Âmbito da Construção de Habitações Sociais					290.225	17.645	2.870.915	443.425	2.560.489
22-07-1996	Conj. Habit. Sendim	C.G.D.	6.014.774	5.865.100	259.755	13.275	2.534.233	0	3.330.867
09-08-1996	Conj. Habit. Soutelo	C.G.D.	535.465	519.463	23.227	1.179	233.579	0	285.884
09-08-1996	Conj. Habit. Custóias	C.G.D.	589.080	570.804	25.523	1.296	256.665	0	314.139
02-02-1998	Conj. Habit. S. Hora	C.G.D.	689.354	604.508	25.462	1.330	277.835	0	326.673
16-05-2000	Conj. Habit. Cruz de Pau	BPI	785.756	771.241	37.155	9.688	393.945	0	377.297
16-05-2000	Conj. Habit. Seixo	BPI	1.539.724	1.539.724	72.547	18.915	803.037	0	736.687
18-05-2000	Conj. Habit. Padrão Légua, Chouso e Perafita	BPI	2.388.778	2.241.987	113.693	4.823	1.080.486	0	1.161.501
07-11-2000	Diversos empreendimentos	C.G.D.	36.549.031	31.229.155	1.816.044	71.740	12.703.447	0	18.525.708
19-05-2009	Diversos Empreendimentos	C.G.D.	2.073.042	741.384	0	0	0	0	741.384
(B2) Total do Serviço da Dívida no Âmbito do Programa Especial de Realojamento					2.373.405	122.246	18.283.228	0	25.800.140
(B) Total do Serviço da Dívida sem Efeitos para o Cálculo da Capacidade de Endividamento					2.663.630	139.891	21.154.143	443.425	28.360.629
TOTAL GERAL DO SERVIÇO DA DÍVIDA (A) + (B)					4.669.077	470.559	36.908.689	443.425	46.834.401

Relatório de Gestão

De forma a facilitar a análise dos limites de endividamento líquido e bancário, assim como da capacidade de endividamento da autarquia foram construídos os seguintes quadros resumo.

Quadro n.º 26

Receitas Arrecadas em 2010

(Un: Euros)

Descrição	Receitas cobradas Brutas (1)	Reembolsos e restituições pagos (2)	Receita cobrada Líquida (3)=(1)-(2)
Imposto Municipal sobre Imóveis	22.546.318,24	246.991,43	22.299.326,81
Imposto Municipal sobre as Transmissões Onerosas de Imóveis	10.503.866,95	387.691,72	10.116.175,23
Imposto Municipal sobre Veículos + IUC	2.978.115,04	0,00	2.978.115,04
Contribuição Autárquica	47.580,77	351,31	47.229,46
Imposto Municipal de Sisa	33.753,37	281,04	33.472,33
Derrama	8.107.357,05	0,00	8.107.357,05
Fundo de Equilíbrio Financeiro e Participação no IRS (a)	14.406.552,00		14.406.552,00
Receitas arrecadadas a título de participação nos resultados das entidades do SEL	0,00		0,00
Total das receitas	58.623.543,42	635.315,50	57.988.227,92

(a) MAPA XIX DO ORÇAMENTO DO ESTADO PARA 2011 - valor considerado pela DGAL

Quadro n.º 27

Endividamento Líquido / Bancário

(Un: Euros)

Entidades	Endividamento Líquido Total	Endividamento Bancário de Médio e Longo Prazo
Câmara	-18.038.582,90	18.473.771,93
Entidades Societárias		
MH - Matosinhos Habit, E.M.	0,00	0,00
MS - Matosinhos Sport, E.M.	0,00	0,00
Primus MGv SA	0,00	0,00
Leixões S. C. - Futebol SAD	1.291.380,63	0,00
Associações de Municípios		
LIPOR	-2.184.030,13	0,00
Área Metropolitana do Porto	-569.721,35	0,00
Total	-19.500.953,75	18.473.771,93

Da análise do quadro n.º 27 podemos verificar, por um lado, quais são as entidades consideradas para a cálculo do endividamento líquido e bancário e, por outro lado, qual o seu contributo em termos de valor.

De acordo com o estabelecido no art. 32.º da Lei n.º 53-F/2006, de 29 de Dezembro, e do art. 36.º da Lei das Finanças Locais, com as alterações introduzidas pelos artigos n.ºs 28.º e 29.º da Lei n.º 67-A/2007, de 31 de Dezembro (O.E. para 2008) e pelo artigo 54.º da Lei n.º 64-A/2008, de 31 de Dezembro (O.E. para 2008), o conceito de endividamento líquido total inclui: o endividamento líquido e os empréstimos das associações de municípios, das entidades que integram o sector empresarial local (SEL) e das sociedades comerciais nas quais o município detenha, direta ou indiretamente, uma participação social, à exceção das empresas que não estejam integradas no sector empresarial local, proporcional à participação do município no seu capital social, em caso de incumprimento das regras de

Relatório de Gestão

equilíbrio das contas previstas no regime jurídico do SEL – Lei n.º 53-F/2006, de 29 de Dezembro.

Das entidades societárias presentes no quadro n.º 27, apenas o Leixões S.C. – Futebol SAD apresenta na Demonstração de Resultados o resultado de exploração anual operacional acrescido dos encargos financeiros negativo, no montante de -821.804,04 euros, não cumprindo assim as regras de equilíbrio estabelecidas no Regime Jurídico do Sector Empresarial Local.

Quadro n.º 28

Equilíbrio das Contas das Sociedades Participadas

(Un: Euros)

Sociedades Comerciais	Resultados Operacionais	Encargos Financeiros	Desequilíbrio das Contas	Participação no Capital	Verba a transferir
Matosinhos Sport, E.M.	66.897,25	-66.897,25	0,00	100%	0,00
Matosinhos Habit, E.M.	129.684,96	-51.304,36	78.380,60	100%	0,00
Leixões S. C. - Futebol SAD	-401.534,10	-420.269,94	-821.804,04	20%	164.360,81
Primus MGV SA	48.427,57	-511,98	47.915,59	0,06%	0,00

De acordo com o disposto no n.º 2 do artigo 31.º do Regime Jurídico do Sector Empresarial Local, nesta situação é obrigatória, por parte do Município, a realização de uma transferência financeira com vista à cobertura dos prejuízos de exploração anual acrescido dos encargos financeiros. O n.º 3 deste mesmo artigo vai ainda mais longe, estabelecendo que o Município deveria prever no seu orçamento anual o montante previsional necessário à cobertura dos referidos prejuízos.

Nestes termos, caso o Município não efetue a transferência necessária para ultrapassar o desequilíbrio, o endividamento líquido e os empréstimos destas entidades relevam para o cômputo do endividamento municipal, na proporção da participação do município no capital social da entidade, dando-se assim cumprimento ao disposto na alínea b) do n.º 2 do artigo 36.º da Lei n.º 2/2007, de 15 de Janeiro.

Já em relação à Matosinhos Sport, EM., apesar de apresentar na Demonstração de Resultados as contas equilibradas, de facto isto decorre do registo contabilístico da cobertura de prejuízos de exploração acrescido dos encargos financeiro a efetuar pelo município, no montante de 189.702,87 euros.

Assim, e face ao exposto, a capacidade de endividamento do município foi calculada considerando o contributo das Associações de Municípios (LIPOR e AMP) e da sociedade comercial Leixões S.C. – Futebol SAD.

Relatório de Gestão

Quadro n.º 29 Capacidade de Endividamento

(Un: Euros)

Capacidade Endividamento LFL	Valor
1 - Receitas Arrecadas em 2010 (A)	57.988.227,92
2 - Endividamento Líquido Total	-19.500.953,75
3 - Limite de Endividamento Líquido Municipal = 125% x A	72.485.284,90
4 - Endividamento Bancário de Médio e Longo Prazo	18.473.771,93
5 - Limite de Endividamento Bancário = A	57.988.227,92
6 - Capacidade de Endividamento Líquido (3-2)	91.986.238,65
7 - Capacidade de Endividamento Bancário (5-4)	39.514.455,99
8 - Índice da Capacidade de Endividamento Líquido (6/3)	126,90%
9 - Índice da Capacidade de Endividamento Bancário (7/5)	68,14%

Analisando o **Endividamento Líquido Total** á luz da Lei das Finanças Locais podemos constatar que o valor de – 19.500.953,75 euros, calculado pela diferença, como vimos anteriormente, entre o somatório dos Passivos e o somatório dos Ativos, é inferior ao Limite de Endividamento Líquido Municipal, presente do quadro n.º 29, no montante de 72.485.284,90 euros, em 91.986.238,65 euros. Isto significa que o município não só não utilizou a sua capacidade de endividamento (72.485.284,90 euros), como ainda tem por utilizar o montante de 19.500.953,75 euros.

Já no **Endividamento Bancário** de médio e longo prazo, o montante de 18.473.771,93 euros representa o capital em dívida em 31 de Dezembro de 2011 dos empréstimos não excecionados, do município e das entidades referidas no quadro n.º 27. Assim, Pela análise do quadro n.º 29 podemos concluir que, no final de 2011, o município dispunha de um índice de Capacidade de Endividamento Bancário de 68,14%, ou seja, do Limite de Endividamento Bancário de 57.988.227,92 euros apenas se utilizou cerca de 32%, ou seja 18.473.771,93 euros.

5.2.3. Limite e capacidade de endividamento calculado nos termos do Orçamento de Estado para 2011

De acordo com o artigo n.º 53.º da Lei n.º 55-A/2010, de 31 de Dezembro (O.E.2011), com a alteração introduzida pela Lei n.º 60-A/2011, de 30 de Novembro, em 31 de Dezembro de 2011 o valor do endividamento líquido, calculado nos termos da Lei n.º 2/2007, de 15 de Janeiro, alterada pelas Leis n.os 22 -A/2007, de 29 de Junho, 67 -A/2007, de 31 de Dezembro, e 3 -B/2010, de 28 de Abril, de cada município não pode exceder o que existia em 31 de Dezembro de 2010.

Relatório de Gestão

Quadro n.º 30
Capacidade de Endividamento

(Un: Euros)

Capacidade Endividamento LOE 2011	Valor
1 - Limite de Endividamento Líquido Municipal = EL 31/12/2010	7.126.148,74
2 - Endividamento Líquido Total	-19.500.953,75
3 - Capacidade de Endividamento Líquido (1-2)	26.627.102,49
4 - Índice da Capacidade de Endividamento Líquido (3/)	373,65%

Assim sendo, conjugando o que foi referido no ponto 5.2.2 com esta redação o limite de endividamento líquido passa de 72.485.284,90 euros (calculado com base na Lei das Finanças Locais) para 7.126.148,74 euros (calculado nos termos da LOE para 2011). Comparando este limite com o montante de endividamento líquido total á data de 31 de Dezembro (-19.500.953,75 euros), verifica-se que a capacidade de endividamento líquido final passa para 26,6 milhões de euros, mais restritiva do que a calculada no ponto anterior (91.986.238,65 euros).

Já em relação ao endividamento bancário de médio e longo prazo, foi atribuído ao município, no ano 2011, um rateio de 9.185.703,00 euros para a contratação de novos empréstimos, nos termos do n.º 2, do artigo 53.º da Lei n.º 55-A/2010, de 31 de Dezembro (LOE.2011). Deste rateio o município utilizou o montante de global de 4.951.197,36 euros, em novos contratos de empréstimos inseridos no programa QREN-EQ (Empréstimos Quadro) do BEI.

5.3. Indicadores de Gestão

5.3.1. Indicadores de Natureza Orçamental

Neste capítulo pretendemos apresentar uma visão global da receita e da despesa, e da sua evolução ao longo dos últimos 3 anos, através de indicadores, estabelecendo relações de grandeza entre ambas.

Quadro n.º 31

Indicadores da Estrutura da Receita	2009	2010	2011
Receitas Próprias / Receita Total	60,8%	55,5%	50,2%
Impostos Locais (1)/ Receita Total	40,4%	41,8%	35,5%
Venda de Bens de Investimento / Receita Total	4,3%	0,0%	0,2%
Transferências / Receita Total	33,3%	37,5%	40,5%
Passivos Financeiros / Receita Total	6,0%	7,0%	9,2%

(1) Impostos Locais: Imposto Municipal s/ Imóveis, Imposto Municipal s/ Veículos, Imposto Municipal

s/ Transações de Imóveis, Derrama, Contribuição Autárquica, Imposto Municipal de SISA

Pela leitura do Quadro n.º 31 podemos constatar que, ao contrário da receita total que sofreu um acréscimo em cerca de 11,1%, entre 2010 e 2011, o peso relativo das receitas próprias diminuiu, de 55,5% para 50,2%. Também o peso dos impostos locais na receita total

Relatório de Gestão

diminuiu devido à variação negativa dos Impostos Municipais s/ Transmissões Onerosas de Imóveis e da Derrama. Já o rácio relativo aos passivos financeiros (utilizações de capital) tiveram um aumento de 2,2 p.p.; no entanto, este indicador deverá ser lido conjuntamente com os Passivos Financeiros da Despesa, já que uma parte daqueles, os relativos ao empréstimo de curto prazo contratado em 2011, foram anulados, decorrente da amortização integral desse empréstimo. Desta forma, este rácio apresentaria o valor de 8%. As transferências também viram o seu peso aumentar devido à variação positiva dos investimentos ins, ou seja, das transferências de capital.

Quadro n.º 32

Grau de Cobertura Global das Receitas e das Despesas	2009	2010	2011
Receita Total / Despesa Total	102,7%	100,3%	98,0%
Receita Corrente / Despesa Corrente	113,0%	124,4%	117,1%
Receita de Capital / Despesa de Capital	76,4%	55,8%	68,1%
Passivos Financeiros / Despesa Total	6,1%	7,0%	9,0%
Receitas Próprias / Despesa Total	62,4%	55,7%	49,2%
Impostos Locais (1) / Despesa Total	41,3%	41,8%	34,8%

(1) Impostos Locais: Imposto Municipal s/ Imóveis, Imposto Municipal s/ Veículos, Imposto Municipal s/ Transações de Imóveis, Derrama, Contribuição Autárquica, Imposto Municipal de SISA

Por outro lado, a análise do Quadro n.º 32, permite-nos constatar que, ao contrário de 2010 as receitas totais arrecadas foram inferiores às despesas pagas, o que faz com que transite para a gerência seguinte, em termos orçamentais, o montante de 3.218.379,96 euros, inferior ao montante transitado de 2009 para 2010 (5.595.816,49 euros).

Outro facto interessante é que, nos três anos em análise, as receitas correntes excederam as despesas correntes, dando origem à já analisada Poupança Corrente, e em 2011 as receitas de capital cifraram-se em cerca de 68,1% do valor das despesas de capital.

Os passivos financeiros da receita, isto é, o recurso ao endividamento, cresceram cerca de 2 p.p. no total das despesas, variação semelhante à que existe relativamente ao total das receitas, mas que deverá ser interpretado da mesma forma.

O peso relativo dos impostos locais no total de despesas assistiu a um decréscimo de 7 p.p., entre 2010 e 2011, pelas razões atrás indicadas. Mas, apesar de tudo, podemos constatar que 49,2% de toda a despesa é suportada por receitas próprias da autarquia sendo que 34,8% da despesa total é assegurada por impostos locais.

5.3.2. Indicadores de Natureza Patrimonial

Os indicadores patrimoniais são geralmente utilizados como sinais da evolução da situação financeira de uma entidade e como determinantes na apreciação da sua capacidade de endividamento. No entanto, no caso das autarquias, há que ter em atenção que o ativo engloba uma série de bens que não poderão servir de garantia de endividamento perante terceiros por não serem hipotecáveis ou alienáveis, nomeadamente os bens de domínio público (que representam cerca de 15,8% do ativo total do Município) e, eventualmente, bens privados necessários à prestação de utilidades públicas.

Relatório de Gestão

Apesar destas limitações, estes indicadores, apresentados no quadro n.º 33, permitem-nos ter uma perspetiva da tendência evolutiva dos diversos componentes patrimoniais.

Quadro n.º 33

Indicadores	2010	2011
Estrutura do Ativo		
Ativo fixo / Ativo Total	96,3%	92,4%
Ativo Circulante / Ativo Total	3,7%	7,6%
Ativo Fixo / Ativo Circulante	2617,2%	1210,6%
Estrutura do Passivo		
Passivo longo prazo / Passivo Total	20,3%	20,0%
Passivo curto prazo / Passivo Total	23,2%	15,2%
Passivo longo prazo / Passivo curto prazo	87,4%	131,4%
Análise do Ativo Fixo		
Ativo fixo / Endividamento a médio longo prazo	1654,8%	1422,9%
Amortizações Acumuladas / Imobilizado Bruto	24,4%	26,0%
Análise do Passivo Exigível		
- Coeficiente de endividamento a curto prazo		
Dívida de curto prazo / Património Líquido	9,3%	7,3%
- Coeficiente de endividamento a longo prazo		
Dívida de médio longo prazo / Património Líquido	8,2%	9,6%
Índices de Liquidez		
Disponibilidades / Exigível a curto prazo	21,6%	20,4%
Ativo circulante / Exigível a curto prazo	55,3%	154,5%
Índice de Solvência		
Dívidas a terceiros / Ativo total	12,5%	11,4%

Pela análise dos rácios da estrutura do ativo, podemos ver que ela não se terá alterado muito entre 2010 e 2011, tendo-se no entanto assistido a um aumento do peso do ativo circulante, em detrimento do ativo fixo, no total do ativo, o que influenciou o peso do ativo fixo sobre o circulante continua que de 2010 para 2011 passou de 2617,2% para 1210,6%.

No que se refere à estrutura do passivo, ao contrário do que ocorreu em 2010, o passivo de curto prazo perde peso no passivo total, enquanto que o passivo de longo prazo vê o seu peso aumentar; de facto, em 2011 houve um aumento do peso do passivo de longo prazo justificado pela utilização dos empréstimos contratados em 2009 e 2010. Isto mesmo pode ser constatado também nos rácios referentes à análise do passivo exigível: enquanto que o coeficiente de endividamento de curto prazo passou de 9,3% para 7,3%, o de médio e longo prazo sofreu um aumento, de 8,2% para 9,6%.

O ativo fixo constitui basicamente o investimento direto da autarquia, líquido das depreciações que entretanto vão ocorrendo. Ao compararmos o ativo fixo com o endividamento a médio e longo prazo, verificamos que o primeiro supera o segundo catorze vezes, o que significa que apenas cerca de um catorze avos do imobilizado avaliado está a ser financiado por endividamento a médio e longo prazo. Este indicador representa a

Relatório de Gestão

garantia, em bens, da autarquia aos seus financiadores. No entanto, e como já foi atrás referido, há que ter algum cuidado ao analisá-lo, já que cerca de 16% do imobilizado avaliado da autarquia são bens de domínio público. Portanto este indicador de solvência deverá ser encarado como meramente indicativo.

Ainda dentro da análise do ativo fixo, podemos verificar que o coeficiente de envelhecimento do imobilizado passou, de 2010 para 2011, de 24,4% para 26%, o que significa que, apesar de ser relativamente recente, se o aumento das amortizações acumuladas for superior ao aumento do imobilizado bruto a tendência será para o seu envelhecimento.

Passando agora à análise dos índices de liquidez, podemos verificar que apesar da diminuição da dívida exigível a curto prazo de 2010 para 2011, a queda do montante de disponibilidades fez com que o primeiro rácio passa-se de 21,6% para 20,4%. Já no segundo verificamos o contrário devido ao aumento do ativo circulante.

Finalmente, da análise de índice de solvência, podemos corroborar a manutenção de uma situação financeira positiva da autarquia: de facto, o peso das dívidas a terceiros no Ativo Total é de 11,4%.

Proposta de Aplicação dos Resultados

O resultado líquido da gerência, de acordo com o ponto 2.7.3.2 do POCAL (Decreto-Lei nº 54-A/99, de 22 de Fevereiro), deve ser transferido para a conta 59.01 “Resultados Transitados”.

Dado que o valor do Resultado Líquido do Exercício é de – 9.141.544,13 euros, não haverá lugar à aplicação de resultados.